

Anderson Pereira Portugeuz
Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa
(organização)

**GEOGRAFIA E DILEMAS DA
CONTEMPORANEIDADE**
Economia, Sociedade, Meio Ambiente e Turismo



**Anderson Pereira Portuguez
Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa**
(organização)

**GEOGRAFIA E DILEMAS DA
CONTEMPORANEIDADE**
Economia, Sociedade, Meio Ambiente e Turismo

Ituiutaba, MG
2023



© Anderson Pereira Portuguez / Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa (org.), 2023.

Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.

Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez.

Diagramação: Equipe Barlavento de diagramação e ilustração.

Conselho Editorial – Grupo Geografia e Meio Ambiente

Editora-chefe: Mical de Melo Marcelino

Pareceristas brasileiros

Dr. Rosselvelt José Santos

Dr. Giovanni F. Seabra

Dr. Leonardo Pedroso

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Profª. Claudia Neu

Dr. Antonio de Oliveira Jr.

Pareceristas internacionais

Dr. José Carpio Martin - Espanha

Dr. - Ernesto Jorge Macaringue - Marrocos

Msc. Mohamed Moudjabatou Moussa -
Benin

Msc. Diamiry Cabrera Nazco - Cuba

Dra. Sucler Noemi Alejandre Jimenez - Cuba

Todas as obras da Editora Barlavento são submetidas a pelo menos dois avaliadores do Conselho Editorial.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110

Prefixo editorial: 87563/ Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse
Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.

barlavento.editora@gmail.com



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geografia e dilemas da contemporaneidade [livro eletrônico] : economia, sociedade, meio ambiente, turismo / organização Anderson Pereira Portuguese, Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa. -- Ituiutaba, MG : Editora Barlavento, 2023. -- (Coleção geografia e meio ambiente)

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87563-43-5

DOI 10.54400/978-65-87563-43-5

1. Artigos - Coletâneas 2. Economia 3. Geografia 4. Meio ambiente 5. Sociedade 6. Turismo I. Portuguese, Anderson Pereira. II. Costa, Húrbio Rodrigues de Oliveira. III. Série.

23-163664

CDD-910

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia 910

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

AGRADECIMENTOS AOS APOIADORES



**Universidade Federal de Uberlândia –
Campus Pontal**



Instituto de Ciências Humanas do Pontal



**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação -
UFU**



**Programa de Pós-Graduação em Geografia do
Pontal – ICHPO/UFU**



Editora Barlavento

REALIZAÇÃO



Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
**CULTURA, DESCOLONIALIDADE
E TERRITÓRIO**
CNPq/UFU

SUMÁRIO

A construção da Ferrovia Madeira-Mamoré como modernização da Amazônia: motivos e reflexos <i>Diego Correia Machado</i>	9
Entre real e virtual: Tríade imagética de um nordeste brasileiro plural e diverso <i>Frederico do Nascimento Rodrigues e Eustógio W. C. Dantas</i>	29
Centro histórico de São Luís: território de quem? <i>Rosalva de Jesus dos Reis</i>	54
As questões étnico-linguísticas, culturais e religiosas: a comunidade judaica e suas novas territorialidades. <i>Carlos Alberto Póvoa</i>	65
Cotejo de usos múltiplos, usuários e conflitos por água - mitigações no manejo sustentável de recursos naturais em comunidades rurais <i>Elen Karine Forte Pessoa e Flávio Rodrigues do Nascimento</i>	101
Práticas do Pibid Geografia da Universidade Federal de Catalão na pandemia Covid-19 <i>Diego Gonçalves Helena e Patrícia Francisca de Matos</i>	124
O mapa, a cartografia e o ensino de Geografia: a construção das “visões de mundo” a partir das aulas de Geografia <i>Vinício Luís Pierozan</i>	157
Senhores do destino: movimentos autonomistas no Acre e o processo de elevação a categoria de Estado <i>Diego Correia Machado</i>	171

Propostas de ações socioambientais e produtivas no nexo água-recuperação de áreas degradadas - adaptações às mudanças climáticas em comunidades rurais no bioma Caatinga <i>Flávio Rodrigues do Nascimento, Karine Rocha Aguiar Bezerra e Francisco Gilney Silva Bezerra</i>	189
O ambiente em cidades pequenas: panorama das relações ambientais e sociais na cidade de Capinópolis (MG) <i>Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa</i>	221
Redes e territórios: uma discussão sobre a formação de um território do vinho na Campanha Gaúcha e das suas relações reticulares <i>Vanessa Manfio</i>	249
(Eco)turismo, sustentabilidade e políticas públicas no Brasil: aproximações necessárias <i>Márcio Balbino Cavalcante e Adilson Tadeu Basquerote</i>	265
Geografia do Turismo: do neopositivismo à reestruturação contemporânea <i>Helier Gomes Muniz Fernandes e Anderson Pereira Portuguez</i>	285
Olhares locais ambivalentes: gestores públicos e privados acerca da destinação Maceió-Alagoas <i>Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos e Marcela Ferreira Marinho e Silvana Pirillo Ramos</i>	318
Sobre os organizadores e autores	349

A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA MADEIRA-MAMORÉ COMO MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: MOTIVOS E REFLEXOS

Diego Correia Machado

Introdução

Este texto se constitui como pressuposto essencial ao desenvolvimento das atividades realizadas pelo bolsista na escola, contribuindo para a inserção dos alunos participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na construção mútua do objeto de conhecimento que a temática propõe como conteúdos fundamentais, ao mesmo tempo, do conhecimento acerca da história da formação e construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, bem como do fomento a atividades de ensino/aprendizagem com metodologias diferenciadas, buscando levar os estudantes a um momento de reflexão sobre a relação da construção da ferrovia com a história do nosso estado, proporcionando uma visão além do que os conteúdos específicos que são abordados em sala de aula pela disciplina de história.

Contribuindo para que os próprios atuantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e alunos da escola possam ter a percepção de como é construído o conhecimento histórico, ou seja, uma visão crítica acerca da história ao qual eles fazem parte, rompendo com alguns aspectos se apresentam em nossa historiografia, podendo assim transformar realidades e interpretações, podendo analisar as

características que são apresentadas pelo ideário de modernização que o capitalismo coloca em nosso território, transformando as relações de trabalho e produção.

Alguns intelectuais nos auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho, com seus trabalhos, trazendo abordagens dos conteúdos principais que a temática objetiva trabalhar, dentre eles podemos citar Marcelo Zaboetzki, *Narrativas da Madeira-Mamoré: estudo das representações amazônicas em história trágica de uma expedição*, realizando uma análise das representações deixadas por Neville B.

Craig em uma obra que conta as expedições norte americanas na Amazônia durante a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, observando de que forma o autor aborda a questão das relações entre os imigrantes e os habitantes da região, bem como a concepção de superioridade perante as identidades que se colocam em contato com estes imigrantes; Circe Maria Fernandes Bittencourt, com a obra intitulada *Ensino de História – fundamentos e métodos*, pela editora Cortez; Francisco Foot Hardman, *Trem fantasma: a modernização na selva*, pela editora Companhia das Letras, tratando da realidade dos trabalhadores da ferrovia, demonstrando as dificuldades do projeto que as empresas capitalistas pretendiam como objetivo após a construção da ferrovia, trazendo consequências sociais e ambientais para a região.

As concepções que estes autores trazem para nossa área de conhecimento contribuem significativamente para o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem durante a execução do projeto proposto pelo PIBID História UFAC, voltado para o eixo temático eleito no ano de 2017 para Direitos, Humanidades e História, que demonstram aspectos relevantes que tangem a concepção de modernização e

possibilidades do desenvolvimento da região amazônica e da sociedade acreana, visando levar os estudantes perceberem o momento histórico que perpassam as fronteiras de tempo, ligando a nossa história aos interesses capitalistas de outros países, que voltam seu olhar para a exploração dos recursos de nosso território.

No decorrer das atividades se evidencia a grande importância em se apresentar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), considerando a formação inicial que se dá na conexão entre os conhecimentos adquiridos na vida acadêmica e os saberes da vida prática que se constroem cotidianamente nas salas de aula e que se cruzam nas unidades escolares, possibilitando aos graduandos de licenciatura e os profissionais docentes em exercício em tais unidades estabelecer uma relação mútua de construção do processo de ensino-aprendizagem, em que o campo educativo revela-se como espaço promissor para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, cujo resultados esperados sejam sempre a melhoria da qualidade do ensino.

Para atender as demandas que o processo de ensino-aprendizagem exige, necessita-se que o professor embase seu exercício da docência em práticas que explicitem claramente o seu entendimento sobre educação, ensino e aprendizagem que objetivam a inserção dos participantes do programa em uma interdisciplinaridade que perpassam o espaço escolar, para tanto se faz necessário que o professor tenha uma formação inicial adequada, onde, neste aspecto, o PIBID HISTÓRIA UFAC proporciona alternativas potenciais para o aperfeiçoamento dos procedimentos teórico-metodológicos, fazendo com que os professores tenham uma reflexão sobre a própria prática docente que exercem.

Por enriquecer a formação inicial e profissional, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, sem dúvida, é extremamente importante, onde a experiência real da professora supervisora em exercício na educação básica é relevante para os bolsistas envolvidos, uma vez que estes entram em contato direto com a realidade vivenciada diariamente por ela em sala de aula, possibilitando uma maior compreensão da organização e do funcionamento da escola, bem como na maneira como os professores planejam e desenvolvem suas práticas pedagógicas na área do ensino de História, podendo analisar empiricamente o modo de como os educandos interajam com os mais diversos temas abordados.

Tal importância se verifica em maior ênfase quando se menciona os alunos participantes, onde os mesmos adquirem uma carga de conhecimento muito grande, aprimorando suas percepções e desempenho nas dinâmicas de sala de aula, tornando-se críticos e auto reflexivos a respeito dos conteúdos apresentados, essa aquisição de conhecimentos sistematizados e de habilidades os possibilitam lidar com desafios posteriores em seu caminho rumo a construção de conhecimentos que , nos momentos em que os bolsistas podem processar e exercer o ato de ensinar e o ato de aprender, possibilitando-lhes a muito esperada integração entre teoria e prática, tornando a prática pedagógica ainda mais fascinante.

A docência necessita ir além das atividades rotineiras de simples repasse de conhecimentos, o que é fortemente desenvolvido em sala de aula, entra mais uma vez a relevância deste programa, não só para a educação básica como também para as universidades, ela se constitui essencialmente em um conjunto de ações/intervenções que favorecem ao discente a compreensão

da realidade de seu entorno e, conseqüentemente, a ampliação de sua visão de mundo.

Tendo como objetivo incentivar e valorizar o magistério e aprimorar o processo de formação de docentes para a educação básica, juntamente à Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, em especial o PIBID História UFAC, proporciona o desenvolvimento de práticas de pesquisas com os educandos da escola onde se desenvolve o programa juntamente com os futuros docentes, bem como auxiliar no desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam no desenvolvimento das habilidades de um cidadão crítico, capaz de se perceber como parte integrante de uma história que é fruto de um longo período de acontecimentos.

Como linha de pesquisa, optou-se pela quarta linha, uma vez que se objetiva uma compreensão da realidade da construção histórica da ocupação da região amazônica, voltada para uma análise de seus motivos, considerando os reflexos posteriores dessa ocupação. Sendo assim, a temática a ser trabalhada em sala de aula com os alunos durante a execução do projeto visa abordar a questão da “Geopolítica e ocupação do espaço acreano: poder, representações, lutas sociais e meio ambiente: Esta ação visa inserir os alunos em discussões e temáticas relacionadas ao ensino de história do Acre e da Amazônia, voltadas para abordagens acerca de como foi ocupada a região e com que motivações e enfrentamentos isso ocorreu. Evidenciar os fatores políticos e as estruturas de poder legal que passaram a conviver com formas tradicionais de mando e hierarquias do poder privado já existente. Dialogar com os aspectos econômicos atravessados pela exploração da natureza, até questões contemporâneas do mundo

do trabalho e afazeres diversos estabelecidos na sociedade local.” Pode perceber que esta linha de pesquisa se volta para a questão da exploração da terra, considerando os enfrentamentos que a ocupação traz ao longo do tempo.

Justificativa/ Objetivos

Orientados a elaborar uma aula com caráter inovador, os bolsistas participantes do programa atuantes na escola referida desenvolveram seus planejamentos com bases em orientações curriculares repassadas pela supervisora, desenvolvendo-o sob a perspectiva de ensino de história relacionado à pesquisa, tratando de uma temática voltado para Direitos Humanos, Humanidades e História, colocando ainda os alunos participantes do programa como coautores do desenvolvimento das pesquisas. Assim, a escolha do tema torna-se fundamental para atender esses aspectos, de forma que se possa realizar práticas pedagógicas de cunho crítico, tomando como base a realidade de vivência dos alunos, possibilitando novos olhares para com sua própria história, despertando novos conceitos e temas relacionados a ocupação do território amazônico. Tal escolha se deu pela opção por temáticas que pudessem despertar nos alunos um conhecimento da sua própria história e o interesse em colaborar com a pesquisa a ser realizada. Havendo, além disso, uma afinidade e predisposição por parte dos bolsistas por desenvolver seus temas.

No presente caso, o tema a ser abordado foi: A construção da Ferrovia Madeira-Mamoré como modernização da Amazônia: motivos e reflexos, sendo assim, vê-se a necessidade de levar os alunos a compreender alguns aspectos da complexa ocupação do espaço amazônico, e principalmente a exploração do território

que posteriormente se denominaria Estado do Acre, e além disso, entender que consta na história do Acre a marca da resistência, construída pela ação de trabalhadores em defesa de sua existência, demonstrando de que forma nossa história se entrelaça com a processo de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, uma vez que o processo de anexação do Acre ao Brasil está diretamente ligado ao processo de resistência posto pelos trabalhadores dos seringais acreanos, bem como era fruto dos interesses econômicos de determinados grupos de pessoas, que tinham um olhar de apropriação dos recursos que o território poderia oferecer.

Pensando nos resultados esperados no decorrer das atividades, com a problemática estabelecida, a escolha do tema se justifica na intenção de que os alunos percebam as influências que o movimento migratório exerce até os dias atuais, tanto nos aspectos culturais como também econômicos, além de poder destacar as principais características do início do desenvolvimento da região amazônica e da sociedade acreana, causados principalmente pela ideia de se modernizar a região para se promover uma melhor integração ao resto do mundo, visto que naquele momento histórico tinha-se a necessidade da utilização da borracha produzida pelos seringais amazônicos, antes de se promover a substituição da atividade econômica extrativista da borracha e posteriores demais produtos advindos da floresta pela pecuária, ocasionando o êxodo e o então aumento da população urbana, podendo analisar os reflexos desses acontecimentos, bem como as causas que levaram a isso.

Com a metodologia utilizada, viu-se que a produção de conhecimentos por parte dos alunos foi significativamente grande. Durante a realização das atividades propostas pelo projeto, eles puderam realizar debates e rodas de conversa

demonstrando a compreensão do conteúdo abordado, apontando novos modos de se compreender as formas de organização do espaço amazônico a partir da interferência econômica de empresas que visavam a exploração das áreas de terra para a implantação de seringais viáveis, desconstruindo ideologias há muito impostas despercebidamente nas redes públicas de ensino na qual deslegitimam a existência das tradicionais populações, em específico seringueiros e indígenas, tornando-os figuras passíveis da vontade da empresa gomífera na região.

Dessa forma, a elaboração da sequência didática torna-se imprescindível, considerando-se que é nela que se estabelece os parâmetros do desenvolvimento das atividades que irão atender aos objetivos propostos. Enfatizando a trajetória percorrida pela sociedade acreana na exploração e expropriação, a pesquisa desenvolvida requer uma explicação do movimento de construção e destruição de identidades e reorganização constante da existência do trabalhador acreano, bem como das diversas identidades que surgem durante o processo de ocupação do território amazônico, em especial dos entornos da região dos Rios Madeira e Mamoré, formando os primeiros vilarejos do Estado de Rondônia, servindo como posteriores estações da ferrovia que se objetivava construir, na tentativa de escoar a grande produção de borracha da região.

Com os objetivos visava-se relacionar os enfrentamentos da construção da ferrovia Madeira-Mamoré; identificar as identidades presentes no processo de construção; citar os impactos socioambientais para Amazônia (Acre), além disso buscou-se esclarecer aos participantes do programa algumas características do processo de construção de um dos itens tidos como o início da modernização da região amazônica, estabelecendo uma conexão com o movimento migratório

ocorrido em terras acreanas e o posterior complexo processo de formação de cidades que surgem ao longo do tempo, refletir sobre as condições reais de trabalho da principal base econômica produtora de borracha e responsável pela construção. Enfatizando principalmente o processo de construção do conhecimento da realidade da organização cotidiana dos trabalhadores e dos motivos que levaram à construção, que se constitui como pressuposto essencial à inserção dos alunos no contexto histórico em que se encontra a abordagem acerca dos reflexos e motivações da construção da ferrovia, bem como uma compreensão do contexto histórico em que se deu a referida construção.

Referencial teórico

Para o desenvolvimento das atividades propostas pelo ensino de história relacionado a pesquisa com um cunho crítico e inovador, necessita-se de um estudo continuado dos assuntos a serem abordados para que haja uma aquisição e construção de conhecimentos sistematizados e de habilidades de forma significativa, não apenas por parte dos alunos participantes do projeto, mas, muito além, por parte do bolsista, graduando em plena formação, favorecendo para a compreensão de atividades pedagógicas que lhe trará um vasto campo de experiências educacionais.

Sendo assim, os estudos realizados pelo bolsista para obter embasamento teórico sólido acerca de seu tema requerem acompanhamento, este realizado pelo coordenador da área e pela supervisora, onde se pode destacar a importância do acompanhamento e planejamento das atividades a serem desenvolvidas, para que se sucedesse uma minuciosa análise e

descrição do processo de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, unindo o cotidiano dos moradores com as relações sociais que constroem o território acreano na amplitude do tempo e espaço através do interesse econômico da exploração da região amazônica, fazendo surgir novas relações a partir da chegada de milhares de imigrantes para a construção da ferrovia, além do processo de retirada do látex muito utilizado naquele determinado momento histórico.

Dessa forma, se possibilita que o bolsista realize uma união entre a teoria absorvida e compreendida após estudos, não apenas após seus estudos aprofundados acerca do tema em questão, como também no desenvolvimento de suas atividades práticas no exercício da profissão docente na unidade escolar referida, tomando uma autorreflexão de suas próprias atividades, dialogando com os conceitos e ideias apresentadas pelos autores em busca de uma análise dos fatos apresentados.

Utilizado como principal referência para o desenvolvimento da sequência didática e do planejamento das atividades de ensino e aprendizagem realizadas em sala de aula com os alunos, o trabalho do Marcelo Zaboetzki resultado da dissertação apresentada no Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre, tida como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Professor Doutor Francisco Bento da Silva, tendo como meio principal para linha de Pesquisa: Cultura e Sociedade, tendo como área de concentração História do Brasil e linha de pesquisa cultura e memória, oferece conteúdos que resgatam o processo de construção da identidades que surgem a partir das múltiplas relações que se realizam com a chegadas das mais variadas personagens durante a exploração dos recursos de nosso território, tratando sobre a dialética que recai sobre a própria

identidade que foi sendo tecida a partir de novas concepções sobre a subjetividade e representações com relação aos trabalhadores seringueiros, moradores da periferia do Acre, os pequenos vilarejos que vão se formando ao longo das demarcações das áreas de seringais, bem como as localidades que vão surgindo durante as tentativas de construção da ferrovia para transpor os rios, e as várias formas de resistência para garantir a ocupação do espaço amazônico, mesmo com as grandes dificuldades que a região impõe sobre as tentativas da construção do empreendimento.

Importante destacar também o referencial teórico apresenta uma perspectiva de demonstrar como os anos iniciais do século XX representaram um marco significativo na história da região amazônica e da própria sociedade acreana, tanto no que se refere ao seu aspecto econômico quanto político e sociocultural, uma vez que a história do Acre está diretamente ligada à história do processo de construção da ferrovia, considerando que o Tratado de Petrópolis passa a anexar o território acreano como parte integrante do território brasileiro, deixando como responsabilidade brasileira o restante do processo de construção da ferrovia, uma vez que seria um ponto de negociação com o governo boliviano.

De forma analítica, o autor explicita em sua descrição acontecimentos ocorridos no desenvolvimento do processo de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, abordando então o momento histórico que envolve tal processo, apontando para as dificuldades e modos da empreitada realizada por empresas norte-americanas, assim afirmando “[...] buscaremos tecer uma breve composição histórica dos fatos que antecedem à empreitada norte-americana da P&T Collins, da qual fazia parte Neville B.

Graig, naquele espaço amazônico que compreenderia a construção da EFMM.”

Além deste, fez-se também o uso da obra de Francisco Foot Hardman (1988) intitulada Trem Fantasma, abrangendo conteúdos acerca da realidade da região, observando características da empreitada e investimentos para se ter os objetivos das empresas capitalistas e de exploração, sendo assim, discorre-se sobre os primeiros registros das tentativas de superação do trecho encachoeirado do rio Madeira e demais expedições de reconhecimento da região, apresentando-se também a primeira tentativa fracassada de construção da ferrovia. Em seguida, pode-se fazer uma descrição detalhada dos principais acontecimentos da segunda tentativa fracassada de construção da ferrovia, onde neste tópico se pode realizar uma releitura com uso principalmente da obra de Neville B. Craig, por ser esta o principal referencial histórico deste episódio, onde se percebe as identidades caracterizadas em seus relatos como desbravadores da região, os escolhidos e superiores para propagarem a modernidade pelos demais territórios da América, se encerrando com o tópico no qual trata-se da última investida e sucedida tentativa de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Portanto, um estudo prévio sobre a temporalidade dos empreendimentos da construção da ferrovia no intuito de uma melhor contextualização e compreensão das objetividades e subjetividades que permeiam esses olhares e a ideologia dos discursos dos mesmos. O assunto é por sua vez articulado com o referencial sobre historiografia e relatos de viagem. Podendo ser citado também a obra de Manoel Rodrigues Ferreira (1987), intitulada A Ferrovia do Diabo, em que se pôde fazer uso para descrever o cotidiano na região e a forma de organização do

trabalho desenvolvido pelos migrantes construtores, bem como as dificuldades de se efetivar a investidas da construção.

Metodologia/ Situações de aprendizagem

Com a sequência didática estabelecida, a metodologia aplicada visa atender os parâmetros dos objetivos para que houvesse uma construção de conhecimentos por parte dos estudantes participantes e colaboradores do projeto de pesquisa, além, é claro, da aquisição de conhecimentos práticos acerca da profissão docente, em específico na área de História, em que leva em consideração o ambiente escolar, a infraestrutura escolar, o comportamento dos alunos, o nível de aprendizagem no qual estes estavam inseridos e o esforço de cada um deles, contribuindo para o desenvolvimento do projeto e execução das atividades propostas.

Então faz-se necessário o uso de alguns recursos para atender aos planejamentos da sequência didática, dentre eles a utilização de trechos específicos da obra de Manoel Rodrigues Ferreira (1987) e de Francisco Foot Hardman (1988), onde estes possam abranger os conteúdos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas pelo programa, apresentando-se como um dos fatores que tornariam a aula mais interessante e dinâmica no decorrer dos encontros realizados, possibilitando que eles pudessem conhecer características gerais e específicas da historiografia da região amazônica e acreana, abordando os antecedentes do processo de construção da ferrovia, voltando-se para as questões externas de interesses dos países, bem como as relações de comércio que permeiam as fronteiras brasileira, boliviana e peruana, tendo como influencia ainda a

hegemonia que os empresários norte-americanos impõem sobre as questões tidas como modernização, como por exemplo a utilização de novas tecnologias para transporte e beneficiamento das produções de nossa região.

Tais trechos referem-se especificamente à condição social de seringueiros durante o desenvolvimento de seu trabalho nas zonas de produção, bem como demonstrar a trajetória dos trabalhadores que realizam a empreitada do processo de construção, apresentando desde o movimento migratório que trouxe milhares de pessoas para a região amazônica até os impactos que sua construção trouxe para a região, colocando em foco os enfrentamentos sociais travados entre comunidades indígenas e os imigrantes, apontando a expansão da frente econômica que atingiu o Acre e a região amazônica com a implantação da economia da borracha, que acarretou sérias mudanças no modelo de organização da sociedade, ocasionando uma significativa transformação das áreas de floresta que tiveram de ser desmatadas.

Com base na sequência didática procurou-se demonstrar aos alunos como o processo de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré desordenado criou enormes problemas sociais, além de implicações para o meio ambiente, acarretando uma elevação drástica no desmatamento e poluição dos rios próximos das localizações dos primeiros povoados. Pode-se perceber também que os educandos passaram a destacar características da formação das primeiras vilas que serviam como ponto de comunicação ao longo da região, tomando a mão de obra indígena para o desenvolvimento das atividades de expansão por onde iria percorrer os trilhos ao longo da floresta, visto que estes detinham um melhor conhecimento da região.

Para se efetivar os objetivos do plano de ensino feito em conjunto com a supervisora e o coordenador da área, pode-se destacar então a primeira situação de aprendizagem, em que se realiza o primeiro encontro com os alunos, onde se formou uma roda de conversa, onde pode fazer a apresentação da temática aos estudantes, explicando de que formas se daria a realização do projeto, apontando para a realização de atividades que contribuíssem para a construção de um senso crítico em relação ao tempo histórico em que se dá as primeiras iniciativas de construção de uma ferrovia que favorecesse no escoamento da produção boliviana, uma vez que se tinha as dificuldades de navegação dos rios da região amazônica e que a Bolívia não possuía acesso aos portos do Oceano Pacífico, em que os alunos foram indagados sobre o que eles conheciam e quais ideias tinham com referência ao processo de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para que se realizasse a introdução inicial dos conteúdos específicos que a temática objetiva trabalhar, gerando então um momento de reflexão e debate acerca de alguns assuntos e questões repassados levantadas pelos alunos diante da roda de conversa, em que todos puderam confrontar ideias e concepções que eles trazem das suas experiências escolares e familiares, na tentativa de se valorizar os conhecimentos prévios que os educandos apresentam, após esse momento lhes foi pedido uma pequena produção para que pudessem expressar seus conhecimentos e opiniões para que o bolsista pudesse adequar a sequência didática as necessidades de conhecimento dos estudantes, mas valorizando seus conhecimentos, tendo em vista que seria feito uma abordagem mais aprofundada ao longo desenvolvimento das atividades do projeto.

Após esse momento de apresentação, no segundo encontro houve a distribuição de alguns textos aos alunos, para que o processo de aprendizagem fosse otimizado, textos esses que

continham pequenas introduções a respeito de conceitos tomados das obras já mencionadas para que eles pudessem refletir um pouco mais a respeito do tema abordado, tornando uma introdução a teoria de fato relacionado aos conteúdos específicos da temática, tratando-se da construção de conhecimentos ao objeto de conhecimento proposto pelos objetivos na tentativa de despertar o interesse dos estudantes com relação a ligação da história do estado do Acre com o processo de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, uma vez que o Tratado de Petrópolis passa a integrar nossa história, colocando sob responsabilidade brasileira a tarefa de construir a ferrovia que daria acesso a Oceano Atlântico à Bolívia, tendo em vista que a região do território acreano era objeto de interesse brasileiro também, considerando que era uma importante área de produção gomífera.

Sendo assim, faz-se necessário leituras de trechos dos referenciais teóricos que abordem tal perspectiva de trabalho, onde se pode realizar também momentos de aula expositiva e dialogada para melhor compreensão de conteúdo por parte dos alunos, mediando quando necessário debates e levantamento de possíveis dúvidas, fomentando análises dos fatos mencionados pelos textos utilizados.

Dando continuidade as atividades de estudos relacionados à construção da ferrovia, os estudantes iriam realizar a produção de suas interpretações em forma de relatório analítico dos textos lidos demonstrando então mudanças quanto a sua forma de pensar e conceber as ideias que anteriormente tinham com relação a ideia de modernização, não mais apresentando concepções anacrônicas com relação as outras temporalidades que se dão a ideia de progresso da região amazônica, bem como do território acreano a partir das estreitas relações econômicas que se mantinham aqui.

Destaca-se também a grande influência que determinadas personagens e empresas empregam na região, analisadas pelos autores, onde pretende-se que os alunos também realizem momentos de reflexão quanto ao ideário de progresso e seus “missionário”, utilizando-se principalmente o documentário realizado pela Discovery Chanel sobre Percival Farquar, um dos principais empreendedores da construção da ferrovia, imprimindo então a grande influência dos Estados Unidos na América.

Com a exposição do documentário objetiva-se apresentar aos estudantes pudessem perceber os interesses econômicos por trás das tentativas de construção da ferrovia, bem como as dificuldades da empreitada, tendo ênfase nas rupturas que ela promove, os impactos embates dos interesses capitalista sobre a região, além dos enfrentamentos sociais que surgem a partir destes interesses, tendo em vista que as comunidades indígenas também são aferradas durante o processo de construção, considerando também a ocorrência da morte de milhares de trabalhadores que são afetados pelas doenças e pelas péssimas condições de vida destes, intensificadas com as condições geográficas da região, como os autores apontam.

Tendo em vista que algumas dessas atividades desenvolvidas tomaram tempo de um ou mais encontros, fazia-se necessário adequações do plano de ensino ao longo do processo de execução do projeto, realizando atividades que fomentassem uma perspectiva de compreensão e entendimento acerca da temática proposta, caracterizando uma transformação no posicionamento dos estudantes e até mesmo do bolsista que atua na escola, sendo ele um futuro docente do sistema de ensino, possibilitando novas leituras de temas que são considerados totalmente explorados.

Para o término de nossas atividades foi proposto a elaboração de um painel/mural constituindo-se das atividades feitas e seguindo os estudos realizados em todo o decorrer dos encontros, desta forma todas as atividades desenvolvidas seriam organizadas pelos estudantes participantes, onde constariam todas as suas produções textuais acerca do tema abordado, imagens descritas e interpretadas por eles, textos abordados para construção de conhecimentos sólidos referentes ao tema escolhido. Como resultado final esse trabalho demonstraria não apenas as atividades desenvolvidas pelos estudantes envolvidos no projeto, mas além disso, toda as suas aquisições de conhecimento que poderão levar para toda a sua vida de aprendizagem. As atividades na escola Raimundo Gomes são concluídas com uma produção textual pelos estudantes para que estes pudessem expressar suas ideias e aquisições de conhecimento, deixando-os livres para explanarem opiniões no tocante a suas participações e colaborações com o projeto, destacando o porquê foi importante participar e quais expectativas foram atendidas.

Considerações finais

Levando-se em consideração todos os fatos já mencionados no decorrer deste trabalho, conclui-se que as atividades desenvolvidas na Escola de Ensino Fundamental Raimundo Gomes de Oliveira apresentaram uma grande construção de conhecimentos, não apenas por parte dos alunos participantes como também por parte do bolsista, em que houve a colaboração mútua no desenvolver das atividades propostas, onde se pôde chegar aos resultados esperados, notados a partir do envolvimento dos mesmos no decorrer dos encontros.

Apesar de algumas dificuldades que se apresentam no decorrer do desenvolvimento do projeto como os empecilhos de se realizar pesquisas, onde não tínhamos acesso à internet, a pesquisa no ensino de História foi desenvolvida de forma satisfatória, percebidos os resultados pelo interesse e dedicação dos alunos participantes e também do bolsista, pode perceber que os estudantes puderam compreender as principais características da construção da ferrovia, além da ideia de progresso do Acre e da Amazônia e de seu desenvolvimento, resultado de um processo histórico lento e gradativo, esperava-se também que os estudantes participantes do programa pudessem estabelecer relações entre a atual situação de nossa Estado e região com os conteúdos apresentados e os fatos históricos marcantes de nossa historiografia.

Diante do tema abordado e das problemáticas estabelecidas foi possível despertar nos estudantes uma visão crítica e reflexiva acerca da nossa história, deixando de lado a velha historiografia repassada comumente nas salas de aula de escola da rede pública de ensino, bem como também de particular, mesmo que de forma superficial e rápida, viu-se que que a aquisição de conhecimentos por parte dos alunos foi de certa forma quantitativa e qualificativa, sendo de certo ponto abrangente no que se refere a conteúdo.

Referências

BITENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de História – fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot, *Trem fantasma: a modernização na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MUSSARA, Fabíola. Pelos trilhos da Madeira-Mamoré. *Revista Planeta*, Edição 457, out. 2010. Disponível em: <http://revistaplaneta.terra.com.br/secao/viagem/pelos-trilhos-da-madeira-mamore>. Acesso em: 28 mar. 2017.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo*. 4º ed. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Entre a Ferrovia do Diabo e o trem fantasma: uma viagem pela história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 5, n. 9, p. 237-246, fev. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11934>. Acesso: 28 mar. 2017.

ZABOETZKI, Marcelo. Narrativas da madeira-mamoré: estudo das representações amazônicas em história trágica de uma expedição, de Neville B. Craig/Marcelo Zaboetzki – 2016.

ENTRE REAL E VIRTUAL: TRÍADE IMAGÉTICA DE UM NORDESTE BRASILEIRO PLURAL E DIVERSO

Frederico do Nascimento Rodrigues

Eustógio W. C. Dantas

Introdução

O texto posto em tela apresenta um Nordeste virtuoso e “moderno” que na hodiernidade difunde duas imagéticas, a primeira associada ao agronegócio no campo, produtor de frutas e grãos a desenvolver agricultura irrigada, sob os auspícios de uma modernização conservadora de outrora. A segunda pauta-se no turismo litorâneo que dinamiza e modifica as paisagens nordestinas, a partir da consolidação do “divisor de águas” que foi o PRODETUR/NE, atividades que geram fluxo de *commodities* e de pessoas, respectivamente. É nesse contexto que Rodrigues e Dantas (2021), percebem nova variável que adentra as ambiências litorâneas nordestinas, que se abrem gradativamente à novas perspectivas, se destacando na produção de energia eólica que paulatinamente pontilha as zonas de praias brasileira. O Nordeste responde por mais de 90% de energia eólica produzida no país, dos 1.191 parques instalados no Brasil, 1.085 situa-se na região homônima.

A investigação é balizada sob os auspícios de um Nordeste plural, diverso, multifacetado que é fragmentado, redimensionado, desconstruído, reconstruído no espaço-tempo e que na contemporaneidade vislumbra o que denominamos de

tríade imagética: 1ª Nordeste do Agronegócio, 2ª Nordeste Turístico e 3ª Nordeste eólico. Nesse sentido, o objetivo desta singela reflexão é evidenciar a difusão de uma terceira imagética da região, associada ao que nós denominamos de “Nordeste que descobriu os ventos” e que passa a investir de forma pujante na produção de uma energia "sustentável" oriunda dos ventos que sopram dos trópicos e tocam litoral/sertão e contribuem para fomentar imagem positiva da região, associado ao agronegócio e turismo litorâneo, eclipsando imagens negativas do passado, das secas cíclicas, pobreza, semiaridez e fome, narrativas que permeiam discurso de cunho determinista.

Amplios investimentos, posição geográfica favorável, ventos constantes e unidirecionais fazem com que a região se apresente como espaço luminoso da energia eólica. A propagação de um Nordeste eólico é difundida por meios televisivos, jornais, internet, estudos acadêmicos, empresas e governo, que disseminam a modernização da região, capitaneada como maior produtora de energia eólica, o que contribui de forma pujante para consolidação de uma terceira imagética.

Cabe destacar que são vários os “Nordestes” mensurados por escritores, historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, no entanto, na percepção de Dantas (2013), Elias (2011) e Rodrigues (2021) as três atividades que dão notoriedade ao Nordeste em âmbito nacional/internacional e forjam imagéticas que descontroem a ideia de “região problema” construída em tempos pretéritos é o agronegócio, turismo litorâneo e energia eólica. O intendo não é confrontar teorias de outros autores, mas contribuir no debate acadêmico-científico-informacional.

Observa-se diversificadas temporalidades no Nordeste, nota-se que o território se molda às atividades econômicas que se dão ao longo do tempo seguindo a lógica do contexto histórico, realidade classificada por Santos e Silveira (2006) de território usado que perpassa o Nordeste colonial produtor de açúcar, algodão e pecuarista, que na hodiernidade vislumbra a inserção de técnicas e tecnologias em seu território, o que impulsiona a região para a economia-mundo. Nesse contexto, emergem atividades que difundem imagens positivas e desdobramentos que instigam o pesquisador a construir uma análise geográfica de cunho regional.

1ª Imagética: territórios oníricos do agronegócio

O Nordeste apresenta características geoambientais singulares, onde se vislumbra a rigidez do semiárido com poucas alterações nas estações, baixos índices pluviométricos e elevadas temperaturas que variam de 28°C a 33°C amenizadas pelos ventos alísios que sopram dos trópicos em direção a linha do equador. Para Castro (1996, p.297), no Nordeste existe um duplo discurso relacionado à natureza semiárida. Um mais antigo que atribui as condições físico-geográficas, como fator limitante, uma visão um tanto determinista, a explicar os problemas socioeconômicos da região, onde os entraves são impostos pelo clima como uma das causas fundamentais das problemáticas vividas. Outro discurso mais recente, aponta a escassez pluviométrica como benéfica, pois dificulta a reprodução de pragas e tem na grande extensão dos solos enorme potencial para agricultura irrigada de caráter empresarial classificada de agronegócio, que recentemente insere semiárido e cerrado

nordestino nos circuitos produtivos da agropecuária globalizada, tornando-os partícipes nos processos de (re) produção dos espaços agrícolas em âmbito nacional/internacional.

Dantas (2002) ao falar dos discursos que imperam no Nordeste, reforça a tese de Castro (1996) ao apontar que existem dois quadros simbólicos, um mais antigo a fortalecer as imagens negativas do semiárido nordestino, que beneficia uma oligarquia algodoeira-pecuarista. O segundo mais recente, coloca em prática novo discurso, apresentando o semiárido por outro prisma relacionando-o a uma virtualidade. Constrói-se imagem positiva que dessa vez se relaciona aos interesses dos empresários inseridos no agronegócio e no turismo. Para Dantas (2013, p.67), a reflexão que envolve o semiárido é retomada, suas virtualidades são evidenciadas no surgimento de dois Nordestes, do agronegócio no campo e do turismo litorâneo, Rodrigues (2021), aponta um terceiro “O Nordeste que descobriu os ventos” associado a produção de energia a partir dos ventos que tocam o litoral.

No agronegócio, o Nordeste ganha notoriedade por meio do apoio financeiro fornecido pelo BNB, que possui rede bancária instalada nos nove estados da região, como também no norte de Minas Gerais e Espírito Santo, concedendo 55% de crédito rural e 61,4% dos financiamentos de longo prazo. No que tange ao crédito rural, tem-se saldo ativo total de 25,6 bilhões, destes 9,3 bilhões destinados à agricultura familiar e 16,3 bilhões destinados ao agronegócio empresarial (BNB, 2019), vislumbra-se que boa parte dos investimentos são direcionados ao agronegócio e não aos pequenos agricultores, apesar destes receberem significativo volume de investimentos.

O sucesso do agronegócio associa-se as condições naturais favoráveis à produção frutícola, aliada aos aspectos infraestruturais/econômicos, como a construção de reservatórios hídricos, sistemas técnicos de irrigação, ampliação de malha viária, fatores atrativos para empresas agrícolas modernas e mercado de insumos. Na década de 1980, a agropecuária nordestina, não sofreu grandes transmutações e passou a vislumbrar ocupação de novas áreas pela agricultura globalizada. O programa de agricultura irrigada desenvolvido no semiárido, em meados da década supracitada, apresenta-se como maior instrumento de inserção e incremento do setor agrícola, tendo o submédio São Francisco como primeiro a vivenciar difusão da atividade, apresentando-se na contemporaneidade como relevante vale úmido na produção de frutas para exportação, onde se denota variáveis produtivas que vão de olerícolas, até produtos típicos de zonas úmidas como uva e diversidade de frutas tropicais voltadas prioritariamente para o mercado internacional (GOMES, 2019).

Em 2019 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA lança plano de ação do Governo Federal denominado Agronordeste. Cujo objetivo é impulsionar o desenvolvimento econômico, social e sustentável dos espaços rurais nordestinos. O projeto tem como meta apoiar à organização das cadeias agropecuárias que possuem significativa relevância e/ou potencial, o intento é ampliar/diversificar a comercialização, aumentando a eficiência produtiva e benefícios sociais. Entre 2019-2020, priorizaram-se doze agropolos, cerca de 410 mil estabelecimentos rurais são contemplados pelo projeto. Na figura 1, observa-se a espacialização dos doze polos agrícolas e importantes infraestruturas de apoio, como hidrovias, ferrovias, rodovias e portos, que curiosamente se entrecruzam nos espaços luminosos de produção.

Figura 1: Mapa dos Territórios do Agrone Nordeste.



Fonte: Relatório do Agronegócio (2019) - Banco do Nordeste, BNB.
 Organização: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C, 2020.
 Elaboração: SILVA, N.J.P, 2020.

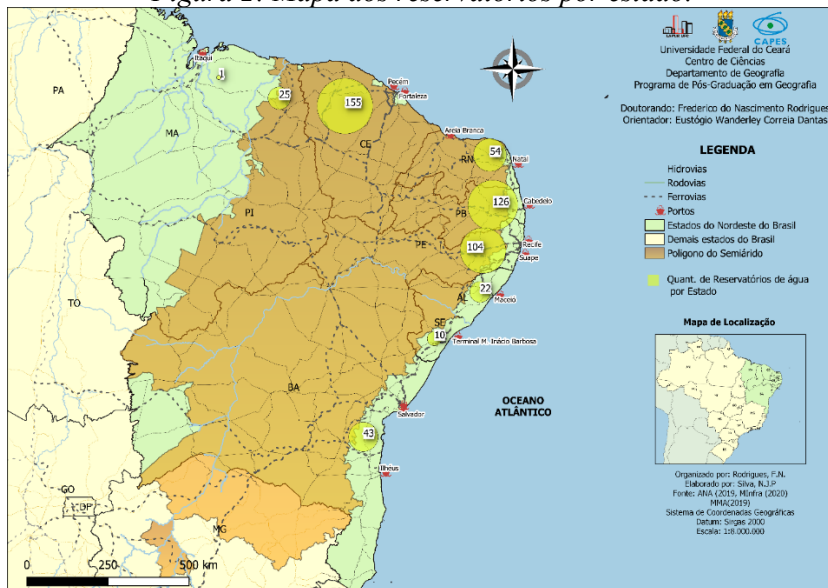
Dentro dessa racionalidade, Elias (2011, p.157), (2017, p.12) aponta áreas difusoras do agronegócio no Nordeste, em especial na produção de grãos (soja, algodão, café e milho) ou de frutas tropicais, todas voltadas à exportação. Ela classifica essas áreas de Regiões Produtivas Agrícolas – RPAs. O agronegócio está associado às planícies fluviais, regiões de maciços especializados na produção de frutas e o cerrado nordestino destaca-se com a produção de soja. Aqui cabe mensurar, a expressão MATOPIBA acrônimo representativo das iniciais dos

estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde se vislumbra nova expansão da fronteira agrícola brasileira, pautada em tecnologias modernas que garantem alta produtividade, seguida da intensificação do uso de terras, desapropriações e impactos socioambientais de grandes proporções ao bioma Cerrado e Caatinga, alguns em estágio irreversível.

Matopiba é mais um indicativo da imagem do Nordeste do agronegócio, dos quatro estados partícipes três integram região homônima. Essa área apresenta-se com grande densidade técnica e tecnológica para o desenvolvimento agrícola, sendo responsável por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras, onde gradativamente se vislumbra aumento da produtividade. A área que abrange Matopiba, evidencia-se 337 municípios, 73 milhões de hectares e 324 mil estabelecimentos agrícolas. Em 2019 aplicou-se cerca de 1,9 bilhões, injetados no cultivo da soja, arroz e algodão (BNB, 2019).

Entram em cena novas variáveis como uva (sem semente), manga (sem fibra), melão, castanha de caju. A inserção de novas culturas e a transformação de produtos nacionais contribuem para a ressignificação de símbolos da agricultura nordestina, agora pautados nos frutos tropicais, saudáveis e naturais, associados ao clima e à beleza do Nordeste que tem a imagética da “região problema” eclipsada (CAVALCANTI; MOTA E SILVA, 2006)). Nesse cenário, vislumbra-se uma política de gestão das águas que possibilita acúmulo da referida em tempos de abundância nos reservatórios e posteriormente, distribuição em pontos estratégicos. Dessa forma, apresenta-se na figura 2, o número de reservatórios existentes no Nordeste que atendem demanda local, do agronegócio e/ou da população, observa-se maior condensação desses equipamentos nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Figura 2: Mapa dos reservatórios por estado.



Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA (2019); Ministério de Infraestrutura - Minfra (2020); Ministério do Meio Ambiente – MMA (2019). Organização: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C, 2020. Elaboração: SILVA, N.J.P, 2020.

Concomitantemente, tem-se a integração de diversas bacias hidrográficas, sendo a última construção que se evidencia nesse cenário de modernização da agricultura, é a ligação com o São Francisco. Nessa lógica, tem-se disponíveis solos férteis, índices de insolação vistos em poucos lugares do mundo e água disponível para a produção, o que faz com que haja na região uma política agressiva de produção de alimentos e principalmente de frutas, que são extremamente valorizadas pelo mercado internacional, mas que também mudam os hábitos alimentares

dos nordestinos que passam a incorporar essas frutas à alimentação diária (DANTAS, 2020).

Dantas (2020), aponta que se fortalecem os polos de desenvolvimento integrado que vão se concentrar numa parcela representativa do Nordeste, emerge uma caracterização marcante na contemporaneidade, a fragmentação da região, num movimento de desconstrução/reconstrução.

Em tempos pretéritos, na delimitação de Manoel Correia de Andrade, das sub-regiões fitogeográficas tinha-se a cultura da pecuária, algodão (Sertão) e da produção do açúcar (Zona da Mata), na hodiernidade fala-se de um Nordeste do agronegócio, presente numa parcela específica do território extremamente valorizada, que dispõe de condições ambientais e de acesso a água, permitindo a implementação de uma política de desenvolvimento que insere dadas localidades na economia-mundo.

Dentro dessa racionalidade do agronegócio há a incorporação do Sul do Maranhão, Sul do Piauí, Sudoeste da Bahia, produtores de soja, extremamente valorizada pelo mercado internacional, fazendo com que se tenha a constituição de uma política de ocupação, de transformação social, econômica e política que atua nessa parcela do território, fazendo eclodir embates pelo poder, *vis à vis* a tentativa de grupos locais de adquirir independência em relação aos estados e/ou da política nos quais estão inseridos.

Dessa forma, coloca-se em xeque as imagens/representações que se tinha no passado. Assiste-se à passagem de um imaginário social/político representativo de uma região produtora de alimentos, mas que sofre impactos de natureza perversa, a justificar políticas de industrialização.

Forjam-se imagens virtuais positivas do sertão/litoral, que alavanca investimentos no domínio do agronegócio e do turismo, variáveis inovadoras. Atividades que são difundidas nos interstícios de uma região que em tempos pretéritos apresentava-se numa perspectiva monocultora industrializada.

2ª imagética: O Nordeste turístico

A apropriação/valorização do mar e do marítimo ocasionou significativos desdobramentos no Nordeste, região que passa a investir nesta variável litorânea na década de 1990, momento em que a atividade turística ganha notoriedade. Observa-se novas formas de atuação dos Estados, o que representa transmutações significativas que guiam a economia nordestina a trilhar novos percursos (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016), vislumbra-se o turismo como tábua de salvação. Segundo Santos (2013, p.148), na década de 1970 o Nordeste já emergia como promissor na atividade turística, nascia nos governos nordestinos a concepção de explorar a atividade.

Nas décadas de 1960-1970, a dinâmica dos lazeres marítimos é pouco marcante, sendo vislumbradas apenas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro que representam de fato o que seria essa dinâmica em território nacional. Imprime-se uma lógica pautada no turismo em âmbito nacional-internacional, entretanto, o caráter turístico local-regional também se faz presente. Essa realidade denota políticas eminentemente estaduais, nesse contexto é que o Rio de Janeiro adquire papel preponderante. Será nesse estado que o Governo Federal direciona maior volume de investimentos e um conjunto de políticas que permitem a invocação/construção de uma imagem

turística do estado, que culmina no espaço-tempo uma caracterização da cidade homônima enquanto “espelho”, a partir do qual o turista internacional pode “enxergar” o Brasil (DANTAS, 2020).

A década de 1990 é pedra angular nesse processo, pois assiste-se ao desenvolvimento de programas que se voltam ao turismo, pode-se aqui destacar políticas públicas federais em consonância com esfera estadual e/ou municipal, cuja lógica é a melhoria da infraestrutura nordestina, especificamente dos municípios litorâneos de relevância turística. Destaca-se a política de “Megaprojetos turísticos” seguida do PRODETUR/NE, a primeira amplia a infraestrutura hoteleira regional, a segunda aperfeiçoa infraestrutura básica e de acesso, bem como melhora o sistema institucional de gestão turística (TAVEIRA, 2015).

Nesse cenário emerge o PRODETUR/NE, financiado com recursos do BID e tendo o BNB como órgão executor. Injeta-se razoáveis investimentos para melhoria da infraestrutura turística como saneamento, transportes, urbanização, implantar projetos de proteção ambiental, do patrimônio histórico e cultural; capacitar profissionais, fortalecer as administrações de estados e municípios. De acordo com Silva *et al* (2006, p.24), na primeira fase do PRODETUR/NE entre os anos de 1995 a 2003, foi previsto investimento de 900 milhões de reais para os estados nordestinos, quantia distribuída diferencialmente entre os estados, Bahia fica com maior parcela 300 milhões, seguida do Ceará com 160 milhões o que totaliza 51% do volume de recursos totais.

O litoral nordestino, tem a seu favor para os desdobramentos dos lazeres marítimos, extensa linha de costa, representativa de variados tipos de paisagens e espaços singulares

para o lazer, vilegiatura, turismo, esportes náuticos. Como destaque temos os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que apresentam metrópoles mais fluídas e processo de turistificação consolidado em seus interstícios urbano-litorâneos (CORDEIRO; BENTO e BRITO, 2011),

Em sua primeira fase, o PRODETUR/NE traz importantes ações do ponto de vista logístico, alavanca significativas transformações no Nordeste, sobretudo, na zona costeira que se transmuta num verdadeiro espaço dos lazers marítimos. O programa insere o turismo, prepara a região para receber e ampliar fluxos turísticos em âmbito nacional e internacional. Obscurece-se mais uma vez a concepção de “região problema” para a de região desenvolvida que passa a valorizar, modernizar e reestruturar seus espaços idílicos litorâneos. O PRODETUR I corrobora para a tessitura da imagem turística do Nordeste, que se dá no tempo e no espaço por meio da valorização do mar e do marítimo.

A urbanização pelo turismo se inicia com o PRODETUR I, oficialmente implantado em 1995, sendo finalizado em 2005, em 2002 amplia-se área de atuação por meio do PRODETUR II sendo concluído em 2012. Em 2010 ocorre impasse, questionamentos e reivindicações por parte de estados não-nordestinos, o que faz com que o programa seja descentralizado, deixa o âmbito regional e passa a atuar em escala nacional, ganhando denominação de Prodetur Nacional, atuando no norte de Minas Gerais (polígono do semiárido) e Espírito Santo.

Na segunda fase do PRODETUR/NE, consolida-se a imagética turística que muda enormemente a realidade geográfica do Nordeste, que se apresenta com outra virtualidade à disposição dos governantes e dos empresários do sol, cuja tônica não se explica apenas pela lógica do trabalho, da produção de alimentos,

mas pelas dinâmicas dos lazeres marítimos, na ânsia, no desejo das populações locais/regionais/globais em usufruir das ambiências litorâneas, realidade que se nutre a partir da efetivação de polos atrativo de lazer e turismo. Muda-se completamente a percepção, interesses, pontos de vistas e as dimensões na agenda política nordestina, delinea-se a imagética de um Nordeste que até então não conhecíamos.

Segundo o Mapa do Turismo Brasileiro (2019), evidencia-se que gradativamente ao longo do tempo, há uma evolução dos números de municípios partícipes da atividade turística, fazendo emergir polos turísticos litorâneos e não-litorâneos. Durante as duas fases do PRODETUR/NE, percebe-se 13 polos turísticos contemplados e consolidados, sendo doze litorâneos e um não-litorâneo (Chapada Diamantina – BA). Na figura 3 a seguir nota-se expansão para 29 polos turísticos litorâneos, prova de que na contemporaneidade, políticas, projetos e investimentos continuam cada vez mais pujantes e presentes na região, que de forma agressiva tem seus espaços litorâneos “fagocitados”. Percebe-se que o turismo de sol e mar, de caráter regional, efetivado no Nordeste não é praticado apenas nas ambiências litorâneas, mas nos demais espaços como as sub-regiões da Zonas da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte.

A busca pelas ambiências litorâneas para prática de lazer, vilegiatura e turismo se dão sob tônica mais agressiva do que em outras paragens, no entanto, o mapa evidencia de forma concisa uma busca pela atividade turística no interior do Nordeste. Vislumbra-se a busca por outros segmentos da atividade que estão para além do desejo pelo sol e mar, o que de certa maneira ressignifica a natureza semiárida, vista no passado como limitante ao desenvolvimento de qualquer atividade. De acordo com dados do IBGE (2019) e MTUR (2019), a região Nordeste possui 156

municípios defrontes ao mar, desses 137 fazem parte dos 29 polos turísticos consolidados nos nove estados nordestinos.

Figura 3: Mapa dos polos turísticos nordestinos (litorâneos e não-litorâneos).



Fonte: Ministério do Turismo – MTUR (2019), INFRAERO (2020), Ministério da Infraestrutura – Minfra (2020). Organização: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C, 2020. Elaboração: SILVA, N.J.P, 2020.

Em 2008 o MTUR em parceria com o BID, lança o PRODETUR Nacional, um ano antes em 2007, é criado Programa de Aceleração do Crescimento, promovendo a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, denominado de “desenvolvimento acelerado e sustentável” (BRASIL, 2016). Para Araújo (2018, p.79), mesmo o PAC não sendo política específica voltado ao turismo, mostrou-se de grande relevância à atividade, em especial na inserção de infraestrutura rodoviária, construção/reforma de aeroportos e portos. No que tange a questão das rodovias federais dinamizou-se a fluidez do turismo regional, sobretudo, nordestina.

O PAC assim como o PRODETUR/NE, teve objetivos similares de qualificar os territórios dos estados, objetivando-se a internacionalização dos destinos, o que a grosso modo, fez convergir fluxos turísticos à região. Cabe destacar baseando-se em Dantas (2020, p.9), que a construção de uma imagética positiva do Nordeste, capitaneada pelo agronegócio e turismo litorâneo, numa perspectiva socioeconômica e de políticas direcionadas às populações menos abastadas, não propiciaram eliminação da fome e dos problemas existentes na região.

3ª imagética: O Nordeste que descobriu os ventos

Neste tópico, apresentar-se-á por meio de cartografia, dados primários, informações e reflexões, a análise de um Nordeste plural, diverso e multifacetado que difunde um terceiro momento, percebido pelos autores que é a consolidação de novíssima imagética. Para Rodrigues e Dantas (2021), emerge um “terceiro Nordeste”, ligado aos ventos alísios que tocam litoral e

sertão, tese geográfica que defendemos e classificamos de “Nordeste que descobriu os ventos”.

A região nordestina, passou por temporalidades distintas que apresentam formas plurais de uso e ordenamento do território, desdobramentos que colaboram para a consolidação de três momentos distintos, pondo em evidência o agronegócio, turismo e recentemente as eólicas. Assim como imagéticas anteriores, essa também se propaga em escala nacional/internacional. Grosso modo, deve-se destacar que isso não beneficia a população autóctone de forma genuína, pois muitas comunidades litorâneas ainda permanecem invisíveis no processo de produção de energia eólica, que ocasiona sensíveis impactos socioambientais nas zonas de costa brasileira. Apesar deste cenário, nota-se algumas políticas de compensação realizadas por empresas energéticas, o que as vezes não é suficiente, mas denota, mesmo que de forma embrionária, um caminho de diálogo entre comunidades e intervenientes.

O setor energético, tem como objetivo central atrair maior volume de investimentos/investidores, consolidar parcerias público-privadas entre governos, empresários, empreendedores e empresas sejam em âmbito local, regional e/ou global. Nota-se que o litoral se transmuta para um espaço atrativo não só dos lazeres marítimos, vilegiatura e do turismo, mas de uma produção energética que gradativamente pontilha à zona de costa brasileira, e o Nordeste não foge à regra, apresentando-se com maior capacidade de geração e número de parques eólicos.

No panorama eólico-energético nordestino, destaca-se alguns estados que colaboram na construção/consolidação da imagética eólica. O Ceará, precursor do avanço eólico no Brasil, América Latina e Caribe, é o primeiro estado a construir um parque eólico no país, possui cerca de 112 parques eólicos em seu

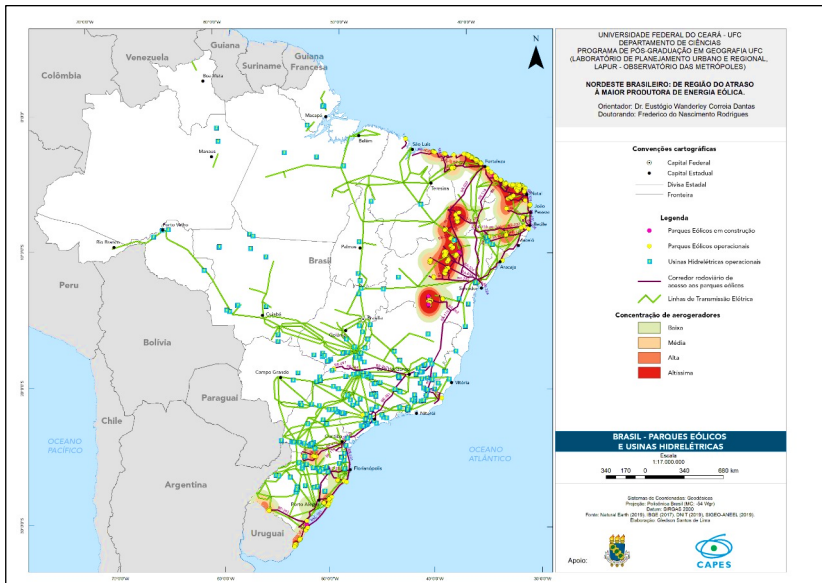
território o que representa cerca de 2,9 GW de capacidade instalada. Rio Grande do Norte com 344 parques (11,2 GW) vem se destacando em duas áreas geográficas, por lá os ventos tocam litoral e sertão. Registra-se nas ambiências litorâneas ventos que variam de 5 m/s a 9,5 m/s. O território potiguar ganha notabilidade em 2014 quando tornou-se maior produtor de energia eólica, recentemente ultrapassado pela Bahia que possui 401 parques eólicos contabilizando 11,8 GW de potência instalada (ANEEL, 2022).

Segundo Guimarães Neto (2009, p.9), existe uma combinação perfeita no Nordeste, entre brisas diurnas e alísios de leste que propiciam ventos de grande intensidade, constância e unidirecionais, sobretudo, no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia que respectivamente possuem 16, 125, 112, 344 e 401 parques eólicos. Nos demais estados notabiliza-se 44 na Paraíba, 42 em Pernambuco e 1 em Sergipe, ao todo a região possui cerca de 1.085 parques eólicos (ANEEL, 2022). Na figura 4 evidencia-se a espacialização dos parques eólicos em âmbito nacional, é possível perceber com maior pujança a consolidação de sistemas técnicos e de engenharia (complexos eólicos) concentrando-se no Nordeste, fato evidenciado a partir das manchas geoenergéticas que denotam o nível de concentração dos aerogeradores que varia de baixa (cinza) à altíssima (vermelha).

Por meio do mapa, nota-se maior número de linhas de transmissão energéticas (linhas em verde), concentradas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, bem como hidroelétricas. Nesse contexto, para superar déficit energético histórico, restou ao Nordeste uma alternativa, investir no condicionante natural e na posição geográfica favorável que permitem aproveitamento dos ventos que tocam litoral e sertão, para suprir carência

energética. Os complexos eólicos territorializam-se tanto na faixa litorânea, como em áreas do semiárido. O uso do território com fins energéticos, possibilita a inserção/aperfeiçoamento da infraestrutura rodoviária (linhas em roxo) e de transmissão energética que se fixam próximo aos parques e atendem demanda do setor elétrico.

Figura 4: Mapa dos parques eólicos no Brasil.



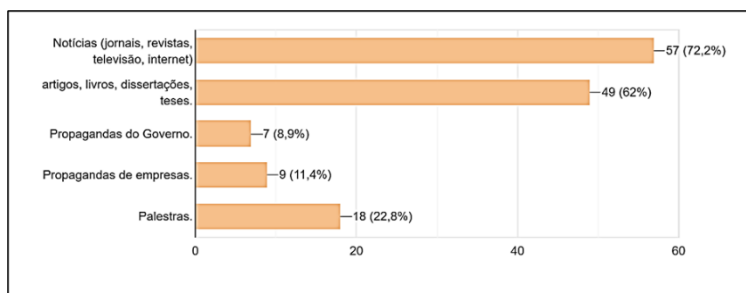
Fonte: Natural Earth (2019), IBGE (2017), DNIT (2019), SIGEO-ANEEL (2019).

Organização: RODRIGUES, F.N e DANTAS, EWC, 2019.

Elaboração: LIMA, GS, 2019.

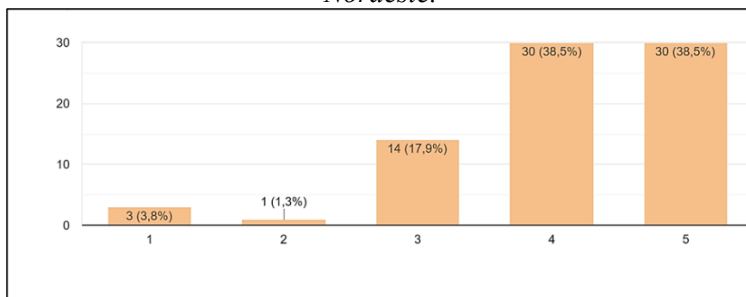
Numa tentativa de vislumbrar de forma mais relevante essa imagética, aplicou-se oitenta questionários eletrônicos, utilizando-se a escala *likert*. Os questionários foram direcionados a quatro grupos distintos de pessoas: acadêmicos, visitantes/turistas assíduos ou não do litoral, profissionais da cadeia produtiva das eólicas e comunidades afetadas direta/indiretamente pela construção dos parques. Destaca-se aqui dois gráficos, no primeiro evidencia-se as principais fontes que contribuem para difusão de informações sobre energia eólica. O segundo é representativo da opinião dos entrevistados acerca da possível construção/consolidação de imagem virtual/real do Nordeste como maior produtor de energia eólica.

Gráfico 1: Principais fontes difusoras de informações sobre energia eólica.



Fonte: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C (2021) – Questionário elaborado no Google Form.

Gráfico 2: Consolidação de uma terceira imagética do Nordeste.



Fonte: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C (2021) – Questionário elaborado no Google Form.

No gráfico 2 vislumbra-se importante fonte de dados, onde se apresentou aos entrevistados informações referentes aos doze estados brasileiros que se destacam no setor eólico, destes oito situam-se no Nordeste. Do total de 1.191 parques instalados no país, 1.085 situam-se no Nordeste, ou seja, mais de 90%. Diante do ensejo, investiga-se junto aos respondentes se estes acreditam na projeção da imagem nordestina, associada a maior produtor de energia eólica. Dentro da escala *likert* as opções 4 (concordo) e 5 (concordo totalmente) prevalecem, ambas com 38,5% que acreditam nessa difusão imagética. Dessa forma, constata-se que o Nordeste plural, diverso, complexo, multifacetado, de características físico-geográficas singulares forja no hodierno uma terceira e fundamental imagem, na qual convencionou-se chamar de “o Nordeste que descobriu os ventos”.

Considerações finais

O Nordeste é uma região multifacetada que se transmuta no espaço-tempo e difunde distintas imagéticas. No passado, as imagens que emergem, associam-se a produção açucareira (Zona da Mata) e ao desenvolvimento algodoeiro-pecuarista (sertão). Atividades que na hodiernidade permeiam os interstícios da região, mas que não são mais capazes de explicá-la. Observa-se processo de modernização, ordenamento do território e da economia, que não se pauta mais nas atividades do passado, mas no agronegócio, no turismo e mais recentemente na energia eólica, ou seja, o Nordeste é redimensionado, desconstruído e reconstruído.

Surgem novas imagéticas, associadas as potencialidades e condições favoráveis à produção frutícola, que se aliam aos aspectos infraestruturais e econômicos como a construção de reservatórios hídricos, sistemas técnicos de irrigação, ampliação da malha viária, fatores atrativos para empresas agrícolas modernas e mercado de insumos, que favorecem a cadeia produtiva do agronegócio. Coloca-se em prática novo discurso, que apresenta o semiárido por outro prisma relacionando-o a uma virtualidade.

Dantas e Elias, evidenciam “dois Nordestes”, o primeiro associado ao agronegócio, o segundo ao turismo litorâneo. Rodrigues (2021), aponta um terceiro momento “O Nordeste que descobriu os ventos”. Difunde-se uma terceira imagética, associada a região que se mostra promissora na geração de energia eólica. Constrói-se uma nova percepção na população autóctone e alóctone de um Nordeste que alcançou “independência” energética.

Percebe-se a divulgação de informações, conhecimentos e notícias vinculadas as eólicas, que reverberam nos mais variados grupos, como população autóctone/alóctone, trabalhadores da cadeia produtiva. Observa-se uma teia de informações que forjam uma imagem do Nordeste capitaneada como maior produtor de energia eólica. Colaboram nesse processo jornais, revistas, televisão, internet, meio acadêmico, propagandas de empresas e dos governos.

Dentro dessa lógica imagética, aglutina-se também aspectos negativos relacionados aos impactos em área de fragilidade ambiental e vulnerabilidade social, especialmente na zona de costa. Uma realidade que se propaga envolta de conflitos socio-territoriais e socioambientais difíceis de se compreender e que dividem opiniões. É nesse contexto, que se evidencia a consolidação de uma terceira imagem do Nordeste, que propaga a concepção de modernidade, sustentabilidade e propicia visibilidade aos empresários dos ventos. Constata-se imagens virtuais, que se misturam as reais, eclipsando dimensões negativas do passado: de pobreza, fome, semiaridez, desigualdade e desemprego.

Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida para pesquisa de 2017 à 2021. Este capítulo de livro é fragmento da minha tese de doutoramento defendida em agosto de 2021. Isso só foi possível, por meio da instituição homônima de fomento.

Referências

ARAÚJO, Luana Lima Bandeira. *Turismo Regional no Litoral do Nordeste brasileiro*. 2018. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2018.

ANEEL. *Sistema de Informações de Geração da Aneel - SIGA*. 2022. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWwM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BNB, Banco do Nordeste. *Relatório Agronegócio 2019*. Fortaleza: BNB, 2019. 28 p.

BRASIL, Ministério do Planejamento. *Em nove anos, investimentos executados pelo PAC somam R\$ 1,9 trilhão*. 2016. Disponível em: <http://pac.gov.br/noticia/68777baf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

CORDEIRO, Itamar; BENTO, Eloíza; BRITTO, Carlos. Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.355-369, dez. 2011.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 468 p.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Pedro Carlos Gama da. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS,

Denise; PEQUENO, Renato. *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Bnb, 2006. p. 117-150.

DANTAS, Eustógio W. C. O Nordeste desconstruído ou reconstruído? *Revista Franco-Brasileira de Geografia: O Brasil e a revolução geopolítica mundial*, França, v. 501, n. 56, p. 1-14, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/21089>. Acesso em: 11 dez. 2020.

DANTAS, Eustógio W C. Metropolização turística em região monocultora industrializada. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p.65-84, 30 set. 2013. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*.

DANTAS, Eustógio W. C. A construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. *Mercator Fortaleza*, v. 1, n. 1, p.53-60, jun. 2002. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 13, n. 2, p.153-167, nov. 2011.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado e (re) estruturação urbano-regional. In: XVII ENANPUR, 17., 2017, São Paulo. *Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?* São Paulo: Enanpur, 2017. p. 1 - 16.

GUIMARÃES NETO, José Artur Ribeiro; VIEIRA, Ralffo. *Energia eólica: atração de investimentos no Estado do Ceará*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2009. 257 p.

GOMES, Iara Rafaela. *Agricultura e Urbanização no Nordeste Brasileiro*. Fortaleza: Edições Ufc, 2019. 208 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeção da População Brasileira*. 2017. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MTUR, Ministério do Turismo. *Mapa do Turismo Brasileiro*. Brasília: Mtur, 2019. 27 p.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; GOMES, Iara Rafaela. *Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste*. Fortaleza: Edições Ufc, 2016. 103 p.

RODRIGUES, Frederico do Nascimento. *Nordeste Brasileiro Multifacetado: do sertão bucólico aos ventos que tocam o litoral*. 2021. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2021.

SANTOS, Jean Carlos Vieira. *Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares*. São Paulo: All Print, 2013. 215 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 473 p.

SILVA, José Borzacchiello da et al. *Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 446 p.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. A turistificação de São Miguel do Gostoso: a internacionalização da "cidade dos ventos". *Revista Turismo y Desarrollo Local*, Espanha, v. 8, n. 19, p.1-16, dez. 2015.

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: TERRITÓRIO DE QUEM?

Rosalva de Jesus dos Reis

A organização do evento XIII Encontro de Geografia do Pontal me convidou para integrar a Mesa Redonda que discutiu sobre o tema História e Geografia: debatendo sobre o conceito de espaço/território. Organizei a minha fala contemplando um espaço da capital maranhense, o Centro Histórico, com destaque para a Praia Grande, um local com configurações territoriais diferenciadas ao longo do tempo.

Inicialmente, destaco a situação geográfica de São Luís, ressaltando que o município está situado na grande ilha, no Golfão maranhense.

Antes de falar do espaço selecionado, o Centro Histórico de São Luís, me reporto ao professor Milton Santos quando ele se refere aos objetos e ações indissociáveis que compõem o espaço. Destaco, também, algumas concepções de Rogério Haesbaert (2004, p. 2-3) sobre território:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

[...] é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo [...]”.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um contínuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’.

Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.

O que abordarei a partir de agora é como Praia Grande, situada no Centro Histórico de São Luís, expressa os elementos e características espaciais e territoriais citados pelos renomados autores (SANTOS, 1997; HAESBAERT, 2007). E como a Geografia e a História se entrelaçam ao longo desse processo de construção. Para tanto, utilizarei um trabalho de conclusão de curso elaborado por mim, na Graduação, intitulado *Produção do espaço urbano da Praia Grande* e as observações mais recente do lugar.

A historiografia oficial destaca a história de São Luís a partir da fundação francesa. Sobre esse fato histórico, eu me alinho aos pesquisadores como Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2002) que considera um mito a fundação francesa de São Luís. Os franceses tentaram “ocupar” São Luís, que àquele momento era habitada pelos indígenas tupinambás. Ou seja, eram eles que ocupavam o espaço e imprimiam nele suas territorialidades.

O período de 1612 a 1615 foi muito pequeno para que os franceses deixassem marcas significativas. Mas, é incontestável que aqui eles estiveram. Destaco alguns fatores de ordem geográfica que contribuíram para a escolha do sítio: a altitude, a proximidade com a confluência de rios e condições propícias à instalação de um porto.

Os franceses escolheram um local elevado (onde hoje está o Palácio dos Leões, a Av. Pedro II e adjacências) que lhes permitia uma ampla visibilidade do duplo estuário dos rios Anil e Bacanga e adjacente a um local com condições de instalar um porto (Fig. 1). Essa localidade era conhecida como Praia Grande, em oposição à Praia Pequena ambos situados à margem direita do rio Bacanga.

Figura 1 – Vista da Avenida Beira-Mar e Palácio dos Leões em São Luís - MA



Fonte: Maurício Moreira. Disponível em: < <https://www.brasil-turismo.com/maranhao/sao-luis.htm> >. Acesso em: 26 de mai. 2023.

A denominação “praia” refere-se a um trecho do rio que, no período de estiagem ou na baixa-mar, a faixa de areia fica exposta, assemelhando-se, assim, a uma praia.

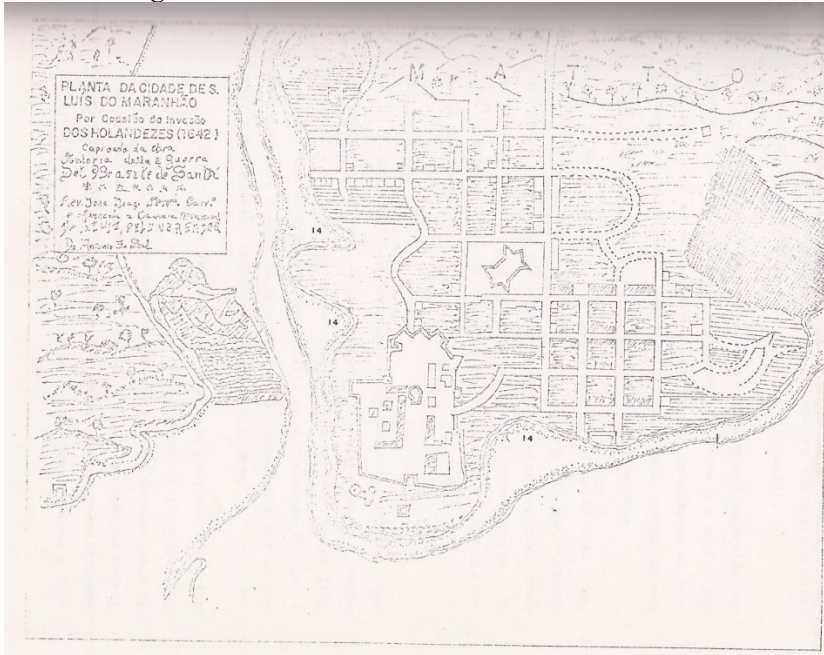
Em 1615, os portugueses fizeram a retomada do lugar, pois já o consideravam como seu território desde a chegada ao Brasil. Logo, a partir desse momento acontece de fato a consolidação do domínio português no Maranhão.

A planta de 1642 (fig. 2), mostra a “cidadela” francesa, como foi chamada por Jerônimo de Viveiros, composta de uma mureta e edificações feitas de palha e madeira. Percebe-se, também, a cidade traçada pelo Engenheiro Mor do governo português, Frias de Mesquita. Na planta podem ser identificados os rios Anil e Bacanga e também algumas de suas “praias”, e o traçado retilíneo da cidade que foi se constituindo. Na planta são identificadas com nitidez ruas da localidade que ficou conhecida como Praia Grande, citamos aqui a rua Portugal, rua da Estrela e rua do Giz. Escolhida como local de fixação da classe comercial, pela Praia Grande se dava o escoamento da produção oriunda do interior do estado através do Porto de Santa Maria, situado à margem do rio Bacanga.

A partir do século XVIII, a cidade começa a crescer economicamente, com base na exportação de algodão, arroz e açúcar. Como o porto estava localizado na Praia Grande, a mesma começa e se beneficiar com este fato. São Luís passa a ser a 4ª cidade do país em população e riqueza.

Viveiros (1954, p.128) destaca: “gastávamos, portanto, nossas reservas no conforto e luxo, a que íamos nos acostumando com o comércio dos franceses e ingleses. Datam desta época os nossos sobradões de grades e azulejos” (Figs 3 e 4).

Figura 2 - Planta da Cidade de São Luís de 1642.



Fonte: Reis, 1990.

A classe comercial, segundo Viveiros, contribuiu para as melhorias no bairro, “Aterrou pântanos, secou os olhos d’água, roçou mangais, beneficiou-se com dezenas de braços de cais, dotando-lhe de trapiches... e cobrindo-o de sobradões de ombreiras de cantarias, de janelas de grade de ferro e revestidos de azulejos” (VIVEIROS, 1954, p.144).

Figura 3 – Casarões na Rua Portugal



*Fonte: IPHAN/Divulgação.
Disponível:
<[https://educacaoeterritorio.org.br/\[...\]sao-luis-ma/](https://educacaoeterritorio.org.br/[...]sao-luis-ma/)>. Acesso em: 26 de mai. 2023.*

Figura 4 – Casarões na Rua do Giz



*Fonte: Ascom/Setur. Disponível:
<[https://www.mercadoeventos.com.br/\[...\]nordeste-brasileiro/](https://www.mercadoeventos.com.br/[...]nordeste-brasileiro/)>.
Acesso em: 26 de mai. 2023.*

É desse momento áureo da economia maranhense que datam os casarões, solares e outras edificações que tão bem identificam a porção central mais antiga de São Luís. Pelo tamanho e suntuosidade das construções, tem-se uma ideia do poder aquisitivo dos seus donos. Muitos casarões da Rua da Estrela, Portugal e Giz possuem 3 pavimentos. O prédio onde atualmente funciona o IPHAN possui 4 pavimentos.

No Século XIX, a economia do Maranhão começa a perder importância no cenário nacional. Fato esse que impactou de forma significativa a configuração territorial da Praia Grande, uma vez que ela passou a ter novas funções e outros elementos passaram a integrar o espaço. Os grandes comércios e entrepostos foram fechando; as famílias, antes abastadas, foram se mudando para outras localidades, restando apenas as edificações fechadas ou com novas utilidades (figs 5 e 6). Conforme destaque no trabalho elaborado em 1990,

Do grande comércio outrora existente resistiu um pequeno comércio atacadista, a maioria das grandes casas comerciais deslocou-se para outros centros comerciais. Os sobradões, em grande parte, passaram a formar um conjunto de habitações degradadas. Como tornou-se dispendiosa a sua conservação, seus proprietários passaram a alugá-los a uma camada social de baixa renda, sendo os mesmos transformados em cortiços. Muitos foram abandonados, chegando a ruir” (REIS, 1990, p. 35).

Figura 5 – Edificação em ruína



Figura 6 – Casario em ruína



Fonte: Neto Cordeiro/Grupo Mirante. Disponível em: <[https://g1.globo.com/\[...\]desabamento.ghtml](https://g1.globo.com/[...]desabamento.ghtml)>. Acesso em: 26 de mai. 2023.

No Século XX, inicia-se na Praia Grande um processo de revitalização através de ações governamentais materializadas pelo Projeto Praia Grande (PPG) (instituído pelo Decreto Estadual 7.435, de 16 de novembro de 1979) e Projeto Reviver (instituído pelo Decreto Estadual nº 11.067 de 22 de março de 1989). Convém destacar que a área de abrangência do Projeto Praia Grande foi além da própria Praia Grande. Já a área do Projeto Reviver se confunde com os limites da Praia Grande.

O nome Reviver tornou-se tão significativo que popularmente ele identifica a localidade. Muitas pessoas dizem “vou ao Reviver”. Substituem Praia Grande por Reviver. Particularmente, me contraponho a esse uso. Os projetos de revitalização foram responsáveis por ações em prédios, praças, arruamento, eletrificação e ordenamento do trânsito, entre outras. Inúmeros prédios que passaram a ter novas funções. Prédios revitalizados passaram a abrigar instituições públicas (como secretarias estaduais e municipais), teatros, lojas de artesanatos.

Estabelecimentos como bares, restaurantes, lanchonetes e casas noturnas passaram a funcionar na Praia Grande. Percebem-se novos objetos, novos sujeitos, novas relações estabelecidas numa Praia Grande reconfigurada. Ela transforma-se num ponto turístico da cidade, função esta que permanece.

O reconhecimento feito, em 1997, pela UNESCO de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade projetou a cidade para além fronteiras do país. É na Praia Grande que está a maior concentração do casario de origem colonial que respaldou a indicação e titulação. Atualmente o Centro Histórico de São Luís é constituído por museus, Igrejas, teatros, universidades, órgãos públicos, bares, restaurantes. Ele é palco de manifestações culturais e grandes festas como Reveillon, Carnaval, Páscoa, festas juninas/julinas e Natal (figs 7 a 10).

Figura 7 – Bar/restaurante no Centro Histórico de São Luís



Fonte: tem que ir. Disponível: <[https://www.temqueir.com.br/\[...\]maranhao.html](https://www.temqueir.com.br/[...]maranhao.html)>. Acesso em: 26 de mai. 2023.

Figura 8 – Palácio dos Leões



Fonte: Governo do Maranhão. Disponível: <[https://twitter.com/\[...\]16952788454301703](https://twitter.com/[...]16952788454301703)>. Acesso em: 26 de mai. 2023.

Figura 9 – Roda de Tambor de Crioula



Fonte: Governo do Maranhão. Disponível em: <[https://www3.ma.gov.br/\[...\]crioula](https://www3.ma.gov.br/[...]crioula)>. Acesso em: 26 de mai. 2023.

Figura 10 – Carnaval no Centro Histórico de São Luís - MA



Fonte: SETUR São Luís. Disponível em: <[http://turismosaoluis.com.br/\[...\]galler-y-1](http://turismosaoluis.com.br/[...]galler-y-1)>. Acesso em: 26 de mai. 2023.

É um verdadeiro teatro a céu aberto onde se apresentam grupos de bumba-meu-boi, manifestação cultural do Estado do Maranhão que congrega festa, religião, cultura, fé, política e arte. São comuns, ao longo do ano inteiro, as rodas de Tambor de Crioula.

No período do Carnaval apresentam-se os Blocos Tradicionais. Nos finais de semana ocorre a Feirinha, organizada pela Prefeitura Municipal de São Luís. E, durante a Copa do Mundo de 2022, telões foram colocados para transmissão dos jogos do Brasil, que eram antecedidas e precedidas de atrações musicais.

Observamos que em um mesmo espaço podem ser configurados diversos territórios ao longo de sua história, conforme um conjunto de fatores (políticos, econômicos, sociais, institucionais). Volto à pergunta inicial: Centro Histórico de São Luís: território de quem? No recorte espaço-temporal em destaque, nessa abordagem, diversas territorialidades foram se configurando no espaço do Centro Histórico de São Luís, conforme o arranjo e interesses dos sujeitos que dele têm se apropriado. A História e a Geografia caminham lado a lado na análise desses fenômenos.

Referências

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre: 2004.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A criação de um mito. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, v. 2, n. 2, p. 54-80, 2005.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: 2002.

REIS, Rosalva de Jesus dos. *Produção do espaço urbano da Praia Grande*. 1990. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, técnica, e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão - 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

AS QUESTÕES ÉTNICO-LINGUÍSTICAS, CULTURAIS E RELIGIOSAS: A COMUNIDADE JUDAICA E SUAS NOVAS TERRITORIALIDADES.

Carlos Alberto Póvoa

Introdução

Tradicionalmente, conhece-se que a nomeação étnico-religiosa, linguística-cultural e social-política das comunidades judaicas é de se dividirem em duas grandes comunidades conhecidas como: os Sefaradim e os Ashkenazim, ambos estão intimamente ligados ao Ocidente – ao mundo Ocidental – Europa (Centro - Ocidental e Oriental), Estados Unidos, Canadá, Brasil e Argentina. No entanto difunde-se em estudos e publicações acerca destas duas comunidades como se fossem as únicas representações da presença étnica, religiosa - judaica pelo mundo.

Talvez isso tenha sido intencional, porque o principal objetivo deste artigo seria desenvolver acerca da Geografia-Histórica judaica e ajudar a compreender a vida judaica fora do território europeu e de suas nomenclaturas convencionais, assim como entender os novos ambientes aonde se encontram outras comunidades judaicas “esquecidas” e “desconhecidas” pelas comunidades tradicionais ocidentais.

Não obstante, é necessário sempre ter em mente que existem, há muitos séculos, outras comunidades judaicas além de nossos horizontes e que elas se desenvolveram de maneira inteiramente singular e desigual, assimilando dos lugares onde vive um estilo de vida *sui generis* para as comunidades conhecidas, ou seja, assimilaram a cultural nacional de onde se

encontram, porém sem perder a sua judaicidade aos longos de todos esses anos de sua existência.

Para FAUSTO, (2000), os judeus que se evadiram de partes da Europa Centro-Occidental e Centro-Oriental, começaram a estabelecer em novas comunidades e em novos mundos por meio das colonizações e descobertas territoriais, como na África, Ásia e na América, que já possuam comunidades ligadas ao judaísmo e que se estabeleciam em silêncio, por serem desconhecidas pelos ocidentais que posteriormente se fixaram ao lado de antigas comunidades já territorializadas, que já ocupavam essas terras anteriormente as grandes levas imigratórias da Europa para o novo mundo. Como acontecera tantas vezes durante e antes na história da ocupação destas terras através das navegações e conquistas.

No entanto, com as novas conquistas, membros das comunidades judaicas imigravam conjuntamente com os demais para os novos territórios, porém essa imigração passou por momentos de crise, ou seja, refizeram a sua história quando os anteriormente outros judeus já perfizeram estes caminhos - primeiros judeus a cruzarem oceanos e territórios longínquos e se fixados anteriormente às ocupações sistemáticas das colônias.

De acordo com PÓVOA, (2010), o exemplo clássico para entender o que ocorria, seriam os marranos na América do Sul, que emigraram da Península Ibérica, fugidos da inquisição portuguesa e espanhola que convertia os que ficam para o cristianismo, dando origem ao termo Cristão-Novo. Muitos destes judeus que largaram suas terras chegaram à América recém-colonizada e encontraram “os seus”, numa situação mais confortável e bem estabelecidos. Durante séculos, muitas gerações se perderam e desassimilaram o judaísmo por falta de um convívio comunitário mais expressivo como era na Europa.

Este hiato judaico só foi quebrado com a chegada de novas levas de judeus refugiados da Europa durante o final do século XIX até a metade do século XX.

Para SCHEIDLIN, (2003), múltiplos fatores e acontecimentos mundiais ajudaram a desvendar algumas dessas comunidades consideradas “ocultas” e a trazê-las a luz do judaísmo moderno, assim como para mais próxima do mundo judaico ocidental, de um judaísmo mais liberal e contemporâneo. Estes grupos ficaram conhecidos como judeus seculares.

No entanto, sabe-se que a rivalidade colonial entre as grandes potências europeias e o avanço nos transportes marítimos e bem posteriormente o aéreo, caracterizaram os séculos XIX e XX, como destaques de acessos às áreas até então inexploradas do planeta, e colocaram em contato com mundos até então desconhecidos do “mundo moderno e globalizado”.

De acordo com PÓVOA, (2010), as diferentes etnias, religiões, culturas e modos de vida, são singulares, pois, cada um possui dentro do meio de vida nacional atos e hábitos considerados “excêntricos”, apresentando costumes peculiares que se tornaram tema de conversações diárias e objetos de estudos e interesses sociais, antropológicos, históricos e geográficos revelando-os um mundo a parte do conhecido, ainda mais no que tange ao judaísmo ocidental.

No entanto, para os judeus ocidentais, abriu-se uma porta para a curiosidade e isso trouxe questões intrigantes acerca das descobertas de outras comunidades pelo mundo - fora do conhecido mundo europeu e americano - em diferentes continentes tornando-os mais reflexivos e pensativos acerca de suas tradições e de seus conhecimentos mosaicos e, como o

judaísmo poderia ter sobrevivido tão isoladamente e por tanto tempo.

Desta maneira os europeus começaram a especular a origem das descobertas, desse novo elemento “ser judeu”; desconfiando-se de que não se tratavam de verdadeiros judeus, mas de assimilados e ou convertidos por conta de algum contato com judeus pioneiros nestas terras, e que também poderia ser um lapso da história. Entretanto o último golpe foi a confirmação de uma comunidade que de fato existiu e existe e que agora se faz necessariamente trazê-la ao mundo judaico ocidentalizado – Sefaradita e Ashkenazita, assim como para os subgrupos judaicos europeus como os Italquitas, Chuetas, Romaniotas e Gruzim.

Mas para algumas das comunidades, estava em questão sobre como os receberem, os inserirem e fundamentalmente aceita-los na comunidade tradicional ocidental, bem como entender que momento houve esta separação das comunidades, pois agora havia um novo elemento na comunicação entre os mesmos, a globalização que leva as informações e o conceito sobre “o diferente”, “o outro”, e de suas idiossincrasias para dentro da vida contemporânea judaica milenar. Estas foram algumas das preocupações que se abateu para alguns membros mais conservadores e ortodoxos das comunidades judaicas europeia e internacionais, pois havia uma necessidade de entender esse hiato e buscarem uma complementação de suas histórias como povo-espaço-tempo.

No entanto, prevaleceu uma compreensão acerca da existência destas comunidades, assim como um respeito por elas, já que cada judeu europeu carrega consigo a sua cultura nacional. A diferença é que a vivência e assimilação eram diárias. Mas entendia-se claramente que o serviço das rezas, e a maneira de conduzir o serviço religioso era harmônicos com os ritos

européus, isso de certa forma religiosamente os unia a um só Deus, apesar de adotarem a forma, estilo e gênero de vida do lugar - territorialidade; todavia as duas formas de vida ambivalentes (a judaica e a do lugar), passou por muito tempo como uma comunidade praticamente desconhecida e esquecida, e assim construíram suas próprias histórias. Nada obstante, tal ação nos oferece inestimável compreensão ao judaísmo vivido por eles e de respeito a sua sobrevivência judaica nestes lugares.

Por meio do estudo de suas genealogias descobriram-se como em cada crise tanto na história mundial quanto para a história judaica, as conjunturas deixaram profundas marcas sobre o povo judeu, e sobre os seus costumes e tradições.

Mas estas comunidades espaçadas se tornaram diferentes por meio do espaço vivido e observado, e que em sua vida criaram-se percepções diferenciadas sobre as suas heranças judaicas e de seu judaísmo que se adaptou aos tipos de territórios e lugares, nos quais ainda vivem.

Agora se descobriu que a Diáspora judaica é bem mais extensa do que se imaginava e, no percurso da grande imigração dos últimos cem anos, os judeus têm buscado novas pátrias em todos os continentes, fazendo girar o globo terrestre, como será apresentado em seguida. No entanto verifica-se que, entre as comunidades recém-descobertas e novas comunidades recentemente estabelecidas e territorializadas, dificilmente se encontram nelas um ponto onde não haja um remanescente comum e de Israel, a sua voz a Deus e a *Torá*, GEIGER, (2009).

Os Judeus norte africanos

Nos estudos e censos levantados SCHEINDLIN, (2003), viviam aproximadamente cerca de 400.000 judeus no Norte da África, com exceção do Egito, que não entra nesta estatística. Como o país não participou da Segunda Guerra Mundial e seus 80 mil judeus nativos do país – mizrahim, não sofreram de maneira direta os efeitos da guerra.

Os demais judeus da África Mediterrânea eram conhecidos como Megorachim ou Megorashim ("reenviados" ou "expulsos"), este termo foi usado para designar os judeus originários da Península Ibérica que se refugiaram em países do Norte de África (como já foi citado, exceção do Egito), fugindo por causa das mazelas econômicas e perseguições religiosas e ações populares antijudaicas – em 1391 e, à expulsão dos judeus de Espanha em 1492 pela inquisição.

Estes refugiados, que frequentemente eram de um nível sociocultural mais elevado, diferenciavam-se dos judeus autóctones, dos chamados judeus Tochavim, já presentes no Norte de África desde a Antiguidade, os quais falavam línguas locais (árabe ou berbere) e tinham algumas tradições influenciadas pelo Islã magrebino.

Os Megorachim iriam deixar a sua marca no judaísmo norte-africano, integrando suas tradições ibéricas nas comunidades locais o que acabaria por se fundir com os Tochavim, de tal forma que atualmente é usualmente difícil distinguir uns dos outros. Geralmente classificam-se os judeus do Norte de África em dois grandes grupos: os Sefaraditas, um termo que realça as raízes ibéricas; e os Mizrahim, de tradição oriental

com destaque para os judeus do Egito e dois para os subgrupos Megorachim e Tochavim.

Segundo a Enciclopédia Judaica (2002), dos 165.000 judeus que abandonaram a Espanha em 1492, estima-se que 32.000 imigraram e refugiaram para as costas do Norte de África (calcula-se 20.000 para Marrocos, 10.000 para a Argélia e os 2.000 distribuídos pela Tunísia). Outras fontes referem que é impossível estimar quantos judeus ibéricos procuraram refúgio em Marrocos.

Porém, de acordo com MIZRAHI (2001), os judeus europeus conheciam na melhor das hipóteses o litoral norte da África, ou seja, apenas as cidades ao longo da orla setentrional do continente africano do mar mediterrâneo, e que diferiam muito pouco de seus companheiros judeus de origem Sefaradita da Europa Meridional que tinham intimidade com a região mediterrânea, já que muitos tinham parentes nos dois continentes. Poucos europeus tinham conhecimento das muitas vicissitudes alheias que a comunidade judaica do Norte da África sofrera, ou da grandeza dos grupos judeus que viviam no interior do continente, ou das variadas e peculiares formas de sua vida judaica que se encontravam no interior do continente.

Há algum tempo atrás, em um período mais remoto antes da chegada dos imigrantes ao Norte da África, foram encontrados vestígios de comunidades judaicas que viviam de forma singular como em oásis e em desertos, assim como outros que viviam nas altas montanhas do Atlas: Marrocos, Argélia e Tunísia - MAGREB. Existiram judeus errantes que apreciavam tanto a liberdade nos desertos, que não conseguiam se estabelecer em lugares totalmente habitados, e nem próximos de grandes povoados.

Neste sentido a origem da comunidade judaica do Norte da África, segundo Rachel Mizrahi (2001), data antes da conquista maometana e, que se descreve a partir segunda metade do século VII. De modo geral os judeus não tiveram problemas no início do governo muçulmano na região até meados do século XI. As dificuldades começaram a partir de 1056 e não cessaram mais.

Muitos centros israelitas importantes na época foram destruídos; cidades famosas por suas populações judaicas e com amplas construções residenciais ficaram despovoadas e nos escombros. Quando finalmente foi estabelecida qualquer coisa semelhante à paz nas terras da África do Norte, nos fins do século XIII, a posição dos judeus não era mais a mesma, ela estava assinalada e cicatrizada e levavam consigo um receio de se tornarem novamente alvos das temperanças muçulmanas.

Enquanto esta situação persistia, todo o território decaía a níveis econômicos e culturais e, os judeus também eram arrastados e levados para baixo com ele. Foram impostas as comunidades regras sociais e religiosas rígidas e intolerantes, da mesma forma que consecutivamente ressurgiam as habituais restrições antijudaica, pois elas já faziam parte da realidade daquele lugar.

No entanto Raymond Scheindlin (2003, entende que no período de 1391 a 1492, judeus espanhóis e alguns anos depois judeus portugueses, escaparam da conversão compulsória, encontrando certa paz e liberdade religiosa nos países da África mediterrânea, chegaram em meio a fuga e pedindo refúgio. Os judeus nativos Ma'aravim, de todas as partes do Norte da África acolheram os refugiados Sefaradim e se expuseram ao governo maometano para obter aos refugiados o direito de se estabelecerem permanentemente nos países governados por eles.

Os recém-chegados Sefaradim, uma vez estabelecidos, começaram a desprezar os judeus berberes e os Ma'aravim, por causa de seu baixo nível cultural e por crer que eram mais “inferiores que os judeus europeus”, porém devemos admitir que a maior parte da liderança religiosa e da erudição talmúdica que se estende em partes do Norte da África até os tempos atuais é encontrada entre os judeus de descendência espanhola Sefaradim.

Entretanto nada mais os aproximava, seus infortúnios comuns deveriam ser unidos e assim formar um só grupo judaico, mas isso estava longe de acontecer e ao mesmo tempo satisfazia aos maometanos que percebiam a divisão interna entre os judeus facilitando o domínio sobre os mesmos.

Para Rachel Mizrahi (2001), nos últimos quatro séculos os reinos norte-africanos enfraqueceram-se pela desordem e foram abalados por levantes civis. Infelizmente, o destino dos judeus Ma'aravim e Sefaradim na “Tripolitânia” ou Região Magrebina – Magreb: Argélia, Tunísia e Marrocos estavam parcialmente salvos, mas dependiam como em períodos anteriores da Idade Média na Europa Ibérica, onde também foi muito confuso e de estarem sujeitos aos caprichos ou a sabedoria do administrador muçulmano. Repetidas vezes o *Melah* era saqueado e sua população massacrada ou convertida à força ao maometismo, portanto, a comunidade judaica Sefaradim de Fêz foi completamente destruída durante o século XVI, que, quando foi possível o restabelecimento, de uma nova comunidade em Trípoli, observaram-se dois “Purins” extras por ter sido salva no último momento da destruição acertada em 1705 e a outra em 1792.

Mas para o autor Paul Johnson (1995), a cada desordem trazia-se novas perseguições internas, a cada novo tirano, se extorquia o último centavo possível e, no entanto, os judeus

Ma'aravim e Sefaradim preenchiam importantes necessidades econômicas nos países norte-africanos como atividades comerciais com outras áreas do continente africano, também constituíam grande parte da classe artesanal e da que executava trabalhos pesados; fizeram importantes contribuições às manufaturas de couro e joias; tiveram extensa participação no comércio que havia entre a África (do Norte), França, Espanha, Portugal e a Itália e entre a o norte da África o Oriente Médio e o Sudão. Na realidade o *Melah* da África do Norte não era um bairro numa cidade, mas uma “cidadezinha independente” dentro de uma cidade.

Nos assuntos referentes à lei, um judeu não tinha absolutamente direito algum num tribunal muçulmano, mas quando o imperialismo europeu no século XIX encontrou no desgoverno dos reinos norte-africanos uma desculpa para impor-lhes suas leis, os judeus não ficaram pesarosos, pois foram amparados pelos “códigos europeus” que se colocavam no momento exato para defender a comunidade. Esses “códigos de lei” eram soberanos e amparavam tantos os europeus que lá estivessem quanto os judeus que lá viviam das leis islâmicas, já que naquele instante a Europa era quem dominava o território, e isto a colocava acima das leis maometanas locais.

SCHEINDLIN, (2003), descreve que depois de 1870, os judeus das seções francesas, da Argélia, da Tunísia e parte norte do Marrocos, exerceram com consideração o direito de se tornarem cidadãos franceses, graças ao apoio da *Alliance Israélite Universelle*, com sede em Paris Foram (re) estabelecida as escolas judaicas e alguns núcleos culturais em diversas localidades do Norte da África, deste modo por duas gerações e meia estes judeus aproximaram-se da “civilização europeia”, tornando-os sustentáculos das novas gerações que emigravam dos reinos

norte-africanos para os países da Europa mediterrânea em particular para a França. Contudo, seus costumes e tradições foram modificando-se, seu idioma nativo e cotidiano dava lugar a língua francesa, seus hábitos alimentares foram se ocidentalizando, assim como os seus interesses pessoais e profissionais, os trajes típicos “árabes” foram abandonados e incluiu-se roupas com o corte franceses e tons da moda parisiense e europeia.

A modificação ocorreu rápida demais, causando infelizmente, a abdicação não somente das tradições judaicas, mas também da sabedoria judaica. Isso acontecia com as comunidades judaicas situadas nas cidades ao longo do litoral norte-africano, porém, mais ao sul, para o interior destes países na região do deserto e nas montanhas – Atlas, a influência europeia era bem mais fraca e não permaneceu predominante, ela era quase nula, não sobreviveu para impor as suas extensões ocidentais.

Com o passar dos anos, as influências europeias trouxeram o antissemitismo, o mal espiritual europeu do fim do século XIX. Os colonos franceses na África do Norte, que construíram para si, apropriando-se de enormes propriedades e tornando-as agrícolas e moldando o comércio local e dos países que imperializavam tiravam para seu próprio proveito as vantagens da pobreza manufatureira destas regiões, depararam-se com a indignação dos muçulmanos contra a exploração econômica e trabalhadora pelo domínio estrangeiro europeu. Os franceses seguiram o exemplo “europeu” e culpavam os judeus Ma’aravim e Sefaradim pela facilidade de exploração e organização do processo de conquista sobre a terra. Os muçulmanos acostumados a oprimir os judeus iniciaram uma manifestação contra a proteção europeia aos Ma’aravim e

Sefaradim que estavam então legalmente amparados além do seu alcance.

Os sentimentos antijudaicos não podiam manifestar-se em ações enquanto o liberalismo e a democracia predominassem na Europa sobre o norte do continente africano, mas à medida que novas figuras entravam no cenário político da Europa aplicando-se doutrinas suspeitas como a de Adolf Hitler na Alemanha, que ganhava ascendência entre os anos 1930 a 1940, colocava a posição dos judeus europeus em situações degradantes e lamentáveis. Isso se agravava também em outras áreas como a fascista Itália.

Os italianos que “colonizavam” a Líbia iniciaram uma discriminação ativa contra os judeus Ma’aravim e Sefaradim e agindo também mais para o oeste do continente africano. Consequentemente neste período o poder da França enfraquece na Europa e cai de vez na África, (em 1940). Como derrotados os franceses aproveitaram-se avidamente da oportunidade para privar os judeus Ma’aravim e Sefaradim de seus direitos adquiridos como “cidadãos franceses” e os deixam a própria sorte.

Após três anos de intensos conflitos, o exército das Nações Unidas (ONU) expulsa os nazistas - alemães e os fascistas italianos do Norte da África, a antiga situação legal foi restabelecida (1943) parcialmente, pois havia uma movimentação maometana contra os judeus, a qual a ONU não podia fazer muita coisa contra. Entretanto nada podia devolver as vidas perdidas e as comunidades destruídas, principalmente na “África Italiana”, que estivera mais diretamente sob o controle alemão – Italiano (nazifascista), as cidades de Bengazi, Derna e outras áreas urbanas ao longo da costa Líbia, viram suas populações judaicas deportadas para a Europa, onde faziam trabalhos forçados para os

exércitos nazistas, ou para perecer em campos de concentração e virarem combustível em fornos ou câmara de gás. Muito poucos voltaram posteriormente a sua terra de nascimento. Esta nova ordem política e econômica amparada por uma frágil e relativa “paz” criou uma atmosfera de esperança para os judeus.

O Egito foi uma das poucas nações a não sofrer tão rigidamente com os ataques aos judeus como no restante do norte da África, pois o país não era uma colônia, mas sim uma área do “protetorado Britânico”. A paz e a prosperidade vieram para o Egito e seus habitantes, judeus e árabes quando a Inglaterra obteve o controle prático do Estado egípcio na segunda metade do século XIX. Uma considerável imigração de judeus europeus fortaleceu ainda mais as comunidades judaicas de Alexandria e do Cairo que se transformou em consideráveis centros culturais, sociais e econômicos na África e no Oriente Médio. Em 1940 havia aproximadamente cerca de 76.000 judeus no Egito, hoje não passa de 200 judeus *Mizharim*, segundo Raymond Scheindlin (2003).

Além disso, havia pequenos grupos de *Caraitas* com quem os judeus *Mizharim* mantinham boas relações e amistosas e ambos ocupavam cargos públicos de elevado grau de importância no Egito. Essa relação amigável entre os *Mizharim* e o Estado do Egito durou até a ascensão do General *Gamal Abdel Nasser* ao poder, dando origem a guerras e a uma nova Diáspora para os países da Europa Mediterrânea e para as Américas a partir de 1950. A paz voltou ao Egito nos anos 70 com General *Anwar Sadat*, assinando o tratado de Camp David, nos EUA na presença do presidente norte-americano Carter e do premier Menahem Begin de Israel, porém essa paz não retornou tão vitoriosa assim as comunidades judaicas do Egito.

Da Etiópia ao Iêmen, o resgate de uma comunidade.

De acordo com o professor Joséph Hálevy, anunciou em 1867 que fizera uma descoberta extraordinária ao explorar a “Abissínia”, país da África ao sul do Egito; (atual Etiópia e Eritréia) – a terra dos etíopes, a Cush da Bíblia.

Segundo Raymond Scheindlin (2003), o professor Joséph Hálevy encontrou uma população de aproximadamente 110.000 pessoas de pele negra que se avocavam de “*Beta Israel*”, ou seja, “Casa de Israel”. Essas pessoas alegavam ser descendente dos antigos israelitas e observavam um tipo peculiar de judaísmo. Na ocasião o próprio rei da “Abissínia”, embora cristão, vangloriou-se de possuir entre seus títulos o de “Leão de Judá” e alegava que o Rei Salomão e a Rainha de Sabá são os antepassados da família etíope.

O pesquisador pouco investigou, mas após o seu falecimento, coube ao seu aluno Jacques Faitlovich, apurar nas pesquisas de campo a descobrir mais detalhes sobre os Falashas, assim denominados nativamente. Faitlovich passou muitos anos convivendo com esses “judeus” e trabalhou exaustivamente para compor a história judaica deste povo por meio de várias fontes orais e documentais.

Na conclusão de parte da pesquisa pode-se concordar que esses antepassados distantes eram comuns àqueles soldados defensores da fronteira do sul do Egito, cuja correspondência entalhada em uma pedra e encontrada em uma região hoje denominada de Assuã. Porém parte deste exército migrou para a “Abissínia” atual Etiópia, durante Rebelião da Diáspora entre os anos de 115 a 117. Posteriormente estes soldados se casaram com

mulheres nativas, e tudo indica que a pele negra dos modernos Falashas tem a ver com a sua história africana.

O judaísmo propagou-se rapidamente entre os “abissínios”, mais rapidamente do que o cristianismo, de forma que, durante muito tempo, até o século XVI, grande parte da “Abissínia” era governada por judeus.

Com a evolução dos acontecimentos e da trajetória humana do país, segue-se uma série de guerras e os judeus perderam o seu poder. A população tornou-se predominantemente cristã e, posteriormente elevou-se a uma maior quantidade de maometanos. Os vencedores cristãos ao assumirem o poder denominaram aos “judeus” o seguinte nome “Falashas”, ou seja, de “os estranhos”.

Derrotados e separados, os Falashas, apegaram-se lealmente a suas tradições judaicas. Naquela parte de suas vidas muitos sobreviviam como artesões e lavradores, em suas próprias aldeias. Não sabia hebraico e, até sua Torá era escrita num antigo dialeto abissínio. Com a aproximação do *Shabat*, banhavam-se e se vestiam de branco e toda a comunidade reunia-se para rezar e participar de uma refeição comum. Naturalmente não trabalhavam no sábado.

Suas leis de *kashurut* são um pouco diferentes das leis de outros judeus, já que habitam uma região onde os exemplos de animais descritos na proibição não se aproximavam da realidade vivida e encontrada na “Abissínia”. De modo geral, os Falashas não revelaram qualquer indício de influencias de um judaísmo rabínico do Talmud. A chegada de um rabino em seu meio, no começo do século passado, provocou confusão no modo de pensar, agir, rezar e de observar os preceitos judaicos. Também se revelou uma preocupação com os judeus, pois a eles

descobriram que outros judeus estavam preocupados com o seu futuro e destino e ao mesmo tempo apresentou-se aos judeus ocidentais que existem outros tipos étnicos judaicos pelo mundo.

A frequente visita e o constante contato aumentaram o interesse da “comunidade” da “Abissínia”, isso permitiu que se inserissem escolas de hebraico na região. A persuasão ficou mais complicada do lado judaico europeu e americano, em não aceitar na participação e nas contribuições financeiras para apoio a essa nova comunidade, porém os judeus ocidentais não reconheceram em primeiro momento a legitimidade dos Falashas como judeus, deste modo o plano de inserção dos Falashas ao mundo judaico contemporâneo levou um longo caminho e muito tempo, quase a extinção dos mesmos.

Quando a “Abissínia” foi conquistada pelos fascistas italianos em 1935-1936, a pesquisa e os trabalhos do Dr. *Faitlovich* tiveram que ser interrompidos, todavia em 1940-1941 o invasor italiano, foi expulso e *Hailé Selassié* voltou ao trono de seu país. Não apenas foi possível recomençar a investigação e a obra judaica, mas também alocar os refugiados de guerra e da opressão nazifascista que encontraram no caminho da Etiópia a segurança.

Estes imigrantes levaram consigo habilidades técnicas de que o país muito precisava para desenvolver como universidades, escolas, transportes, maquinários, técnicas agrícolas e comércio. Esse exílio foi momentâneo, até eles voltarem ao seu país de origem, depois que a guerra acabou, eles se foram em levas. O impacto da emigração foi enorme, pois abalou o domínio de *Hailé Selassié* no país fragilizando o governo que estava tentando recompor as atividades deixadas pelos europeus. Isso causou um segundo advento, uma “revolução interna” nos anos 60 e 70, onde

um grupo maometano assumiu o poder abalando a comunidade dos Falashas.

Imediatamente com apoio internacional Israel elaborou um plano e resgate e o efetuou em uma operação denominada de “Rei Salomão”. Foi um resgate relâmpago que se concretizou em poucos dias, mas que salvou milhares de vidas e ofereceu como lar *Eretz Israel*.

Os Judeus Iemenitas

Os judeus do Iêmen são, por definição, pertencentes ao grupo étnico-cultural da sociedade Israeli denominado Mizrahi. No entanto, os iemenitas adotaram um nome próprio, o que reflete sua história e identidade diferentes das dos judeus de outros países árabes – Teimanim. O historiador Raymond Scheindlin (2003), por sua vez, acredita que os Teimanim chegaram a este país através das ligações navais e comerciais estabelecidas pelo rei Salomão com os reinos da região. Entre os séculos XIII e XVI, o Iêmen foi conquistado pela tribo africana dos Rasulidas e em 1547 pelos turcos. Com o Iêmen integrado ao gigantesco Império Turco-Otomano, os Teimanim puderam estabelecer contato com os cabalistas de Tzfat – Israel atual e com outras comunidades judaicas.

Quando os Zaydis (um grupo islâmico xiita) conquistaram o Iêmen, em 1630, novamente houve uma piora. 49 anos depois eles foram todos expulsos para a região de Mawza, na costa do Mar Vermelho, onde muitos morreram de doenças e fome. Mais ou menos um ano depois, eles foram trazidos de volta para o centro do Iêmen, pois eram necessários para a economia, já que eram muitos dos artesãos e manufactureiros. Quando voltaram,

encontraram suas casas e artigos religiosos destruídos, foram forçados a morar em bairros fora das cidades e impedidos de construir casas maiores que as dos muçulmanos ao redor.

No fim do século XVIII, foi criada uma lei que forçava o estado a tomar para si e educar de maneira islâmica qualquer órfão menor de idade que estivesse na classe dhimmis, como os judeus e os cristãos. Eles foram proibidos de andar de camelo e cavalo, tendo que andar de burro e mula, obrigados a andarem descalços no bairro muçulmano e proibidos de se defenderem caso atacados com pedras ou punhos por jovens muçulmanos.

No entanto, assim como na Europa, os judeus acharam seu nicho no mercado. Tornaram-se mestres em áreas que os muçulmanos não favoreciam, como carpintaria, sapataria, argila, alfaiataria, conserto de armas e ferramentas, como ferreiros, mercadores de café e joalheiros. No início do século XIX havia em torno de 30.000 judeus no país.

Em 1872, os turcos retomaram o controle, as condições melhoraram e restabeleceu-se o contato com outras comunidades. Dez anos depois, começou a emigração para a Palestina. Eles foram proibidos de emigrar no ano seguinte, mas continuaram mesmo assim. Eram números pequenos, mas com alguns picos, especialmente quando se deu a Declaração de Independência de Israel. Por volta de 1950, a maioria dos Teimanim já se encontrava em Israel.

Este contato com as outras comunidades gerou uma divisão interna entre a comunidade iemenita. Uma parte da comunidade, o movimento Dor Daim, queria que o judaísmo retornasse à forma de Maimônides, do Iêmen de antes de 1600, antes da assimilação da literatura cabalista, como o Zohar, que eles consideravam crenças alienígenas e irracionais. A oposição

os Iqshim, não queria deixar de praticar a kabbalah. A divisão evoluiu para 3 grupos que diferem basicamente no nível de aceitação da kabbalah, um tenta utilizar ao máximo os ensinamentos do Ari (Isaac Luria), um rejeita o Zohar e o outro se equilibra num meio termo.

Os Teimanim se sentavam no chão em suas sinagogas e sua dicção, entonação, melodia e sotaque em hebraico são considerados por Stanley Mann, escritor que mora em Israel e escreveu sobre os judeus do Iêmen, a mais correta, muito superior à Ashkenazim e à sefaradim. Em comunidades grandes, as crianças judias estudavam desde os três anos de idade. No ano da criação de Israel, 1948, havia 55.000 judeus no Iêmen e mais 8.000 em Áden, uma colônia inglesa dentro do país.

Um ano antes, quando a partilha da Palestina foi aprovada, muçulmanos revoltados e a polícia se juntaram e realizaram um pogrom em Áden que deixou 82 judeus mortos e destruiu centenas de casas e lojas. A comunidade ficou economicamente paralisada. No início de 1948, a falsa acusação de assassinato ritual de duas garotas fez com que a comunidade fosse saqueada.

A situação perigosa da comunidade judaica no país levou Israel a agir diretamente, lançando a Operação Tapete Mágico. Israel decidiu resgatar de avião os judeus do Iêmen e trazê-los para seu território. 28 pilotos realizaram 380 voos perigosos, inclusive sobre território inimigo, como o do Egito, para trazer os Teimanim para Eretz Israel. Os aviões decolavam da base em Asmara na Eritreia, iam até Áden, levavam os judeus até Israel e depois passavam a noite no Chipre. Um dos maiores problemas era a falta de combustível. No entanto, não houve nenhuma perda de vidas.

A operação foi realizada em segredo e contava com a autorização do novo líder religioso do Iêmen, Ahmad bin Yahya. Desta maneira, 47 mil iemenitas, 1500 judeus de Áden e 500 do Djibuti e da Eritreia fizeram aliá. Como eles eram muito pobres e a maioria nunca tinha visto ou sabia o que era um avião, eles tinham muito medo de entrar nele. Então o rabino citou o seguinte verso do Tanach que profetizava o salvamento dos filhos de Israel para convencê-los a entrar no avião: Isaías 40:31 - "Mas aqueles que têm esperança no SENHOR terão renovada sua força. Eles voarão em asas, como águias; eles correrão e não se cansarão, eles caminharão e não se fatigarão."

O nome oficial da operação era 'Operação nas Asas de Águias'. O nome foi retirado do versículo acima e também do seguinte: Êxodos 19:1 - "Vocês mesmos viram o que eu fiz no Egito, e como eu os carreguei em asas de águias e os trouxe até mim."

Uma migração menor, mas contínua, teve permissão para continuar até que uma guerra civil no país, em 1962, acabou com a emigração judaica. Até 1976, quando um diplomata americano encontrou uma pequena comunidade judaica no norte do Iêmen, pensava-se que os judeus no Iêmen não existiam mais. Na verdade, algumas pessoas não quiseram abandonar seus parentes velhos e doentes e permaneceram no Iêmen. Estas pessoas eram proibidas de emigrar e estavam isoladas, dispersas nas regiões montanhosas do norte do Iêmen e necessitando de roupas, comida, tratamento médico e artigos religiosos. Devido a estas condições difíceis, alguns Teimanim abandonaram o judaísmo e se converteram ao islã.

A pequena comunidade que permanece no Iêmen até hoje é tolerada e pode praticar sua religião, mas não podem servir no exército e serem eleitos para cargos políticos, além de serem

tratados como cidadãos de segunda classe. São confinados a uma parte da cidade e há um número limitado de profissões que podem ocupar, geralmente trabalhando como fazendeiros e artesãos. Eles podem ter terras e exercem esse direito.

Os judeus estão dispersos e não existe uma estrutura comunitária. O contato com os vizinhos muçulmanos é muito restrito e eles são impedidos de se comunicar com o judaísmo mundial. Acredita-se que existam duas sinagogas funcionando em Saiqaya e Amlah. Os judeus também não se casam fora da religião.

Em 2001, um judeu foi listado como candidato a uma cadeira no parlamento pelo partido dominante. Isto foi visto como um gesto de boa-vontade com o governo de Bush, para convencê-lo a dar ajuda econômica ao Iêmen. No entanto, o comitê geral eleitoral invalidou a candidatura de Ibrahim Ezer, argumentando que os candidatos devem ser filhos de ambos pais muçulmanos. Nos últimos anos, apesar da proibição do governo iemenita, cerca de 400 judeus fizeram aliá. Um fato interessante é que é proibido entrar no Iêmen (assim como na maioria dos países árabes) com um passaporte que contenha um visto israelense, mesmo se o turista não é de cidadania israelense, basta ter estado em Israel para ter sua entrada negada.

Os convertidos ao judaísmo, que pagãos que sobreviveram à espada cristã na época de *Dhu Nowas*, foram sem dúvida, absorvidos pela população judaica nativa do Iêmen. Os judeus do Iêmen ou *Teimanitas*, ao contrário dos Falashas, nunca perderam contato com os judeus que ficavam mais ao norte, na Palestina e na Babilônia, ou com os que ficavam a noroeste, no Egito. Pode-se ressaltar que estes indivíduos continuaram a cumprir os preceitos da tradição judaica e participantes nos desenvolvimentos das literaturas judaicas no país.

A vida entre os *Teimenitas* resumia-se nas atividades artesanais, costumavam a ter um monopólio prático do trabalho manual, até o início para a metade do século XX, quando as mercadorias de importação começaram a chegar e a concorrer com seus produtos e os obrigando a entrarem no ramo do comércio local, o que não foi tão ruim assim para o desenvolvimento local, pois vários lugarejos no interior passaram a constituir uma melhor infraestrutura básica de vida.

Conta-se que o rabino de uma colônia local do Iêmen, o “*Mori*”, como o apelidavam, ganhava a vida com trabalhos manuais, porém com a introdução do comércio, o mesmo abandonaria as práticas artesanais e passaria a trabalhar com atividades comerciais para se sustentar. Entretanto os seus deveres rabínicos, jamais foram esquecidos, pois que incluía nesta lista prestações para a comunidade como *moréh*, *shocher*, *mohel*, *rabi*, *daian* e outros exercícios rabínicos, já que essas atividades lhe davam alguns ganhos extras, pois eram puramente honorários.

Até alguns anos atrás, a lei judaica no Iêmen, permitia que os *Teimenitas* pudessem ter mais de uma esposa, já que o édito do *Rabenu Gershom* só se aplica a judeus Ashlenazim na Europa. Poucos deles, no entanto, praticavam a poligamia, mas havia algumas famílias que possuíam mais de duas mulheres e dezenas de filhos, porém em sua maioria a vida familiar era exemplar. Sabe-se que a educação para os *Teimenitas* era completamente em hebraico e assim como a aplicação das tradições judaicas no cotidiano, pois isso são as *mitzvot* e tornou-se uma tarefa sagrada para o seu dia-a-dia.

Constitui em desonra para a sociedade judaica masculina iemenita quando se é chamado para *Aliah Torah* e não ler sua parte perfeitamente em hebraico. Uma vez que ele próprio tem

que fazê-la, sem contar com qualquer tipo de ajuda, oral ou escrita como a transliteração dos textos sagrados.

Houve um período da história dos judeus do Iêmen, que as perseguições e as imigrações foram uma constante, já que a intolerância religiosa dos muçulmanos impôs muitas restrições à vida judaica. Em 1677, foi publicado em édito expulsando todo os judeus do país, muitos tiveram os seus pertences queimados e outros tantos morreram ao tentar buscar uma nova pátria. No entanto, *Mori Shebesi*, (poeta, músico e autor cabalista) exerceu grande influência para que esse édito fosse revogado e permitissem a volta dos judeus para as suas antigas casas e terras, exceto para a cidade de Sana, a capital do país. Isso foi negado e as suas condições de vida tornaram-se mais implexas do que antes.

Finalmente, no começo do século XX, considerável parte da comunidade judaica iemenita decidiu emigrar, um pequeno número estabeleceu-se em Adém, na época sob o domínio Britânico; uma quantidade maior foi para a Palestina, e posteriormente do advento do Estado de Israel em 1948, toda a comunidade *Teimenita* imigrou para lá. Considera-se que os *teimenitas* são os judeus mais interessantes de Israel, haja vista que se compõem e comportam como uma das comunidades mais devota do país.

Os Judeus da Pérsia: Os Parsim

Os judeus persas, judeus iranianos ou Parsim, são judeus de língua persa descendentes dos judeus que migraram para regiões pertencentes ao atual Irã após a queda dos antigos reinos de Israel e Judá.

A comunidade judaica da “Pérsia”, atual Irã, é uma das mais antigas do mundo. Sua origem data dos dias de Ciro, o Conquistador da Babilônia e o restaurador da Judéia. Por séculos não se pode distinguir o começo da história da comunidade judaica persa da dos judeus da vizinha “Mesopotâmia”, cujos *exilarcas* e *geonim* também exerciam autoridade sobre os judeus “persas”.

A conquista da “Pérsia” pelos mongóis – *Hulegu Ka* – no século XII, melhorou muito as condições em que viviam os judeus da “Pérsia”. Os dirigentes mongóis interessavam-se pelos trabalhos dos judeus e os nomeavam para cargos públicos e financeiros. Durante alguns séculos, a vida judaica prosseguiu sem muitas dificuldades. Porém uma mudança definida para pior ocorreu no século XVII, quando os sacerdotes muçulmanos da facção dos xiitas obtiveram a supremacia e o poder na “Pérsia”.

Foram adotadas duas regras cujo objetivo era minar a resistência judaica:

1. Os xiitas declararam que todos os não muçulmanos eram fonte de “impureza”. Membros muito devotos dessa facção islâmica chegavam até a lavar os olhos se por acaso vissem um incrédulo. Isso obrigava a uma separação dos judeus, assim como dos zoroastroístas, dos cristãos e de

outros pequenos grupos religiosos, por meio de uma insígnia.

2. Os sacerdotes xiitas, além desse fato, conseguiram que o governo “persa” adotasse uma lei por meio da qual um convertido ao maometismo se tornava herdeiro único dos bens de todos os seus parentes, isso servia aos judeus e aos demais não maometanos.

Os ataques físicos também se tornariam mais frequentes em 1838, toda a comunidade judaica da cidade de *Meshed* foi obrigada a seguir o maometismo, mas permaneceram judeus discretamente com toda a angústia, e o perigo que tal existência “marrana” significava para eles.

Ao saberem dos acontecimentos na “Pérsia”, entidades israelitas da Inglaterra e da França entraram em ação, porém seus protestos e pressão através de canais diplomáticos de nada adiantaram. A situação chegou a tal questão que em 1871, os judeus “persas” apelaram para seus correligionários ocidentais, para que estes os ajudassem a fugir para a Palestina, ou a emigrarem para outras nações mais amistosas.

Em 1873 e em 1889, o Xá *Nast-Ed-Din*, viajou a Europa, visitou as cidades de Berlim, Paris e Londres, nestes centros urbanos judeus se manifestaram e também impressionaram para que se resolvesse a situação de seus súditos judeus. O Xá fizera promessas que, como se verificou depois, não foram cumpridas. O único resultado desse interesse por parte dos judeus europeus foi o estabelecimento na “Pérsia” de escolas dirigidas pela *Alliance Israélite Universalle* e sob a supervisão da França e Inglaterra.

Até a intervenção ocasional de representantes dos Estados Unidos de pouco adiantou, ainda havia distúrbios antijudaicos em 1907-1090. No entanto, por volta dessa época, influências européias começaram a adentrar no país e um espírito melhor se manifestou. No entanto, o poder dos clérigos intolerantes só completou finalmente quando o estabelecimento de uma nova dinastia sob a governabilidade do Xá *Reza Kã Pahlevi* (1925 – 1940), que fizera esforços estrênuos à razoavelmente bem sucedidos para iniciar a modernização do país.

A sobrevivência de uma comunidade no Irã

Vivendo nessas circunstâncias opressivas, os judeus da “Pérsia”, durante os últimos quatro séculos, não podiam atingir o apogeu cultural de seus antepassados. Pior ainda, as próprias bases de seu judaísmo ficaram abaladas. Enquanto os resultados da atividade missionária cristã eram fraquíssimos, outro movimento religioso, oriundo da “Pérsia”, obteve um relativo êxito, até os anos de 1980. Chamava-se Bahaísmo – *Bahaiym* e representava uma mistura de maometismo e das esperanças messiânicas do cristianismo e também do judaísmo. Seu misticismo e vago idealismo também atraíram alguns judeus, não tanto por causa das asserções feitas pelos líderes místicos desta seita, como porque oferecia uma oportunidade de deixar o oprimido grupo judeu sem abandonar completamente a crença no maometismo e os ideais humanos com que o judaísmo se identifica.

Felizmente, foi nesse contexto que a situação cultural começou a melhorar. Diversos judeus “persas” migraram para a Palestina e aí iniciaram um renascimento literário, introduzindo

máquinas de impressão para o dialeto “judeu-persa” preparando as traduções de livros hebraicos, escrevendo até manuais para o estudo da língua hebraica. Porém este material não se encontra mais a disposição, pois foi consumido pela revolta e ódio contra os estrangeiros e outras culturas e religiões durante a Revolução Islâmica e que deu início a queda do Xá e o começo de uma era do terror, com o retorno ao poder dos *Aytolás* e de seu líder máximo *Aytolá Komeyne* da França ao país por volta dos anos 80.

Outra análise histórico-geográfica, é que existiu uma rica diversidade étnica e cultural na “Pérsia” e das comunidades judaicas que ali viviam, assim verificaram-se como poucas comunidades são conhecidas pelo mundo ocidental. Tais comunidades sobrevivem na região da Ásia Pequena e Central. Encontravam-se judeus no antigo país do “Curdistão”, também entre os mares Cáspio e Negro, no Daguistão e Yugushentia na Rússia caucasiana e na Geórgia, também era comum vê-los pelo Cazaquistão, Turcomenistão e na região de Bokhara, na fronteira nordeste do Irã. Deste modo houve uma presença também no Afeganistão até a Índia, conhecidos como os judeus de *Cochim* e *Bene Israel*.

Os judeus do Subcontinente Indiano

Existem histórias de que mercadores judeus na época medieval atravessaram a Índia, mas não existem histórias dos mesmos ficando raízes no local. As evidências mais concretas do começo da vida judaica na Índia são do século XI, quando os primeiros residentes se instalaram na costa ocidental.

A Índia tem a história de três grandes grupos de judeus dentro do seu país: Os Bene Israel, os Cochim e os Judeus Brancos

da Europa. Cada grupo praticava importantes elementos do judaísmo e tinha ativas sinagogas. Os Sefaraditas predominavam entre os Judeus indianos.

Os Bene Israel viviam principalmente em Bombaim, Calcutá, Delhi e Ahmedabad e sua língua nativa era o Marathi. Eles alegavam ser descendentes dos judeus que escaparam da perseguição na Galileia. Eles se assemelham ao povo não judeu Maratha em aparência e costumes, o que indica casamentos mistos entre os judeus e os indianos. Estes também mantinham costumes básicos do Judaísmo como circuncisão, a kashrut e respeitavam o Shabat. Os Bene Israel alegam ser descendente dos Cohanim, o que foi corroborado por um teste genético de 2002, que indicou que eles tinham a mesma hereditariedade que os Cohanim. Desde 1964, essa comunidade é plenamente reconhecida como judia e pode fazer aliá.

Os judeus Cochin (tem esse nome por se instalarem na região de Cochin, sul da Índia) foram, no começo, chamados de “Judeus Pretos” e falavam uma língua chamada Malayalam. Os Judeus Brancos vieram depois dos Cochin e eram originários do ocidente europeu como Holanda e Espanha. No século 17 e 18 a região de Cochin teve um grande afluxo de judeus vindos do norte da África, Oriente Médio e da Espanha. Podemos também citar uma notável comunidade que se formou de judeus portugueses e espanhóis, que foi a de Goa (estado da Índia), mas esta comunidade acabou por desaparecer com o passar do tempo. Duas comunidades judaicas separadas sobreviveram do passado sombrio no vasto subcontinente da Índia. Uma está situada em Cochin, na extremidade sul da Índia, e a outra fica mais ao norte, no litoral oeste do país, perto da costa ocidental, em Bombaim e nas suas proximidades também encontramos vilarejos com comunidades judaicas.

Ambas as comunidades estiveram durante séculos sem nenhum contato com outros judeus e mantiveram apesar disso seu ambiente “hindu”, parecido com o dos seus vizinhos e vivendo tal qual como eles; permaneceram, no entanto, judeus em todos os elementos essenciais de suas vidas.

Nenhuma das duas comunidades sofreu perseguições, portanto, a força e a vitalidade intrínsecas do judaísmo continuaram vivas e sem medo.

É bem possível que estes judeus vivendo isolados, também tenham habitado na cidade de Cochim ainda antes da destruição do Templo. Sabe-se que existiram relações comerciais entre a Índia e os numerosos mercadores judeus de Alexandria, no Egito, de forma que os alexandrinos talvez tenham tido representantes nessa parte da Índia.

Contudo é possível também que a primeira colônia judaica fosse fundada por judeus que tivessem vindos da “Babilônia” e da “Pérsia” por causa das dificuldades ocasionais durante os períodos dos *amoraim* e dos *geonim*, em alguma época entre os séculos V e VIII.

O primeiro registro desses judeus, data do ano de 1020, quando o *Rajá Bhaskira Ravivarman* da costa malabar concedeu um título de nobreza e muitas propriedades a um judeu chamado *Yosef Rabban*. Através dele os judeus de sua comunidade adquiriram importância e autoridade no comércio e na região. O rabino *Benjamim de Tudela* ouviu falar deles um século e meio depois, e um século depois disso, Marco Pólo mencionou esses judeus em seus descrições para a corte italiana. Naquela época viviam em Cranganor; logo depois a maioria mudaria para Cochim.

Tornaram-se abastados e influentes, constituíam até mesmo importantes cargos, como no exército dos príncipes locais, que ocasionalmente adiavam uma batalha porque seus soldados judeus não queriam violar o *shabat*.

No começo do século XVI ocorreu uma mudança revolucionária na vida da comunidade judaica de Cochim, quando os europeus começaram a navegar em águas indianas. Os portugueses foram os primeiros a chegar e estabelecer seu poder na Índia. Além disso, essa era uma época em que os exilados judeus e marranos da Península Ibérica procuravam algum lugar na terra fora do alcance da inquisição espanhola e portuguesa. Alguns milhares deles chegaram à Índia e estabeleceram-se perto dos judeus que há muito viviam ali. Logo após, os portugueses importaram o tribunal da Inquisição. Finalmente seus rivais holandeses os expulsaram da Índia, e os concentrando apenas em Goa, e os judeus de Cochim não foram mais molestados.

Em assuntos de religião e cultura, a antiga colônia de judeus na Índia beneficiou-se com a chegada de judeus holandeses e dos judeus europeus. O Conhecimento do hebraico foi restabelecido, adotaram o ritual sefaradi; emulavam seus companheiros judeus estudando a literatura sagrada. Socialmente, nada obstante, a nova colônia trouxe um problema que tem afligido a comunidade judaica de Cochim até hoje. Os judeus que tinham chegado mais recentemente insistiam em manter-se separados dos outros. Suas razões eram a ignorância dos judeus indianos e a suposta impureza racial que sua cor indica, pois os antigos judeus de Cochim têm a pele escura, como os demais habitantes da Índia. Sua cor é provavelmente consequência do casamento misto entre os colonos originais na Índia e nativos hindus que se converteram ao judaísmo. Tais convertidos talvez

tenham sido escravos, já que a escravidão de uma forma moderada era reconhecida na Índia.

Os judeus espanhóis argumentavam que não podiam permitir que sua própria pureza racial fosse maculada por casamentos mistos (isso era entre os próprios judeus, ou seja, os Cochim e sefaradim), ou mesmo pelo contato com tal descendência “inferior”. Em diversas ocasiões foram enviadas perguntas a rabinos reconhecidos no Egito e na Palestina pedindo uma jurisprudência dessa conduta dos judeus sefaradim não tinha base legal.

A discriminação, porém, continuou e ainda persiste atualmente. O conflito, na realidade, acentuou-se, pois surgiu uma terceira divisão através dos escravos que os judeus sefaradim convertiam de tempos em tempos e que, pelo menos temporariamente, faziam parte da família branca. Estes ainda se empenham numa peleja por sua aceitação na comunidade judaica.

A Comunidade Bene Israel

Segundo SCHEINDLIN (2003), há presentemente na Índia cerca de 4.400 judeus, sendo 2000 em Cochim, dentre esta população judaica, encontramos hoje uma diversidade étnica enorme.

A outra cidade de grande concentração de judeus é Bombaim, que abriga os *Bene Israel*. São judeus indianos de pele parda e denominaram-se “Filhos de Israel”. A origem de sua colônia e a razão de sua cor são assuntos de discussão tanto quanto entre os judeus de Cochim. Como era de se esperar, foi sugerida a teoria das Dez Tribos Perdidas para explicar esses

judeus. Contudo, a teoria mais plausível é a de que os colonos originais vieram do Norte, ou possivelmente como prisioneiros de guerra numa galera de escravos romanos do século VI.

As influências religiosas hindus e muçulmanas e principalmente a falta de contatos com judeus de fora provocaram mudanças fundamentais em sua vida como judeus. Esqueceram a língua hebraica, de forma que apenas *Shemá Israel* permaneceu com este grupo. Por negligência modificaram muitas observâncias e feriados do judaísmo. Observaram, porém, escrupulosamente o *Shabat*, a circuncisão e algumas das leis dietéticas básicas. Suas tradições contam que um homem chamado *David Rahabi*, judeu de Cochim, apareceu por acaso em seu meio no século X e provocou um renascimento do judaísmo. Outro visitante assim, *Samuel Divakar*, castelhano, prestou-lhe serviço semelhante no fim do século XVIII. O resultado é que sua religião judaica foi imediatamente restabelecida e é observada de modo ortodoxo, segundo o rito espanhol.

Com a ida dos ingleses para a Índia provocou, muitas mudanças na vida dos *Bene Israel*. Esses por sua vez, tinham em sua maior parte, lavradores e prensadores de sementes e frutas para a extração de óleo, como muitos deles ainda o são, mas os ingleses atraíram-nos para o exército e muitos alcançaram postos militares relativamente elevados e ocupando importantes cargos no serviço civil nativo.

Alguns também se voltaram para o comércio e outros se tornaram hábeis artesãos. Há cerca de 2400 *Bene Israel* atualmente, segundo dados de SCHEINDLIN (2003). Observa-se que atualmente tais membros dessa comunidade enfrentam a mesma discriminação que tipos mistos semelhantes enfrentam entre os judeus de Cochim. Além disso, as relações tornaram-se tensas entre os *Bene Israel* e os judeus europeus que chegavam e

ainda chegam à Índia. Também nesse caso um sistema de casta teve um processo de desenvolvimento muito embora no rabinato sefardi da Inglaterra e da Palestina se tenha recusado a aprová-lo.com o tempo os judeus da Índia um dia sejam absorvidos pelo demais judeus do mundo – ocidental.

Quando a Índia se tornou acessíveis ao comércio da Europa em expansão e mais tarde ao mundial, diversos judeus foram morar na Índia devido aos negócios e indústrias que se instalavam no país. Sua presença, como já foi descrita, às vezes contribuía e por vezes atrapalhava e criava conflitos no que tange a observância judaica, mas o tempo fez o ajuste devido e desta maneira houve um melhor entrosamento entre os diferentes judeus, porém algumas das alterações colocadas deram um melhor resultado e reverteram em bem estar aos judeus de Cochim e *Bene Israel*, pendência foram abrandadas e a comunidade judaica indiana se voltou para uma só ação, a preservação como comunidade e de exercer o seu judaísmo na Índia.

Considerações finais

Embora se constitua em povo numericamente “pequeno”, o judeu tem diferenças étnicas muito amplas. Para CORDEIRO, (1998), é simples apreender o porquê: O fundamental motivo que esclarece o fato, foram as constantes expatriações a que foram submetidos durante aproximadamente os três séculos de sua história.

Igualmente A.E.C, existiam comunidades judaicas estabelecidas fora de Israel, notadamente as da Babilônia, Egito, Oriente Médio, Ásia Central, Grécia e Itália. Na idade Média a

Espanha tornou-se o centro judaico do mundo. Com o anátema dos judeus, dos domínios espanhóis em 1492, os judeus sefardim deslocaram-se para Portugal, Norte da África como: Marrocos, Tunísia, Argélia, e para países mediterrâneos como a França, Turquia Israel, e países da Europa centro-norte como a Holanda, Inglaterra e países sul-americanos Brasil, Argentina e Uruguai e também para a América do Norte os Estados Unidos e Canadá.

Enquanto isso os Ashkenazim, dirigiram-se para a Europa Central, Rússia, Ucrânia, Polónia e Alemanha. Paralelamente os dois mais importantes grupos étnicos judaicos, adicionam com a maior responsabilidade sobre a sobrevivência do judaísmo no mundo ocidental enquanto outras comunidades israelitas muito *sui generis*, singulares das conhecidas (os dois grandes grupos ocidentais) se desenvolveram em regiões independentes e diferentes da tradicional cultura europeia e branca, como as comunidades do Iraque, Pérsia - atual Irã, Iêmen, Armênia, Cáucaso, Etiópia, Índia e até na China.

E pode-se completar que o judaísmo é mesclado de tantas modificações culturais, étnicas e histórico-geográficas que é quase não judaico aceitarem somente uma delas.

Referências

CARMELL, A. *Judaísmo para o século 21*. São Paulo, Editora Sêfer. 2003. 366 p.

CASTELLS, M. *O Poder da Identidade: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. II. 3ª. Ed. São Paulo, Paz e Terra. 2001, 530 p.

CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. Florianópolis, Edufsc.

1999. 453 p.

CORDEIRO, H. D. *O que é Judaísmo*. São Paulo. Editora Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos), 1998. 112 p.

CORRÊA, R. L & ROSENDHAL, Z. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2003. 224 p.

FREIDENSON, M & BECKER, G. *Passagem para a América: relatos da imigração judaica em São Paulo*. São Paulo. Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro. 2001. 223 p.

GEIGER, P. P. O povo Judeu e o Espaço. In: *Território* n. 5, jul/dez. LAGET/ UFRJ – Rio de Janeiro, 2009.

HALL, S. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2001. 102 p.

JOHNSON, P. *Historia dos judeus*. Rio de Janeiro, IMAGO, 1995.

KANIUK, Y. *Exodus: Uma odisséia de um Comandante*. Rio de Janeiro, Imago. 2000, 194 p.

LAMM, M. *Bem-vindo ao Judaísmo: retorno e conversão*. São Paulo, Editora Sêfer, 1999, 435 p.

LEVI-STRAUSS, C. *Raça e História*. 5ª. Ed., Lisboa, Editorial Presença; 1996. 103 p.

LOPES, E. *A Identidade e a Diferença*. São Paulo. EDUSP. 1997. 380 p.

MIZRAHI, R. *Imigrantes Judeus do Oriente Médio*: São Paulo e Rio de Janeiro. Cotia. Ateliê Editorial. 2001, 330 p.

PÓVOA, C. A. *A Territorialização dos judeus na cidade de São Paulo*, Ed. Humanitas / FAPESP, São Paulo, 2010.

_____. *A aliyah e os imigrantes brasileiros em Israel*. Relatório de Pós-Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

POVOA, C. A; PAULA, M. C de. A aliyah e os imigrantes brasileiros em Israel. *Anais do IV e V Seminário Nacional População, Espaço e ambiente*, 2017-2019. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3581/3433>

SAYAD, A. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo EDUSP. 1998. 299 p.

SANTOS, M, *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo, EDUSP. 1996. 123 p.

_____, *A Natureza do Espaço*. São Paulo, EDUSP. 2002, 384 p.

SARTRE, J.P. *A questão Judaica*. São Paulo, Editora Ática. 1995, 96p.

SCHEINDLIN, R. *História Ilustrada do Povo Judeu*. Rio de Janeiro, Ediouro. 2003. 397 p.

UNTERMAN, A. *Dicionário Judaico de Lendas e Tradições*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1992. 278 p.

COTEJO DE USOS MÚLTIPLOS, USUÁRIOS E CONFLITOS POR ÁGUA - MITIGAÇÕES NO MANEJO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS EM COMUNIDADES RURAIS

*Elen Karine Forte Pessoa
Flávio Rodrigues do Nascimento*

Introdução

Considerando que as interações entre os usos e usuários da água ocorrem no âmbito da bacia, ela é entendida como unidade espacial naturalmente delimitada mais adequada à avaliação dos múltiplos usos da água. Conforme Nascimento e Carvalho (2003), as várias definições desse conceito abre um leque de possibilidades analíticas permitindo que a água seja avaliada desde uma visão limnológica a contextos mais complexos envolvendo processos socioeconômicos e políticos. Perpassando por uma variada etiologia de usos e usuários, a categorização dos usos das águas é imprescindível à produção de espaços, reprodução de relações sociais, só para citar alguns exemplos.

A discussão sobre os usos da água é central na gestão de bacias hidrográficas. Nesse sentido, um dos princípios fundamentais da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é a garantia dos usos múltiplos (BRASIL, 1997).

Assim, uma gestão eficiente é aquela que otimiza os usos e garante a todos os usuários de água de uma bacia hidrográfica a quantidade e padrões de qualidade adequados desse elemento. Caso contrário, o beneficiamento de um usuário ante os demais,

mesmo que respaldado institucionalmente, pode gerar tensões transformando a bacia em um campo de conflito. É o caso da Bacia Hidrográfica do rio Guaribas (BHG), unidade de análise no trabalho.

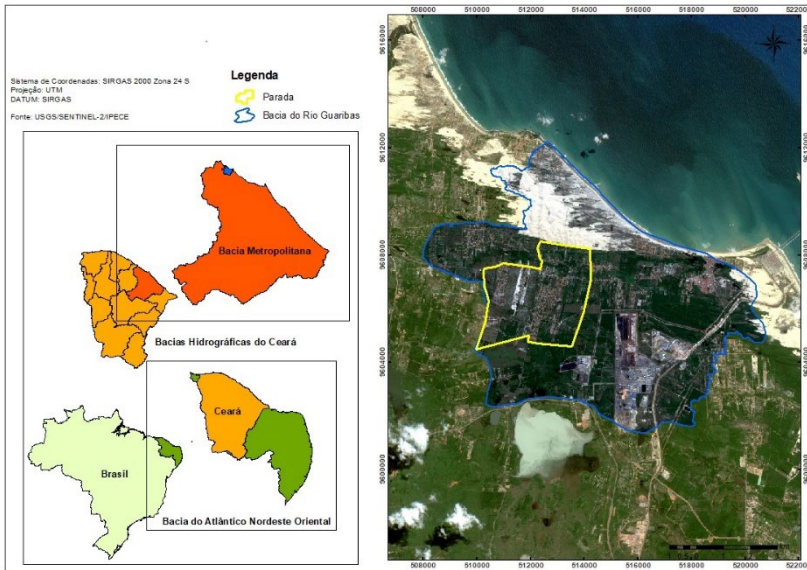
Localizada na porção nordeste do Município de São Gonçalo do Amarante (FIGURA 1), a bacia está a cerca de 53 km de Fortaleza entre as coordenadas 3° 33' 43.94" S e 38° 53' 06.77" O, sendo as rodovias estaduais CE- 085, CE-421 e CE-156 suas principais vias de acesso. Está inserida na Região Hidrográfica da Bacia Metropolitana, que por sua vez pertence ao grupo de bacias do Atlântico Nordeste Oriental – bacias hidrográficas de rios que deságuam no Atlântico – trecho nordeste (NASCIMENTO, 2011).

No Ceará, em função das políticas macroeconômicas de cunho desenvolvimentista foi inserida na bacia a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), e a Usina termoeletrica do grupo Eneva, em 2014 e 2013, respectivamente (TELES; AMORA, 2016). Ambas são empreendimentos que fazem parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e são empresas hidointensivas.

O Rio Guaribas conhecido pelos moradores como levada grande é o principal rio da bacia. Possui extensão linear de 11,596 km e tem suas nascentes inter-dunares localizadas no sítio Batateiras desaguando no perímetro urbano da Sede do Distrito do Pecém, na praia de Pecém. Seus principais afluentes são: Caraúbas, Prata e Gregório (LANDIM-NETO, 2013). De acordo com os moradores há inúmeras fontes de água no local. Há lagoas intermitentes e perenes como, a Lagoa dos Mourões identificada em campo, e outros mananciais superficiais utilizados principalmente no período chuvoso que são provavelmente alimentados pelo volume do aquífero Dunas/Paleodunas

(COGERH, 2016). A Figura 2 mostra as drenagens principais da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas.

Figura 1- Localização da bacia hidrográfica do rio Guaribas

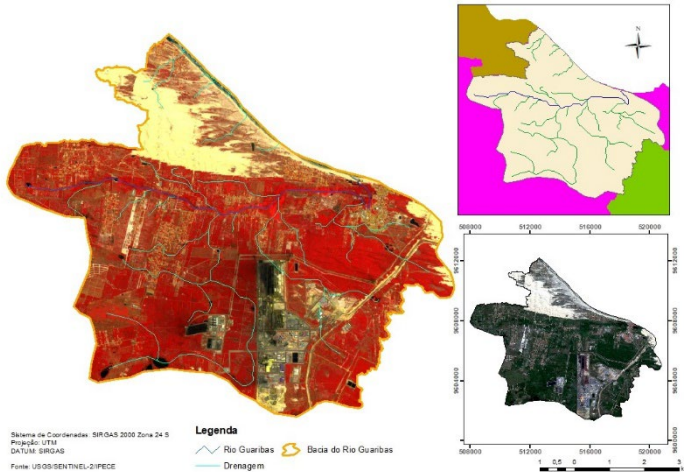


Fonte: USGS (2019), SENTINEL (2019) e IPECE (2019).

A quantidade de água exigida no processo produtivo industrial associada a falta de informação sobre possíveis impactos no ambiente e no modo de vida da população, gerou tensões que mobilizou diferentes usuários da água das comunidades vizinhas. Esse movimento resultou em um acampamento, que durou cinco meses, em 2018, no canteiro de obras da empresa responsável pela perfuração de poços, cuja água seria destinada ao setor industrial.

Diante da situação descrita, é imposto uma série de desafios aos gestores públicos para o desenvolvimento de ações que atuem de forma a mitigar os conflitos e garantir os usos múltiplos na BHG. Neste contexto, o primeiro desafio é analisar com profundidade o panorama atual da bacia quanto aos usos e usuários, suas demandas e pontos de tensão.

Figura 2 - Rede de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas



Fonte: Pessoa, 2019.

Parte-se do pressuposto que por meio da categorização dos usos da água é possível organizar informações que auxiliam uma leitura relacional dos usos múltiplos e seus respectivos usuários, possibilitando a compreensão do que fomenta quadros conflitivos que envolvem tais fatores. Isto posto, esse processo constitui-se na construção de uma ferramenta analítica própria, no

nível da bacia hidrográfica, que colabora com o Sistema de Informação, instrumento de gestão necessário a operacionalização de tomada de decisão.

À vista disso, este trabalho tem por objetivo categorizar os usos da água em consultivo e não consultivo para analisar os usos múltiplos na bacia do rio Guaribas e os conflitos correlatos.

Usos múltiplos da água em bacias hidrográficas

A categorização dos usos da água, elaborada a partir dos usos consultivos e não consultivos, foi construída de forma a gerar informações necessárias a gestão hídrica na BH em análise. De acordo com Christofidis (2009), a utilização múltipla tem a ver com o aproveitamento conjunto das águas de forma compatível com a preservação de sua qualidade, e com o mínimo distúrbio do ambiente. Seguir esse pressuposto é atender as demandas dos diferentes usuários evitando-se conflitos e estimulando o uso eficiente dos recursos hídricos.

À vista disso, considera-se como base conceitual as concepções de Christofidis (2009) e Nascimento (2011) sobre o tema. Com relação ao uso consultivo, diz-se da diminuição espaço-temporal e quali-quantitativa das águas decorrente do consumo efetivo desse recurso. Já o uso não consultivo acontece quando há a utilização da água *in situ*, sem a necessidade de tirá-la de suas coleções.

A linha teórica e metodológica adotada na pesquisa procura orientar para um melhor entendimento dos usos múltiplos da água e seus usuários no recorte espacial adotado. Tal processo de investigação científica requer uma estreita relação entre teoria,

método e técnica. Para isso, os procedimentos adotados fundamentais para atingir os objetivos da pesquisa são baseados nas etapas de trabalho desenvolvida por Nascimento (2003), adaptadas ao objeto de investigação. Assim a pesquisa é dividida em duas etapas organizativas: Sintético I e Sintético II.

- a) Sintético I: categorização dos usos da água em dois grupos: consultivo e não-consultivo;
- b) Sintético II: construção do quadro analítico de usos, usuários e funções da água, associados aos aspectos de imprescindibilidade, possibilidade de substituição e impacto.

Foi analisado o material bibliográfico e feito o levantamento de dados secundários com o intuito de formar um banco de dados acessível e adequado ao desenvolvimento da pesquisa. Realizaram-se trabalhos de campo, cujas técnicas de coleta foram: entrevistas semiestruturadas com pessoas-chave, observações; registros fotográficos; correções de mapeamento; e a realização de uma atividade com alguns usuários de água à elaboração do diagnóstico hídrico da bacia.

Segundo Christofidis (2009) para o melhor domínio da discussão sobre usos múltiplos é sugerido associar essa classificação aos aspectos de imprescindibilidade, possibilidade de substituição e impacto. Posto isso, todos os dados foram organizados e tratados em plataforma Excel para posterior construção de um quadro analítico considerando todos esses aspectos.

O grau de imprescindibilidade indica a possibilidade ou não de dispensa da água no uso em questão. E a substituição reflete a existência de outro produto que possa substituir a água de forma alternativa em determinados usos. Já os impactos referem-se as modificações sociais e ecológicas consequentes da

utilização da água, indicado: negativo (-), quando há interferência na qualidade e quantidade do manancial impedindo outros usos de se manterem; positivo (+) quando os usos interferem na qualidade e quantidade do manancial de forma a favorecer outros usos, podendo coexistir concomitantemente; e nulo (o) quando não há interferência na quantidade e qualidade do manancial.

Usos múltiplos da água na BH do rio Guaribas

Com importantes infraestruturas conexas à mineração (indústria de transformação, estradas, terminal portuário), a bacia do rio Guaribas passou a apresentar relações conflituosas entre os usuários de água, uma vez que as atividades ligadas ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) apresentam vultosas demandas hídricas. O conflito nesse contexto:

[...] são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos têm a continuidade das formas de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis (ACSELRAD, 2004, p. 18).

Ainda que seja um importante polo industrial em escala regional, responsável por colocar o município de São Gonçalo do Amarante em segundo no lugar no ranking da série revisada do PIB per capita do estado do Ceará (IBGE, 2019), o CIPP e as empresas que o integram, preocupam a população diante da possibilidade de terem a continuidade das formas de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas pela redução da disponibilidade de água subterrânea, visto que algumas

comunidades inseridas na bacia abastecem-se por poços semi-artesianos.

Dessa forma, partindo da metodologia proposta, a sistematização das informações coletadas possibilitou a construção do quadro de usos consultivos e não consultivos da BH do rio Guaribas (Quadro 1).

O abastecimento humano é o uso realizado nas residências para consumo e higiene, que em algumas comunidades como a da Parada, o único meio de acesso à água é através dos poços semi-artesianos. De acordo com as agentes de saúde entrevistadas, todos as 1392 famílias da Comunidade Parada são abastecidas apenas por poços.

Quadro 1 – Usos consultivos e Usos não consultivos

Usos Consultivos	Usos Não Consultivos
Abastecimento Humano	Manutenção Ecológica
Dessedentação de Animais	Lazer
Uso Industrial	Pesca
Uso Comercial	-
Uso Agrícola	-

Fonte: dados de campo, 2019.

A dessedentação de animais é um uso que deve-se considerar, pois há criação de animais de médio e grande porte como, a bovina e a caprina, mas também há criação de animais de pequeno porte como, a galinha (*Gallus domesticus*), galinha da

angola (*Numida meleagris*), coelho (*Oryctolagus cuniculus domesticus*), entre outros para consumo próprio. Vale ressaltar que algumas pessoas das comunidades de Angicos e Caraúbas criam gado leiteiro. A produção do leite é para vender nas comunidades da bacia e outras localidades próxima.

Por outro lado, o uso industrial é representado pela indústria (CSP e Usina Termelétrica) e a agroindústria (Matsuda Pecém) que juntas utilizam uma vazão de aproximadamente 370 litros por segundo (COGERH, 2019). Foi contabilizado apenas a vazão referente à retirada de água por bateria de poços. Atualmente, esse uso é o que detém maior valor de retirada consultiva.

É comum na BH do rio Guaribas vendedores de água passarem nas comunidades comercializando garrafões que são comprados principalmente para o consumo das famílias. Isso porque em determinados locais a água do poço não é consumida devido algumas alterações na sua qualidade. Nesse caso, o uso da água se enquadra como comercial, uma vez que ela é o produto comercializado.

A utilização da água na agricultura é classificada como de uso agrícola. É realizada pelos produtores agrícolas e pluriativos. Foram visitadas em campo pequenas plantações e constatado que em algumas existem um sistema de irrigação que funciona durante todo o ano (FIGURA 3). Essa água é retirada através de poços.

Com relação aos usos não consultivos foram identificados três: manutenção ecossistêmica, lazer e pesca. O primeiro é o uso da água pelos componentes dos ecossistemas terrestres, uma vez que ela é o elemento crucial para os processos de entrada e saída de energia, material e informação.

Figura 3 – Plantação de subsistência de macaxeira/Manihot esculenta



Fonte: Pessoa, 2019

Em algumas áreas, a população usa os córregos e as lagoas interdunares que se formam durante o período chuvoso para banho e outras atividades ligadas ao lazer (FIGURA 4).

Figura 4- Lagoa interdunar na BH do rio Guaribas



Fonte: Pessoa, 2019

A pesca é uma prática comum entre a população. No entanto, é mais praticada pelas mulheres e crianças, pois os homens ou estão empregados nas empresas ligadas ao CIPP ou trabalham em na capital, Fortaleza. A Figura 5, nada obstante, mostra esquemas de usos múltiplos de água na BHG.

Figura 5 – Uso Agrícola



Figura 5 –Uso Ecológico



Figura 5 –Abastecimento Humano por poço



Figura 5 –Dessedentação de animais



Fonte: Pessoa, 2019

Figura 5 –Uso industrial (exemplo de poço para abastecer indústrias do CIPP)



Fonte: Pessoa, 2019

Deste modo, os trabalhos de campo ajudaram na identificação dos usuários de água na bacia e em áreas contíguas a sua drenagem – entendo que recargas de aquíferos podem ocorrerem em áreas para além do sistema de drenagem do rio

Guaribas. Essa classificação, todavia, considera que usuário de água é aquele que a usa direta e indiretamente para qualquer fim e foi construída com base nas entrevistas realizadas com os atores locais e dados da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos/COGERH. A partir daí foram escolhidos alguns usuários para a construção do quadro de análise. Essa escolha foi com base na facilidade de acesso a essas pessoas.

Com isto e os trabalhos de campo ajudaram na identificação de os usuários da água que foram classificados conforme apresenta a figura seguinte.

Usos competitivo, compartilhado e vinculado-competitivo

Os usos conflitantes envolvem o uso industrial contra os demais, pois foi considerado que a forma de apropriação da água por esse gera possíveis impactos negativos como, a poluição hídrica e a redução do nível de água dos mananciais da localidade

Considerando a definição de uso vinculado-competitivo todos os usos, exceto o industrial, mantêm uma relação com o usuário gestor de dependência e conflito, pois como a água é de dominialidade pública é por meio das decisões vinculadas ao Estado que pode haver uma mudança no arranjo espacial de uma bacia através de obras hídricas alterando os níveis de água. Essa alteração pode ser de natureza competitiva.

No mapa seguinte (Fig.7), é apresentado a quantidade de poços perfurados na área para abastecer a indústria. Em campo foram contabilizados 16 poços nas proximidades da Comunidade da Parada. Já nas proximidades da CSP há 42 poços que juntos equivalem a uma vazão de aproximadamente 200 L/s (COGERH,

2019). Se considerar que cada pessoa das 1.392 famílias que vivem na Parada - considerando que cada família tenha cinco membros - consome 125 litros de água por dia a vazão seria de 10 L/s. Logo, um único representante do usuário industrial consome 20 vezes mais do que os outros usuários.

Como se não bastasse e com a finalidade de incrementar a segurança hídrica no abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza/RMF e dos diversos usos ao longo do Eixão das Águas (sistema de adução para transposição do S. Francisco no Ceará), o Governo do Estado viu necessária a complementação de obras para que o sistema atinja a vazão total de projeto.

Uma dessas mais importantes obras é a do primeiro poço com furo horizontal (tramo) e direcional de captação de água no País, Poço Direcional Horizontal no aquífero Dunas, cavado no Lagamar do Cauípe, áreas contíguas a Bacia do Guaribas. A estrutura complementa parte do Sistema de abastecimento da RMF dando autonomia ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), com o aproveitamento das águas subterrâneas do local. A intervenção possui dois furos do tipo, com 500 m cada para maior eficiência na captação de água.

Especificamente, a obra se localizada próxima às Cristalinas, no Lagamar do Cauípe, no trecho V – Eixão das Águas, próximo ao Reservatório Apoiado Pecém (Rap Pecém). Os poços na localidade de Cumbuco, Município de Caucaia, são projetados para que o sistema de captação de água fique totalmente inserido no lençol freático. A partir de um furo vertical (*shaft*), já realizado no aquífero Dunas anteriormente, foram feitas várias linhas de tubulações na horizontal para captar água diretamente do potencial hidrogeológico, com fins ao melhor aproveitamento devido a maior área de absorção hídrica que lhe será proporcionado (COGERH, 2022).

Deste modo, a vazão da estrutura deverá ser de 200 l/s, equivalente a 100 poços verticais. O poço captará água represada dentro das dunas a 22 metros de profundidade, e o equipamento fará uma contribuição em uma área de 10 km². Isto atenderia a uma população superior a 130 mil pessoas. Além disso, mais 70 poços verticais serão construídos, atingindo a marca de 1.000/s (DN, 2022).

Figura 6 – Quadro dos usuários de água identificados na localidade da Parada

Usuários de Água	Definição:	Representantes
Produtor Agrícola*	Usuário que depende diretamente desse recurso, pois é um elemento chave para a sua produção. Vive exclusivamente da agricultura;	Agricultor(a)
Produtor Pluriativo*	Usuário que depende diretamente desse recurso, pois é um elemento chave para sua produção. Pratica a agricultura, no entanto exerce outras atividades para complementar a renda;	Agricultor(a)
Doméstico	Usuário que depende diretamente desse recurso para exercer atividades domésticas;	População
Esportivo	Usuário que depende desse recurso direta e indiretamente para práticas esportivas ou lazer	Pescador, turistas e moradores locais
Criador	Usuário que depende direta e indiretamente desse recurso para a criação de animais;	Pecuarista, agricultores e moradores que criam animais para consumo próprio
Serviço	Usuário que depende diretamente desse recurso para realização de alguns serviços;	Proprietários de lava-jato e vendedores de água
Industrial	Usuário que depende diretamente desse recurso para realização de atividades industriais;	CSP, Termelétricas do grupo Eneva, Matsuda Pecém Com. E Ind. Ltda.
Gestor	Usuário que depende indiretamente desse recurso;	SRH, COGERH, SOHIDRA
Ecológico	Usuários que dependem diretamente desse recurso para a manutenção dos processos ecológicos.	Fauna e Flora; ecossistemas terrestre e aquáticos

Figura 07 - Bateria de poços que abastecem o Usuário Industrial na Bacia do Rio Guaribas



Isto garante segurança hídrica ao Complexo industrial e portuário do Pecém, porém acirra a insegurança hídrica na região e com risco de rebaixamento do lençol hidroestático, e diminuição de apostes de águas superficiais e subterrâneas na região. O que será uma tragédia para as comunidades locais. Fatos estes que vêm gerando conflitos e migração compulsória de parte das comunidades na região.

E mesmo que a curto prazo não comprometa as atividades dos moradores o não conhecimento sobre os possíveis impactos e o modo com as decisões que marcam seu território são tomados geram questionamentos.

Justaposto aos usos, usuários e respectivas funções são apresentados no Quadro 2. Esse quadro permitiu identificar os usos conflitivos. Diante de todos esses considerados, o que se constata é que o uso industrial se enquadra como conflitante com os demais, pois apresenta-se ameaçador ante a quantidade de água exigida no processo produtivo.

O fato é que a vazão utilizada pelos usuários industriais considerados na pesquisa equivale a cerca de 370 litros por segundo (COGERH, 2019). Uma pessoa nascida no estado do Ceará consome, em média, 125 litros de água por dia (SNIS, 2018). Significa dizer que a indústria possui um consumo anual de água que seria o suficiente para abastecer 256 mil cearenses por ano, ou seja, praticamente o município de Sobral, que contém um dos maiores centros urbanos do Estado do Ceará.

O uso gestor da água, manifestado através de ações das instituições governamentais responsáveis por sua gestão, também é considerado conflitante. De acordo com a população local, durante os processos decisórios nos espaços deliberativos, nenhum morador é consultado sobre possíveis intervenções na bacia para a alocação de água. Essas decisões modificam uma dinâmica socioespacial que geralmente prejudica os usos mais nobres da água atingindo comunidades e ecossistemas.

Quadro 2 - Usos, usuários e funções da água na BH do rio Guaribas

	Usos	Usuários (Representante)	Funções	Imprescindibilidade	Substituição	Impactos
Consultivo	Abastecimento Humano	População	Consumo Higiene	Alto	∄	(0)
	Dessedentação de animais	Fauna	Consumo	Alto	∄	(0)
	Uso Industrial	CSP, Usina Termelétrica do grupo Eneva, Matsuda Pecém Com. e Ind. Ltda.	Meio de produção	Alto	∃	(-)
	Uso Comercial	Proprietários de lava-jato e vendedores de água	Mercadori a	Médio	∃	(0)
	Uso Agrícola	Pecuarista, agricultores e moradores que criam animais para consumo próprio	Consumo Meio de Produção	Alto	∄	(0)
Continuação Quadro 2						
Não Consultivo	Usos	Usuários (Representante)	Funções	Imprescindibilidade	Substituição	Impactos
	Manutenção Ecológica	Fauna e Flora; ecossistemas terrestre e aquáticos	Suporte Meio Consumo	Alto	∄	(+)

Não Consultivo	Lazer	Turistas e moradores locais	Meio	Alto	≠	(0)
	Pesca	Pescadoras	Meio	Alto	≠	(0)
	Gestão	Estado (SRH, COGERH, SOHIDRA)	Suporte	Alto	≠	(-)

Fonte: dados de campo e adaptado de Christofidis (2009) e Nascimento (2012).

Considerações finais

Discutir os usos múltiplos da água a partir de sua categorização é uma forma de sistematizar informações que podem orientar o planejamento e a gestão dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica. Nesse sentido, o presente trabalho apresentou ferramenta analítica, por meio da identificação dos usos consultivo e não consultivos da bacia hidrográfica do rio Guaribas, Estado do Ceará, com objetivo de categorizá-los para estimar os conflitos correlatos contribuindo com futuras decisões que visem mitigar esse impasse.

A partir dos resultados pôde-se constatar que a BH do rio Guaribas apresenta um conjunto complexo de usos da água que precisam ser alocados de modo a não interferir e prejudicar outras atividades que compartilham do mesmo recurso. Posto isso, diante da quantidade de água consumida no processo industrial, esse uso é considerado conflitante, uma vez que a população vê a continuidade das suas atividades locais e de subsistência ameaçadas por possíveis impactos gerados pela elevada quantidade de água subterrânea retirada para abastecê-lo.

Outra questão que influi na relação conflituosa entre os usuários da bacia é a não eficácia da mediação de conflitos sob responsabilidade dos órgãos estaduais de gestão hídrica. De acordo com Raffestin a água (1993, p. 208) “[...] como qualquer outro recurso é motivo para relações de poder e de conflitos”.

A categorização dos usos da água permitiu sistematizar um conjunto de informações que viabilizou estimar os envolvidos no conflito emergente na BH do Guaribas. Esse conjunto de informação sistematizada pode servir para orientar futuros projetos voltado aos recursos hídricos e como ferramenta adicional ao sistema de informação da bacia podendo ser utilizado por seus usuários e gestores.

Dessa forma, os usos múltiplos envolvem um conjunto de atores, para citá-los: pescadoras, comerciantes, agricultores, empresários do setor industrial e representantes do governo estadual; que têm interesses muitas vezes divergentes e cabe aos órgãos públicos conhecer tais situações para prevenir ou mediar conflitos. Essa lacuna pode ser preenchida através da categorização dos usos da água e o conjunto de informações sistematizadas nesse processo. Tal procedimento pode orientar o planejamento e a tomada de decisões em bacias hidrográficas.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Acelrad, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-36

BRASIL. Congresso. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 de jan. 1997.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2016. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2018. 218 p.

CHRISTOFIDIS, D. Considerações sobre conflitos e uso sustentável em recursos hídricos. In: THEODORO, Suzi (Org.). *Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Grammond, 2009. p. 13-28.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. Avaliação hidrogeológica quali-quantitativa do campo de dunas Pecém/Paracuru. Fortaleza: COGERH, 2016. p. 77.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. *Outorgas concedidas e vigentes*. Disponível em: <
http://outorgasvigentes.cogerh.com.br/paginaSemValidacao/outorgaVigente/outorgas_fh.xhtml;jsessionid=90F2DA64C20F24DC4C2B6C2C208EB810.worker1>. Acesso em: 25 de jan 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *São Gonçalo do Amarante*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-goncalo-do-amarante>>. Acesso em: 5 de mai. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. *Base cartográfica digital*. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/base/base.htm>>. Acesso em: 21 de mai. 2019.

NASCIMENTO, Flávio R. do. *Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável: subsídios ao manejo geoambiental da sub-bacia do baixo Pacoti – CE*. Dissertação (Mestrado em Geografia, UECE, Fortaleza, 2003).

NASCIMENTO, Flávio. R. Categorização de Uso Múltiplos dos Recursos Hídricos e Problemas Ambientais. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, p. 81-97, out. 2011.

NASCIMENTO, Flávio. R.; CARVALHO, O. Bacias hidrográficas como unidade de planejamento e gestão geoambiental: uma proposta metodológica. *Revista Fluminense de Geografia*, Niterói, n. 02, p. 61-82. 2003.

PESSOA, Elen K. F. *Classificação dos usos dos recursos hídricos na localidade da Parada/bacia do Rio Guaribas - CE*. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. UFC: Fortaleza, 2019. 77p.

SENTINEL. *Sentinel playground*. Disponível em: <<https://apps.sentinel-hub.com/sentinel-playground/?source=S2&lat=40.4&lng=%203.7300000000000018&zoom=12&preset=1-NATURALCOLOR&layers=B01,B02,B03&maxcc=20&gain=1.0&gamma=1.0&time=2018-12-01%7C2019-06->>

26&atmFilter=&showDates=false>. Acessado em: 20 de abr. 2019.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática S.A., v. 29, 1993. 269 p.

TELES, G. A.; AMORA, Z. B. A gênese do complexo portuário e industrial do Pecém – CIPP nas políticas de industrialização cearense e a dinâmica na produção do espaço metropolitano. *Revista Casa da Geografia de Sobral*, Sobral-CE, v. 18, n. 1, p. 24-43, jul. 2016.

UNITED STATE GEOLOGICAL SURVEY. *Earth explorer*. U.S.A: USGS. Disponível em: <<https://earthexplorer.usgs.gov/>>. Acesso em: 02 de mai. 2019.

PRÁTICAS DO O PIBID GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO NA PANDEMIA COVID-19

*Diego Gonçalves Helena
Patrícia Francisca de Matos*

Introdução

A humanidade protagonizou momentos de muita preocupação com o surgimento da Covid-19, cientificamente denominado SARS-CoV-2. A transmissão do vírus originou-se na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019 e, se espalhou de maneira rápida pelo mundo. Por se tratar de um vírus de alto risco de contágio, autoridades políticas de todo o mundo viram-se em um contexto desafiador que demandava proteção em favor da manutenção da saúde pública e da vida. Em razão disso, ainda nas primeiras semanas do alerta mundial do vírus, houve a necessidade do decreto de *Lockdown*¹ por parte dos governantes.

No cenário educacional, a pandemia da COVID-19 impulsionou a adoção da modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE) por parte das instituições educacionais, tanto públicas, quanto privadas, para dar contiguidade ao ano letivo. Docentes e equipes de gestão educacional foram submetidas à reinvenção diária para promoverem a continuidade das atividades

¹ O termo, oriundo da língua inglesa, descreve a medida protetiva adotada pelos governos de todos os países no confinamento e fechamento total de comércios, indústrias, hospitais, aeroportos e vias de circulação, a fim de promover o distanciamento social das pessoas e diminuir as chances de proliferação da doença.

pedagógicas, as quais se sustentaram por intermédio do uso dos instrumentos tecnológicos digitais no processo de ensino-aprendizagem.

No cenário da educação brasileira, todas as modalidades de ensino recorreram ao uso das ferramentas digitais para que o calendário educacional pudesse ser seguido. Professores e alunos, de diversas áreas dos saberes, não ficaram ilesos mediante a problemática considerada temporária no princípio, posto o desconhecimento da magnitude do vírus e seus riscos letais e a imprevisibilidade do desenvolvimento de uma vacina que pudesse contê-lo. Universidades e escolas públicas que mantinham projetos de formação de professores, como o PIBID, por exemplo, protagonizaram dias de muito desafio, experiência, adaptação e readaptação em face ao uso dos recursos tecnológicos dispostos por ferramentas digitais e plataformas on-line.

Considerando o contexto deveras oposto à conhecida dinâmica do Ensino a Distância (EAD), a realidade perturbante difundia-se em um ensino de caráter emergencial e extraordinário, cuja realização só ocorria por uma única via: a remota. De acordo com Brasil (2020) o ensino remoto emergencial está legislado pela Portaria MEC nº 544, que diz:

O Ensino Remoto Emergencial, enquanto excepcionalidade, deve ser implementado em caráter temporário, não podendo substituir integralmente as atividades presenciais, devendo ser adotado como estratégia complementar e transitória" (Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020).

Essa portaria dispõe sobre a substituição das aulas presenciais pela modalidade de Educação a Distância em caráter

excepcional, em razão da pandemia da COVID-19. A portaria estabelece as diretrizes para a adoção do Ensino Remoto Emergencial pelas instituições de educação básica e superior, como forma de garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem durante o período de isolamento social necessário para o controle da pandemia. Além disso, a portaria também estabelece que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) deve ser implementado de forma complementar e temporária, não podendo substituir integralmente as atividades presenciais.

Em função disso, projetos de extensão, programas de estágio e programas de iniciação científica pararam e outros continuaram atuando em um cenário virtual, o qual conseguia suportar um número maior de alunos que uma sala de aula presencial. Porém, nem todos, por problemas de razões socioeconômicas, podiam participar. Ao assumir o compromisso do ensino remoto emergencial, o PIBID junto às instituições federais acadêmicas e os cursos de licenciatura, mesmo que de maneira desafiadora, vigoraram em 2020 e 2021, sobretudo no subprojeto de Geografia.

Dessa maneira, no presente trabalho, buscamos evidenciar algumas das cruciais práticas e vivências do PIBID ao longo da pandemia da Covid-19 no Ensino Fundamental no CEPI Matilde Margon Vaz situado em Catalão (GO).

A reflexão sobre a importância da atuação de professores de Geografia e docentes em formação e suas atuações mediante o programa instituído pelo PIBID fez-se elementar. Compreendemos que entre o ensino presencial, EAD e remoto há uma disparidade, deste modo, em razão da rápida necessidade de medidas de contenção social, o Ensino Remoto Emergencial tornou-se realidade de todas as instituições educacionais ao redor do mundo, potencializando práticas e vivências educacionais que

antes eram conhecidas apenas por uma parcela de estudantes adeptos à educação à distância (EAD).

Embora ambos envolvam a utilização de tecnologia para a aprendizagem, o ensino remoto é uma modalidade emergencial de ensino à distância, que ocorre em situações de crise, como a pandemia de COVID-19, enquanto o ensino a distância é uma modalidade planejada e estruturada de educação, que pode ocorrer de forma síncrona ou assíncrona, independentemente de uma crise.

Como resultado, restaram aos discentes e aos docentes pouquíssimas alternativas que não fosse a adaptação ao uso de ferramentas tecnológicas para o sustento das práticas educativas. Logo, a metodologia de pesquisa por nós desenvolvida se fundamenta na análise bibliográfica de artigos científicos e descrição empírica das práticas docentes de Geografia em período de isolamento social. Para tanto, esta pesquisa terá o contributo teórico apoiado em textos de Andrade (2006), Callai (2011), Cavalcanti (2008), entre outros.

Ensino de Geografia e os Desafios dos Recursos Tecnológicos

Refletir sobre a educação na atualidade é contemplar a visão de mundo dos sujeitos em sociedade, pois por meio dela, cada ser compõe e alicerça sua própria essência dotada de conhecimentos gerais, específicos e de mundo por intermédio de uma ótica interpretativa e crítica. A Geografia trata-se de uma ciência que investiga os espaços, sociedades e culturas as quais os indivíduos situam-se e concentram-se, assim, “A Geografia pode ser definida como a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou melhor, a forma como a sociedade

organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza [...]”. (ANDRADE, 2006, p.14), ou conforme a ótica de Lana de Souza Cavalcanti:

O espaço como objeto da análise geográfica não é aquele da experiência empírica, não é um objeto espacial em si mesmo, mas sim uma abstração, uma construção teórica; o espaço geográfico é concebido e construído intelectualmente como um produto social e histórico que se constitui em ferramenta de análise da realidade em sua dimensão material e em sua representação (CAVALCANTI, 2008, p.42).

Os estudos geográficos vão além da disciplina didática que compõe o currículo escolar das muitas unidades de ensino e circunda a multiplicidade de discursos humanos e naturais e suas pesquisas se atrelam a diversas áreas dos saberes das ciências humanas, uma vez que em épocas remotas, mesmo que ainda não estivesse solidificada como ciência, era utilizada em descobertas de locais para plantio e exploração. Entretanto, com os estudos de geógrafos alemães, iniciados em meados do século XIX, conforme cita Andrade (2008, p.1): “Admita-se que a Geografia se tornou uma ciência autônoma a partir do século XIX, graças aos trabalhos dos geógrafos alemães Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter”, consolidando-se como de fato uma ciência autônoma.

Refletindo sobre o ensino de Geografia, de acordo com os contributos teóricos de Santos (2018), no Brasil, com o advento de sua institucionalização como ciência no século XIX, houve uma longa transição entre correntes de pensamento, sobremaneira a fecundar a Geografia Tradicional em que os pensamentos

estavam centrados em duas escolas, sendo elas: determinista e possibilista. A Geografia Tradicional sustentava-se no positivismo que usava de uma visão palpável da realidade com o observar e comparar resultados. Enquanto que no viés possibilista, há a concepção centrada de que o homem indica o meio, dessa forma o espaço natural deixa de ser o objeto elementar de análise geográfica abrindo margem para um espaço geográfico humanizado levando em consideração as relações com o ambiente natural.

No período de renovação, ou ‘Nova Geografia’ surge uma Geografia crítica que ganha força em 1970, nesta época, as concepções se fixavam no espaço social enquanto produto do mecanismo de produção da sociedade, desta maneira, o objetivo da Geografia crítica era observar as relações intermediadas pela sociedade, o trabalho e a natureza na produção do espaço, diferente das bases da Geografia tradicional. A década de 1980 é datada em uma época em que houve o chamado movimento de renovação da Geografia (tanto acadêmica quanto escolar), nesse movimento havia as interposições da Geografia Tradicional e da Geografia Nova, que diferente da tradicional obtinha um viés crítico que continha atestações de que a ciência geográfica detinha um viés ideológico.

Dessa maneira, em busca de encontrar novos meios de compreensão, houve a concentração na compreensão do espaço de sua história e sua ação direta com a sociedade. Acerca das novas formas, Cavalcanti (2016, p. 404) salienta que:

Esse “movimento de renovação” da década de 1980, portanto, também focava o ensino de Geografia, atribuindo-lhe maior significado social. Com esse intuito, questionava-se sua estrutura convencional,

que era dicotômica, fragmentada (composta por “partes estanques”), abordando de um lado os fenômenos naturais, e de outro, os humanos; ou como alertava Moreira (1987), havia uma estrutura padrão do discurso geográfico tradicional, a qual requeria superar; que era por ele simbolizada na forma de N-H-E, ou seja, os temas (os conteúdos geográficos escolares) eram tratados de modo fragmentado, agrupados sob a linha mestra da Natureza, do Homem e da Economia.

Fez-se necessária uma proposta de implementação de uma nova estrutura em que o foco seria mantido no espaço e as divergências sociais oriundas dele. Nesse cenário, os discursos envoltos da Geografia Escolar e sobre os principais pressupostos fundamentais a serem ensinados ficaram a cargo de renomados geógrafos. Posteriormente, em 1990, com o declínio de blocos político-econômicos e de igual modo, o declínio de ideários socialistas de alguns países, foi gerada uma crise que possibilitou às esferas científicas e educacionais o firmamento de distintos referenciais que interpretavam a realidade, posto isso, a legitimação de novos referenciais teórico-metodológicos na Geografia foi marcante nesse período e novas orientações para o trabalho docente com a Geografia também foram se reconstruindo. Logo, surgiram propostas alternativas articuladas mais direta e explicitamente a orientações pedagógico-didáticas, delineando diferentes métodos para o ensino de Geografia.

Com essas novas orientações, reafirmou-se o papel relevante da Geografia na formação das pessoas, mas com o reconhecimento de que mudanças relacionadas ao cotidiano espacial de uma sociedade globalizada, urbana, informacional,

tecnológica, requerem uma compreensão do espaço que inclua a subjetividade, o cotidiano, a multiescolaridade, comunicação e as diferentes linguagens do mundo atual.

A Geografia, em sua face científica, pode se desdobrar em muitas outras. Conforme contribuições de Cavalcanti (2016) há a Geografia Cotidiana que trata todo o inventário do conhecimento espacial e tudo aquilo que é usado e produzido pelos indivíduos em relação à vida com o cotidiano amparado pelo senso comum e até mesmo conhecimentos científicos. A Geografia Acadêmica que se ocupa do conhecimento gerado por pesquisas e estudos de cunho científico usado para ser explorado pelos geógrafos, bem como a Geografia Escolar, que se aterra na produção e organização de práticas de ensino de geografia nas escolas.

Sob a óptica de Cavalcanti (2016), ambas as Geografias possuem histórias similares uma vez que foram institucionalizadas no início do século XX, em outras palavras, as duas se influenciam apesar de suas distinções. Pensar a Geografia é compreender como ela foi influenciada por diversas correntes teóricas e metodológicas ao longo dos anos. Antes de 1930 os cursos de Geografia e História, a título de exemplo, eram unificados e os próprios materiais de estudo, isto é, livros não eram elaborados por geógrafos. Anos mais tarde, com a influência da ditadura militar, a disciplina sofreu o empobrecimento em sua grade curricular, dado que nos ideários militaristas os conhecimentos geográficos poderiam ser usados para táticas políticas. Assim, traçadas essas linhas atemporais da história da Geografia brasileira, pode-se compreender a dimensão do desafio da disciplina no decorrer de sua institucionalização que ainda faz ecoar resquícios na atualidade, a considerar o modelo da Geografia Escolar.

Esta, segundo Callai (2011), é um item que compõe o

currículo educacional de muitas escolas e o seu objetivo de ensino é o de instruir os estudantes na percepção da subjetividade, reconhecendo a própria identidade e seu espaço, isto é, pertencimento em um mundo que por vezes é definido como homogêneo, “considera-se a Geografia escolar como um conhecimento diferente da Geografia acadêmica. A Geografia escolar é uma criação particular e original da escola, que responde às finalidades sociais que lhe são próprias” (CALLAI, 2011, p. 134).

Outra ótica fundamental, na perspectiva de Callai (2011), é o reconhecimento da escola, o local a qual se situa a população e sua organização, características que representam as principais constituintes dos alunos frequentadores, visto que: “Os espaços são produzidos ao longo da história dos homens e estes espaços trazem em si as marcas das vidas passadas e as condições de vidas atuais [...] nosso campo de estudo é o espaço territorial, o espaço humano.” (CALLAI, 2011, p. 130), em razão disso, compreende-se como é realizado o ensino de Geografia: que busca formas para a compreensão do mundo em que se vive e caminhos para transformá-lo.

A Geografia Escolar, em consonância ao que foi abordado anteriormente, possui um conhecimento distinto da Geografia acadêmica, pois se direciona as finalidades impostas às instituições. Nesse quadro, a Geografia não é tratada como apenas uma disciplina comum, é vista como um conhecimento fundado em sustentações científicas. O desafio concentra-se na figura do professor que precisa intermediar as ações de ensino-aprendizagem curricular e em “e como fazer para administrar uma tensão permanente entre a visão científica e a visão prática dos problemas educativos, da mesma forma que da ciência geográfica e a Geografia escolar curricular” (CALLAI, 2011, p. 131).

É importante que se caracterize a educação geográfica para a averiguação de que a Geografia Escolar é de fato fundamentada como conteúdo escolar sob as concepções da academia: no que diz respeito à ciência que investiga, estuda e entrega resultados valiosos que contribuem para o entendimento do mundo em que se vive, bem como no cenário que disponibiliza de conteúdos curriculares escolares e políticas públicas que as guiam e nos sujeitos envolvidos: professores, alunos e toda a comunidade escolar.

A educação supracitada é descrita pelo intuito de expor conteúdos relevantes para a compreensão de espacialidade que ocorre por intermédio da análise geográfica, chave para o entendimento e compreensão dos fenômenos que ocorrem na sociedade e dos os problemas que a compõe. Em síntese:

O professor ao conhecer a sua disciplina de ensino e a história da mesma, assim como a história da ciência que lhe dá o nome, no caso a Geografia, tem os elementos para desenvolver a sua tarefa. Exige-se, pois do professor intimidade com a sua disciplina, e esta requer que ele tenha, perceba, compreenda e saiba operar com a dimensão técnica bem como a dimensão pedagógica da mesma (CALLAI, 2011, p. 132).

Nas práticas de ensino e aprendizagem de Geografia cabe ao docente deter o controle sobre o ensino produzido, considerando esta como figura intermediadora do conhecimento e de todas as suas constituintes transmissoras de valores e conceitos. Na Geografia um dos conceitos elementares é o conceito de lugar e por meio deste há a realização da busca de compreensão de mundo, dado que

Essa busca gera necessariamente um processo de aprendizagem, com significado, para a vida particularizada de cada um e a vida, do/no conjunto da sociedade. Quer dizer, não é a escola simplesmente cumprindo conteúdos curriculares, mas desenvolvendo atividades que tornem o sujeito capaz de conhecer para mudar. E, principalmente encontrar os caminhos para como mudar, pois, estamos vivendo num mundo que precisa ser conhecido e compreendido, não pelo lugar em si, mas no conjunto em que cada lugar se contextualiza (CALLAI, 2011, p. 135).

As bases da Geografia Escolar, por semelhante modo, são sustentadas com o ensinar de um produto. Assim, o livro didático torna-se uma forma de apresentação de tal produto, logo, o material didático compõe-se e faz uso da produção acadêmica a qual expõe seus referenciais e fins de pesquisa, bem como reúne fontes e informações oriundas de notícias, fatos, livros, de jornais, revistas. Os materiais são categorizados conforme as normativas das políticas públicas as quais formam as diretrizes curriculares e a normatização dos níveis de ensino. É possível dizer que a Geografia Escolar se define como um componente curricular capaz de garantir aos educandos a compreensão de mundo e do posicionamento como sujeitos reconhecendo “a espacialidade dos fenômenos sociais.” (CALLAI, 2011, p. 129).

Falemos da concepção do ensino de Geografia pautado em alternativas outras. Cavalcanti Neto e Aquino (2009, p. 45) expõem que o ensino necessita de novas abordagens para que os aprendizes possam encontrar a própria motivação para a compreensão dos saberes da matéria, portanto é preciso

abrir espaço na sala de aula para o trabalho com os diferentes saberes dos agentes do processo de ensino – alunos e professores [...] pautadas na necessidade de trabalhar com os conteúdos escolares sistematizados de forma crítica, criativa, questionadora, buscando favorecer sua interação e seu confronto com outros saberes.

O ensino de Geografia tem passado por transformações nos últimos anos, especialmente no que diz respeito ao uso de recursos tecnológicos. A tecnologia tem se mostrado uma ferramenta fundamental para melhorar a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos, permitindo novas formas de interação e de acesso ao conhecimento geográfico. No entanto, o uso dos recursos tecnológicos no ensino de Geografia também apresenta avanços e alguns desafios que precisam ser superados.

Com o dinâmico e rápido desenvolver tecnológico que trafega por todas as vias da sociedade, é importante analisar seu desenrolar no panorama geral da educação. Para isso, é importante não se deter a uma única disciplina, visto que os instrumentos tecnológicos chamam atenção dos alunos. Silva, Prates e Ribeiro (2016) alegam que o processo de ensino-aprendizagem é parte do aluno para o meio, lugar em que se posiciona o professor e os recursos escolhidos por este, com o intuito de alargar as formas do ensino pedagógico.

Muitas escolas procuram adquirir tais recursos e fundamentar melhor a gama de mediação de conhecimento, porém a aquisição não implica na aprendizagem total, porque em grande parcela dos casos, as ferramentas, por falta de conhecimento para seu devido manuseio, servem apenas como acessórios. Cabe ao docente de Geografia, e das demais

disciplinas presentes na educação brasileira, buscarem maneiras de adequação dos recursos tecnológicos, pois este é considerado mediador do processo de ensino-aprendizagem e tal responsabilidade acaba por se tornar um desafio, haja vista que muitos não são adeptos à nova realidade granjeada pelo meio tecnológico.

A falta de formação de professores na área é outro fator de desafio “[...] fazendo com que muitos profissionais se tornem resistentes ao uso e incorporação de novas tecnologias na sala de aula e deixem de utilizá-las por falta de formação.” (SILVA, PRATES, RIBEIRO, 2016, p. 109). Diante desse contexto, é importante que os professores de Geografia estejam preparados para lidar com os desafios e aproveitar os avanços do uso dos recursos tecnológicos no ensino. Para isso, é fundamental investir na formação continuada dos professores, capacitando-os para o uso das tecnologias.

Cabe ao professor observar qual recurso tecnológico melhor se destina a um dado conteúdo, bem como entender qual deles mais motiva os discentes. Em outra instância, é elementar a compreensão de que a adequação às novas tecnologias não deve partir apenas do docente, mas também de todas as instituições responsáveis por formá-los. Assim, novas disciplinas cujo objetivo central seja o ensino do uso de ferramentas tecnológicas, são essenciais e devem ser incorporadas aos cursos de licenciatura, visto que “a grande dificuldade do professor em se adequar ao novo modelo de ensino envolvendo as tecnologias é que muitos seguem os ensinamentos dados pelos seus professores da época em que eram estudantes.” (SILVA, PRATES, RIBEIRO, 2016, p. 111). Isso posto, percebe-se duas nuances de uma mesma situação: a do professor, que está acostumado com

tecnologias mais obsoletas e dos alunos, os quais acompanham tecnologias mais atuais.

[..] já não é possível pensar hoje num ensino à base de quadro negro, giz e livro didático somente, pois o aluno de hoje vive em um mundo basicamente virtual, estando assim bem mais além dos métodos de ensino característicos de uma escola mais tradicionalista. [..] Tal ideia reforça a necessidade que o professor tem de se preparar para receber esse aluno, e de prepará-lo para a sociedade que o espera. Importante ressaltar, que não basta apenas ter acesso às novas ferramentas tecnológicas, mas é preciso ter a consciência de que uma aula enquadrada no uso de novas tecnologias exige outro desafio a ser enfrentado pelo professor, que é preparar esse ambiente e ter condições de lidar com as ferramentas que se irá utilizar e buscar identificar a familiaridade que o aluno tem com determinada ferramenta. [..]nesse contexto, ser professor é estar aberto a mudanças, muitas vezes radicais no sentido de “encarar” o ensino (SILVA, PRATES, RIBEIRO, 2016, p.114).

Apesar dos desafios, o uso dos recursos tecnológicos no ensino de Geografia tem trazido grandes avanços. Uma das principais vantagens é a possibilidade de apresentar os conteúdos de forma mais dinâmica e interativa, utilizando recursos como vídeos, mapas interativos e jogos educativos. Esses recursos permitem que os alunos tenham uma experiência mais rica e estimulante, o que pode aumentar sua motivação e engajamento

no processo de aprendizagem. Portanto, percebe-se que os desafios enfrentados pelos professores ao utilizarem ferramentas digitais mais atuais sempre existiu e características como a falta de estrutura das escolas e o desconhecimento dos próprios professores compõe esse cenário que não se resume apenas a realidade do ensino presencial, mas por semelhante modo, o ensino remoto – recente desafio para a educação, em função da Pandemia, assunto que iremos tratar mais adiante.

O Pibid como política nacional de formação de professores e sua importância no processo de ensino-aprendizagem

Em meados dos anos 2000, segundo concepções de Ambrosetti, Nascimento, Almeida, Calil e Passos (2013), o Governo Federal passa a dedicar-se ao encargo de articulador das políticas públicas de formação dos professores que, antes, estavam dispostas em ações isoladas de municípios e estados. Deste modo, o

Decreto nº 6755/2009 consolida algumas iniciativas que já vinham se desenvolvendo nos anos anteriores e institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Esse documento estabelece princípios básicos que devem orientar as propostas de formação de professores e que passam a balizar os programas de apoio à formação docente do Ministério da Educação (MEC). Entre esses princípios, reconhece a formação docente para a educação básica como compromisso público de Estado, que deve ser executado em regime de colaboração entre

União, Estados e Municípios, com participação das Instituições Públicas de Educação Superior e de entidades representativas de setores profissionais docentes. (AMBROSETTI; NASCIMENTO; ALMEIDA; CALIL & PASSOS, 2013, p.158).

O documento consolidado apresenta a atribuição demandada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) o ofício de apoio à formação docente em cursos de graduação, visto que o órgão do Ministério da Educação (MEC) era direcionado à formação da pós-graduação e fomento à pesquisa. Para tanto, cria-se, na estrutura da CAPES, a Diretoria de Educação Básica (DEB), que passa a agir na proposição e instauração de programas de fomento à formação inicial docente. Assim, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que foi criado em meados de 2008 sendo disposto apenas em junho de 2010 pelo Art. 1º do Decreto nº 7.219, trata-se de uma iniciativa constituinte da Política Nacional de Formação de Professores oriunda do Ministério da Educação. Inicialmente direcionado às Instituições Federais de Ensino Superior, no ano de 2007, a primeira versão do programa

atendia cerca de 3.000 bolsistas das áreas de Física, Química, Biologia e Matemática. A partir de 2009 o PIBID expandiu-se rapidamente, incluindo Universidades Públicas Estaduais, Municipais e Comunitárias, abrangendo todas as licenciaturas e chegando, em 2013, a 49.321 bolsistas, de 195 instituições, que atuam em 4.160 escolas públicas em todas as regiões do País (AMBROSETTI, NASCIMENTO, ALMEIDA, CALIL, PASSOS, 2013, p. 159).

A finalidade do projeto consiste em promover a inserção de discentes dos primeiros períodos dos cursos de licenciatura na realidade das instituições públicas de educação básica. Como forma de sustentar o desenvolvimento eficaz dos projetos de iniciação à docência, são fornecidas bolsas aos acadêmicos, aos professores das instituições públicas de educação básica, bem como aos professores de Ensino Superior.

As modalidades das bolsas são: Bolsista de iniciação à Docência: aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura que compõe o projeto institucional da instituição de educação superior, com a disposição e dedicação de carga horária mensal de trinta horas; Professor supervisor: docente de escolas públicas que integra o projeto, responsável por supervisionar e acompanhar as ações dos alunos bolsistas; Coordenador de área: professor da instituição de educação superior responsável por planejar, organizar e executar as atividades de iniciação à docência em sua área de atuação acadêmica; bem como orientação e avaliação dos bolsistas integrantes do curso de licenciatura, ofertando diálogos e diálogo com as escolas públicas nas quais são exercidas as atividades; Coordenador Institucional: professor de instituição de educação superior responsável perante a CAPES por garantir e acompanhar o planejamento, a organização e a efetuação das atividades de iniciação à docência conferida no projeto de sua instituição, prezando por sua unidade e qualidade.

Os participantes de todas as modalidades descritas recebem bolsas com valores estipulados de acordo com suas funções e os valores são creditados diretamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES). Segundo Brasil (2012), os objetivos do programa pautam-se em:

Impulsionar a formação de docentes em nível superior e torná-los aptos a atuarem na educação básica; Colaborar para com o prestígio do magistério; Elevar a qualidade da formação inicial de professores nas licenciaturas, facultando a interseção entre educação básica e educação superior; Anexar os graduandos no dia a dia de escolas de rede pública de educação, disponibilizando de oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas de viés inovador que busquem, primeiramente, a identificação de problemas no processo de ensino-aprendizagem e, conseguinte, a sua superação; Incentivar instituições públicas de educação, mobilizando seus professores como orientadores dos futuros docentes inserindo-os como protagonistas em sala de aula; Elevar a qualidade de ações acadêmicas nos cursos de licenciatura, de maneira a contribuir com a articulação entre teoria e prática fundamentais à formação dos docentes (BRASIL, 2012).

Uma vez que a proposta de nosso texto científico se alicerça no relato breve das vivências e aprendizagens adquiridas mediante a prática docente em período de contensão social, torna-

se imprescindível a descrição de experiências geridas no âmbito do ensino remoto que, nesse contexto, transcorreram-se ao longo da execução do PIBID Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). A Universidade recém-emancipada, vide a sua anterior dependência a Universidade Federal de Goiás UFG, está localizada na cidade de Catalão (GO), interior do estado e, na atualidade, detém o quantitativo de vinte e sete graduações as quais treze, são cursos de licenciatura. Em razão disso, as informações que se seguirão propõem discorrer sobre as vivências no PIBID/Geografia.

As atividades oriundas do programa realizaram-se em turmas de ensino fundamental II, nas classes do 8º ano, cuja vigência ocorreu de primeiro de outubro do ano de dois mil e vinte a trinta e um de março de dois mil e vinte dois, pelo acompanhamento das professoras supervisora e preceptora. Período em que o distanciamento social estava em permanência, todas as reuniões dos integrantes do subprojeto ocorreram no modo remoto durante os encontros, era apresentado o plano didático dos Ambientes Pedagógico Colaborativo (APC), atividades prontas desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), a fim de que o planejamento das aulas seguisse conforme o proposto pela secretaria estadual e pressupostos do PIBID.

As aulas eram ministradas três vezes por semana, na segunda, quarta e sexta, com duração de cinquenta minutos cada, contava com o acompanhamento por parte da professora supervisora, conforme disponibilidade de horário.

Refletindo sobre o programa desenvolvimento pode-se conceber que

O PIBID em Geografia permitiu ao professor e pibidianos mediar o conhecimento pautado

numa educação cada vez mais expansiva, na perspectiva de alcançar os estudantes em suas diversidades, além do que, o processo educacional requer estratégias e reflexões sobre suas práticas, roga pela visão pensada no coletivo, subjetivo, na dificuldade, facilidade, acessibilidade e inclusão; propiciando, então, melhorias no processo ensino e aprendizagem. [...] condicionando-lhes o conhecimento acerca da Geografia enquanto ciência em face de suas concepções e objeto de estudo (CUSTÓDIO, COSTA, HELENA, NETTA, RIBEIRO, SENA, 2022, p. 721).

As atividades geridas no PIBID Geografia se organizavam entre reuniões semanais realizadas com a coordenadora de área, supervisora e bolsistas que, juntos, buscavam alternativas metodológicas para a melhor difusão de conteúdo a serem discutidos e ensinados em sala de aula. Nos primeiros encontros do projeto, realizou-se a caracterização geral do subprojeto que visava operar o estudo geográfico em várias temáticas.

Em encontros online, promovidos por bolsistas, supervisora e coordenadora de área, similarmente era levantada a importância da realização do relatório final por parte dos docentes bolsistas, bem como a divulgação de eventos oriundos do projeto cujo intuito gira em torno da apresentação dos subprojetos propostas metodológicas no ensino de Geografia. É de imensa relevância a ressalva da realização de conferências e seminários que ocorreram durante a vigência do programa, visto que tais eventos são potenciais oportunidades para ganho de experiência e ampliação do currículo acadêmico do aluno e somam muitos pontos contribuindo para a formação docente/universidade e escola. Após a metade do ano letivo, o ensino começou a

funcionar de maneira híbrida para alunos do colégio e o corpo docente, ainda com a ausência presencial dos bolsistas dado as medidas sanitárias que estavam em vigor na universidade; o programa também sofreu a alteração das professoras supervisoras, neste processo de retorno ao híbrido os *pibidianos* perderam contato direto com os alunos no período de aulas, resultando na reorganização das nossas atividades e no planejamento de estratégias de ensino, elaboração de videoaulas e de materiais para que todas as necessidades pudessem ser supridas.

Metodologias utilizadas no Pibid Geografia durante a pandemia: Experiências e dificuldades

Em conformidade aos contributos teóricos de Alves, Ferreira, Botrel e Araújo (2020), no século XXI, com o rápido avanço da internet e a globalização em massa, o acesso e transmissão da informação modificaram, assim como os mecanismos de aprendizagem. O Ensino à Distância (EAD), teve início no Brasil por volta de 1904, por meio de cursos por correspondências, avançando para a radiodifusão, programas televisivos, etc. Categoria de educação em que os recursos tecnológicos são utilizados como instrumento para a interligação de professores e alunos exercerem relações de aprendizagem sem a necessidade de estarem presentes fisicamente em um mesmo local, oposto ao ensino presencial, isto é, o tradicional ensino realizado em sala de aula com professores e alunos dividindo um mesmo ambiente, o EAD permite uma elevada possibilidade de flexibilização em relação aos horários de aulas, posto que as mídias podem ser gravadas e distribuídas em plataformas,

possibilitando a visualização e estudo a qualquer momento pelo aluno.

O EAD consiste em uma modalidade de ensino reproduzida de maneira remota que se desenvolve mediante um minucioso planejamento o qual a plataforma de ensino possibilita o trabalho com um grande volume de alunos, devido às especificidades dessa modalidade, o EAD se popularizou, visto que

Seu desenvolvimento se deu a fim de fomentar acesso à educação, sobretudo técnica e superior, às populações que vivem em regiões mais isoladas ou com difícil acesso à educação presencial. A partir do EAD, um professor ou uma equipe de professores ministra e acompanha as aulas, apresentando vídeos de aplicações ou vídeo aulas pré-gravadas acerca dos conteúdos estudados (ALVES, FERREIRA, FERREIRA BOTREL, ARAÚJO, 2020, p.3)

Com o advento da SARS-CoV-2, em 2020, a utilização de uma modalidade de educação regida por ferramentas tecnológicas tornou-se necessária, assim estabeleceu-se o Ensino Remoto Emergencial (ERE), modalidade emergencial de ensino à distância, que ocorre em situações de crise, como a pandemia de COVID-19, enquanto o ensino a distância é uma modalidade planejada e estruturada de educação, que pode ocorrer de forma síncrona ou assíncrona, independentemente de uma crise.

O ensino remoto usa da internet como principal mecanismo para solução da problemática educacional, instituído pelo período da COVID-19, estabelecendo-se como uma solução temporária para manejar as atividades pedagógicas das instituições de ensino

em face de contenção social, criado para suplantar a um momento, frente à decisão tomada pelas autoridades sanitárias de todo o mundo.

Sem condições da realização de estratégias, todo o processo ocorreu de forma abrupta, sem condições de conceder maiores suportes as necessidades socioeducacionais das populações, dado que “uma mudança brusca de cenário traz consigo grandes dificuldades, pois várias etapas de preparação foram puladas.” (ALVES, FERREIRA, FERREIRA, BOTREL, ARAÚJO, 2020, p. 4). O ensino remoto possui especificidade social e procura resolver uma problemática de curta duração e se difere do ensino à distância por não ser exclusivamente online, cujo espaço é dispõe-se por ferramentas digitais, não vetando qualquer tipo de atividade presencial.

Contextualizando, a educação remota, compreende-se que seu propósito é direcionado ao cumprimento da tentativa de adaptação do ensino presencial. Com isso, as ferramentas de videoconferência gratuitas ganham força, principalmente a ferramenta *Google Meet*. Embora os recursos digitais para videoconferência estejam presentes no meio empresarial pode-se considerar que mediante o advento da pandemia da COVID-19 o uso de tais recursos passou a integrar o meio educacional. A título de exemplo, o *Google Meet*, conhecido inicialmente como *Hangouts Meet* era um recurso pago, dessa forma só poderia ser usado caso o usuário pagasse pelo serviço, entretanto, durante o período de pandemia seu uso tornou-se gratuito, tal iniciativa, apontada por Da Silva (2020), como uma estratégia de *Marketing*, prospectou mais de dois milhões de usuários por dia na semana de sua vigência.

O acesso à ferramenta pode ser realizado de maneira simples no computador, por intermédio do Gmail: e-mail da empresa

Google, bem como pode ser acessado em celulares com sistema operacional *iOS* e *Android*. A plataforma comporta a quantidade de até cem participantes em suas videoconferências e usuários externos e internos podem participar e dispõe de até setenta e três idiomas, incluído o Português.

Para que o acesso ocorra, o anfitrião, ou seja a pessoa responsável pelo encontro virtual compartilhe o *link* aos seus convidados, dessa maneira, ao acessarem o *link* o responsável recebe uma mensagem em sua tela o que o possibilita permitir ou não permitir a entrada de participantes na reunião virtual. O *Google Meet* dispõe de recursos significantes no quesito ensino, uma vez que há o compartilhamento de tela representado pelo ícone “Apresentar”. Isso permite que, durante uma aula, por exemplo, seja possível o compartilhar a tela do professor, assim

arquivos elaborados em programas como Word, Excel, PowerPoint ou outros, amplamente utilizados no ensino presencial, possuem considerável qualidade de visualização pelos alunos. A projeção de sites, sobretudo os voltados para a reprodução de conteúdos audiovisuais, é facilmente realizada e permite que materiais desses ambientes sejam assistidos e ouvidos de maneira clara e instantânea por todos da aula. Em razão disso, disciplinas das áreas de Linguagens e Humanas podem ser explorada de maneira mais dinâmica [...] (DA SILVA, 2020, p. 5).

Por se tratar de um recurso que não limita o tempo das aulas on-line em comparação a outras ferramentas cujos recursos não correspondem ao limite mínimo de duração de uma aula, assim

sendo, o Google Meet tornou-se a melhor opção e aliada para a prática das aulas remotas. O *Google Forms* outro recurso também pertencente à Google, adquiriu grande notoriedade no cenário educacional por oferecer um serviço gratuito em que é possível criar formulários on-line.

A ferramenta é ideal para aqueles que desejam solicitar *feedback's* sobre algo, organizar inscrições para eventos, convites ou pedir avaliações, além de dispor de recursos que permite a produção de atividades de múltipla escolha; questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, entre outras opções. Por fim, ferramentas como o *WhatsApp*, *Youtube* e plataformas de jogos interativos *on-line* também eram usufruídos em largas frequências, porém estes não disponibilizam de recursos e funções tão amplas em comparação as ferramentas mencionadas anteriormente.

Embora as ferramentas digitais citadas operem um grande papel no contexto do ensino remoto, na panorâmica do ensino da ciência geográfica, cabe ressaltar a imensa importância desenvolvida pelo *Google Earth*. O *Google Earth* é um programa (*software*) desenvolvido e distribuído pelo Google e sua função centra-se em apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre. O programa constitui-se em uma ferramenta digital responsável por realizar a cartografia do planeta Terra utilizando, para isso, imagens de várias fontes como: satélites e fotografias aéreas. O *Google Earth* induz a uma interessante navegação pelo espaço geográfico e apresenta representações deste modo sistematizado por meio de imagens que se assemelham a fotografias, representadas por diferentes escalas, visto que possibilita a investigação, noção cartográfica, e reconhecimento de determinados locais, permitindo que professores e pesquisadores obtenham uma experiência realística.

Sabendo que a Geografia deve fazer uso de imagens, como a cartografia, o geoprocessamento e o sensoriamento remoto, por exemplo, que coopera não somente na interpretação dos mapas, mas de igual modo na desenvoltura da representação e interpretação do espaço geográfico de modo abrangente e refletindo sobre a realidade empregada das práticas pedagógicas geográficas oriundas da pandemia, à utilização do *Google Earth* como recurso didático nas aulas de Geografia foi constante, pois durante o exercício do uso da plataforma é possível, segundo Evangelista, Morais e Silva (2017) a localização e reconhecimento do espaço do qual os estudantes integram, bem como propicia estudos comparativos entre regiões e cidades distintas sob uma infinidade de nuances e de detalhes, diferentemente dos livros e atlas.

Além disso, há a percepção por parte dos alunos de relações que de modo mais claro se materializam no espaço geográfico, desta maneira “o conhecimento prévio das áreas a serem estudadas em relação às imagens é um grande facilitador é motivador de aprendizagem, tornando a compreensão e construção do convencimento muito mais rápida e eficaz.” (EVANGELISTA, MORAIS, SILVA, 2017, p. 160).

Posto isto, operando uma retomada ao item anterior, podemos caracterizar que, as metodologias de ensino desenvolvidas no PIBID em Geografia em parceria com o CEPI Matilde Margon Vaz, via *Google Meet* em vigência do Regime de Atividades Não Presenciais (REANP), alternavam-se entre a aplicação de conteúdos novos e espaço para solucionar dúvidas, tal como realizar correções de conteúdos ministrados anteriormente.

A dinâmica metodológica consistia: planejamento para decidirem a escolha de eixos temáticos a serem abordados nas

aulas; formulação de conteúdos criados em slides pelo *Power Point*, criação ou reprodução de vídeos oriundos do *YouTube* ou outros formatos, que podiam ser transmitidos pelo recurso de compartilhamento de tela do *Google Meet*; Criação do *link* de aula na plataforma de videoconferência e envio deste no grupo de *WhatsApp* da escola minutos, ou horas, antes de cada encontro, a fim de que os alunos pudessem acessar às aulas. Atividades de múltipla escolha seguindo os conteúdos inerentes a disciplina de Geografia, vez ou outra eram formuladas e enviadas aos alunos como exercícios de fixação. O grupo de *WhatsApp* também era usado como uma ferramenta de correções de atividades pela professora e era composto pela participação dos alunos e seus responsáveis, bem como os bolsistas PIBID.

Desafios quanto à frequência contínua dos alunos eram comuns, de igual modo, uma vez que os alunos não se mostravam tão participativos e interativos com as aulas. É válido salientar que, talvez por sua condição emergencial, alguns problemas ocorreram na produção dos conteúdos, assim dificuldades como as de acesso à *internet* e a falta de dispositivos digitais para o acesso das aulas foram recorrentes no percalço das atividades desenvolvidas. Alguns alunos abdicaram dos estudos para se dedicarem a trabalhos temporários durante a pandemia para contribuírem no sustento de suas respectivas famílias, visto que a situação de vulnerabilidade socioeconômica era presente. Dificuldade enquanto ao acompanhamento das aulas, números de atividades a serem entregues e seus respectivos prazos, de igual maneira, queixas constantes por parte dos estudantes. Refletindo sobre as consequências de sua vigência cabe ressaltar que o ensino remoto

[..] foi criado para atender a um momento drástico, em que se demandou que os riscos para os envolvidos no processo de ensino-

aprendizado fossem diminuídos, ele veio para suprir uma demanda de curto e médio prazo. Por esse motivo, grande parte do que se tem observado no ensino é novo e experimental, sofrendo com problemas que vem desde o acesso à Internet e, por conseguinte às aulas e interações, até a própria execução do processo que apresentasse como um desafio tanto para quem ensina quanto para quem aprende (EVANGELISTA, MORAIS, SILVA, 2017, p. 3).

Mesmo com o retorno das aulas presenciais, em agosto de 2021, a Universidade Federal de Catalão, em consonância as medidas protetivas contra a COVID-19, não autorizou a participação presencial dos alunos bolsistas em sala de aula. Assim, as aulas ministradas pelos estudantes de graduação continuaram a ocorrer via *Google Meet*, com o diferencial de serem transmitidas por meio de data show em sala de aula para que todos pudessem acompanhar as aulas.

Os desafios e dificuldades nessa etapa também se revelaram, principalmente pela conexão de internet da escola, que em muitos momentos era instável dificultando o processo gradual e natural das aulas causando interrupções constantes e interferências no sistema de áudio, dificultando a comunicação entre professores e alunos. Em face do período de vigência considera-se ter sido uma ótima oportunidade, visto que conferiu aprendizagem e experiência sobre as metodologias aplicadas e realidades do contexto escolar. Por outro lado, estar à frente de uma sala de aula, em contexto pandêmico, possui caráter desafiador, posto que as adequações e recursos disponíveis para

a sustentação do sistema de ensino, sobretudo por parte dos alunos, consistem em uma árdua tarefa.

O panorama da pandemia causou obstáculos que impediram o aproveitamento do programa à sua maneira. Assim, pode-se considerar que todo o caminhar do subprojeto do PIBID Geografia foi fracionado em vias divergentes, sendo a primeira de contato com os alunos de maneira virtual, a segunda de preparação de materiais, leituras e discussões, e a terceira que poderia ser desenvolvido no ambiente escolar ficou vaga, devida as limitações causadas a partir da COVID-19, o que resultou no não aproveitamento de 100% do que o programa poderia vir a oferecer. Com maior valorização das novas tecnologias e recursos didáticos funcionais de qualidade, tem-se como produto e evolução dos métodos de ensino de todas as áreas do conhecimento, isto se for considerada as adequações as quais os alunos foram submetidos e quem sabe, em outros cenários, ainda serão. Todavia, é necessário perfilar ações suscetíveis às novas formas de comunicação e aprendizagem de conteúdos, uma vez que história, sociedade e sujeitos que nela habita, está em constante transformação.

Considerações finais

Acreditamos que, ao longo da formulação da presente pesquisa, pôde-se extrair como as práticas do ensino de Geografia foram realizadas durante a pandemia sob o regimento do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Com efeito, foram traçadas considerações a respeito da Geografia Escolar, pela ótica de teóricos da área, bem como contemplações acerca do ensino da disciplina amparado por recursos tecnológicos de maneira a

englobar principalmente as dificuldades enfrentadas em decorrência do uso das ferramentas digitais no período pandêmico.

É válido mencionar que o cenário educacional desafiador não é apenas fruto da pandemia e suas limitações, uma vez que as dificuldades tendem a perpetuar por anos futuros devido à falta de um planejamento estratégico capaz de suplantar o déficit causado no período de isolamento social. Desta forma, os docentes ainda trilharão caminhos árduos para restabelecerem o atraso nos conteúdos didáticos e dificuldades de aprendizagem de alunos que foram submetidos a uma transição brusca de modalidade de ensino.

Sobremaneira, a enfatizar deficiências ocasionadas pelo modelo *on-line* de estudos que fez emergir problemas decorrentes e presentes nas vidas dos alunos e familiares dados ao contexto de isolamento social acometido pela COVID-19, que deixou muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Ademais, como fonte elementar para a inicialização de nossos estudos, houve a elucidação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como uma importante política nacional de formação de professores que no contexto do artigo, foi incumbida sua hegemonia ao intermediar e fixar atividades pedagógicas em Geografia desenvolvidas pela Universidade Federal de Catalão e CEPI Matilde Margon Vaz, com o apontamento das experiências e diversidades adquiridas no percalço das aulas administradas por meio do programa. Não perseguimos uma resposta final ou conclusiva para a hipótese de nosso escrito, dado que muitas são as interpretações acerca do PIBID e a relevância de sua vigência nos muitos cursos de licenciatura das universidades brasileiras, visto que a pauta difundida pode dar origem a futuros textos cuja essência

ultrapasse os pressupostos da natureza da Geografia Escolar.

Salientamos, por fim, que a escolha do material bibliográfico foi elementar, dado que através da análise dos conteúdos dispostos foram apresentadas novas alternativas pelas quais a disciplina de Geografia submeteu-se para continuar o seu percurso educacional. Tais alternativas foram instauradas pelo advento do isolamento social acometido pela Covid-19 (SARS-CoV-2), fenômeno que influenciou estudantes de todas as modalidades de ensino do Brasil a movimentar suas formações pelo sistema remoto, medida que engendra as faces da readequação do ensino brasileiro.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia. **Geografia, Ciência e sociedade: Uma introdução do pensamento Geográfico**. Recife: EDUFPE, 2006.

ALVES, João Marcelo Peito; FERREIRA, João Victor Tofani; BOTREL, Lara Almeida; FERREIRA, Marcus Hiago Thadeu da Silva; ARAÚJO, Pedro Henrique. Ensino à Distância: características e desafios. **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre**, v. 2, n. 11 (2020).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (org.). **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. 2012.

BRASIL. PORTAL DO BUTANTAN. (org.). **Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua**

origem. 2022.

CALLAI, HC A geografia escolar – e os conteúdos da geografia. **Anekumene – Geografia, Cultura e Educação**, n. 1, pág. 128-139, 2011.

CAVALCANTE NETO, Ana Lúcia Gomes; AQUINO, Josefa de Lima Fernandes. A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica?. In: **Educação em Revista**, v. 25, n. 2, p. 223-240, 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Para onde estão indo as investigações sobre o ensino de Geografia no Brasil? Um olhar sobre elementos da pesquisa e do lugar que ela ocupa nesse campo. In: **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 36, núm. 3, septiembrediciembre, 2016, pp. 399-419 Universidade Federal de Goiás, Goiás, Brasil.

DA SILVA et al. **Ensino Remoto: Análise Comparativa do Zoom e do Google Meet no contexto educacional**. XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online.

EVANGELISTA, Armstrong Miranda.; MORAIS, Maria Valdirene Araújo Rocha.; SILVA, Carlos Vinícius Ribeiro. Os usos e aplicações do Google Earth como recurso didático no ensino de Geografia. In: **PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 152 - 166, 2017. DOI: 10.5965/1984724618382017152.

LIBÂNIO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____. **Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992.

RODRIGUES, J. N. Políticas Públicas e Geografia: a retomada de um debate. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81093.

SANTOS, Neimara Costa De Lima; FERNANDES, Maria José Costa. **A trajetória do ensino de geografia no brasil**. Anais CONADIS... Campina Grande: Realize Editora, 2018.

SENHORAS, Elói Martins. CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS ASSIMÉTRICOS. **Boletim de Conjuntura**. Boa Vista, p. 128-136. 14 maio 2020.

SILVA, Ione de Cássia Soares da et al. As novas tecnologias e aprendizagem: desafios enfrentados pelo professor na sala de aula. **Revista em debate (UFSC)**, Florianópolis, 2015.

O MAPA, A CARTOGRAFIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: A CONSTRUÇÃO DAS “VISÕES DE MUNDO” A PARTIR DAS AULAS DE GEOGRAFIA

Vinício Luís Pierozan

Introdução

O mapa é uma linguagem cartográfica bastante presente no cotidiano das pessoas, principalmente nos aplicativos de aparelhos *smartphones*. Na escola, desde os primeiros anos de escolarização costuma ser atrelado a geografia. O professor do referido componente curricular, por sua vez, é visto pelos alunos e pelos demais colegas de profissão como “quem entende de mapas” e/ou “quem sabe fazer mapas”. Mas, durante muito tempo o conhecimento que compreende a confecção e elaboração dos mapas era restrito há um grupo de profissionais que detinham as técnicas e os instrumentos necessários para fazer os mapas, os cartógrafos.

Assim, a sala de aula se configura num lugar ideal para o professor de geografia trabalhar os diferentes conteúdos da geografia tendo como recurso didático a linguagem cartográfica. A visão de mundo dos indivíduos é, em muitos casos, construída nas salas de aula, a partir da forma como o mapa é trabalhado e/ou ensinado pelo docente em suas aulas.

Nesse sentido, ao longo deste texto procuramos apresentar algumas reflexões sobre o uso do mapa enquanto instrumento de poder por parte de seus detentores como, por exemplo, Portugal, que se utilizou da cartografia para atender aos seus interesses imperialistas durante o período colonialista no Brasil. E também

problematizaremos o avanço da cartografia e da forma como os mapas são concebidos, bem como, as diferentes visões de mundo que são formadas no imaginário das pessoas ainda na infância tendo a escola como um dos lugares-chave.

Para cumprir com os objetivos propostos, adotaram-se como procedimento metodológico, revisão de literatura sobre o tema, conduzida pela abordagem qualitativa. Para um melhor entendimento, o texto está organizado em três seções: a primeira, intitulada O mapa, a cartografia e as novas formas de conceber/representar o espaço; a segunda, A construção da visão de mundo através dos mapas: a contribuição da escola; e a terceira, que finaliza o estudo é dedicada as Considerações Finais.

O mapa, a cartografia e as novas formas de conceber o espaço

O mapa, pode ter diferentes propósitos, intencionalidades, e inclusive, uma delas, pode ser a de enganar o leitor distorcendo informações e/ou omitindo-as (FONSECA, 2007). “Ao longo da história da Cartografia moderna ocidental, são numerosos os casos nos quais as cartas foram falsificadas, censuradas e tornadas secretas, contraditando sua pretendida cientificidade” (HARLEY, 1995b, p. 74, citado por FONSECA, 2007, p. 99).

Os portugueses, durante o período das Grandes Navegações, também supostamente teriam utilizado a cartografia para enganar governos/países e tirar vantagens diante da concorrência com as demais potências europeias da época, no que se refere a expansão dos territórios coloniais para além dos domínios existentes no Velho Continente (KANTOR, 2017). Embora, tal hipótese, seja questionável, acredita-se

[...] que os mapas portugueses traziam sempre as longitudes falseadas, como parte da política de sigilo adotada pela diplomacia portuguesa. Assim, as informações estratégicas eram preservadas com o objetivo de impedir o avanço dos concorrentes na disputa inter-imperial européia. (KANTOR, 2007, p.75).

O Brasil, por sua vez, também se insere dentro desta situação, uma vez que o território brasileiro era alvo de intensas disputas entre as potências da época e já despertava o interesse de outros países que estavam desenvolvendo/aprimorando a sua frota marítima como, por exemplo, a Holanda e a França. Diplomatas portugueses se valeram do mito da “ilha Brasil”² para tentar provar que fundaram no sul do Brasil a Colônia de Sacramento e assim passaram a reivindicar da Espanha a posse das terras localizadas à margem leste do Rio da Prata (KANTOR, 2007).

Durante o período quinhentista e também antes dele, até o século XVII, era comum os mapas, sobretudo, os elaborados por cartógrafos europeus trazerem ilustrações para representar (retratar) o território descoberto e/ou cartografado. Animais como aves, macacos, povos primitivos que habitavam o lugar e a vegetação, principalmente, configuravam as ilustrações mais presentes nos mapas (TEIXEIRA, 2009). “Da mescla de

² A representação do fenômeno *Ilha Brasil* é fruto da cartografia estatal portuguesa e figurou em mapas elaborados por cartógrafos lusitanos, mas tem origem ainda na cartografia medieval a partir de relatos de viajantes. O livro *Isolario*, de Benedito Bordoni, apresenta a *ilha Brasil* no Atlântico, a obra é um inventário sobre as ilhas descobertas. Durante o período de expansão ultramarina o livro foi bastante difundido. A *Ilha Brasil* nos mapas aparecia representada como sendo uma grande lagoa que ligava a bacia amazônica com a bacia platina (KANTOR, 2007).

papagaios, macacos e “índios canibais” com cenas da extração do “paus-de-tinta” nasceria o retrato dominante do Brasil na iconografia cartográfica do século XVI” (TEIXEIRA, 2009, p. 139). A imagem do Brasil passou a ser construída no imaginário europeu tendo como referência essas representações. E, nunca é demais lembrar que, “[...] os mapas são construções sociais que veiculam visões de mundo, combinando diversas cosmogonias e ideologias que a ciência não consegue extirpar” (FONSECA; OLIVA, 2013, p. 62).

Essa forma de conceber os mapas, sofreria com o passar do tempo uma profunda transformação, pois “A chegada do século XVIII consolidaria a definitiva metamorfose das ilustrações em elemento essencialmente decorativo sem maior relevância em termos cartográficos” (TEIXEIRA, 2009, p. 147). Esses mapas passaram a ser utilizados não mais como forma de propagação de uma visão de mundo representada pela cartografia, mas sim, como artigos de arte, produtos de luxo, que passariam a embelezar as paredes das casas da alta nobreza (TEIXEIRA, 2009).

Com o aprimoramento das tecnologias existentes e o desenvolvimento de novas, bem como, a descoberta de outros conhecimentos, os mapas começaram a ser elaborados e demandados por diferentes profissionais. “O mapa foi de grande utilidade como auxiliar em várias atividades humanas com forte componente espacial: a exploração, a guerra, o controle estatal e, mais recentemente, a escolha de implantação de empresas ou o turismo” (LÉVY, 2008, p. 157).

Do século XX em diante, com o lançamento dos primeiros satélites, do surgimento da computação e mais tarde com a disseminação da internet o mapeamento começou a se tornar cada

vez mais preciso, rápido e os mapas mais acessíveis aos diferentes profissionais e pessoas.

O desenvolvimento das imagens de satélite criou as condições de uma nova apreensão global da Terra e permitiu constituir uma cobertura cartográfica onde não existia ainda. A eclosão dos sistemas de informação geográfica ou “SIG” permitiu, com novos *softwares*, visualizar, descrever, classificar, cruzar, explicar e tratar de grandes quantidades de dados georreferenciados e atualizados (BORD, 1997b, p. 5, grifos do autor).

As imagens de satélite permitiram explorar uma riqueza de detalhes muito significativa para o mapeamento dos lugares. A partir dos anos 2000 foram fabricados diferentes programas computacionais que possibilitaram o mapeamento online por parte do usuário e de maneira colaborativa com os demais usuários de mapas (CANTO; ALMEIDA, 2010). A tecnologia, desde então, passou a permitir “[...] aos internautas construir seus próprios mapas de diferentes maneiras, a sociedade em rede criou um novo modo de mapear o mundo, inventando, assim, a prática cartográfica da cultura digital³” (CANTO; ALMEIDA, 2010, p. 148).

As novas possibilidades de mapear o espaço, como a citada acima, que torna o saber cartográfico acessível a diferentes profissionais e inclusive a pessoas comuns sem qualquer formação acadêmica e/ou que não detém o conhecimento

³ [...] é a cultura contemporânea estruturada pelas tecnologias digitais. Não é uma utopia, é o presente; vivemos a cibercultura, seja como autores e atores incluídos no acesso e uso criativo das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), seja como excluídos digitais. A exclusão digital é um novo segmento da exclusão social mais ampla (SANTOS, 2009).

geográfico/cartográfico necessário para a elaboração de mapas, faz como que o mapa definitivamente escape das mãos dos geógrafos (BORD, 1997a). Podemos citar como exemplo os sites: MapMyGlobe, Wikimapia, Ushahidi, Smalls Street Sounds, que permitem que qualquer usuário que tenha acesso a internet de qualidade e um computador e/ou smartphone possa elaborar os mapas e/ou contribuir em um projeto de outro usuário. Porém, realizando-se uma análise mais profunda, crítico-reflexiva, em relação a esta possibilidade de mapeamento é possível concluir que o usuário, em si, passa a ser um contribuinte amador, e que as suas criações contribuirão, sim, para a difusão dos sites e aplicativos, ou seja, da tecnologia, mas não exercerão influência voltada para o progresso da cartografia (FONSECA, 2014).

Soma-se, inclusive, a possibilidade de se realizar no ambiente virtual, mapeamentos pessoais, “[...] os mapeamentos pessoais são compreendidos como criações autorais, isto é, não abertas à participação de pessoas de fora do projeto e produzidas diretamente nos programas de mapeamento online” (CANTO; ALMEIDA, 2010, p. 156). Contudo, nos mapas virtuais é possível constatar que predominam os mapas de localização, os mapas temáticos raramente aparecem, e em cartografia, a correlação entre mapas temáticos é fundamental para o avanço desse campo do saber (FONSECA, 2014).

Se a possibilidade de mapeamento está cada vez mais disponível e acessível às pessoas, é certo que aos poucos o mapa está definitivamente saindo das mãos dos cartógrafos que por muito tempo foram os profissionais que detiveram esse saber e ditavam as regras de confecção dos mesmos. O rápido e intenso avanço tecnológico, que a sociedade está passando atualmente, faz com que a cartografia e a própria forma de conceber o mapa fosse mudando significativamente. E nunca é demais lembrar que

“Um mapa sempre é criação e, portanto, pode ser revisto e transformado de acordo com as novas necessidades que vão surgindo” (FONSECA; OLIVA, p. 62).

O mapa impresso, de papel, por exemplo, está se tornando cada vez menos usual e o digital pela sua facilidade de acesso e de múltiplas funcionalidades já é largamente o mais utilizado pelas pessoas, sobretudo os indivíduos mais jovens, para construir as suas noções de lugar, mundo e/ou orientar-se no espaço geográfico. E nas diferentes situações do dia a dia também, antes restrito a escola (livros didáticos e atlas), aos mapas turísticos impressos, aos taxistas, o mapa começou a ganhar mais espaço e passou a aparecer nas telas dos aparelhos smartphones, em aplicativos de tele-entrega de comida, transporte, em dispositivos de redes sociais, ou seja, já faz parte do cotidiano dos indivíduos, é um saber útil.

A construção das visões de mundo através dos mapas: a contribuição da escola

A visão de mundo que as pessoas têm em relação a disposição/localização dos diferentes continentes, países/lugares, expressa sempre da mesma maneira, é muitas vezes construída na escola, já nos primeiros anos de escolarização quando a criança tem o primeiro contato com os mapas, com o globo terrestre e com o livro didático, e se prolonga para os anos seguintes da escolarização e segue na vida adulta. Porém, “Definir a localização dos objetos como a função exclusiva do mapa “engessa” o trabalho do professor e o olhar do aluno” (FONSECA; OLIVA, 2013, p. 63, grifos dos autores). O mapa tradicionalmente pendurado na parede da sala de aula (mapa

mural), sempre da mesma forma, ajuda a construir e/ou manter este paradigma na mente das crianças/adolescentes, e reforça o entendimento de outro por parte dos alunos, de que o norte está em cima e o sul embaixo.

As situações mencionadas acima, fazem com que aos poucos o mundo vai sendo naturalizado pela criança como sendo desta forma, visto em partes, como um retrato irretocável da Terra, e essa visão, com o tempo, passa a ser uma verdade, quase que incontestável para ela (FONSECA; OLIVA, 2013). Esta prática, impede, muitas vezes, que as crianças consigam enxergar o mundo de outras maneiras, a partir de outros ângulos, de outras perspectivas, para além da representação euclidiana⁴, e que os mapas não sejam somente voltados a localizar lugares e nomenclaturas. Nunca é demais lembrar, “[...] que cabe à escola não só ensinar e representar as realidades apresentadas pelos mapas, mas ensinar o mapa e discuti-lo criticamente de modo a que ele não se enrijeça enquanto linguagem” (FONSECA; OLIVA, 2013, p. 63).

Podemos também afirmar que a função do mapa não é a de complementar o que está escrito no texto, no parágrafo anterior ou posterior à sua localização no livro didático, e mantendo o mesmo entendimento o mapa não deve ser visto e/ou utilizado como um reforço e/ou complemento para as informações que constam num texto de jornal e/ou revista, onde ele está inserido. O mapa, nesses casos, contribui para que ele seja vista “[...] como

⁴ “Numa definição restrita, o espaço euclidiano é aquele construído segundo uma métrica euclidiana, tendo como referência a geometria concebida pelo grego da Sicília Euclides (450-380 a.C). Esse espaço supõe a continuidade (nada de lacuna) e a contiguidade (nada de ruptura), mas também a uniformidade (métrica constante em todo ponto). É um caso particular do que em matemática denomina-se como ‘espaço métrico’” (LÉVY, 2003, p. 351).

mera ilustração, como um saber indiscutível e cristalizado [...]”, estas situações são problemáticas tanto para a cartografia, quanto para a geografia (FONSECA; OLIVA, 2013, p. 66). O mapa, tem sim, que provocar questionamentos, possibilitar proposições, interpretações, levantar dúvidas no observador/leitor e a escola é o lugar ideal para se fazer isso. O estudante (leitor) do mapa ao interpretá-lo faz perguntas em relação ao lugar que ele representa e a geografia que está sendo representada naquele determinado contexto (BERTIN, 1988).

O mapa permite realizar diferentes leituras, não existe um único caminho a ser percorrido para o seu entendimento como, por exemplo, a leitura de um texto, que é sempre realizada da mesma forma, da esquerda para a direita e de cima para baixo, linha após linha. Ler e interpretar um mapa não é um caminho fechado, é um mundo que se abre a novas interpretações, relações, significados, vários começos. O mapa “[...] é posto em movimento sob a quádrupla influência do seu referente (e os espaços que ele busca representar), dos conceitos que contribuem para pensar esses espaços, de suas técnicas específicas e dos usos do mapa pela sociedade” (LÉVY, 2008, p. 153).

Nesse sentido, uma simples troca na orientação do mapa é mais que o suficiente para causar uma situação de desequilíbrio/desconforto em alunos da educação básica, pois passa a estimular o ato de pensar, os estudantes começam a elaborar raciocínios, e em muitos casos, começam a pôr em dúvida o que já estava posto e internalizado como sendo a “verdade”, pois está representado no mapa e/ou aprendeu de tal maneira, logo é a correta. Dessa forma, a orientação passa a ser vista como um processo, que se constrói a partir do estabelecimento de um referencial e desse referencial tem-se o

norte, o sul e todos os demais sentidos de orientação cardeais, colaterais e subcolaterais.

A ideia do norte em cima e do sul embaixo nos mapas é muito presente no entendimento dos alunos e começa a ser compreendida de uma forma diferente e não mais concebida como uma verdade única, passa a ser percebida como uma construção, que foi criada para representar os interesses, as vontades, o poder atrelado ao conhecimento cultural/científico do continente europeu, que foi dominante durante um determinado período histórico e que se utilizou dessa forma de representação expressa nos mapas para demonstrar poder/superioridade diante dos demais países do globo, colocando dessa forma a Europa como o centro do mapa.

Ainda sobre o mapa, e agora tomando como, exemplo, a utilização do mapa-múndi em sala de aula para mostrar como o mundo é representado e/ou constituído aos estudantes. Essa representação, muitas vezes, constrói uma visão de mundo no imaginário dos alunos, que para eles o mundo é de fato o que está sendo visto, o que está no mapa. A forma, o tamanho, a área dos continentes, bem como, as distâncias entre os mesmos nas diferentes latitudes passam a ser assimiladas conforme a representação que consta no mapa e que no mapa-múndi é na maior parte das vezes sempre representada na mesma projeção cartográfica, a de Robinson. Os materiais didáticos, como, livros e atlas escolares, também reforçam esse paradigma, pois em sua maior parte os mapas utilizam a projeção cartográfica de Robinson.

Paralelamente a escola, a mesma representação de mundo é vinculada em jornais, revistas, TV, mídias digitais e nos filmes. Assim, essa passa a ser a “visão de mundo” que pouco a pouco vai sendo construída na mente das crianças e adolescentes e o que

não está vivível no mapa passa a ser encarado como não existente, o mundo passa a ser internalizado como sendo dessa forma, só que essa situação

[...] é muito grave, pois sabemos que tamanho não coincide exatamente com importância. Existem situações nas quais países de extensão territorial pequena, de pouco peso visual no mapa-múndi são emissores ou receptores de grandes fluxos comerciais, algo que cada vez mais precisa ser representado quando se pensa na escala global (FONSECA, 2014, p. 150).

O Vaticano, sede da Igreja Católica Apostólica Romana, por exemplo, um dos menores países do mundo, extremamente importante para os católicos, em muitos mapas ele simplesmente não existe, pois, a sua dimensão territorial foi desprezada. O mesmo vale para Mônaco, que tem a corrida mais importante e glamurosa do calendário da Fórmula 1, mas como sua área territorial é pequena, normalmente não figura nos mapas (FONSECA, 2014).

Considerações finais

Neste texto procuramos abordar o uso do mapa e da cartografia, conhecimento que durante muito tempo esteve quase que exclusivamente nas mãos dos cartógrafos e das pessoas que demandavam pelos mapas. O mapa, com o passar dos anos e com o advento das novas tecnologias foi ganhando novas concepções, usos e começou a se tornar mais acessível a população.

Porém, mesmo tendo uma difusão maior, o mapa, em muitas situações, ainda mantém as tradicionais formas de representação do mundo, com seus paradigmas presentes. A geografia, por sua vez, utiliza o mapa para espacializar fenômenos, fatos, sistemas... E a sala de aula, na educação básica, do professor do componente curricular a partir da forma como utiliza o mapa junto aos seus alunos definitivamente pode desconstruir várias dessas visões de mundo, que pairam no imaginário das pessoas em relação ao mundo dos mapas e sua representação.

Hoje, século XXI, o mapa está cada vez mais se distanciando da sua forma tradicional clássica de representação impressa no papel e vai ganhando novos adeptos no ambiente virtual, muitos sem qualquer formação e/ou conhecimento em relação a elaboração de mapas, mas que tem a oportunidade de interagir e confeccionar os seus mapas a partir da sua visão de mundo e não da que era posta pelos mapas até pouco tempo atrás. Essa situação, parece um tanto interessante, mas ela pouco contribui para o avanço da cartografia, tendo em vista, que os novos mapeadores ainda se restringem a elaborar mapas de localização e para localização.

Referências

BERTIN, J. Ver ou ler. Tradução de Margarida M. de Andrade. *Seleção de Textos*, São Paulo, n. 18, p. 45-62, 1988.

BORD, J. P. Jacques Bertin et les geographes. Point de vue d'un géographe cartographe. *Cybergeogeo*, 1997a. Tradução de Andrea de Castro Panizza. Disponível em: <http://icaci.org/files/documents/ICC_proceedings/ICC2011/Oral%20Presentations%20PDF/A3-jacques%20Bertin%20and%20graphic%20semiology%201/CO-018.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BORD, J. P. Le Géographe et la carte: point de vue et questionnement de la part d'un géographe-cartographe. *Cybergeogeo*, n. 17, 1997b. Tradução de Andrea de Castro Panizza. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/750>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CANTO, T. S.; ALMEIDA, R. D. de. Mapas feitos por não cartógrafos e a prática cartográfica no ciberespaço. In: ALMEIDA, R. D. de. *Novos Rumos da Cartografia Escolar*. São Paulo: Editora Contexto. 2010. p. 147-162.

FONSECA, F. P. O potencial analógico da cartografia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 87, p. 85-110, 2007.

FONSECA, F. P. A cartografia no ensino: os desafios do mapa da globalização. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. especial, p. 141-154, 2014.

FONSECA, F. P.; OLIVA, J. T. O fundo do mapa contemporâneo: uma herança a ser problematizada. In: FONSECA, F. P.; OLIVA, J. T. *Cartografia*. São Paulo: Melhoramentos, 2013. p. 62-103.

KANTOR, Í. Usos diplomáticos da ilha-brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 70-80, 2007.

LÉVY, J. Euclidien (Espace). In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Orgs.). *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003. p. 351. Tradução de Fernanda Padovesi Fonseca e Jaime Tadeu Oliva.

LÉVY, J. Uma virada cartográfica. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. p. 153-167.

SANTOS, E. Educação *online* para além da EaD: um fenômeno da cibercultura. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 10., 2009. Braga, Portugal. *Anais...* Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2009. p. 5658-5671. Disponível em: <<https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t12/t12c427.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

TEIXEIRA, D. M. Todas as criaturas do mundo: a arte dos mapas como elemento de orientação geográfica. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 137-154, 2009.

SENHORES DO DESTINO: MOVIMENTOS AUTONOMISTAS NO ACRE E O PROCESSO DE ELEVAÇÃO A CATEGORIA DE ESTADO

Diego Correia Machado

Introdução

A chamada “questão do Acre”, iniciada desde o processo de ocupação das terras por brasileiros se arrastou por bastante tempo quando analisamos a sua historiografia e nos deparamos com os discursos políticos da emancipação desta região no que diz respeito ao controle dos rumos de sua organização social, econômica e política. No que tange o sucesso da empreitada autonomista há de se levar em consideração a participação de determinadas personagens no cenário político nacional e local, com destaque para os interesses desses sujeitos.

O Acre não possuía nenhuma autonomia político-administrativa, dado o fato de ter sido transformado em Território Federal após a sua anexação ao território brasileiro com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, a partir do decreto nº 5. 188, de 7 de abril de 1904. O então Território Federal do Acre foi dividido em três unidades administrativas independentes governadas por prefeitos nomeados pelo presidente da República: Departamentos do Alto Acre (com sede em Empresa, do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, e do Alto Purus, com sede em Sena Madureira. Dessa forma, como alguns autores que abordam a historiografia acreana apontam, a configuração jurídica de território federal não estava prevista e nem regulamentada na Constituição, o que o tornava uma anomalia

para a organização dos demais estados que se apresentavam unificados em torno do gozo de direitos políticos-administrativos, principalmente no que tange na escolha de seus representantes.

Logo, podemos apontar que é notório que diversos movimentos contestatórios do regime político instaurado começaram a surgir, organizados por acreanos e muitas vezes por pessoas alheias ao cotidiano da região, não atendendo as demandas dos problemas locais. O que predominava ainda na região era o desconhecimento do poder público quanto as verdadeiras mazelas que afetavam a população, sendo este um gatilho para maiores insatisfações.

A sensação de abandono e decadência por parte dos seringalistas e seringueiros que experienciaram o desenvolvimento econômico e social da economia da borracha se instalou após os anos iniciais do século XX, considerando os novos rumos da economia brasileira, deixando de lado o fomento a economia gomífera por longos anos. A inexistência da presença da União quanto a organização do território e os interesses daqueles que ditavam os caminhos da jovem nação aumentava o descontentamento das elites frutos do apogeu da borracha

O processo de elevação do Acre a estado permeia questões de interesses políticos e econômicos, levados ao ponto de conflitos entre as elites locais e algumas pessoas que exerciam o poder, visto que estes eram forâneos a realidade vivida na região, onde os mesmos enfeixavam em suas mãos poderes amplos e comumente exorbitavam a liturgia do cargo. Nessa análise, podemos apontar que de importante e significativa foi a contribuição de Silva (2002) ao nos trazer novas abordagens acerca do conturbado momento em que se deu a emancipação política do Território Federal do Acre, nos possibilitando identificar os campos de ação ideológico e político dos principais

representantes da vida pública acreana, evidenciando a ampla rede de benefícios que mantinham aqueles que estavam no poder.

Neste cenário político, o processo de consolidação do movimento autonomista faz frente a ingerência da União, bem como auxilia nos caminhos de transformação da vida social dos sujeitos que aqui viviam, mesmo com a participação de figuras alheias a história local, não negando a participação daqueles que sentiam e viviam a necessidade emergente da autonomia. As relações sociais e de poder, tensões, conflitos travados durante a construção do Acre autônomo demonstram o movimento da história local, acumulando acontecimentos que a enriquecem, imprimindo-lhes sentidos, significados e formas de acordo com a temporalidade analisada. Assim sendo, escrever criticamente a respeito deste movimento característico, que não é único e nem linear, se torna um desafio, indo em encontro com as contradições de sua trajetória, visando uma reflexão acerca

As primeiras tentativas do movimento não obtiveram êxito em suas ações, não apenas pela sua organização incipiente, mas também pelo fato de que muitos entraves foram criados pelo governo central na tentativa de manter o controle sobre a região, considerando-se ainda que a maioria da população ainda era “sub-cidadã”, pois era alijada do processo de participação política ativa e se encontrava destituída de amplos direitos, que eram apenas partilhados pela elite política e econômica daquele período, não somente no território, mas também em toda a nação.

O Acre passa a ser alvo de debates no cenário nacional após anos de sua anexação ao território nacional, ganhando os holofotes em periódicos locais e de todo o país, voltando a dar forças para os processos reivindicatórios prostrados, com a luta pela a autonomia acreana em um novo âmbito, o Congresso Nacional. Os elementos simbólicos que Bento (2002) e Bezerra

(2006) nos apresentam como estratégias utilizadas pelos sujeitos políticos vinculados ao movimento são capazes de persuadir o público para a causa em questão, buscando na própria historiografia local fatos que embasassem seu posicionamento, em especial o responsável por angariar mais apoio pró autonomia, Guiomard Santos, persuadindo quanto a legitimidade do movimento e do projeto de emancipação política acreana.

Movimento autonomista: ideias iniciais da organização

O movimento autonomista no Acre se deu de forma gradativa, tendo em vista que eram várias frentes de movimento, se desenvolvendo em diferentes temporalidades e com diferenças nas bases de sua formação, visto que havia distancias quanto as reivindicações, mas que se faziam presentes enfatizando o completo estado de abandono dos departamentos do Território do Acre, onde faltavam direitos básicos como justiça e políticas de saúde.

No processo de emancipação do Acre enquanto território, para torná-lo autônomo, política e administrativamente falando, é importante ressaltar que o movimento autonomista não apresentou uma organização linear e única, dada a situação de interesses diversos. Sendo assim, podemos apontar que existiam principalmente dois grupos que exerciam grande pressão quanto a emancipação política do território - Alto Acre-Purus Alto Juruá -, afirmando ser uma necessidade da população local, que os direcionamentos políticos deveriam ser tomados por aqueles que viviam e sentiam as demandas de acordo com a realidade, passando finalmente pelas oligarquias que detinham o poder interno.

É importante destacar que a formação do movimento autonomista não se deu de forma coesa, dado o fato de que as unidades que compunham o território Federal do Acre estavam divididas em departamentos, onde cada um de seus prefeitos eram escolhidos pelo presidente da República, além de apresentarem realidades distintas umas das outras, com necessidades emergentes peculiares, o que acabou gerando conflitos internos na região, motivados principalmente pelo fato de que as elites seringalistas compartilhavam diferentes métodos de como atingir a autonomia política do Acre, bem como de seu significado.

No Acre, a busca de uma maior autonomia política do Território Federal e sua formal independência administrativa se deu com a presença de muitas contradições e peculiaridades, apontada também como uma necessidade desde sua organização administrativa de 1904, a partir daí pode-se focar na gênese da formação política do Acre e das práticas que não condiziam com as exigências das oligarquias locais, que, insatisfeitas com os rumos tomados até então, passam a exercer cada vez mais pressão, tomadas como também como instrumento político para angariar prestígio no cenário nacional por algumas personalidade que se faziam presentes no âmbito local.

Os autos intitulados homens das “classes conservadoras” do Acre apresentavam repetidas e distintas reivindicações quanto a transformação do Acre como unidade federativa, as revoltas autonomistas do Alto Juruá, em 1910, e do Alto Purus, em 1912, se tornaram as rebeliões de maior repercussão, onde se pode observar o distanciamento entre estas áreas, não apenas no sentido geográfico como também nas questões de interesses daqueles que se encontravam a frente do movimento. Assim, havia vários focos de contraposição a unificação dos departamentos, ocorrendo até mesmo algumas tentativas de

cunho separatistas em relação ao vale do Acre – Purús, justificando-se por dois vieses, sendo o primeiro de linha política, o segundo já se direcionava ao cunho econômico, reclamando das taxas elevadas de impostos sobre a exportação de borracha, tendo em vista que a organização administrativa do Acre se dava de maneira independente até 1921, quando aconteceu a sua unificação.

As ideias de emancipação político-administrativa do território Federal do Acre se iniciam desde a sua anexação, ganhando mais força ao longo dos anos, principalmente na segunda década do século XX. A exemplo disso podemos apontar que no ano de 1910 em Sena Madureira ocorreu uma das primeiras medidas, quando alguns comerciantes enviaram uma carta para o então Presidente Nilo Peçanha, esta carta era datada de 11 de abril, no texto da mesma era evidenciado os interesses dos proprietários, que para eles eram detentores de direitos, na concepção de que aqueles que pagam impostos e tem suas propriedades para cuidar, devem ter os direitos políticos assegurados, nisso pode-se dizer que esse movimento autonomista era exclusivo da elite e não se tinha muita participação efetiva de outros segmentos, considerando o fato de que as classes menos abastadas da sociedade acreana não possuíam maiores representações no cenário político.

Alguns intentos autonomistas que se desenvolveram anteriormente ao movimento de que obteve êxito em 1962, se organizaram de forma isolada, mas passaram a apresentar uma regularidade cada vez maior, utilizando-se ainda de publicações em periódicos para disseminarem suas concepções e apelo da gerência da União, como realizada pelo jornal O Juruá na então Cruzeiro do Sul. Nesta perspectiva, podemos apontar que em sua grande maioria os movimentos pró autonomia ressaltavam acima

de tudo a condição econômica e a posição social daqueles que se consideravam homens de bem, uma vez que se considerava que aqueles que tinham propriedades a preservarem se consideravam detentores de direitos que lhes eram negados enquanto cidadãos de fato, portanto, não deviam a contrapartida, a contribuição de impostos de comerciantes, seringalistas e indústrias do comércio interno.

Em contrapartida, os movimentos como o de 01º de junho de 1910, denominada “Revolta do Alto Juruá”, iniciado em Cruzeiro do Sul, acabaram se desestruturando e ruindo, visto que o movimento foi sufocado pela Força Policial Federal, que no início tinha dado apoio aos chamados autonomistas. Segundo Silva (2002) existem alguns pontos que evidenciam os motivos ao qual se deu a desestruturação do movimento levantado pelo departamento do Alto Juruá, onde mais uma vez, a força se sobrepôs ao consenso local de autonomia, além de afetar fortemente o sistema de aviação estabelecido com Belém e Manaus, causando distúrbios nos envios de borracha, com grande descontentamento do governo central para a ideia de tranquilidade:

Ruiu porque, do ponto de vista econômico, estava causando um enorme prejuízo ao comércio local e regional pela interrupção da comercialização da borracha. Pelo viés político, causava intranqüilidade ao governo federal, que não poderia acatar movimentos de cizânia que colocassem em xeque sua autoridade. (SILVA, 2002 p. 52).

Os intentos pró autonomia também se apresentam durante a segunda década do século XX, onde veremos os chamados representantes das classes “conservadoras” fazerem frente a ideia de que o governo federal não lhes dava a requerida autonomia

devido ao fato de não querer abrir mão do controle sobre o território acreano. Neste aspecto, evidencia-se a publicação de artigos que traziam à tona a questão autonomista do Acre, apontando para uma indiferença da união com relação a administração do território, negando uma gestão própria dos bens locais e lhes trazendo imposições do governo central através de indicações governadores sem grandes habilidades políticas, sem capacidade econômica e social, principalmente pelo fato de serem forâneos.

Internamente haviam ainda propostas de separação, visto que não se tinha um consenso quanto a organização político-administrativa do território, onde jornais como O Juruá e O Cruzeiro do Sul traziam em seus editoriais a possibilidade de separação em relação ao restante do Acre, evidenciando a necessária integração dos departamentos que almejavam a autonomia, colocando-a com ressalvas. O argumento a respeito da dependência de repasses advindos da União corrobora com a concepção de que ainda não havia possibilidades econômicas do território gerir seu destino, nem política nem financeiramente falando havia de ser considerado uma tutela, havendo uma consonância entre alguns críticos dos movimentos autonomistas com o posicionamento do governo federal. Como grande exemplo de crítica aso intentos autonomistas veremos que o jornalista Foch Jardim, que não poupava os adversários em artigos corrosivos, do jornal O Liberal, de Rio Branco, apontando que devia ser transformada a organização interna do território, mas não dada a autonomia que que alguns integrantes da elite local queriam.

O movimento autonomista não incluía as mulheres em sua organização inicial, visto que era um projeto de uma elite política, mas que a inclusão delas na luta era a melhor estratégia para

legitimar a ideal frente as camadas mais populares da sociedade acreana utilizada pelos líderes do movimento, lembrando que até a Constituição de 1934 as mulheres não possuíam direito a voto. As participantes do movimento, pertencentes a várias camadas sociais e com variados graus de instrução, eram chamadas de “legionárias”. Elas tiveram um engajamento significativo nessa luta, cabendo-lhes a execução de diversas atividades políticas, culturais e sociais. Todas as atividades voltadas para o fortalecimento da ideia de transformação do Território em Estado, usando o viés da educação e da cultura como instrumento de doutrinação ideológica da população.

No seio das estratégia traçadas pelo bloco pró-autonomia, podemos apontar que a articulação realizada pela principal liderança do movimento junto aos representantes das forças políticas locais durante a década de 1950 visa dar mais visibilidade e legitimidade ao projeto de autonomia, frente a um contexto de transformações ocorridas no cenário nacional durante as influências recebidas dos Estados Unidos, fazendo frente também as concepções opostas a autonomia, onde debates, telegramas, discursos acalorados, abaixo-assinado dentre outros se faziam como instrumento de circulação de informações e como forma de manter aceso o sentimento e desejo pela autonomia.

Em sua tese de doutoramento, Bezerra (2006) nos evidencia que essa questão de divisão de ideias quanto a concepção de um Acre autônomo foi alvo de críticas por parte da bancada oposta, onde “as classes conservadoras” do Acre no Vale do Juruá não se sentiam empolgadas nem privilegiadas com o movimento, dado o fato de que haviam reclamações quanto a ausência de investimentos em áreas que distantes da capital do território, em que pese o povo do Juruá destacava uma miséria material comparada a Rio Branco. Assim diz um artigo do jornal

O Juruá datado de 3 de abril de 1957 quanto ao estado decadente da região e concepção de que seria melhor manter a divisão entre os territórios, dando uma referida autonomia ao Vale do Juruá em relação as áreas próximas a capital:

O vale do Juruá não está em condições de fazer parte da autonomia do Acre, pois além da falta de vida própria, há a encarar o fator principal: de todos os proprietário e comerciantes do Juruá, somente um, o sr. Raimundo Quirino Nobre, está em condições de carregar, duas vezes ao ano, um navio com quatrocentos toneladas de mercadorias, em Belém para os seus armazéns nesta cidade. Isso indica a pobreza da região [...] Faça-se o Território do Juruá. Incentiva-se a sua lavoura e pecuária, organizem-se algumas pequenas indústrias, extraia-se petróleo do Moa, eis o caminho a seguir.

A luta pela emancipação

A emancipação do Acre se deu de forma no mínimo peculiar, uma vez que que, no Governo de José Guionard dos Santos, exercido no período de 1946 e 1950, o então governador pretendia realizar a implantação de uma nova ordem social e urbana, tendo como base influencia as práticas sociais e culturais importadas de lugares tão distantes como as grandes capitais europeias, a exemplo do que acontecera na capital brasileira, muito embora este seja o político que se tornaria, no futuro, a principal personagem da elevação do Território do Acre à categoria de Estado

Diante das peculiaridades do Território do Acre, a principal reivindicação das classes dominante localmente exigia o funcionamento pleno da democracia no Estado, com todos os poderes pertinentes, explorando as possibilidades de o território crescer, florescer, se desenvolver e se tornar igual as demais unidades federativas brasileiras. No entanto, as divergências entre as petições de autonomia, do seu significado e dos entraves criados leva ao processo de emancipação política tardiamente, uma vez que as obrigações do Estado para com o Território Federal não se faziam claras, dado o fato de que a Constituição não previa a incorporação e formação de territórios federais, e que por este motivo a transformação a estado cabia ao Acre, bem como fato de que que a gerencia do governo Federal também causava certa repulsa em determinados seguimentos da sociedade local apontado por Bezerra (2006).

O protesto dos patrões-seringalistas a respeito da forma como era administrada a vida política do território ganhou diferentes significados com o passar do tempo e converteu-se, sobretudo, em instrumento de pressão dos grupos autonomistas do Acre pela conquista de mais direitos políticos e recursos do governo federal, além da própria crítica quanto a condição em que as elites locais foram postas como subordinadas aos indicados forâneos pelo governo central, desqualificando a pressão dos autonomistas, muito embora os antigos donos de seringais também travassem um embate no sentido de que tinham temor quanto a regulação das relações de trabalho que seriam consequência da autonomia acreana.

O argumento de que a elevação do Acre a estado não era apenas um projeto político-partidário fragmentado por alguns sujeitos políticos no Congresso Nacional também pode ser apontado como estratégia utilizada, corroborando com a

concepção de que essa região deveria possuir os mesmos direitos civis, políticos e administrativos tanto quanto as demais regiões, enfatizando ainda a ideia de que foram os únicos a se tornarem brasileiros pela luta, por vontade própria e construção de sua própria história, impedindo o avanço dos limites de países estrangeiros como a Bolívia e Peru, lutando pela liberdade de um povo e maior independência do país. Neste sentido, é possível apontar que há uma estreita relação entre o processo de elevação do Acre a estado e sua configuração jurídica, social, econômica e política, dada as condições de invenção do imaginário criado por forças exercidas na região.

Neste aspecto, Silva (2002) nos aponta que o diálogo sobre a história política acreana apresenta uma complexa rede de interesses, tanto políticos quanto econômicos, destacando que é de grande importância interpretarmos as relações e contradições existentes entre as oligarquias dirigentes e outros grupos sociais que compunham o cenário acreano durante os anos que se desenvolvem os movimentos autonomistas, muito embora estes se mantenham dispersos em sua gênese, dado a não aproximação entre os departamentos durante as primeiras décadas do século e, posteriormente, o embate entre as elites locais quanto ao controle e unificação das forças políticas do Território.

Ainda seguindo esta linha de pensamento, Silva (2002) aponta para a presença de um sentimento de diminuição por parte de determinados segmentos do Alto Juruá com relação ao Vale do Acre–Purús, uma vez que essa região era consideravelmente mais beneficiada devido facilidade de acesso e por ser a sede do governo territorial, havendo até mesmo propostas de divisão do território em dois departamentos que poderiam futuramente se tornar estados federados da União, o que evidenciava a concepção de que a autonomia do território total era inconveniente e ainda

não cabia, tendo em vista as dificuldades geográficas inegáveis, além das obrigações constitucionais que a autonomia iria imprimir para o novo estado, não somente na questão de contribuição financeira, mas no sentido coletivo de participação da nação.

Uma vez que os primeiros movimentos não alcançaram o êxito pretendido, mais um entrave jurídico criado em 1934, quando foi aprovada a nova Constituição Federal, sendo assim, se exigia que para ser erigido a Estado, o Território Federal teria que ter no mínimo 300 mil habitantes e recursos suficientes para manutenção dos seus serviços públicos, visto que o Acre não atendia a tais exigências, os intentos autonomistas acabam sendo sufocados por um certo período. Havia também as vozes contrárias a autonomia do Território Federal do Acre, onde também se manifestavam em âmbito local e nacional, realizando apontamentos em jornais ao qual se alinhavam ao pensamento do governo federal de não dar a requerida autonomia, uma vez que se considerava uma ausência de condições do território se manter por conta própria, acreditando-se que um delegado territorial vindo fora do território seria capaz de desmontar a estrutura política que se criou ao longo do tempo com o apoio da elite local, muito embora os anteriores delegados não fossem autóctone do território, mas se sustentavam nos interesses das ditas elites.

O objetivo de uma progressiva autonomia política para o território levou embates que foram travados entre “ilustres” personalidades do cenário nacional, considerando que as críticas eram embasadas a partir de interesses, onde se procurava manter de certa forma a ordem vigente, dando continuidade aos privilégios que há muito eram comuns na região. Neste sentido, Guiomard dos Santos e Oscar passos são os principais nomes do cenário político local que atuam no intuito de serem

representantes da população, sendo estes protagonistas de embates travados na conjuntura política de transformação da região.

A imagem do Território do Acre ganhou muita força no cenário nacional durante a década de 1950, onde se pode apontar a ação de sujeitos políticos que regeram em algum momento a vida política do território. Bezerra (2006) nos aponta que nesta perspectiva, o ex-governador do território traz em seu discurso na Câmara Federal em 1953 essa concepção:

[...] correndo os olhos pelo mundo afora sr. Presidente e srs. Deputados, não se encontra muita coisa parecida com o estado a que se relegou o Território do Acre? Não chego a dizer que o Brasil seja opressor... o que existe é omissão, displicência e desconhecimento., Não se compreende as lutas para a sua incorporação, se em seguida foi abandonado a própria sorte, destacando-se para ali, as vezes bisonhos emissários do poder, desambientados, ou desocupados, verdadeiros ditadores mirins, sem o menor tirocínio administrativo e nem ao menos vocação para a arte de governar. (BEZERRA, 2006, p. 81).

Entretanto, como nos aponta Silva (2002), é preciso ressaltar que as oportunas tentativas que se voltam a dar a apoio a estes movimentos permeiam interesses particulares, angariando mais apoio político no Congresso Nacional por figuras políticas que regeram a vida administrativa do Acre, visando obter uma cadeira em uma das câmaras na capital federal, mantendo um maior prestígio político local. Veremos então se desenvolver as jogadas para se ter a apresentação de projetos que fossem aprovados pelo governo central, para que a autonomia do Território Federal d Acre fosse finalmente concedida, assim,

evidencia-se a autoria do Projeto de Lei nº2654/5 por parte de Guiomard Santos, então ex-governador do referido território. Este Projeto foi apresentado em 1957, tendo sido aprovado e sancionado em 15 de junho 1962 por força do Decreto nº 4070/62.

Com o Acre ganhando destaque em jornais do centro-sul a partir do fortalecimento da luta política pela sua autonomia, com artigos apaixonados, tanto contra quanto a favor da causa, podemos identificar uma maior polarização no que diz respeito aos embates entre as figuras políticas que defendiam seus pontos de vista pró ou contra a autonomia do território acreano, uma vez que se considera também a vinda dos órgãos reguladores e burocráticos que iriam promover novos ordenamentos fiscais e jurídicos para o comércio local, além transformações nas relações de trabalho, visto que anteriormente não existia regulamentação realizada pelo Ministério do Trabalho.

Uma vez que as duas principais personagens políticas se agudizam em suas propostas, veremos um apelo e busca de um sentimento de coletividade dos comerciantes e seringalistas, figuras importantes do cenário acreano para aquele dado momento, considerando-se que a concepção local de “pessoas de bem” se faz presente, aclamando-os durante seus discursos com indiretas. Por outro lado, é possível identificar que as ações do governo federal até então demonstram uma postura de outorga de suas vontades para a região, enquanto os personagens políticos oscilam entre os interesses particulares, com articulação no cenário nacional e local.

O projeto de autonomia acreana perpassa questões de interesses particulares, mas não se deve descaracterizar a luta pela emancipação política obtida através de duros embates, uma vez que se pode caracterizar o movimento autonomista como parte de

um projeto de resistência, que possibilita viabilizar para o território condições de desenvolvimento, uma vez que a postura do estado brasileiro era de não admitir conflitos, com uma sociedade pacífica e harmônica, onde não se pode pensar que as classes populares se mantinham inertes.

Foi nesse contexto político e social acreano, conturbado por matizes ideológicos e interesses nem sempre altruístas que a trajetória da autonomia se construiu, traçando seu caminho para que somente assim suas ações poderiam advir benfeitorias para os filhos da terra, mas que também foi assim que as elites encontraram o terreno fértil para exercitar o seu poder como dirigentes dos destinos das camadas populares.

Considerações finais

A trajetória do movimento autonomista e o processo de elevação do Acre se deu após um longo, onde a autonomia foi implementada depois de muitos embates travados entre grupos privilegiados, internos e externos, mas que não se pode negar a importância do movimento para a historiografia local, uma vez que

Vemos que a requerida autonomia teve sua concretização após longos embates de grupos rivais, política e economicamente falando, mas que se realizou através de intentos de interesses pessoais e de determinados grupos que controlavam a vida política e econômica acreana, realizando uma transição gradativa de seu status, mas que manteve as bases de sua organização anterior, se tornando livre, entretanto seguindo uma conjuntura estrutural muito semelhante a que era posta em atividade por mais de século.

A historiografia acreana descreve o processo de autonomia a partir de determinados setores, dado o fato de que a força do movimento era tida em grande parte pelos dirigentes das elites locais e das personalidades políticas que se faziam presente no cenário local e no Congresso Nacional, nos trazendo uma batalha de ideias quanto a elevação do Acre a estado, em que pese a força e poder dos argumentos para convencer a população levariam a vitória, onde a articulação política foi a principal estratégia utilizada e o poder da palavra um instrumento absolutamente decisivo para a adesão dos habitantes do Território, tanto das zonas urbanas quanto rurais, para o desfecho do dia 15 de junho de 1962, em documento assinado pelo presidente João Belchior Marques Goulart.

Por último, vale ressaltar que o processo de emancipação política do então Território Federal do Acre se deu de forma construída, muito embora tenha obedecido a uma certa ordem de interesses de alguns segmentos da sociedade local, com articulações de sujeitos que mantinham ligação com o cenário político nacional, onde se pode identificar ainda a organização dos grupos pró ou contra a autonomia, coletivamente lutando por seus interesses, realizando uma aclamação patriótica daqueles que sentiam a necessidade da população local, com ênfase para o caráter cívico e ético deste movimento para o convencimento da sociedade quanto aos benefícios do Território do Acre vir a se tornar Estado.

Referências

BEZERRA, Maria José (org.). *Dossiê – Acervo: Guiomard Santos (Acre) – Elevação do Acre a Estado*. Rio Branco: UFAC, 1993.

BEZERRA, Maria José. *Invenções do Acre: de Território a Estado – Um Olhar Social*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.

GONÇALVES, Márcia Nemetala Dourado. *A Importância da Rádio Difusora Acreana no Movimento Autonomista*. Monografia. Rio Branco: Iesacre, 2007.

SILVA, Francisco Bento da. *As raízes do autoritarismo no executivo acreano - 1921/1964*. Recife – PE. UFPE/Programa de Pós-Graduação em História, 2002. 123 pp. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco.

PROPOSTAS DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E PRODUTIVAS NO NEXO ÁGUA-RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - ADAPTAÇÕES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM COMUNIDADES RURAIS NO BIOMA CAATINGA

Flávio Rodrigues do Nascimento

Karine Rocha Aguiar Bezerra

Francisco Gilney Silva Bezerra

Introdução

A Bacia do Médio Jaguaribe/BMJ-CE, no Bioma Caatinga, aqui é analisada em seu cenário de sustentabilidade ambiental e socioeconômica para o desenvolvimento de Estratégias Ambientais, Sociais e Produtivas/EASP no nexo água-recuperação de áreas degradadas para adaptações de comunidades locais frente as mudanças climáticas no Bioma Caatinga.

As ações aqui propostas recomendam e consideram o levantamento, caracterização e mapeamento dos principais problemas de sustentabilidade em comunidades rurais abordadas, desafio complexo, por meio de metodologia de base local e integrativa com tomadas de decisões *bottom-up*, com um conjunto de atividades e resultados (inclusa Divulgação e Difusão de Ações) com Etapas para alcance das EASP. Para tal, recomenda-se e orienta-se implantação e aplicação de metodologia de Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática (URAD) em

comunidades rurais, criadas pelo Ministério do Meio Ambiente/MMA (2017).

Neste caminho de ações, destacam-se as comunidades Rurais do Sítio Brum e Assentamento Santa Barbara como áreas focais. Tratam-se de áreas com escassez de água e susceptíveis à desertificação. E propõem-se ações socioambientais e produtivas, mediante abordagem participativa, nonexo água-recuperação de áreas degradadas - adaptações às mudanças climáticas de comunidades rurais no Bioma Caatinga; integrando ciência e trabalho comunitário em múltiplas escalas para o desenvolvimento de base local.

A escala de trabalho aproxima o regional ao local relativo ao tema – sustentabilidade no Bioma Caatinga e semiárido do Ceará, com a BMJ e suas comunidades rurais destacadas. Sendo que a análise de comunidades rurais não se trata simplesmente de uma amostragem. Sua eleição ocorre muito mais pela aplicabilidade das atividades e ações socioambientais e produtivas por meio das atividades propostas a diante, como metodologia replicável em situações e áreas análogas.

A despeito das URAD's, elas foram propostas pelo MMA em 2017 por meio do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação, via a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Na prática, as URAD's propõem 6 (seis) Etapas para implementação das EASP com participação de comunidades rurais: 1: capacitação e treinamento de comunidade rural; 2: recuperação e conservação de solo, água e biodiversidade; 3: captação e armazenamento de água; 4: saneamento básico; 5: eficiência energética; 6: unidades produtivas. Seu objetivo básico é:

Promover o desenvolvimento rural sustentável e adaptação de atividades agrícolas às mudanças climáticas na região semiárida do Brasil, por meio de ações ambientais, sociais e produtivas, inseridas no planejamento municipal e tendo como unidade de trabalho as microbacias hidrográficas (p.4).

E a partir daí, especificamente:

Promover capacitação e treinamento; Implantar práticas de conservação de solo, água e biodiversidade; Implantar infraestrutura de captação e armazenamento d'água; Implantar saneamento básico; Promover a segurança energética; Promover a segurança alimentar; e, Divulgar as ações do projeto (p.4).

Amparado nestas premissas, as URAD's precisam ser, ainda, fundamentadas em parcerias científicas-institucionais. Portanto, serão aqui pensadas e propostas à luz de importantes parceiros com trabalhos relacionados a manejo integrado e sustentado de recursos naturais, em contexto de mudanças climáticas e adaptações de comunidades rurais.

Deste modo, é que se propõem estratégias exequíveis e de baixo custo, que possibilitem a sustentabilidade ambiental, social e econômica de comunidades rurais, mediante abordagem participativa com fins à integração de métodos quali-quantitativos (das ciências naturais e sociais) em múltiplas escalas para o desenvolvimento de base local.

Degradação, desertificação e agenda ambiental colimada

Nas últimas décadas vem sendo observado crescente desmatamento e queimadas, com perda da capacidade dos solos, afetando a produção agropecuária de subsistência, aumento da pobreza, aumento do assoreamento de rios e riachos, com reflexos diretos nos sistemas de açudagem e acesso à água no Bioma Caatinga (NASCIMENTO, 2020; FUNCEME, 2022a). Quanto a água e as secas são observadas que a variabilidade climática potencializa problemas na qualidade, quantidade e garantia da água e seus usos múltiplos. Observam-se, ainda, perdas de terrenos cultiváveis, conflitos de pequenos agricultores com irrigantes, dentre outras contingências. Sem esquecer-se de impactos na biodiversidade, na esteira do avanço da desertificação em bacias hidrográficas e em comunidades rurais.

O Médio Jaguaribe e as comunidades rurais eleitas para análises e proposições aqui aventadas, estão no Núcleo de Desertificação do Estado do Ceará, classificadas como Área Fortemente Afetada (Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca/PAE-CE, 2010; FUNCEME, 2022a). E muito embora concentre o maior equipamento para usos múltiplos do Brasil, o açude Castanhão, a pobreza, o baixo desenvolvimento econômico e os conflitos pela água, são frequentes.

É neste domínio que a preocupação ambiental detém destaque, e, em particular, os recursos naturais – sobretudo os renováveis - como água, solo e vegetação, sob os riscos de ações localizadas que provoquem degradações com ressonâncias regionais, no contexto de bacias hidrográficas intermitentes sazonais. Neste cenário, a desertificação concorre para o

definhamento de mananciais e afluentes em bacias hidrográficas, com reflexos preocupantes em comunidades locais, as quais têm poucas condições e recursos para adaptações. Considera-se, também, a dinâmica e a compartimentação geoambiental assentada em estudos sobre a sustentabilidade ambiental e socioeconômica de comunidades rurais frente às secas, para manutenção da produção rural e desenvolvimento local.

Propõe-se o desenvolvimento de atividades de implementação de medidas de adaptação, convivência com o semiárido e capacitação comunitária sobre temas ambientais, com destaque à recuperação de áreas degradadas e gestão de bacias hidrográficas; via parceria e metodologia do projeto URAD - Unidades de recuperação de áreas Degradadas e redução da Vulnerabilidade Climática, face as incertezas climáticas.

Para isto, parcerias precisam ser firmadas para maior capilaridade institucional-comunidades rurais, na garantia de ações técnicas e financeiras subsidiadas. Neste escopo, o Dep. de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação (DRSD), via Sec. de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDRS) do MMA é muito importante, pois foi dele que surgiu a URAD. Igualmente, com a Gerência Regional de Gestão Estratégica da Codevasf 60SR, por meio de Gerência Técnica de Extensão Rural, pode-se firmar importante colaboração para materialização de ações propositivas no tema em tela.

Em nível local, parceiros importantes são o Comitê Bacias do Médio Jaguaribe, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos/Funceme, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos/COGERH e Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB, Universidade Estadual do Ceará/UECE (Limoeiro do Norte) e Universidade Federal do Ceará/UFC, além

de algumas Prefeituras Municipais da região. As instituições locais são sempre importantes para apoio logístico auxiliando em trabalhos de campo com seus técnicos, disponibilizando suas bases regionais para apoio e acesso a relatórios técnicos, bases cartográficas e levantamento das áreas de estudo por Drone, a exemplo.

Algumas Prefeituras Municipais da região, ainda, são importantes para sensibilização e preparo técnico em comunidades rurais, pois promovem: cursos, palestras, formação de pessoal e projetos em parcerias.

Parcerias com a Secretária de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), DRSD, via SEDRS do MMA, contribuem bem na formação de comunidades rurais e na promoção de ações de recuperação de áreas degradadas, desenvolvendo e implementando tecnologias de adaptação, otimizando as sustentabilidades na bacia avaliada e, em especial, nas comunidades a serem trabalhadas.

A par do exposto, é importante frisar as Políticas Públicas de Combate à Desertificação no Brasil, com a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que instituiu a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Tais políticas, estão associadas as condições de signatário do Brasil em acordos globais da mais alta importância.

Por assim dizer, as propostas aqui expressas guiam-se pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM e na sua relação com o Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS, da Organização das Nações Unidas/ONU). O primeiro, tem 17 Objetivos integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Neste interim, se destaca

Objetivo 7- Garantir a sustentabilidade ambiental. Por seu turno, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, para responder a novos desafios, é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade.

O ODS considera elementos básicos da busca de soluções científicas e tecnológicas no apoio aos tomadores de decisão, na construção coletiva de agendas locais com fins a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Aqui destacados nos sertões semiáridos em foco. Prioriza a garantia de acesso de bens e serviços vitais como água potável e manutenção de atividades socioeconômicas locais, pautados na produção rural. Considera-se, ainda, que ODS 6 que visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água para todos, ao considerar os recursos hídricos em uma perspectiva integrada – um dos temas desse projeto.

Ademais, os ODS preveem no seu Art. 15.3 ações de recuperação de áreas degradadas, combate à desertificação e medidas para alcançar a degradação neutra da terra. E na sua contribuição Nacionalmente Determinada - NDC, para a Convenção de Mudança do Clima, o Brasil também criou metas de recuperação de florestas, pastagens degradadas e implantação de Inovação com Integração de Lavoura, Pecuária e Floresta/ILPF, entre as quais uma porcentagem deve ser implementada no Bioma Caatinga (MMA/PROJETO URAD, 20 p. 2; BUNGENSTAB *et al.*, 2019). A propósito disto, no Brasil os Biomas Cerrados e Caatinga têm os principais estoques de terras disponíveis para conversão (SOARES-FILHO, B. *et al.*, 2014; BOUCHLE *et al.* 2015).

As proposições aqui aludidas, ainda, consideram importantes documentos, quando do lançamento da URAD: os da 2ª Reunião do Grupo Técnico para o Monitoramento da Desertificação de 2017 (pv.org.br, 2021), com fins a

Implementação de Políticas Públicas de Combate à Desertificação no Brasil da Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que instituiu a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Neste enredo, o projeto URAD (Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática) vem a calhar a nossa intenção de trabalho, isto é, propor sustentabilidade socioambiental no Bioma Caatinga. O mesmo foi criado para ações no semiárido brasileiro, pressupondo ações sustentáveis em três eixos: econômico, social e ambiental. Servirá para promover a recuperação de áreas degradadas e dos efeitos da desertificação em bacias hidrográficas e suas municipalidades (foco nas comunidades rurais), com implementação de medidas de adaptação com metodologia própria. Para tanto, o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação pressupõe ações de recuperação de áreas degradadas, desenvolvendo e implementando tecnologias de adaptação, reduzindo vulnerabilidades na região semiárida.

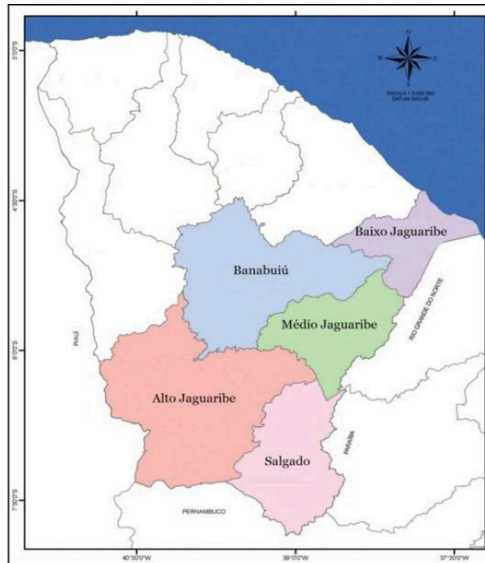
Diríamos também que as metodologias e proposições aqui ventiladas são consonantes à Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA, Lei 6.938 de 31/8/81), a Declaração do Milênio, a Agenda 21 e as deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente em suas diversas edições no tocante a água, bacias hidrográficas, adaptações às secas e a desertificação. E estas metas são ratificadas pelo Programa “Visão de Futuro do Estado do Ceará ou Ceará 2050”, cujo considera a sustentabilidade socioeconômica e ambiental é fundamental; objetivando: “indicar um rumo e caminhos para a construção do futuro desejado, que promova um novo padrão de desenvolvimento orientado para o bem-estar da população” (CEARÁ, 2023, p.2).

Portanto, o texto proposto ajusta enredo e abordagens de modo articulados e integrados. A abordagem tem linha de base a análise da água/bacia hidrográfica – recuperação ambiental em Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASDs). O escopo da proposta, o custo, o cronograma e as adaptações técnicas, portanto, os componentes da estrutura analítica do projeto, o pacote de trabalho ou as atividades do cronograma de atuação estão relacionados às URAD, como já mencionado.

Área de estudo e abordagem científica

A Bacia Hidrográfica do rio Jaguaribe é a maior do Estado do Ceará (Figura 1), abrangendo cerca de 74.621 km², o que equivale a 50% do território estadual. De montante a jusante, o rio percorre mais de 630km até sua desembocada no Oceano Atlântico. Drena territórios de 80 municípios, os quais abrigam aproximadamente 30% da população estadual. Para efeitos de melhor aproveitamento e planejamento dos usos múltiplos dos recursos hídricos, esta unidade funcional de planejamento foi dividida em cinco (5) grandes sub-bacias, a partir do Plano Estadual de Recursos Hídricos de 1992. Quais sejam: Alto Jaguaribe (24.538 km²), rio Salgado (12.216 km²), rio Banabuiú (19.810 km²), Baixo Jaguaribe (4.970 km²), Médio Jaguaribe (10.509 km², 14,1% do total) (CEARÁ, 1992).

Figura 1 - Bacia do Rio Jaguaribe/ BMJ, Ceará.



Fonte: Elaborado pelos autores e autora

Em seu médio curso, na Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe/BHMJ (10.509 km²) – Figura 2, atingem distância máxima de 133,5km longitudinais de sudeste-nordeste. Drena áreas político-administrativas, total ou parcialmente, de 16 municípios com população somada superior a 220.00 habitantes. Jaguaribe é a mais populosa municipalidade com 35 mil habitantes. A principal vocação econômica da região é a agropecuária, destacando-se os Municípios de Jaguaribe como a principal bacia leiteira do Ceará e Limoeiro do Norte (transição entre as Bacias do Médio e Baixo Jaguaribe), como centro polarizador regional, concentrando comércio dinâmico,

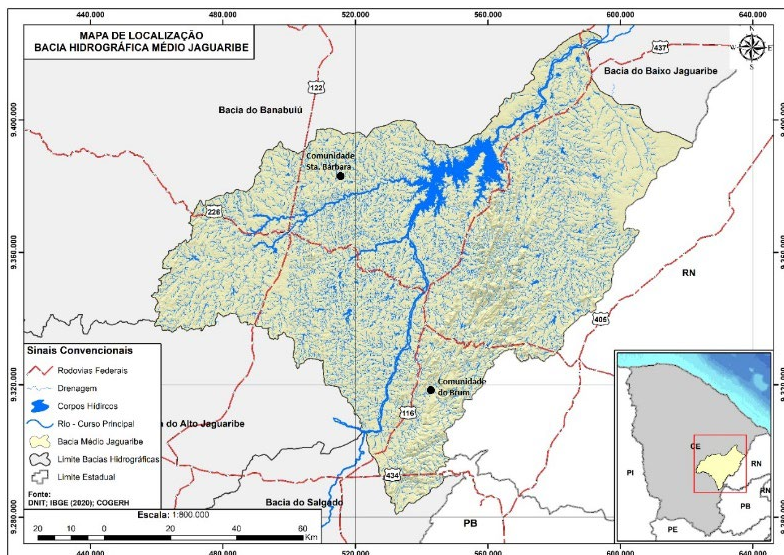
universidades e centros de pesquisas e ensinos e polo industrial e agroindustrial.

Este capítulo de livro destaca a Bacia do Médio Jaguaribe enquanto unidade físico-territorial de análise e planejamento. Inseridas nesta bacia estão as comunidades rurais do Brum em Jaguaribe (96 pessoas em 34 famílias) e Santa Bárbara em Jaguaretama (375 pessoas, em 136 famílias), eleitas como áreas-teste (Figura 3) com fins ao desenvolvimento local. Esta bacia está setorizada em região semiárida apresentado caráter de intermitência sazonal da drenagem, com predominância de unidades de paisagens das Depressões Periféricas e Interplanálticas, assim como Maciços Residuais Cristalinos com solos predominantemente rasos, revestidos por vegetação de Caatingas.

Para manter um mínimo de regularização hídrica, existem açudes e vales perenizados em certos trechos desta bacia. Nesta infraestrutura hídrica destaca-se o açude Castanhão (6.7 bilhões de m³) – o maior açude para usos múltiplos de águas no Nordeste (ALMEIDA, 2015).

Segundo a SRH (2007), a capacidade total de acumulação de águas superficiais na bacia-teste atinge 7,5 bilhões de m³, em cerca de 1.211 açudes. O armazenamento em reservatórios de grande porte é da ordem de 94% do volume potencial. Seus principais reservatórios são: Castanhão (6.7 bilhões de m³), Riacho do Sangue (61,42 milhões de m³) e Joaquim Távora (23,6 milhões de m³).

Figura 2 - Comunidades rurais eleitas como áreas-teste: Brum em Jaguaribe e Santa Bárbara em Jaguaretama, Ceará.



Fonte: Elaborado pelos autores e autora

O Médio Jaguaribe, entretanto, sobre a disponibilidade anual de água subterrânea, apresenta o menor nível de toda a Bacia do Jaguaribe, por conta da primazia de terrenos cristalinos, totaliza apenas 0,6 mil m³. Porquanto, é comum as comunidades rurais distantes dos principais equipamentos hídricos sofrerem com insegura hídrica e alimentar, em face das pífias atividades produtivas desenvolvidas, sobretudo, em condições de subsistências em área degradadas ou em processo de desertificação. Qual o caso das comunidades teste aqui elencadas para análise.

As limitações naturais predominam, piorando as condições para sustentabilidade das comunidades rurais. Há irregularidades pluviométricas expressivas com acentuadas deficiências hídricas ao longo do ano (850 a 900mm/ano) e variabilidades climáticas (secas). Além de encontrarmos solos rasos susceptíveis a erosão, sobre um embasamento de litotipos cristalinos, recoberto por vegetação espaçada e caducifolia do tipo caatinga arbóreo-arbustiva. Em grande parte, as paisagens apresentam meios morfodinâmicos instáveis e Susceptíveis à Desertificação.

Entrementes, os solos mais férteis na bacia foram ocupados pelo agronegócio de fruticultura e derivados voltados para exportação. Fato este que forte causador de conflitos por recursos naturais, sobretudo hídricos, e pelo território (RIGOTTO et al., 2010). E ainda a desertificação e as vulnerabilidades socioeconômica e ambiental no Médio Jaguaribe, são fatores que concorrem para degradação ambiental da qualidade, quantidade e garantia das águas por conta da ativação da erosão dos solos, decapeamento vegetacional e alterações hidrossedimentológicas, cujos afetam a higidez das águas.

Como se não bastasse, a desertificação que avança na bacia e os problemas relacionados aos recursos hídricos aumentam os conflitos pelos usos múltiplos da água, envolvendo habitantes e usuários (irrigantes, agricultores de vazantes, agroindustriais, agropecuaristas, pequenas comunidades rurais, só para citar os principais usuários de d'água), não só nas Áreas de Influência Direta do Castanhão.

Abordagem científica e comunitária para recuperação de áreas degradadas e adaptação às mudanças climáticas

É importante tomar-se como base uma concepção holística de ambiente associada com fatores físicos e humanos que interagem mutuamente. O inter-relacionamento de temas envolvendo a natureza e a sociedade, possibilitará uma visão integrada, consubstanciando informações fundamentais com determinações de cenários futuros para sustentabilidade da BHMJ e das comunidades rurais/áreas-focais - mitigando efeitos da desertificação em áreas vulneráveis do semiárido. Para fazer frente a este panorama, propõem-se o desenvolvimento de análises e ações com importantes parcerias instituições internacionais, nacionais e locais. Parte-se da articulação de metodologia integrada considerando três eixos da sustentabilidade (economia, sociedade e meio ambiente) com fundamento das ciências sociais básicas e aplicadas, atreladas aos estudos da dinâmica de físico-geográficas e suas paisagens associadas.

Os estudos ambientais em bacias hidrográficas semiáridas e susceptíveis à desertificação, vem ganhando peso nos últimos anos, em consequência dos efeitos negativos das ações humanas combinadas com as mudanças em curso relacionadas ao clima (UNESCO, 2018), observados por meio do aumento das secas, crescimento do desmatamento e queimadas generalizadas, perdas de solos, erosão, assoreamento e definhamento de corpos hídricos, dificultando a irrigação e seus usos múltiplos para acesso à água em quantidade, qualidade e garantia, sobretudo, ao abastecimento humano e dessedentação animal.

Instituições parceiras, como universidades e centros de pesquisas, podem ser incumbidas dos estudos e diagnósticos inerentes a proposta em tela, estruturando ações de pesquisa em três etapas transversais:

- 1) Identificação das Áreas Susceptíveis à Desertificação/ASDs, em bacia hidrográfica e suas unidades de paisagens - vendo as repercussões em comunidades rurais e seus impactos negativos: nas águas, no manejo de outros recursos naturais e nas atividades produtivas.
- 2) A partir disto, focando nos recursos hídricos, o ponto de conexão é a categorização dos usos múltiplos de água e problemas socioambientais derivados.
- 3) Promoção de ações sobre extensão rural para o desenvolvimento sustentável e adaptação de atividades agrícolas às secas e a degradação, a partir da metodologia URAD e ao manejo de águas. Isto por meio de ações ambientais, sociais e produtivas, inseridas no planejamento municipal de base local, tendo como unidade de trabalho a bacia hidrográfica e comunidades rurais em face de incertezas hidroclimáticas.

Com as atividades científicas de pesquisas diagnóstica e analítica, são dadas bases de melhor reconhecimento das potencialidades e limitações da dotação dos recursos naturais. De mais a mais, as comunidades escolhidas na BHMJ já trazem experiências exitosas no manejo correto dos recursos naturais, acrescentando, inclusive, experiência participativa comunitária com tomadas de decisão *bottom-up* para sustentabilidade social, econômica e ambiental, em uma região de clima semiárido.

Na Sub-bacia do Riacho Brum (Município de Jaguaribe) propõe-se a elegibilidade de 34 famílias e 96 habitantes. E em Jaguaretama, na Sub-Bacia do Riacho do Sangue, a eleição de 34

famílias das 136 famílias com seus 375 habitantes em um assentamento rural (Santa Bárbara). A par de lideranças comunitárias bem organizadas e proativas, sugere melhor desenvolvimento das atividades. Assim como, a existência de trabalhos comunitários com parcerias científicas bem sucedidas e que servem como referencial em toda região Nordeste, em particular, e sobre regiões semiáridas no mundo, em geral.

No primeiro caso, para se exemplificar, a comunidade já é bem articulada e há trabalhos técnicos ambientais por meio do “Projeto Recuperação de Área Degradada em Processo de Desertificação na Sub-Bacia Hidrográfica do Riacho do Brum no Município de Jaguaribe-CE”, desenvolvido pela Funceme, através de Convênio com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, desde 2014. A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), do programa *Dryland Champions*, premia iniciativas que se destacam em todo o mundo no enfrentamento à degradação da terra. Este projeto do Sítio Brum foi contemplado em 2018 (FUNCEME, 2022b).

Portanto, contribui muito para esta proposta na comunidade do Brum a existência do projeto da Funceme (2021) e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, com recuperação de áreas degradadas. Desde 2014 foram feitas “várias intervenções físicas no Brum, dentre elas barramentos sucessivos de pedra, terraceamento, sulcamento, escarificação do solo e aplicação de material orgânico e serapilheira” (FUNCEME, 2022a). A FUNCEME recuperou 5ha de áreas degradadas, desde então, a montante da parede do açude comunitário de afluentes do riacho Brum. Isto é, a comunidade já tem um nivelamento técnico interessante, cujo pode ser aperfeiçoado e atualizado para se trabalhar com a metodologia URAD, mas ampla e abrangente.

Em 2004, a Embrapa Agroindústria Tropical, desenvolveu o Programa “Vigilantes da Água” no assentamento rural Santa Bárbara, na região do rio Jaguaribe no Ceará, tendo como princípio a importância do conhecimento pelas comunidades de parâmetros de avaliação da qualidade das águas. Isso como forma de orientar ações de conservação desse recurso natural e garantir uma maior disponibilidade hídrica para usos múltiplos, priorizando o abastecimento humano, incorporando a visão da importância da conservação ambiental como fator de melhoria da condição de vida na região (Nascimento, et al. 2007a).

O programa surgiu na Universidade de Auburn, Estado do Alabama (EUA) - Alabama Water Watch (AWW) -, e foi aplicado em vários países, a exemplo de México, Filipinas, Equador, Indonésia e Brasil, formando o programa Global Water Watch (GWW) (Deutsch & Duncan, 2006).

Com diversas parcerias com instituições de pesquisas nacionais e internacional, o trabalho dos grupos de vigilantes da água consistiu no monitoramento das fontes de água existentes nas comunidades onde estes atuam. Foram empregados princípios de educação ambiental, técnicas simples e didáticas de análise da qualidade da água, por meio de oficinas de capacitação, para obtenção de informações para problemas de poluição e degradação das fontes hídricas que abastecem a comunidade rural no Assentamento Santa Bárbara (Aires e Nascimento, 2009).

Para a análise da água, a comunidade recebia kits de monitoramento, certificados pelo programa GWW, para avaliação de parâmetros: oxigênio dissolvido, pH, turbidez, dureza, alcalinidade e coliformes. Com os resultados dos trabalhos e com problemas diagnosticados, objetivou-se conscientizar os usuários de água no Assentamento Sta Bárbara a

promover campanhas para o desenvolvimento de ações, visando recuperar e proteger as fontes hídricas.

Os resultados destes testes, realizados pelos usuários de recursos hídricos Chamados de Vigilantes das Águas, são devolvidos às comunidades com o objetivo de mobilização das famílias para os problemas diagnosticados, seus impactos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas, assim como na discussão por busca de soluções (NASCIMENTO et al., 2007b).

Não obstante, foi nessa comunidade rural onde nasceu Adolfo Bezerra de Menezes em 1831, conhecido como Médico dos Pobres. Bezerra de Menezes foi médico, escritor, militar, político e é considerado pela Federação Espírita Brasileira (FEB) e de seus maiores expoentes. A localidade hoje é conhecida nacionalmente por grupos espíritas e ONGs, a par de trabalhos sociais e espirituais desenvolvidos (Grupo Espírita Paulo Estevão/GEPE, 2023), onde sobressaem-se trabalhos educacionais e de manejo integrado dos recursos naturais.

A organização não-governamental Grupo Espírita Paulo Estevão (GEPE): toma as comunidades rurais como politizadas para auto gestão e para cobrança de seus direitos. Nesse sentido, criou o Pólo de Lazer Bezerra de Menezes no qual promove campanhas de evangelização, cursos de educação ambiental, entre outros temas, na busca de contribuir para organização desse espaço e para mudança de comportamento e de visão de mundo dos habitantes (Nascimento e Aires, 2011. p.61).

Fundamentados neste *background*, a proposta de trabalho é de formação comunitária rural na promoção de ações de recuperação de áreas degradadas, com tomada de decisões *bottom-up*, preparando-as para o desenvolvimento e implemento

tecnologias de adaptação, reduzindo vulnerabilidades ambientais às secas na bacia avaliada, com foco em duas comunidades rurais.

Portanto, a proposta metodológica deve ser operacionalizada através da implantação de URADs, inseridas no planejamento municipal local, ou seja, planejamento comunitário na bacia do Médio Jaguaribe. Para garantia da sustentabilidade do projeto, as ações a serem implantadas precisam ocorrer no âmbito e com parceria de administrações municipais, associações de moradores e cooperativas de trabalhadores rurais em Jaguaribe e Jaguaretama. As ações devem ser executadas por sub-bacia afluente do Médio Jaguaribe, considerando um monitoramento da efetividade das ações propostas.

Unidades de recuperação de áreas degradadas e redução da vulnerabilidade climática (URAD) - ações ambientais, sociais e produtivas

A iniciativa sobre URAD foi do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação (DRSD), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sob competência da implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação (Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015). De modo que foi elaborada uma estratégia que promovesse a implantação das Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática – URAD, tornando-se referência para o enfrentamento de um dos mais graves problemas ambientais, com forte impacto socioeconômico no Nordeste do Brasil (Coleção de Experiências DAKI, 2022).

Segundo Daki (2022), metodologicamente essa estratégia busca envolvimento de parcerias locais em prol de agenda comum à ampliação de implantação de URAD's. Ao êxito da estratégia, as ações devem ser implementadas integradamente, envolvendo ações ambientais, sociais e produtivas. As ações ambientais envolvem a recuperação da biodiversidade, solo e água. As sociais, trabalham a segurança hídrica, sanitária e energética da população.

Sobre ações produtivas, para bases prolíficas, são instalados módulos produtivos sustentáveis, com aplicação de técnicas modernas de conservação de solos e água: Integração Lavoura Pecuária e Floresta – ILPF e Sistemas Agroflorestais – SAF; completa Daki (op Cit).

Em vista disto, nas áreas-teste apontadas, propõem-se subsídios teóricos e práticos à execução de ações ambientais, sociais e produtivas/AASP, para dar suporte ao desenvolvimento e instalação de URAD sob auxílio de edital do MMA, através DRSD e da SEDRS, aos moldes do último aberto: JOF 0231/2017, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (MMA, 2023).

As comunidades uma vez aferidas, contatadas e capacitadas com atividades teóricas e práticas, estão prontas para o desenvolvimento das demais etapas. Das quais demandam recursos financeiros e aplicação orçamentária destinada pelo Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação, atrelado à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, via Edital MMA/PNUD. Portanto, as Prefeituras Municipais de Jaguaribe e de Jaguaratama, juntamente com as associações e cooperativas de produtores rurais do Sítio riacho do Brum e do Assentamento Santa Bárbara, demandarão ações do Projeto URAD junto ao

Governo Federal – uma vez pressupostas ações municipais via convênio- à realização das outras 3 etapas seguintes.

O responsável pelo monitoramento das ações e funcionamento da URAD, é o Dep. de Des. Rural Sustentável e Combate à Desertificação do MMA. Entretanto, é importante que outras parcerias institucionais subsidiem tal monitoramento, para avaliação de seu impacto na recuperação de áreas degradadas, observando seus impactos positivos sobre os recursos hídricos e na melhoria da qualidade ambiental e de vida da comunidade. Para tanto, serão definidas linhas de base para as ações ambientais, sociais e produtivas.

Sobre os custos necessários e o tempo de execução da URAD em cada comunidade, MMA (2017) estima em 270 dias (9 meses) de atividades. Para cada comunidade rural há recebimento de investimentos por família elegida – montantes a serem atualizados desde 2017, via edital já citado (PNUD/MAA, 2023) -, para participação e trabalho nas ações programadas: Capacitação e Treinamento Recuperação e Conservação de solo, água e biodiversidade Saneamento Básico Unidades de Produção Captação e Armazenamento de Água Eficiência energética Divulgação e Difusão de Ações.

A URAD pressupõe um conjunto atividades (inclusa Divulgação e Difusão de Ações) e resultados com Etapas para alcance das EASP (Quadro 1).

Portanto, as atividades devem ser desenvolvidas em parceria com comunidades elegíveis. Elas foram selecionadas com base em critérios ambientais, socioeconômicos e técnicos. Todas as ações implantadas contarão com participação direta das comunidades, de modo que estas se apropriem das técnicas e metodologias utilizadas e possam oportunamente replicá-las –

servindo de polos irradiadores de ideias, organização comunitária e técnicas de recuperação ambiental de baixo custo em bacias hidrográficas susceptíveis à seca e desertificação

Quadro 1 – Estratégias ambientais, sociais e produtivas/EASP da URAD

Etapas	Atividades e ações ambientais, sociais e produtivas
1: Capacitação e treinamento de em comunidade rural	Cursos técnicos e operacionais com práticas para construção de infraestruturas e equipamentos para recuperação e conservação ambiental.
2: Recuperação e conservação de solo, água e biodiversidade	Cursos Práticos sobre recuperação de mata ciliar, recuperação de solos, barragens subterrâneas etc. Tais como: construção e instalação de Barragens de pedra, Cordões de pedra, Cordões Vegetados, Barragens subterrâneas, Terraceamento, Escarificação-sulcamento, Recuperação de Matas Ciliares/nascentes, colher e aplicar serapilheira, dentre outras práticas.
3: Captação e armazenamento de água	Conservação dos recursos hídricos, para garantir água em quantidade e qualidade para o consumo humano e a produção agropecuária, adaptada às condições do semiáridas locais. Consiste em construção de sistemas de captação de água familiares (cisternas para captação de água pluvial) e comunitários (poço artesiano, poço amazonas, sistema simplificado de abastecimento, barragem subterrânea e dessalinizadores) e instalação de reservatórios comunitários.
4: Saneamento básico	Construção de uma unidade sanitária por família, constituída de um abrigo sanitário e uma fossa séptica, acompanhada de informações sobre saúde e higiene. Também visa a prevenção da poluição dos mananciais.

5: Eficiência energética	Construção de fogões ecológicos, que reduzem a quantidade de lenha necessária para o consumo doméstico e previnem o desenvolvimento de doenças respiratórias. As comunidades devem ser orientadas quanto ao uso do equipamento e o manejo correto do combustível.
6: Unidades produtivas	Discutir com a comunidade analisando as potencialidades econômicas e ambientais locais, serão escolhidas as Unidades Produtivas a serem implantadas por família (por ex. avicultura, horticultura, agricultura orgânica, agroecologia) ou comunitária (onde cada família tem sua unidade de produção, mas o processamento é feito em uma instalação comunitária), por ex. apicultura, meliponicultura, piscicultura, manejo florestal madeireiro ou não-madeireiro, manejo sustentável para a pecuária, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), turismo ecológico e cadeias produtivas).

Fonte: Adaptado MMA (2017)

Em um primeiro momento, são demonstrados às comunidades todos os passos e processo para implementação das ações. Para que estas se apropriem das técnicas e metodologias utilizadas e desenvolvidas em mutirão. E que possam, oportunamente, reproduzi-las. Para dar suporte à esta participação, orienta-se a realização de reuniões sobre educação ambiental e capacitações antes e durante a implementação das ações.

Com o objetivo de facilitar o planejamento e execução do processo formativo, eis as 6 (seis) etapas URAD detalhadas a partir do Quadro 1 contendo as indicações práticas para implementação das estratégias ambientais, sociais e produtivas nas comunidades:

✓ Etapa 1: Capacitação e treinamento de produtores rurais, Professores de 1º e 2º graus e jovens e adultos.
a) 1 Curso sobre degradação da terra e seu controle, com carga horária de 24 hs para 34 agricultores e agricultoras; b) 1 Curso de Noções de Conservação do Solo, da Vegetação e da Água (práticas conservacionistas, Recuperação de Matas Ciliares/nascentes), captação e armazenamento de água, saneamento e eficiência energética, para 34 agricultores e agricultoras, com horária de 40 horas; c) 1 Curso sobre a atividade produtiva e ambiental, escolhida pela própria comunidade, para 34 agricultores e agricultoras, com carga horária de 24 horas.

✓ Etapa 2: Recuperação e conservação de solo, água e biodiversidade com produtores rurais, Professores de 1º e 2º graus e jovens e adultos.

a) 1 Curso teórico-prático de 30hs e com atividades de campo sobre técnicas de: construção de barragens de pedra sucessivas, cordões de pedra, cordões vegetados, barragens subterrâneas, terraceamento, escarificação-sulcamento, colher e aplicar serapilheira, dentre outras práticas.

✓ Etapa 3: Captação e armazenamento de água.

Perpassa pela construção de sistemas de captação de água familiares (por ex. cisternas com 10.000 litros para captação de água pluvial nos tetos das casas) e comunitários (ex.: poço artesianos, poço amazonas, sistema simplificado de abastecimento, barragem subterrânea e dessalinizadores). Sem esquecer a instalação ou manutenção de reservatórios comunitários. Isto visando a segurança hídrica, tanto

para consumo humano, quanto para produção agropecuária, de forma adaptada às condições do semiárido. O edital do MMA (mencionado anteriormente) prevê, também, instalação de dessalinização e reuso da água em situações especiais.

✓ Etapa 4: Saneamento básico.

Cada família recebe uma unidade sanitária constituída de um abrigo sanitário e uma fossa séptica, seguida de informações sobre saúde e higiene. Isto também previne poluição dos mananciais. As construções são feitas com trabalho comunitário, via assistência técnica de instituições parceiras.

✓ Etapa 5: Eficiência energética.

Diz respeito a construção de fogões ecológicos, cujos reduzem a quantidade de lenha como dendroenergia e previnem o desenvolvimento de doenças respiratórias. Ademais, as comunidades recebem orientação sobre uso do equipamento e o manejo correto do combustível. As construções serão por trabalho de multirão, via assistência técnica das instituições parceiras.

✓ Etapa 6: Unidades produtivas.

Por meio da discussão com a comunidade, e a par das potencialidades econômicas e ambientais, são escolhidas as Unidades Produtivas a serem implantadas por família (por ex. avicultura, horticultura, agricultura orgânica, agroecologia) ou comunitária (com cada família com sua unidade de produção; porém o processamento é feito em uma instalação comunitária), por ex. apicultura,

meliponicultura, piscicultura, manejo florestal madeireiro ou não-madeireiro, manejo sustentável para a pecuária, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), turismo ecológico ou religioso (no caso do Assentamento Sta Bárbara) e cadeias produtivas.

Neste caso, as organizações comunitárias que existem no Sítio Riacho Brum e no Assentamento Santa Bárbara, assim como ações científicas existentes nas mesmas - pela FUNCEME, EMBRAPA, UFC e UECE-, por exemplo, colaboram decisivamente para todas as Etapas propostas acima, em especial para a Etapa 6.

Além de tudo, a proposta URAD prevê monitoramento pelo Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação do MMA, avaliando os impactos na recuperação de áreas degradadas. E também pressupõe divulgação e difusão de ações. Sendo a divulgação feita por diversos meios, sobretudo cartazes, folder, palestras, dias de campo e divulgação nas emissoras de rádio locais e escolas da rede de ensino.

Observações Finais

Abordaram-se aqui comunidades rurais que passam por degradação ambiental em Áreas Suscetíveis à Desertificação/ASD's, para melhoria no manejo dos recursos naturais, em especial os hídricos, em face de incertezas climáticas e formas de adaptações locais sustentáveis.

A execução da proposta aqui trabalhada pode contribuir com a sustentabilidade social, econômica e ambiental, por domínio de paisagem que compõem a bacia e por município amostrado, em comunidades rurais na Bacia do Médio Jaguaribe. Nesse transcurso, almejou-se instrumentalizar as comunidades, cooperativas de trabalhadores e associações rurais com trabalhos técnico-ambientais e busca de subsídios financeiros para uso conservacionista da terra, manejo do solo no combate à degradação e a desertificação e redução das áreas afetadas.

A vista disso e diante da extrema necessidade do desenvolvimento estratégias adaptativas de convivência com as secas recorrentes no semiárido, para sustentabilidade de comunidades rurais, é importante e necessária a articulação institucional a par de metodologia que faça conexão entre fatores físicos e humanos na incorporação de tecnologias que possibilitem o armazenamento e a integração de dados, melhorando a capacidade de análise espacial de informações quali-quantitativas.

Para tanto, o texto aqui exposto propõe a produção de levantamentos, diagnósticos e atividades práticas sobre temas estratégicos (degradação ambiental; conservação e proteção ambiental; manejo de água; recuperação-aproveitamento de áreas degradadas e seu monitoramento; ação política) em comunidades rurais para promoção de indicadores ambientais condizentes com os pressupostos da sustentabilidade. Isto no que diz respeito ao cerne da sustentabilidade para o desenvolvimento equitativo das dimensões econômica, social e ambiental na produção rural, recuperação de áreas degradadas e manejo dos recursos naturais, com destaque, a água.

Igualmente, pelo estratagema metodológico traçado, pode-se alcançar elementos de informação e resultados importantes para uma governança do território (UNESCO, 2023) sobre desertificação e adaptação às mudanças climáticas com ações comunitárias de base local. Ainda respondendo a:

- ✓ Apresentação da distribuição espacial da degradação e desertificação na Bacia Hidrográfica e, em especial, nas comunidades rurais analisadas.
- ✓ Cenário sobre o avançado da degradação para desertificação com impactos nos recursos naturais (solos, vegetação e água) e áreas agricultáveis. Aferindo quais as atividades produtivas mais degradantes nos municípios e suas comunidades mais afetados.
- ✓ A replicação da eficácia da metodologia URAD como algo funcional, de baixo custo e sustentável para recuperação de áreas degradadas e adaptação comunitária face a convivência com o semiárido.
- ✓ Mesmo que a Transposição do São Francisco - Eixo Norte e o açude Castanhão, receptáculo das águas no Ceará - não atendam as comunidades elegidas aqui, as demandas de pequenas comunidades rurais na Bacia avaliada devem e podem ser tangenciadas e até respondidas por alternativas sustentáveis.
- ✓ A partir disto, mesmo que as sub-bacias hidrográficas e suas comunidades rurais sofram efeitos decorrentes da não tecnificação do território e da alocação de recursos em áreas não consideradas estratégicas para os setores empresarial e industrial,

conforme perspectiva estadual, o desenvolvimento rural sustentável pode ser alcançado por bases locais.

Referências

ALMEIDA, C. P. *Conflitos por água na Sub-bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe, Ceará*. 2015. 21 p. Limoeiro do Norte: Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2015.

Aires, Rosilene; Nascimento, Flávio R. do. *Condições morfoestruturais das microbacias cearenses de Muquém, Riacho das Pedras e Neblina*. In: Zenilde Baima Amora. (Org.). *Cenários Geográficos: Reflexões e Enfoques*. 1ed. Fortaleza: Eduece, 2009, v. 1, p. 271-284.

BOUCHLE, R, GRECCHI, R.C., SHIMABUKURO, Y.E., SELIGER, R., EVA. H.D., SANO, E., ARCHARD, F. (2015) Land cover changes in the Brazilian Cerrado and Caatinga biomes from 1990 to 2010 based on a systematic remote sensing approach. *Applied Geography*, 58, 116-127.

CEARÁ, Secretaria dos Recursos Hídricos. *Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAE-CE*. Fortaleza: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria dos Recursos Hídricas, 2010. 372p

CEARÁ. Plataforma Ceará 2050. Atividade 3. *Elaboração da Visão de Futuro e Objetivos Estratégicos*. Citede on <http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/01/ceara-2050-produto-3-3->

visao_objetivos_indicadores metas_24-11.pdf. Acessado em 05/019/2023.

DEUTSCH, W., DUNCAN, B. Community-based water monitoring: global experiences for practical programs in watershed management. Auburn: Auburn University, 2006, 9 p

COLEÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DAKI – SEMIÁRIDO VIVO. *Caderno de casos semiárido brasileiro. 2. Território: alto sertão Sergipano – Sergipe*. Unidade de recuperação em áreas degradadas – URAD Aracaju, 2022. 21p. Coleção de Experiências DAKI – Semiárido Vivo. CADERNO DE CASOS SEMIÁRIDO BRASILEIRO. https://semiaridovivo.org/wp-content/uploads/2022/06/DAKI_SAB_BR_SE_2_URAD_PT_vf.pdf. 21p.

FUNCEME. *Projeto da Funceme recupera área degradada em Jaguaribe*. Cited on <http://www.funceme.br>. Acessado em: 20/12/2022a.

FUNCEME. *Projeto do Ceará recebe certificado da ONU por combate à desertificação*. Cited on<
<https://www.srh.ce.gov.br/projeto-do-ceara-recebe-certificado-da-onu-por-combate-a-desertificacao/>>. Acessado e 19/12/2022b.

GRUPO ESPÍRITA PAULO ESTEVÃO (GEPE). *Pólo Bezerra de Menezes*. Consultado em 23 jan.2023.
<https://www.gepe.org.br/polo-bezerra-de-menezes>

NASCIMENTO, Flávio R. do. Girão, ÊNIO, A. et al. *Experiência no monitoramento participativo da qualidade da água de fontes hídricas de comunidades rurais da bacia do rio Jaguaribe: o caso de Santa Bárbara, Jaguaretama-ce*. In: XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2007, São Paulo.

Anais do XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2007b.

NASCIMENTO, Flávio R. do; ARAÚJO, T. M. S. de; ROSA, M. F.; GIRÃO, E. G.; ARAÚJO, L. de F. P.; SANTOS, J. de O. *A geografia física como instrumento para a melhoria da qualidade de vida de comunidades rurais da região do Jaguaribe-CE*. Cadernos de Ciência e Cultura, v.2, n.1., maio/2007a.

NASCIMENTO, Flávio R. do; Rosilene. *Usos múltiplos e gestão participativa dos recursos hídricos na microbacia riacho das Pedras - Médio Jaguaribe-CE*. Caminhos de Geografia (UFU), v. 12, p. 56-69, 2011.

NASCIMENTO, Flávio R. do. *Manejo de água em bacias hidrográficas e desertificação - gestão e ações planejadas para zonas tropicais*. In: Adriano Figueró e Cláudio de Mauro. (Org.). *Governança da água: das políticas públicas à gestão de conflitos*. 1ed. Campina Grande: EPTEC, 2020, v. 1, p. 232-246.

MMA. *Prorrogado edital para recuperação do semiárido*. JOF 0231/2017, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/noticia-acom-2017-08-2486>. Acessado em: 21 jan.2023.

UNESCO. International Center for Integrated Water Resources Management – ICIWaRM. *Climate Risk Informed Decision Analysis (CRIDA) Collaborative Water Resources Planning for an Uncertain Future*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) 2018, 158 p.

PARTIDO VERDE. *Desertificação é tema de encontro no Piauí*. Disponível em: <https://pv.org.br/desertificacao-e-tema-de-encontro-no-piaui/>. Acesso em: 25 de jan 2023

UNESCO. *Gobernanza del agua en América Latina y el Caribe*. cited on <

<https://es.unesco.org/fieldoffice/montevideo/agua/fasesPHI> >. Acessado em 07.jan.2023

RIGOTTO, Raquel, Ma. Et al. *Da primavera silenciosa as primaveras silenciadas*. Conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. IN: Zhouri, A. e Lanschefski. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010. p. 148-175).

SOARES-FILHO, B. et al. Cracking Brazil's Forest Code. *Science*, 344 (6182), pp.363–364. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/344/6182/363.short>. 2014. Acesso em: 25 de jan 2023

WILHITE, D. A.; SIVAKUMAR, M. V. K. K.; PULWARTY, R. Managing drought risk in a changing climate: The role of national drought policy. *Weather and Climate Extremes*, v. 3, n. March 2013, p. 4–13, jun. 2014.

O AMBIENTE EM CIDADES PEQUENAS: PANORAMA DAS RELAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS NA CIDADE DE CAPINÓPOLIS (MG)

Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa

Introdução

No Brasil, a grande maioria das cidades são de pequeno porte, interligadas por meio de redes permitindo suprir as necessidades a partir de conexões com cidades maiores (IBGE, 2010). Apesar do grande número de pequenas cidades no país, é comum que o foco repouse nas cidades de médio e grande porte, em parte pela intensidade na qual os eventos e processos estudados ocorrem, bem como pelo acesso às fontes de informações para o desenvolvimento das pesquisas em cidades de médio e grande porte.

No entanto, os estudos sobre pequenas cidades vêm evidenciando a importância destas para o desenvolvimento socioeconômico no país. Ao atender as necessidades nos lugares mais remotos do país e dar suporte à produção no setor primário. Assim, as pequenas cidades ganham destaque incentivando estudos que compreendam os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Sobretudo do ponto de vista ambiental, as pequenas cidades permitem avaliar e compreender o processo de produção do espaço urbano, transformando a natureza em um ambiente por vezes degradado e impactado pela ação humana.

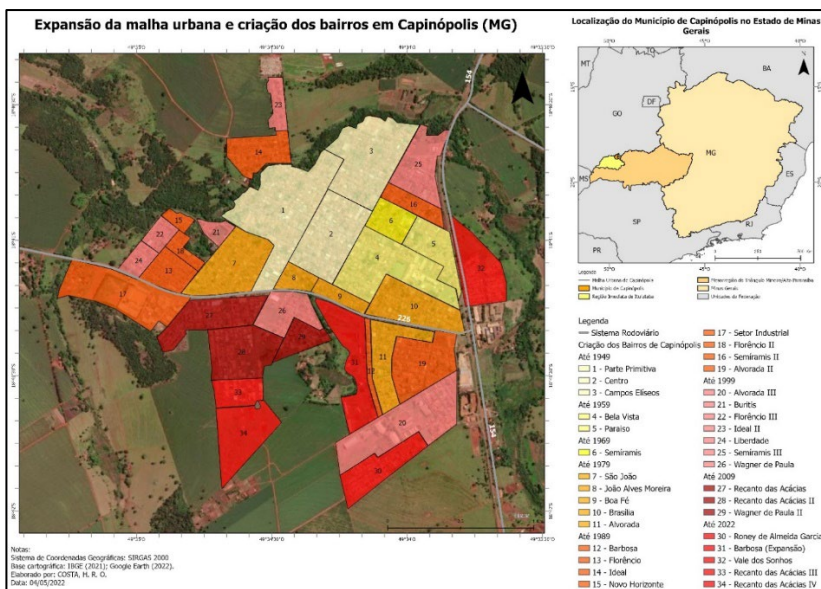
Essa degradação do ambiente, é avaliada considerando o grau de transformação da natureza a partir do uso e transformação

de recursos naturais, como também considera as condições de urbanização para definir a qualidade do ambiente no qual a população das cidades reside. Este último fator pode ser percebido por meio da infraestrutura dos bairros no que tange os tipos de residência, presença de áreas verdes e saneamento básico.

Diante do pressuposto, adota-se enquanto área de estudo a cidade de Capinópolis (MG), considerada como pequena, é notável o impacto das intervenções promovidas durante a apropriação e ocupação das formas do relevo. A malha urbana encontra-se posicionada ao centro do município de Capinópolis (MG) e ocupa uma área de aproximadamente 4Km², subdividida em 34 bairros (Figura 1). O município encontra-se Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, especificamente na Região Geográfica Imediata de Ituiutaba. De acordo com última estimativa do IBGE (2021), a população total do município é de 16.294 habitantes, deste número mais de 90% se concentra na área urbana de Capinópolis (MG).

Os primeiros indícios das ocupações que deram origem ao povoado datam de aproximadamente 1930, iniciando próximo do fundo de vale do Córrego do Capim, no bairro chamado de Parte Primitiva. A malha urbana foi aos poucos se expandindo-se para as vertentes e áreas de topo. A relação direta com os fundos de vale, se justificava inicialmente pela proximidade com a principal fonte de água, no entanto, os impactos desse processo de ocupação ainda são percebidos na paisagem, tanto pela supressão das Áreas de Preservação Permanente (APP), quanto pela ocupação inadequada em leitos de inundação e pelo descarte inadequado de resíduos no fundo de vale.

Figura 1: Expansão da malha urbana e criação dos bairros em Capinópolis (MG)



Org.: COSTA, H. R. O. (2022).

A presença de canais fluviais contribuiu para o entalhamento do relevo, sendo possível observar na área urbana vertentes com declividade que varia de 7 a 10%, indicando a maior probabilidade de escoamento superficial acelerado (COSTA, 2019). Nas áreas de maior declividade, em que o escoamento ocorre com maior intensidade, predominam os processos morfogenéticos responsáveis por esculturar o relevo. Ao passo em que a superfície é impermeabilizada durante o processo de urbanização, a água que antes infiltrava, tende a escoar superficialmente rompendo com o equilíbrio dinâmico dos processos naturais (HACK, 1960; COSTA, 2019). Neste sentido, o escoamento superficial, enquanto fenômeno natural, é potencializado permitindo não somente a instalação de processos

erosivos, como afetando a dinâmica fluvial e gerando transtornos para a população.

Em algumas áreas da cidade, a proximidade das casas com o canal fluvial faz com que a probabilidade de serem atingidas por enchentes e inundações seja maior, já em outras, a forma como se deu a distribuição das residências, deixa poucos espaços permeáveis. Quando essa impermeabilização concentrada ocorre em vertentes de maior declividade, os fluxos de escoamento tendem a ser mais rápidos formando enxurradas que, dentre outros problemas urbanos, faz com que os resíduos presentes nas ruas e calçadas sejam levados para o fundo de vale.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo principal compreender elementos sociais e naturais na cidade de Capinópolis a partir de uma análise da paisagem em diferentes bairros. Adota-se ainda como objetivo específico identificar os principais impactos oriundos do processo de ocupação do relevo e produção do espaço urbano.

Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos fez-se necessário estabelecer uma sequência de etapas que contribuíssem para a execução do estudo, seja na obtenção das informações ou na construção da análise. Foram organizadas três etapas: 1) levantamento teórico-conceitual; 2) pesquisa documental; e 3) trabalhos de campo.

A primeira etapa referente ao levantamento teórico-conceitual, foi estruturada objetivando tratar de conceitos e temas pertinentes e necessários para o desenvolvimento do presente estudo, tais como cidades, ambiente e conflitos ambientais. No que tange as cidades, buscou-se compreender a origem a partir de

Munford (1998), relacionando com discussões sobre a importância do sítio urbano e a forma como o espaço urbano é organizado considerando o modo de produção vigente. Ainda referente as cidades, foi necessário debater sobre as cidades pequenas, as dificuldades de conceituação e a importância destas para o desenvolvimento socioeconômico. Com relação ao ambiente, buscou-se entender como este é fruto das relações sociais, econômicas e culturais com a natureza, que é transformada de acordo com os anseios do modo de produção capitalista. O terceiro tema abordado consiste nos conflitos e impactos ambientais, sobretudo gerados por meio das relações discrepantes entre elementos da sociedade e da natureza, visto que as características do modo de produção capitalista, especialmente a apropriação e predação dos recursos, passa a se materializar na paisagem, criando ambientes degradados.

A segunda etapa metodológica consiste no levantamento de informações documentais acerca da produção do espaço urbano e o desenvolvimento da cidade, por meio de órgãos como a Prefeitura e a Biblioteca Municipal, contrapondo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por artigos científicos que possibilitaram compreender a produção da cidade de Capinópolis.

Durante a terceira etapa, realizaram-se trabalhos de campo visando identificar os conflitos e impactos ambientais na cidade de Capinópolis, relacionando com imagens disponibilizadas pelo Google Earth Pro, nas quais foi possível verificar a metragem dos terrenos em diferentes bairros a partir de ferramentas disponíveis no software. Nesta etapa, foram observados elementos como a intensidade do processo de urbanização por meio das intervenções promovidas, presença ou não de equipamentos urbanos que agregam ou diminuem a qualidade do ambiente.

Observou-se ainda possíveis impactos e componentes que permitem entender o estado de degradação do ambiente, causado principalmente pelo processo de ocupação.

Sítio urbano, cidades pequenas e ambiente: apontamentos teóricos conceituais

Do sítio urbano à produção do espaço urbano, existe uma série de elementos a serem considerados e que, de certo modo, contribuem para a identificação e classificação das cidades pequenas. O processo histórico de ocupação e os elementos naturais apropriados ao longo do tempo dão indícios das características que levaram a organização de uma determinada cidade.

A cidade se estrutura sobre uma base física, material, na qual elementos como hidrografia, relevo e formações rochosas compreendem o sítio urbano. De acordo com Miyazaki (2013), este sítio urbano tem sido transformado durante o processo de ocupação por meio de técnicas relacionadas à construção, reconfigurando a paisagem por meio de terraplanagem e aterramentos que possibilitam a instalação de residências. Ainda segundo o autor, considerar que as formas naturais são definidoras da configuração das formas urbanas levaria a uma análise limitada, pautada em percepções deterministas do objeto de estudo. Observa-se então, que elementos como as formas do relevo adquirem importância durante o processo de apropriação e produção do espaço urbano, tendo em vista que os compartimentos do relevo passam a favorecer ou não tal processo, no entanto não são determinantes (GIRÃO; CORRÊA, 2004).

Apesar o papel desempenhado pelas características físicas do ambiente, Munford (1998), aponta os primeiros indícios de cidade remontando à cidade dos mortos, das relações afetivas que surgia entre os nômades e aos lugares nos quais os entes foram enterrados. Segundo o autor, os pontos de encontro, muitas vezes de cunho cerimonial permitiam uma pausa da peregrinação para reunir, celebrar e se conectar, mesmo que espiritualmente.

Para Santos (2014), a formação e avanço das cidades ocorreu, sobretudo, graças a evolução das técnicas de produção agrícola. De acordo com o autor, na medida em que aumenta a produção, passa-se a formar um excedente agrícola que possibilita a dedicação à outras atividades que não estejam necessariamente ligadas a agricultura (SANTOS, 2014). Carlos (2018), reafirma o papel do desenvolvimento e organização de uma determinada sociedade na produção do espaço. De acordo com a autora, nesse período germinal das cidades, sendo anterior ao capitalismo, a produção do espaço urbano é marcada pela capacidade de conhecer e transformar efetivamente a natureza por meio da dominação.

O ambiente urbano criado pela sociedade em diferentes momentos da história do planeta, é constituído, de acordo com Suertegaray (2002, p. 79) “das mais variadas formas ao longo do tempo, produzindo efeitos sobre a superfície”. De acordo com a autora, as formas criadas pelos seres humanos são reflexos das técnicas desenvolvidas na escala do tempo histórico, alterando a paisagem e dominando elementos naturais de acordo com os anseios de uma sociedade em constante ânsia pelo crescimento (SUERTEGARAY, 2002). Os elementos naturais, contribuíram em parte para a fixação de grupos em determinados locais, no entanto, o desenvolvimento das cidades está relacionado a uma

série de outros fatores que possibilitaram não somente a fixação como o desenvolvimento dessa população.

Para Carlos (1997, p. 26), a cidade pode ser compreendida enquanto produto de uma formação econômica e social capitalista, aparece como “o lugar onde a separação homem-natureza e as desigualdades sociais se mostram de maneira expressiva”. Ainda segundo Carlos (1997, p. 26), é entendida “como materialidade, fruto do processo de trabalho, da sua divisão técnica e social, relações da história dos homens”, a cidade, evidenciando o aprimoramento das técnicas de dominação da natureza. Lefebvre (1972) entende que essa dominação das técnicas e a divisão técnica e social do trabalho, dão origem a uma organização desigual do espaço urbano, tornando-se reflexo do modo de produção capitalista, em que as disparidades entre classes se tornam evidentes e de certo modo são incentivadas.

Essas diferenças aparecem não somente na escala intraurbana como na da rede urbana, a presença de metrópoles e cidades pequenas evidenciam diferentes níveis de acesso aos serviços e capital. Diante disso, o foco deste estudo repousa sobre as cidades pequenas, que vem ganhando espaço nas discussões científicas considerando sua importância para compreender o funcionamento da rede urbana.

O conceito de cidade pequena, de acordo com Endlich (2006) e Leão (2010), é de difícil elaboração, sobretudo considerando as diferentes realidades na qual uma cidade pode estar inserida. Segundo Leão (2010), as dimensões continentais do Brasil inviabilizam classificar as cidades seguindo um único parâmetro, já que as dinâmicas que cercam as regiões são distintas, criando espaços urbanos específicos.

Para Fresca (2010, p. 78), as cidades pequenas “são responsáveis por atender parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos à sua população”. No entanto, de acordo com a autora, é necessário considerar os momentos históricos que permitiram a estruturação da cidade e os motivos que levaram às mudanças e permanências nesse espaço urbano (FRESCA, 2010). Endlich (2011), reforça a ideia de que as dimensões de uma cidade são relativas ao espaço e tempo no qual está inserida, visto que o contingente populacional pode se alterar de acordo com eventos que atraem ou repelem a migração.

As diferentes atividades desenvolvidas numa cidade, refletem a organização social e econômica de uma população. Segundo Singer (1980), tal organização, atualmente, se dá a partir do modo de produção capitalista, que ao incentivar a propriedade privada, evidencia a desigualdade no acesso ao capital. Tal desigualdade, de acordo com o autor, promove o aumento das disparidades entre as diferentes classes que coabitam a cidade. Essa divisão de classes resulta numa apropriação diferenciada dos recursos que o sítio urbano detém, como por exemplo as formas do relevo.

Segundo Casseti (1995), a urbanização transforma a terra rural em terra urbana, inferindo valor de acordo com as características do terreno. Deste modo, segundo o autor, áreas consideradas mais propícias para ocupação são valorizadas e conseqüentemente destinadas à população dotada de maior poder aquisitivo, enquanto a população mais pobre é direcionada para compartimentos mais vulneráveis à ocupação, como fundos de vale e encostas de morros.

De acordo com Santos (1979, p. 71), na cidade local, definição que utiliza referindo-se às pequenas cidades, além da dualidade entre pobres e ricos, existe ainda a “coabitação ou interdependência funcional entre atividades agrícolas e atividades não-agrícolas”. Para o autor, essa coexistência é o que, por vezes, mantém o funcionamento das pequenas cidades, intrinsecamente ligadas ao campo. É neste sentido que Corrêa (2004), compreende a relação entre a posição de uma cidade na rede urbana e as atividades que nela se desenvolvem, cumprindo funções e complementando de algum modo as necessidades das demais cidades presentes na rede.

A divisão de tarefas entre cidades de uma mesma rede reflete a divisão social do trabalho, o que para Diamani (2006, p. 137), “se desdobra numa divisão territorial do trabalho, em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas”. De acordo com Corrêa (1999) e Diamani (2006), essas disparidades mais uma vez evidenciam a necessidade por trás do aparecimento de cidades de pequeno porte, que contribuem para a manutenção e abastecimento da rede urbana.

Souza (2019), compreende a existência de diferenças produzidas por uma sociedade heterônoma, que ao se concentrar em recortes do espaço, não somente se apropria dos recursos naturais de maneira diferenciada, como produz impactos ambientais distintos de acordo com o contingente populacional e o acesso aos serviços urbanos. Neste sentido, Pedro (2011, p. 153), compreende a cidade enquanto recorte “onde se manifestam os mais diversos impactos ambientais, que são provocados pela interferência da sociedade no equilíbrio dinâmico da natureza”.

De acordo com Pedro (2011) e Guerra e Marçal (2014), na medida em que ocorre o crescimento populacional, nota-se a intensificação dos impactos ambientais, especialmente aqueles causados pela expansão da malha urbana, acelerando processos geomorfológicos como a esculturação do relevo por meio das erosões. Neste sentido, segundo Coelho (2013), a degradação ambiental cresce proporcionalmente ao aumento populacional, que por consequência indica a ocupação de novas áreas, interferindo no equilíbrio dinâmico dos processos naturais.

Ainda de acordo com Coelho (2013), é necessário periodizar a história das cidades buscando compreender descontinuidades e rupturas ocasionadas pelo processo de ocupação. Compreender a produção da cidade, de acordo com Suertegaray (2021), permite entender como a dinâmica de ocupação transformou o sítio urbano, produzindo uma segunda natureza, ou o que a autora considera enquanto ambiente, refletindo os anseios do modo de produção capitalista.

É interessante compreender a relação entre natureza, meio e ambiente, sobretudo a maneira como a produção das cidades podem criar e recriar elementos que se materializam na paisagem urbana, mesmo em cidades pequenas. Caseti (1995), compreende que é por meio de uma “transformação da primeira natureza em segunda natureza que o homem produz os recursos indispensáveis a sua existência”. Para o autor, ocorre uma naturalização da sociedade na medida em que elementos naturais são incorporados no contexto social, em contrapartida a natureza é transformada pela sociedade de modo a atender aos anseios da mesma (CASSETI, 1995).

Para Suertegaray (2021), é nesse processo de transmutação da natureza, transformando-a num produto social que surge a ideia de ambiente, que diferente do meio é

subordinado pelos processos sociais. Neste sentido, o ambiente consiste no resultado da relação entre elementos sociais e naturais construídos ao longo do tempo, transformando a natureza, socializando-a (CASSETI, 1995; GIRÃO; CORRÊA, 2004; SUERTEGARAY, 2021). Souza (2019), compreende o ambiente não só como algo que envolve os seres humanos, mas como um todo, incluindo os elementos bióticos e abióticos, orgânicos e inorgânicos, nos quais a sociedade, suas necessidades e interesses estão incluídos.

É possível considerarmos a cidade não só enquanto recorte espacial, como também ambiente, no qual os elementos naturais e sociais se entrecruzam ao longo da história por trás da produção do espaço urbano (COELHO 2013). Segundo Suertegaray (2021, p. 80), o “ambiente é produto do trabalho humano e, na contemporaneidade, pode ser entendido como o amalgama entre sociedade e natureza”, ao adotarmos a cidade como exemplo de ambiente, é nítida a forma como os elementos naturais são organizados, divididos e distribuídos de acordo com os interesses do capital.

De acordo com Santos e Caldeyro (2007, p. 20), enquanto “soma das condições que envolvem, dão condição de vida, sustentam e mantêm relações de troca com os seres vivos em um território”, o ambiente e sua qualidade são de responsabilidade dos seres humanos que nele estão inseridos. O consumo e a forma de apropriação dos recursos naturais vão influenciar na qualidade do ambiente e nos impactos percebidos na paisagem, sobretudo nas cidades (COLÂNGELO, 2004; SANTOS; CALDEYRO, 2007)

Para Colângelo (2004), na medida em que o capitalismo controla as principais relações sociais e econômicas, a materialização dos interesses se dá na paisagem. Santos (2014),

compreende a paisagem transformada pelos seres humanos e suas atividades socioeconômicas enquanto artificial, o que tem se tornado recorrente, visto que o impacto das atividades humanas na natureza tem alcançado os lugares mais remotos no planeta. Assim, de acordo com Guerra e Marçal (2014), a paisagem corresponde ao todo ambiental, pois apreende os elementos físicos e sociais, bem como as transformações realizadas ao longo do tempo.

É por meio da paisagem que se revelam as principais formas de organização do espaço, materializando conflitos de cunho cultural, social, econômico e ambiental. Apesar de tratarmos de cidades pequenas, o processo de apropriação dos recursos naturais e a busca pela dominação da natureza permanece semelhante ao das médias e grandes cidades. O modo de produção que organiza o espaço urbano é o mesmo, independente da extensão de uma cidade, como consequência, a divisão de classes se torna nítida mesmo em cidades pequenas, bem como os conflitos ambientais que surgem a partir da intervenção dos seres humanos na natureza.

Girão e Corrêa (2004), apontam que a ação antrópica atua desestabilizando e criando situações adversas em ambientes naturais. Parte dessas adversidades surge por conta da ausência de técnicas adequadas de manejo relacionadas ao processo de ocupação. O desmatamento e alteração da cobertura do solo, por exemplo, tornam-se ponto de partida para uma série de impactos ambientais, que Coelho (2013), compreende como qualquer perturbação causada no ambiente através da instalação de uma nova atividade antrópica. Esses impactos, segundo Coelho (2013), se acumulam ao longo do tempo na paisagem, como marcas do processo de produção e reprodução do espaço por meio das atividades promovidas pelos seres humanos.

Estes impactos ambientais, bem como a degradação ambiental tendem a ser proporcionais a concentração de pessoas num determinado recorte espacial, neste sentido Lima (2013, p. 51), afirma que as “consequências da degradação ambiental são mais intensas nas cidades, como resultado de uma tendência acelerada do aumento da população urbana”. Parte dessa degradação ambiental resulta da ausência, ou ineficiência, de planejamento na estruturação e expansão da malha urbana, potencializando problemas sociais, econômicos e ambientais.

Na medida em que a superfície do relevo nas cidades é impermeabilizada por meio de construções e da pavimentação das vias de acesso, dinâmicas como, por exemplo, o escoamento da água das chuvas torna-se um problema recorrente, dando origem as enchentes, inundações, alagamentos e processos erosivos (LIMA, 2013; COSTA, 2019). Mendonça (2004), reforça que essa degradação promovida pelo processo de ocupação e transformação da natureza, revelam discrepâncias no acesso a ambientes de qualidade.

As discrepâncias apontadas por Mendonça (2004), ganham foco em Acserald (2010), ao entender que “os sujeitos copresentes dos conflitos ambientais são, com frequência, aqueles que denunciam a desigualdade ambiental”. A exposição aos problemas ambientais, ou mesmo ao risco ambiental, é desproporcional, sendo que a parcela mais rica da população não arca com a responsabilidade da poluição e degradação promovida pela ação humana (ACSELRAD, 2010).

Diante disso, o acesso à ambientes de qualidade, bem como a exposição à ambientes degradados não é homogênea, a distribuição desigual dos recursos ambientais revela o que Acserald (2010) entende por injustiça ambiental. Essa injustiça revela ainda a vulnerabilidade socioambiental, compreendida

enquanto capacidade de um determinado grupo superar as adversidades do ambiente (ACSERALD, 2010; PEDRO MIYAZAKI, 2014)

Acserald (2010), bem como Pedro Miyazaki (2014), indica a exposição desigual à ambientes degradados e eventos perigosos, evidenciando a distribuição desigual de renda e de serviços urbanos de qualidade. Comumente, em períodos chuvosos, o escoamento superficial das águas pluviais culmina em enchentes, inundações e alagamentos, concentrados na maioria dos casos em áreas ocupadas pela população mais pobre (ACSELRAD, 2010; PEDRO MIYAZAKI, 2014; COSTA, 2019).

A escolha por tratar de cidades pequenas revela a importância de estudos que concentrem esforços em compreender as consequências da produção do espaço urbano e os impactos ambientais que surgem a partir das intervenções promovidas pelos seres humanos. A cidade de Capinópolis (MG) torna-se um interessante objeto de estudo na medida em que as atividades desenvolvidas no município como um todo, contribuíram para a produção do espaço urbano e dos impactos socioambientais nele identificados.

Panorama das relações ambientais e sociais na cidade de Capinópolis (MG)

O processo de expansão da malha urbana de Capinópolis acontece de maneira mais intensa a partir da mecanização do campo e das melhores condições de vida na cidade. Até 1969, seis bairros haviam sido criados, ocupando uma área de aproximadamente 1,1Km², no entanto o avanço da agropecuária

para o Cerrado na década de 1970 fez com que a população até então majoritariamente rural migrasse para a cidade, bem como estimulasse a migração de outras cidades e regiões para trabalharem no município de Capinópolis. Até o ano de 1999, mais 20 bairros haviam sido criados, estimulados pelo avanço da agropecuária e pela indústria de cerâmica vermelha instalada na cidade nesse intervalo de tempo.

A partir do ano 2000, a instalação da usina Vale do Paranaíba, e a inserção do cultivo da cana-de-açúcar no município incentivou novos processos migratórios, estimulando a expansão horizontal da malha urbana. Devido uma série de problemas financeiros o proprietário teve a falência decretada em 2014, encerrando as atividades da usina, a mesma foi arrematada em leilão no de 2017 pelo o Grupo Japungu, dando continuidade a produção sucroalcooleira no município.

Atualmente a economia do município gira em torno da agropecuária, da usina de beneficiamento da cana-de-açúcar, das indústrias de cerâmica, do comércio local e do funcionalismo público, tanto municipal quanto estadual. Essa movimentação econômica tem promovido o desenvolvimento da cidade, atraindo mão de obra, estimulando o crescimento da população e consequentemente a expansão da malha urbana, que num intervalo de 50 anos praticamente triplicou de tamanho.

Alguns elementos merecem destaque na análise da paisagem urbana, revelando problemas antigos e preocupações recentes evidenciadas na forma de apropriação e ocupação, sobretudo em loteamentos e bairros recentes. Nos bairros mais antigos, como Paraíso e Novo Horizonte criados nas décadas de 1950 e 1980 respectivamente, é comum identificar calçadas estreitas, fazendo com que as residências fiquem muito próximas das ruas e indicando que os pedestres não foram considerados neste cenário (Figura 2). As condições destas calçadas, torna-se

um indicativo de ambiente degradado, além da falta de segurança para os pedestres demonstra a falta de elementos como arborização das vias de acesso.

Figura 2: Calçamento nos bairros Paraíso e Novo Horizonte em Capinópolis (MG)



Fonte: COSTA, 2022.

Outro fator identificado nesses bairros é o aproveitamento da maior parte da extensão destes terrenos por construções, impermeabilizando a área. Especialmente no bairro Novo Horizontes os terrenos têm aproximadamente de 90m², por meio de imagens do Google Earth Pro observa-se que as construções ocupam praticamente toda a extensão do terreno, não apresentando passeio e praticamente sem distanciamento entre as casas.

A ausência de arborização das vias de acesso e de áreas permeáveis quando associado a declividade da vertente, de 10%, contribuem para a degradação do ambiente. Sobretudo ao consideramos que o bairro Novo Horizonte foi construído as margens do Córrego do Capim, nota-se que a APP foi suprimida. O canal fluvial passa a ser impactado não somente pela supressão da APP, mas por receber sedimentos e resíduos das áreas de topo

e vertentes transportados pelo escoamento superficial. Os impactos no canal puderam ser identificados tanto no bairro Ideal quanto no Novo Horizonte (Figura 3).

Figura 3: Fundo de vale nos bairros Ideal I e Novo Horizonte em Capinópolis (MG)



Fonte: COSTA, 2022.

A presença de tubulações que direcionam fluxos diretamente para o Córrego do Capim, evidenciam uma forma de ocupação despreocupada com a contaminação do canal pelos resíduos domésticos. A quantidade de descarte de resíduos sólidos e líquidos encontrados nas margens do canal é significativa, indicando não ser uma prática recente.

No bairro Ideal, foi possível identificar residências a menos de dois metros de distância do canal fluvial, nota-se ainda processos erosivos ocasionados pelo escoamento superficial concentrado em determinados pontos, criando sulcos e ravinas que têm destruído o calçamento e pavimentação das ruas. Já no bairro Novo horizonte, as casas estão a aproximadamente 20 metros de distância do canal fluvial, trata-se uma área plana, cuja vegetação natural foi substituída e constantemente recebe uma grande quantidade de resíduos. As características naturais e o tipo

de ocupação que se deu no bairro Novo Horizonte contribuíram para configuração de um ambiente degradado. Além da possibilidade de enchentes e inundações, os 20 metros de distância da margem do canal se tornaram uma área de descarte de resíduos.

Em contrapartida, observa-se em bairros como Recanto das Acácias I e III (Figura 4), criados nos últimos 20 anos, a preocupação com elementos como a permeabilidade da superfície, arborização e passeio. Torna-se evidente a presença de arruamentos mais largos, a presença de lixeiras, a limpeza das vias de acesso e calçadas e o padrão de construção indicando maior qualidade do ambiente.

Figura 4: Calçamento nos bairros Recanto das Acácias I e III em Capinópolis (MG)



Fonte: COSTA, 2022.

Comparado ao bairro Novo Horizonte, em que os terrenos possuem cerca de 90m², no bairro Recanto das Acácias III é possível encontrar lotes de até 300m², indicando que o público alvo dos dois bairros é diferente. Enquanto o bairro Novo Horizonte encontra-se numa área de fundo de vale, afetado pelo escoamento superficial e descarte de resíduos, o bairro Recanto

das Acácias III está situado numa área de topo e alta vertente, com declividade suave e pouco afetado por eventos como enxurradas.

Os aspectos elencados evidenciam a presença de problemas e impactos ambientais urbanos, comumente associados a cidades de médio e grande porte. A ocupação inadequada e degradação do ambiente, fazem parte da realidade de pequenas cidades como Capinópolis (MG), torna-se um problema ainda mais grave quando se observa a concentração da população mais pobre nessas áreas. Questões relacionadas ao saneamento básico e qualidade ambiental tornam-se ainda mais graves quando se associa a forma de ocupação e a vulnerabilidade socioambiental.

Considerações finais

O ambiente urbano enquanto produto da construção social ao longo do tempo, revela características do modo de produção capitalista que se apropria de maneira diferenciada dos compartimentos do relevo e materializando-se em cidades desiguais. A forma como a ocupação do relevo influencia na degradação do ambiente, é nítida ao compararmos a paisagem em diferentes bairros de Capinópolis (MG).

Na medida em que determinados compartimentos do relevo, por exemplo, os fundos de vale, são ocupados por bairros que concentram a população de forma densa como Novo Horizonte, marcado pela grande quantidade de casas num recorte espacial relativamente pequeno, a degradação do ambiente torna-se evidente. A ausência de infraestrutura urbana que forneça um ambiente de qualidade para a população que ali reside é revelada ao analisarmos a paisagem e os problemas ambientais

identificados, sobretudo ao compararmos com bairros como Recanto das Acácias.

Conclui-se que o processo de ocupação e expansão da malha urbana em Capinópolis, ocorreu de modo semelhante a outras cidades brasileiras, evidenciando as desigualdades de um modo de produção que insere valor aos recursos naturais e os distribui de maneira desigual. Tem-se ainda a descaracterização da natureza a partir da implantação de elementos sociais, criando ambientes muitas vezes degradados pela ineficiência do planejamento das ocupações. Nota-se ainda, que o planejamento dos bairros mais recentes, minimamente demonstra preocupação com parâmetros urbanísticos que garantem a qualidade do ambiente.

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010, p. 113-119.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CARLOS, A. F. A. *Geografia Crítica-Radical e a teoria social*. In.: CARLOS, A. F. A. (org.). *Geografia urbana crítica: teoria e método*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 15-34.

CASSETI, V. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 2ª ed., 1995. 147 p.

COELHO, M. C. N. *Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa*. In: GUERRA, A. J. T.;

CUNHA, S. B. Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10ªed., 2013, p. 19-45.

COLÂNGELO, A. C. Geografia física, pesquisa e ciência geográfica. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 16, pp. 09 - 16, 2004.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999. pp. 43-53.

CORRÊA, R. L. Posição Geográfica de Cidades. *Cidades*. v. 1, n. 2, 2004, p. 317-323

COSTA, H. R. O. *O risco ambiental em uma cidade pequena: análise da morfodinâmica atual e sua relação com as áreas de risco à enchentes, inundações e alagamentos na cidade de Capinópolis/MG*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal. 2019. 162 p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.662>

DAMIANI, A. L. *Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos*. In: GERAIGES, A. I. L.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo, CLACSO, 2006. pp.135-147.

ENDLICH, A. M. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais. *Huellas*, n. 15, p. 149-165, 2011.

ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia– Presidente Prudente: [s.n.], 2006, 505p.

FRESCA, T. M. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. *Mercator* - número especial, 2010: dez. p. 75-81

GIRÃO, O.; CORRÊA, A. C. B. A contribuição da Geomorfologia para o planejamento da ocupação de novas áreas. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE DCG/NAPA, v. 21, n. 2, jul/dez. 2004. p. 36-58.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. *Geomorfologia ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed., 2014. 190p.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> acesso em: 05 abril. de 2022;

LEÃO, C. S. Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP. *Caderno Prudentino de Geografia*, n.32, vol. 1, p. 135-153. Presidente Prudente-SP, jan/jun 2010.

LEFEBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisséa, 1972, p.173.

LIMA, V. *A sociedade e a natureza na paisagem urbana: análise de indicadores para avaliar a qualidade ambiental*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2013. 358 p.

MENDONÇA, F. *S.A.U. - Sistema Socioambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade*. In: MENDONÇA, Francisco (org.) *Impactos Socioambientais urbanos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. p. 185-208.

MIYAZAKI, V. K. *Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista*. Presidente Prudente: [s.n], 2013, 305 f.

MUNFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. (tradução Neil R. da Silva). 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.

PEDRO MIYAZAKI, L. C. *Dinâmicas de apropriação e ocupação em diferentes formas de relevo: impactos e vulnerabilidades em ambientes urbanos*. 2014. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2014.

PEDRO, L. C. Geomorfologia urbana: impactos no ambiente urbano decorrente da forma de apropriação, ocupação do relevo. *Geografia em Questão*. V.04, N. 01, 2011. pág. 153 – 172

SANTOS, M. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979. 156p.

SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 136 p.

SANTOS, R. F.; CALDEYRO, V. S. *Paisagens, condicionantes e mudanças*. In.: SANTOS, R. F. (org.). *Vulnerabilidade Ambiental: Desastres naturais ou fenômenos induzidos?* Brasília: MMA, 2007. p. 13-21

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980.

SOUZA, M. L. *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1ª ed., 2019. 350 p.

SUERTEGARAY, D. M. A. *Geografia física e geomorfologia: uma (re)leitura*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. 112 p.

SUERTEGARAY, D. M. A. *Meio, ambiente e geografia*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021. 145 p.

REDES E TERRITÓRIOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO DO VINHO NA CAMPANHA GAÚCHA E DAS SUAS RELAÇÕES RETICULARES

Vanessa Manfio

Introdução

O território é uma construção humana, que permeia a posse, a apropriação e a organização do espaço em função de necessidades e aspirações, e se faz presente em vários contextos geográficos, inclusive no universo da vitivinicultura. No Rio Grande do Sul, especialmente, o vinho possui história e geografia e encontra-se alicerçado aos processos de colonização, territorialização e ao meio ambiente. Assim, o vinho articula inúmeros territórios em solo sul-rio-grandense.

Posto isto, recentemente, se reconhece a articulação de um novo território do vinho no espaço gaúcho, conhecido como Território do Vinho da Campanha Gaúcha, marcado por características singulares. Este território encontra-se no paralelo 31° Sul, nas fronteiras do Brasil com Argentina e Uruguai, mais precisamente no Sudoeste do Rio Grande do Sul. Desse modo, este artigo discutirá a respeito da formação e das características da articulação do Território do Vinho na Campanha Gaúcha.

Convém destacar que este artigo é resultado de parte da pesquisa de doutorado da autora, portanto, traz uma síntese dos aspectos, envolvendo o Território do Vinho da Campanha Gaúcha.

Esta pesquisa torna-se relevante, porque mostra a geografia da vitivinicultura, que encontra-se em ascensão no Brasil e no mundo, redefinindo economias, espaços, sociedades e criando territórios. Além disso, a discussão territorial e o associativismo são fundamentais para o entendimento do espaço, além de configuram estudos geográficos contemporâneos.

Como recursos metodológicos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e qualitativa, conduzidas pelo método descritivo e por técnicas, de trabalho de campo, conversas informais, revisão de literatura, registro de informações e coleta de dados. A partir destes recursos foram possíveis obter os dados e construir os resultados da discussão.

Em suma, o presente artigo encontra-se estruturado em três seções que conduzem a leitura do texto: a primeira de referencial teórico sobre território e redes, a segunda referente à territorialização do vinho e das relações reticulares, envolvendo o Território do Vinho da Campanha Gaúcha e, por fim, as considerações do trabalho.

Redes e territórios: ensaios teóricos

Nas últimas décadas, há uma difusão do termo rede em diversas abordagens e disciplinas, postas em forma de conceito-chave para muitas discussões, sejam elas rede urbana, território-

rede ou rede empresarial (DIAS, 2020). Esta abordagem diversificada acompanha os movimentos da globalização e do avanço das tecnologias e comunicações, que permitiram o desenvolvimento de relações de longe alcance. A distância não é mais uma condicionante para as relações e tampouco para a constituições de territórios.

O conceito de rede, no entanto, embora muito utilizado na atualidade, remonta a tempos mais remotos, mostrando entendimentos diferentes, conforme os autores e a evolução das descobertas. Assim, a ideia antiga de rede esteve articulada à noção de organismo e técnica (DIAS, 2020), isto é, de ligação entre lugares e empresas ou organismos por meio de técnicas (DIAS, 2020). Já no século XVIII, a palavra rede é vista como técnica – infraestrutura, rodovias, estrada de ferro, telegrafia, aeroportos, outras que modificavam a relação do homem com o espaço e com o tempo (DIAS, 2020). O advento das técnicas trouxe aproximação espacial e temporal e aumento dos fluxos de pessoas, informações e mercadorias, logo as redes ficaram mais intensas e complexas. É sabido que antigamente as ligações eram menos intensas e precárias, já hoje com a globalização vive-se numa aldeia global, termo que Marshall McLuhan utiliza para afirmar que estamos todos conectados e o tempo passa a ser real, imediato, pois todos os acontecimentos são sentidos em escala mundial (DIAS, 2020).

Na Geografia o termo rede também encontra-se associado a ideia de conexão espacial moderna, tendo alguns autores como: Manuel Castells, Marshall McLuhan. No Brasil, nomes como Milton Santos (que trata de rede e globalização), Roberto Lobato Corrêa (que dialoga com a rede urbana e geográfica), Leila Dia

(trata de rede geográfica), Eliseu Sposito (que aborda rede e cidades), Rogério Haesbaert (que escreve sobre território-rede) deram e dão uma contribuição para os estudos da geografia das redes.

Mas, o que de fato significa a expressão rede? Para Castells (1999, p. 498), "rede é um conjunto de nós interconectados", estando associada essa expressão à informação e à comunicação. Ainda,

[...] redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovação, sem ameaças ao seu equilíbrio (CASTELLS, 1999, p.499).

Nas palavras de Dias (2000, p. 148), “A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexo-, que tem ou em que há conexão, ligação.” As redes conectam pontos fixos no espaço e permite que estes pontos recebam fluxos materiais e imateriais o que os aproxima espacialmente e socialmente (DIAS, 2000). Desse modo, as redes envolvem circuitos por onde transitam fluxos e informações, assim cada fixo é receptor de informações contidas no circuito e a velocidade dependerá do conjunto de técnicas e do grau de comprometimentos entre lugares e instituições. A evolução e a organização das redes dependem da tecnologia e das telecomunicações, dos quais com o meio técnico científico-informacional permite ao espaço geográfico romper as barreiras

do tempo, encurtando distâncias e a temporalidade (SANTOS, 1996).

Indo para noção de rede geográfica, Corrêa (2011, p.107) diz que é,

“[...] um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fabricas, depósitos e filiais de venda. Pode ser constituído pelas agências de um banco e os fluxos de informações que circulam entre elas, pela sede da Igreja Católica, as dioceses e paróquias, ou ainda pela rede ferroviária de uma dada região. Há, em realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre.

Este autor acrescenta afirmando que “as redes geográficas são, como qualquer materialidade social, produtos e condições sociais” (CORRÊA, 2011, p. 109). Sendo cada vez mais realidades presentes na vida econômica, social, política e cultural mundial, já que todos na globalização estão inseridos em redes, não em uma, mas em várias redes geográficas simultaneamente (CORRÊA, 2011). As pessoas e instituições participam de redes, da rede de relações da empresa, da rede familiar que se estabelece conectando parentes de lugares longínquos, da rede de compras *online*, etc. Assim como, os acontecimentos geográficos não são mais distantes, eles se propagam como pólvora, rapidamente são sentidos e percebidos mundialmente, como os efeitos e a disseminação da pandemia COVID-19, da guerra da Ucrânia, ou outra, porque o mundo está cada vez mais articulado em rede.

Nesta discussão, Sposito (2008) faz colocações sobre o assunto relacionando rede a outros termos “estrutura, escalas, atores, território e fluxos”, considerando que o entendimento do assunto requer uma abordagem qualitativa (SPOSITO, 2008). As redes não são ocasionais, mas sim o resultado do trabalho de diversos atores dotados de interesses, que mesmo em diferentes lugares com ações concretas criam articulações reticulares (SPOSITO, 2008). Logo, “As redes se configuram e reconfiguram a partir do movimento da sociedade no espaço e no tempo. Portanto, não conseguiremos entender as escalas geográficas, territórios e o espaço, se não tivermos a dimensão de um mundo globalizado e articulado por redes geográficas” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p.18).

Noutro posicionamento Dias (2020, p.5) menciona que,

Existem redes geográficas – múltiplas e heterogêneas – estendendo-se, ligando e entrelaçando através dos espaços com variados graus de instabilidade e abertura: redes geográficas e lugares são constitutivos e estão sempre, em maior ou menor grau, interagindo e se adaptando.

Para Corrêa (2012, p. 200),

As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida.

A passagem de uma rede social para uma rede geográfica se dá quando além das relações se aborda a espacialidade, as localizações e interações espaciais entre as relações (CORRÊA,

2012). Como exemplo Corrêa (2012) afirma que a *holding* de uma corporação que situa-se em São Paulo, com filiais no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Belo Horizonte, dos quais depende de inovação oferecidas pelo centro de pesquisa e desenvolvimento, de Campinas e possui escritórios e fornecedores em diversos lugares compõem relações reticulares e constituem uma rede geográfica.

Como dito, as redes geográficas tornam-se mais numerosas com o desenvolvimento do capitalismo industrial, dos quais alterou a ideia de tempo e espaço (CORRÊA, 2012). Com as redes ocorre a globalização e o intercâmbio, a fluidez dos espaços e a conexão deles (SANTOS, 2006). Essa nova realidade em curso desafia a Geografia para o entendimento desta dinâmica espacial, bem como para o entendimento do território, além do espaço apropriado.

Então, as redes geográficas estão cada vez mais presentes nos estudos territoriais, pois a formação de um território demanda territorialidades e relações que por vezes se dão em redes. De acordo com Souza (2001) o território é “espaço das relações de poder”, dos quais as relações são projetadas no espaço. O território, atualmente, não pode se resumir a uma abordagem tradicional que o vê como zona, Estado nação ou território-terra, há necessidade de se pensar no território-rede, visto através da materialização do território no movimento (HAESBAERT, 2006).

O território para Raffestin (1993, p.143), “se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

O território é resultante da apropriação do espaço e no espaço (SAQUET, 2009). Complementando Fischer (1999, p. 99), coloca que “o território é apropriado e utilizado, ele é necessariamente dotado de infraestruturas, de superestruturas e de equipamentos”.

Desse modo, o território é permeado por

[...] uma trama de relações, formas, funções e estruturas com níveis de interações e contradições diversas, resultado de uma dialética das forças políticas, econômicas, geográficas [...] (VIDEIRA, 2005, p.425).

Os territórios são invadidos por interações e fluxos. Sobre as interações sócio-territoriais estas “são realizadas através das redes, circuitos e fluxos” (VIDEIRA, 2005, p.425). Assim, o território supõe dinâmicas e relações que vem sendo cada vez mais reticulares e complexas, principalmente quando o território tem um papel do poder econômico em ênfase. Os territórios podem ser descontínuos e longínquos, como acontece com a territorialização dos gaúchos no Paraná ou dos territórios do tráfico de drogas (HAESBAERT, 1995; HAESBAERT, 1997). Então, o território apresenta fronteiras “mais flexíveis, fruto de uma lógica que imprime ao espaço um caráter de intensos fluxos” (VIDEIRA, 2005, p. 426). Neste sentido, Haesbaert (2002, p. 132), reforça afirmando da dupla relação das redes e territórios contemporâneos,

[...] a rede pode ser vista tanto como um elemento fundamental constituinte do território, como pode até mesmo confundir-se com ele, [...] a estrutura social em rede pode atuar tanto como um elemento fortalecedor do

território [...] quanto um componente fundamental na promoção da desterritorialização.

Portanto, o território tem um componente significativo na modernidade, que é a rede. Ela está presente em arranjos territoriais e em relações, sejam dos agentes do território, como das próprias interações do território com outros espaços ou por desterritorialidades criadas. Rede e território são aspectos importantes para a espacialidade do vinho, por exemplo, dos territórios vitícolas, pois envolvem fluxos, conexão, movimento e intensidade de trocas, informações e pessoas.

O território do vinho da Campanha Gaúcha

A Campanha Gaúcha, área de fronteira do Brasil com Uruguai e Argentina, tem se tornado um pólo produtor de vinhos, nas últimas décadas, dado às condições favoráveis para produção de uva na região. Se reportarmos para a história pode-se destacar que a região já havia tido experiências de vitivinicultura antes da década de 1970 (FLORES, 2015). Porém, apenas a partir deste momento é que a atividade se desenvolve proficuamente.

Inicialmente, o cultivo de uva e a produção de vinhos geraram a necessidade de criar formas espaciais e de organizar o espaço para o desenvolvimento desta atividade. Como pontapé inicial, ocorre o nascimento dos primeiros vinhedos e a vinda de empresas da Serra Gaúcha, que ao se apropriarem do espaço, despertam o desejo de outros empresários de se envolver na produção de vinho. Num segundo momento, a constituição de uma associação de produtores, a Associação de Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha (Associação Vinhos da

Campanha) permitiu a organização territorial. Em decorrência desse desenvolvimento inicial,

[...] a vitivinicultura vem consolidando novas relações e territorialidades que estão formando um novo território na Campanha, o território do vinho, dos quais a Associação dos Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha, constituída por empresas de vinho da Serra Gaúcha e empresas locais, tem sido importante articulador para a consolidação do território (MANFIO; MEDEIROS, 2017, p. 144-145).

O território do Vinho da Campanha Gaúcha, segundo Manfio (2018, p. 166),

[...] apresenta como atores principais, as empresas formadoras da Associação Vinhos da Campanha que são divididas em três grupos: as empresas vitícolas provenientes da Serra Gaúcha, as empresas familiares da Campanha Gaúcha com capital, especialmente da agropecuária e as empresas de investidores bem-sucedidos.

Dessa forma, vários agentes, desde empresários locais até empresas vinícolas da Serra Gaúcha têm se apropriado do espaço da Campanha Gaúcha, dos pampas, para produção de uva e vinhos. Esta apropriação acontece por meio de construções, ações e interações, que transformam o espaço e deixam marcas profundas na região. As relações são de poder, econômicas, sociais e de constituição de uma identificação com a vitivinicultura.

Como diz Bonnemaïson (2002), o território é uma parcela do espaço que enraíza uma mesma identidade e reúne aqueles que dividem o mesmo sentimento. Portanto, a articulação de um desenvolvimento do vinho na região agregou aqueles agentes que tinham uma identidade com o vinho, que queriam transformar a região em uma área produtora e reconhecida no universo da vitivinicultura. Mas, o território precisou agregar uma identificação, seja a própria história, ou a vinculação do pampa e das tradições locais com o vinho, da paisagem e da cultura. Na constituição deste território acontece uma incorporação do vinho com a identidade gaúcha e de formas espaciais e históricas da região, tais como: o gaúcho, a pecuária, o vinho e o Pampa (MANFIO, MEDEIROS, 2017).

Na articulação de um território do vinho na região são tecidas múltiplas relações que envolvem vários atores territoriais, entre eles: empresários, produtores de uva e vinho, agentes públicos, universidades e centros de pesquisa e sociedade (MANFIO, 2022). Relações que envolvem comércio, inovação, enoturismo, certificação geográfica e produção de vinhos. Ainda, no território do vinho da Campanha ocorrem relações reticulares com “os territórios do vinho da Serra Gaúcha, da Serra de Sudeste (RS) e do Uruguai [...], que através da vitivinicultura mantém relações comerciais, institucionais, enoturísticas, científicas, entre outras” (MANFIO, 2018, p. 176).

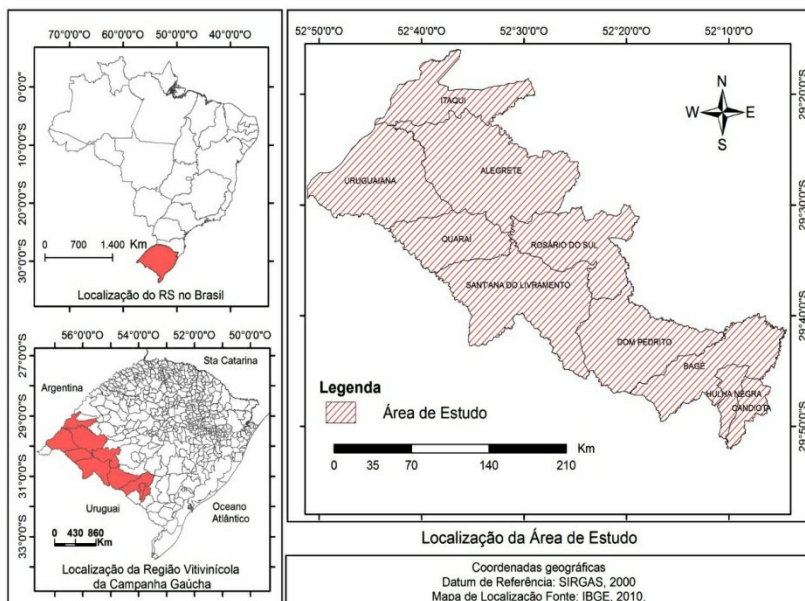
No que diz respeito a estas relações pode-se dizer que elas são: com canais de comércio, com segmentos enoturísticos, com centros de pesquisa e profissional e entre agentes individuais. As relações entre centros de pesquisas concentram-se com “EMBRAPA, SEBRAE, UNIPAMPA, Comitê de Fruticultura da

Metade Sul, poder público, entre outras instituições” (MANFIO, 2018, p. 181). Com canais de comércio são locais (restaurantes, pousadas, bares e lojas, etc), com canais regionais (Santa Maria, Pelotas, Porto Alegre, Serra Gaúcha, etc.), e também no contexto nacional (Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, entre outros) (MANFIO, 2018).

A parceria de cooperação e atuação em rede é vista no Território do Vinho formado pela Associação Vinhos da Campanha que acontece sob duas formas: pelas relações da associação com outras instituições e/ou com os associados e por ações individuais das empresas membros dessa associação em relacionar-se no mercado ou entre si (MANFIO, 2018, p. 177).

Convém destacar, que mesmo estando em rede com outros territórios, empresas e espaços, o Território do Vinho da Campanha Gaúcha possui limites delimitados. Os municípios que fazem parte deste espaço apropriado pela vitivinicultura são: Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Dom Pedrito, Hulha Negra, Bagé e Candiota. E as principais empresas do vinho são: Campos de Cima, Bodega Sossego, Cooperativa Vinícola Nova Aliança, Cordilheira de Santana, Almadén (Miolo Wine Group), Salton, Routhier & Darricarrère, Vinhética, Guatambu – Estância do Vinho, Dunamis, Dom Pedrito Vinhos Nobres, Estância Paraizo, Peruzzo Vinhas & Vinhos, Batalha Vinhas & Vinhos, Bueno Bellavista Estate, Vinícola Seival Estate, Cerros de Gaya, Pueblo Pampeiro, Zampieri Fernandes, entre outros produtores de uvas (ASSOCIAÇÃO VINHOS DA CAMPANHA, 2022).

Figura 1: Localização do território do vinho da Campanha Gaúcha



Fonte: autora (2018)

Nas figuras 2, 3 e 4 são possíveis perceber alguns elementos presentes no Território do Vinho da Campanha Gaúcha na paisagem, a associação com a pecuária e também a organização dos espaços para o enoturismo e as vinícolas e Outdoors espalhados pela região. Elementos que caracterizam o poder a apropriação espacial. As videiras são conduzidas em espaldeiras (orientadas na vertical, para permitir maior insolação), A modernidade também aparece neste território através de colheitadeiras de uva, tratores, maquinários de pulverização, painéis solares, etc.

*Figura 2: Vinícola Guatambu –
Painéis solares e videiras*



*Figura 3: Vinhedos e
pecuária*



Fonte: Associação Vinhos da Campanha (2022).

Mais recentemente, durante a pandemia Covid-19, o Território do Vinho teve duas importantes conquistas que aumentam a organização e desenvolvimento territorial. O primeiro, em 2020 a conquista de uma Indicação Geográfica para os vinhos (IP Campanha Gaúcha) e em segundo, em 2021 ocorreu o lançamento de uma rota enoturística envolvendo os empresários atuantes da Associação Vinhos da Campanha (Figura 4 e 5).

O território também participa de eventos enoturísticos que agregam ainda mais valor ao arranjo espacial, como é o caso do Festival Binacional de Enogastronomia Santana do Livramento (Brasil) – Rivera (Uruguai). Eventos significativos para divulgação territorial, e para as relações espaciais que se dão em decorrência da vitivinicultura.

Figura 4: Placas de sinalização de vinícolas e rota enoturística da Campanha Gaúcha



Fonte: Zero Hora (2021).

Por fim, as relações são múltiplas, bem como os atores que organizaram o espaço da Campanha Gaúcha para formação de um território do vinho, com a construção de ações, formas, interações, marketing, certificação geográfica e consolidação do enoturístico (este em ascensão), com mudanças nas políticas locais, com melhorias locais e com a articulação da cultura local com uma identidade para a região vitícola.

Considerações finais

O Território do Vinho da Campanha Gaúcha vem ser articulado a partir da apropriação e posse do espaço para a implementação e desenvolvimento da vitivinicultura. Aos poucos a paisagem e as relações são alteradas, pelas territorialidades envolvendo o vinho.

Este território encontra-se ligado à outros territórios e espaços, com relações reticulares. Estas relações sinalizam o comércio, a inovação e pesquisa, o enoturístico e outras ações de marketing. As interações envolvem empresários, a Associação Vinhos da Campanha - que é a principal responsável pela articulação territorial -, os agentes públicos e outros agentes que vendem sua força de trabalho, ou se aproveitam da atividade para o fortalecimento de outros setores econômicos, por exemplo hotéis e restaurantes.

As relações acontecem localmente, regionalmente e nacionalmente, mais espacializadas com a Serra Gaúcha e com a capital gaúcha, dos quais obtém lojas especializadas e da onde convergem fluxos de pessoas e serviços. Os festivais, a certificação geográfica e o enoturismo também fazem parte da interação territorial do vinho na Campanha, pois fortalecem as ações e a posse do território.

Assim como, a identidade territorial vem se formando em torno da associação entre Pampa, vinhos, pecuária e tradições locais (cultura gaúcha e história). Uma identidade que fundamenta a territorialização do vinho e é vista na paisagem e no próprio território, na extensão dos vinhedos, na construção de vinícolas, na delimitação do espaço com placas, pórticos, entre outros.

Diante disso, pode-se dizer que o território em estudo está em construção e numa permanente metamorfose territorial. Logo, esta discussão não se encerra aqui, pois os territórios estão em movimentos e dinâmica, sofrendo novas territorialidades e constantes transformações espaciais. Portanto, o Território do Vinho da Campanha Gaúcha terá novas características e relações em rede, seguindo o ritmo da consolidação territorial que ora se inicia na região.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado, dos quais foi possível a realização da pesquisa e a professora orientadora da tese.

Referências

ASSOCIAÇÃO VINHOS DA CAMPANHA. Enoturismo.

Disponível em:

<https://www.vinhosdacampanha.com.br/enoturismo/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. 6º Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORRÊA, R. L. Redes geográficas: Reflexões sobre um tema persistente, *Cidades*, Chapecó-SC, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

DIAS, L. C. Rede geográfica, *GEOgraphia*, Niterói-RJ, vol: 22, n. 49, 2020, p.1-5.

FISCHER, A. Os territórios depois da ANPEGE – 1997. *Formação*, Presidente Prudente, n.6, p.99-102, 1999.

FLORES, S. S. *Vitivinicultura sustentável no contexto do Brasil: uma proposta de abordagem*. 2015. 341f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto de Geociências, 2015.

HAESBAERT, R. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: CASTRO, I. et al (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.165-206.

_____. *Desterritorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *Territórios alternativos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Eduff/Contexto, 2002, p.117-142.

_____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MANFIO, V.; MEDEIROS, R. M. V. M. A vitivinicultura e as novas territorialidades na Campanha Gaúcha: um território em construção. *Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá*, v. 9, n. 2, p. 136-155, 2017.

MANFIO, V. *Vitivinicultura e associativismo: a dinâmica da Associação Vinhos da Campanha na formação de um território no Rio Grande do Sul, Brasil*. 260f. 2018. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

_____. O enoturismo na Campanha Gaúcha, Brasil: uma atividade em ascensão no espaço regional. p. 110-131. In: PORTUGUEZ, A. P.; TRIGO, L. G. G.; COSTA, C. (org.). *Turismo e lazer na reconstrução econômica pós-pandêmica* [livro eletrônico]. Ituiutaba, MG: Editora Barlavento, 2022.

OLIVEIRA, P. M. de; SANTOS, F. R. dos. As redes geográficas na era da globalização: algumas reflexões sobre a rede urbana em sua historicidade e na prática teórico – metodológica. *Formação*, v. 26, n. 47, jan-abr/2019, p. 3-22.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

SPOSITO, E.S. *Redes e cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIDEIRA, S. L. Território-rede: influência do tempo das coexistências. *GEOGRAFIA*, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 421-430, set./dez. 2005.

ZERO HORA. *Com fatia de 31% da produção de vinhos finos, Campanha quer espaço no enoturismo*. 2021. [online].

Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/gisele-loeblein/noticia/2021/10/com-fatia-de-31-da-producao-de-vinhos-finos-campanha-quer-espaco-no-enoturismo-ckufseq3t006f017fulo3c872.html>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

(ECO)TURISMO, SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS

*Márcio Balbino Cavalcante
Adilson Tadeu Basquerote*

Introdução

A ciência geográfica, desde sua origem, aborda questões que envolvem a relação sociedade-natureza, numa perspectiva que envolve a dimensão espacial. Nesse contexto, Costa (2018) afirma que a Geografia tem um papel relevante, na medida em que os estudos que desenvolve, estão diretamente relacionados com a organização espacial das atividades humanas. No entanto, o conjunto de transformações que ocorreram com o fenômeno da globalização na década de 1990, apresentou ao planeta novos nexos relacionais entre os diversos lugares do mundo, sendo esses, condição e condicionante de uma nova etapa na integração dos mercados mundiais, onde a financeirização da economia e o capital especulativo tornam-se determinantes na economia mundial (ALMADA, 2018).

Do ponto de vista da Geografia, o turismo, enquanto prática social e econômica, compõe o espaço geográfico a partir de um conjunto de ações, tornando-o produto para consumo. O espaço, nesse sentido, entendido como um conjunto formado por objetos geográficos, naturais e artificiais, mas a sociedade que os anima (SANTOS, 2008). Assim, o turismo é um grande produtor

e consumidor de espaço e nas últimas décadas, sua evolução ocorreu principalmente motivada pela deterioração das condições de vida nos centros urbanos e pela fuga do cotidiano. Como resultado, são poucos os lugares que não recebem a visita de turistas. Para mais, esse fenômeno abrange também todas as camadas e grupos sociais, não porque todos possam algum dia, ser turistas, mas porque de alguma maneira, ele os atinge.

É nesse contexto, que o turismo segundo Beni (2011), pode ser chamado de um fenômeno da modernidade e um marco da globalização, uma vez que contribui para a consolidação e invenção de lugares turísticos e suas imagens, como símbolos desse novo contexto globalizado. Essa realidade se associa com uma “[...] mobilidade humana capaz de conectar precisamente os lugares do mundo em todas as escalas, o turismo aparece tanto como um produto da globalização quanto um de seus motores mais poderosos” (SACAREAU; TAUNAY; PEYVEL, 2015, p. 14). Com isso, essa atividade tem assumido um papel importante nos discursos governamentais, como gerador de renda para as pessoas, de emprego e de divisas para o poder público e privado (CAVALCANTE, 2018). O efeito disso, são as propostas de planejamento para esse setor, que vêm sendo incorporadas às políticas públicas de diversos países, entre eles, o Brasil (BENI, 2011).

Teles (2001), afiança que as políticas públicas do turismo vêm se delineando nessa perspectiva, especialmente a partir da década de 1990, quando são colocadas diretrizes mais concretas para o desenvolvimento por meio da Política Nacional de Turismo, Planos Nacionais de Turismo e institucionalização do Ministério do Turismo. Com a Política Nacional do Turismo, são implementados programas que vão dar início ao planejamento

territorial do turismo no Brasil. Nessa direção, Vieira (2011) chama atenção para a necessidade de que as políticas públicas para o turismo considerem os aspectos culturais, ambientais e sociais. Segundo ela,

[...] A política de turismo deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos os seus componentes, afinal a atividade apresenta uma grande diversidade de atuação e as políticas, vale ressaltar, apresentam-se intersectorizadas, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de ações de proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem estar social (VIEIRA, 2011, p. 21).

Por outro lado, Molina (2001), nos auxilia na compreensão conceitual do turismo, ao defender que por ser um produto da cultura, ele transcende explicações econômicas que são insuficientes e não contemplam a dimensão do fenômeno. Assim, entre as inúmeras definições do turismo na atualidade, destaca-se a adotada pela Organização Mundial de Turismo (OMT), cuja atividade é entendida como uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta (OMT, 2020). Essa definição oficial de turismo é importante, porque orienta os trabalhos realizados pelos organismos oficiais de turismo em todo o planeta, e, conseqüentemente, tem rebatimentos sobre o planejamento e a gestão da atividade.

Nessa direção, o turismo é indissociável dos acontecimentos a ele relacionados, caracterizando-se por ser um sistema aberto que sofre influências de agentes internos e externos. E essa complexidade de articulações e variáveis está se tornando cada vez mais evidente na contemporaneidade (CAVALCANTE, 2018). Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar as políticas de turismo, em especial, do ecoturismo, e as relações que elas têm com o planejamento ambiental e a sustentabilidade no Brasil.

(Eco)Turismo e sustentabilidade no Brasil: caminhos possíveis

Após a década de 1960, a emergência das questões ambientais, acompanhada de um processo crescente de valorização da natureza e proteção dos recursos naturais, tem sido empreendida como uma forma de reaproximação entre homem e natureza, e, principalmente, pela tomada de consciência em relação aos desajustes gerados pelo atual paradigma econômico de desenvolvimento capitalista (CAVALCANTE; LIMA, 2021). Nessa direção, Rodrigues (2011) afirma que esse movimento de valorização do ambiente é decorrente da difusão do pensamento ambientalista que, aliado à degradação das condições de vida nas grandes cidades (poluição, violência, stress), vem estimulando um retorno e uma revalorização da natureza e das tradições locais por parte das populações urbanas.

Segundo Silva (2018), toda prática turística se associa a experiências culturais, algumas com maior, outras com menor

intensidade e todos segmentos estariam, por definição, englobados ao turismo cultural. O ecoturismo, que prega o uso sustentável do ambiente e de seu patrimônio natural e cultural, também está associado a ele. Assim, ele poderia ser praticado juntamente com atividades de aventura ou estar inserido em práticas de negócios. É nesse contexto que surgiram as modalidades de turismo determinadas como alternativas ao turismo de massa, a exemplo do turismo de natureza, que engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre. Chinaglia (2017, p. 51) ressalta que “[...] um dos meios pelo qual o homem tem se reaproximado da natureza é por intermédio do ecoturismo”. Etimologicamente, o termo “eco” deriva do prefixo grego *oikos*, que significa lar ou habitat (HINTZE, 2012). Assim sendo, em uma primeira instância, ecoturismo significaria um deslocamento de pessoas interessadas em conhecer o nosso planeta, nossa casa e seus *habitats* (WEARING; NEIL, 2014).

O ecoturismo configura-se como uma tipologia de turismo que vem crescendo mundialmente a cada ano, tendo como principal característica a utilização do patrimônio natural de forma sustentável, buscando sua proteção por meio da sensibilização e da educação ambiental. Nesse cenário, torna-se necessário, inicialmente, diferenciar o ecoturismo do turismo de natureza, geralmente utilizados como “sinônimos”. Apesar de os dois conceitos serem utilizados indiscriminadamente, é importante que se explique que o primeiro está contido no segundo. Em outras palavras, o turismo de natureza compreende todas as modalidades de turismo realizadas no ambiente natural,

como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo de caça e pesca, etc. (CAVALCANTE, 2018).

Embora, existam diferentes conceitos de ecoturismo, Pires (2012) destaca que essa polissemia resulta do ponto de vista dos diferentes setores da sociedade envolvidos nessa atividade, a exemplo do “*trade*” turístico, dos organismos oficiais, das organizações não governamentais, das populações residentes, do público turista e do meio acadêmico. Porém, um dos primeiros ambientalistas a definir o ecoturismo foi Hector Ceballos-Lascuráin, que o popularizou no mundo. O conceito de Lascuráin é entendido como motivação específica do visitante, resume-se à observação e contemplação da paisagem, suas plantas e animais (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995). Segundo ele,

Ecoturismo é viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem e suas plantas e animais, assim como quaisquer outras manifestações culturais - passadas e presentes - nestas áreas encontradas (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995, 24).

Lascuráin foi diretor do Ministério Mexicano de Desenvolvimento e Ecologia e presidente da Organização Não Governamental de proteção ao meio ambiente, e buscava encontrar meios para a conservação das terras alagadas do norte de *Yucatán* (locais de procriação e alimentação dos flamingos americanos), que se encontravam sob risco de impactos advindos de projetos desenvolvimentistas. Na época, ele utilizava, entre diversos argumentos, a presença de um número crescente de turistas no local praticando uma atividade específica, cujo

principal objetivo era contemplar a presença da fauna e flora em território ainda conservado (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995).

No cenário brasileiro, quando os órgãos de defesa do meio ambiente iniciaram políticas integradas com os órgãos de turismo, através das “Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo”, ideias de conservação ambiental e sustentabilidade social foram inseridas na definição de ecoturismo, entendido como:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 2014, p. 19).

Como resultado, o ecoturismo passa a ser entendido como uma atividade que minimiza impactos no meio ambiente, promove atenção, respeito ambiental e cultural, provê benefícios financeiros diretos para a conservação do meio e da comunidade local, aumenta a sensibilidade dos países acerca da questão das políticas ambientais, sociais, entre outros. Segundo Rodrigues, pioneira no Brasil nos estudos acadêmicos de turismo em sua interface com a geografia, o ecoturismo é definido como sendo:

Uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras (RODRIGUES, 2003, p. 31).

Com a evolução do conceito de ecoturismo, observa-se a inserção de outras práticas, premissas e princípios, cuja característica principal é a preocupação com a preservação ambiental e a promoção de melhoria da qualidade de vida das populações locais. A *The International Ecotourism Society (TIES)*, por exemplo, quando descreve a atividade, lhe atribui “responsabilidades”, e em consequência, a “melhoria do bem-estar da comunidade local” (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995). Observa-se, então, a inserção da responsabilidade daqueles que participam, tais como agências de viagens, poder público, comunidades locais e os turistas que praticam atividades turísticas em áreas naturais, ampliando a complexidade do conceito para o de “turismo ecológico”.

Essas diversas percepções e significações formam uma verdadeira colcha de retalhos conceitual para o ecoturismo que, com um esforço de sistematização, pode apresentar pontos de convergência; isso ocorre não apenas no meio acadêmico, mas nos próprios órgãos de governo, que concebem seus próprios conceitos para essa modalidade turística. Torna-se, portanto, difícil estabelecer um conceito que revele eficazmente a atividade na prática e na teoria.

Nesse contexto, os princípios do ecoturismo devem se assentar na promoção de suporte à conservação e proteção ambiental, por meio da potencialização da responsabilidade operacional com a utilização sustentada dos recursos - gerar parcerias com agentes locais e Organizações Não Governamentais (ONGs), em desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, monitorar constantemente as atividades praticadas, proporcionar educação ambiental, entre outros – caso

não cumpram esses princípios, a atividade turística não estaria concentrada na ótica do desenvolvimento sustentável (MOLINA, 2011).

Portanto, refletir sobre os pilares do desenvolvimento sustentável significa defender um novo estilo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e manejo dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade e socialmente sustentável, na redução da pobreza e das desigualdades sociais; politicamente sustentável, ao promover a democracia, garantindo o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública (GUIMARÃES, 2012).

Especificamente no cenário brasileiro, manifestam-se diferentes pesquisadores contrários ao discurso do desenvolvimento sustentável, bem como, a exacerbação da ideia de um turismo que seja sustentável. Para Rodrigues (2010), a sustentabilidade não está dada simplesmente com a elaboração de documentos, de modo que precisamos construí-la socialmente, envolvendo todas as atividades econômicas. Em relação ao turismo sustentável, a autora afirma que “[...] a atividade turística é, em sua própria essência, incompatível com uma ideia de desenvolvimento sustentável” (RODRIGUES, 2010, p. 181), pois se encontra profundamente dependente da lógica e das normas do mercado. A autora é, portanto, contra a ideia de turismo sustentável, por considerar que o turismo é um setor motivador da transformação da natureza e da paisagem em mercadoria.

De fato, observa-se na prática um desafio para os empreendimentos vincularem lucratividade com a ideia de uma atividade “ecologicamente correta”. Nesse sentido, a execução efetiva do ecoturismo muitas vezes não corresponde à sua

definição teórica, causando a impressão para a sociedade, e até para alguns turistas, de seu conceito ser uma falácia. Diante desse contexto, a realidade, levada a senso comum, quase que de forma invisível por sua sutileza, parece transformar o entendimento do ecoturismo num conjunto de atividades preocupadas com a conservação e a educação ambiental, mas, não necessariamente, ecologicamente corretas em toda a sua complexidade operacional.

Desafios das Políticas de Turismo no Brasil

A política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção, que fornecem uma estrutura na qual são tomadas decisões coletivas e individuais, que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (DIAS, 2008). Assim, desde que existam medidas empreendidas pelo Estado, no sentido de orientar, regulamentar ou ordenar a atividade ou segmentos do turismo, existe uma política de turismo.

Ao tratar a política pública de turismo como centralidade, Beni (2008, p. 77) a considera como a base de sustentação de todo o sistema turístico:

[...] é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua

sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Na mesma direção, Cruz (2012), destaca que a história das políticas públicas de turismo no Brasil pode ser dividida em três períodos: o primeiro período, que vai de 1938 a 1966 (conhecido como a “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo), o período compreendido entre 1966 e 1991, e o período posterior a 1991. Nesse contexto, o primeiro período teve início em 1938, através do Decreto Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, e finalizou com o Decreto nº 55, de 18 de novembro de 1966. Esse período esteve baseado na configuração da superestrutura do turismo no país por meio da criação de organismos oficiais na área que ampliaram o universo de atuação do Estado diante dessa atividade (BRASIL, 1938, 1966).

Portanto, havia uma falta de compreensão sobre a competência governamental em relação à questão turística como um todo, e, os assuntos e responsabilidades, transitaram durante décadas em diferentes departamentos, mudando a cada troca de governo, resultando na dificuldade de gestão e continuidade das políticas públicas (CRUZ, 2012). Corroborando com essa assertiva, Fratucci (2008, p. 142), afiança que a análise das políticas públicas federais de turismo no Brasil mostra, claramente, a total ignorância daqueles que as elaboraram, relativamente ao significado do espaço para a vida e, conseqüentemente, para o turismo. Reduzido a “atrativos naturais e culturais”, o espaço foi e continua sendo compreendido pelas administrações públicas, ao menos no que diz respeito ao turismo,

como um puro e simples receptáculo de suas ações, às quais devem somar-se as ações dos agentes de mercado.

O segundo período teve início em 1966 (Decreto-Lei nº 55/1966), por meio da criação do Sistema Nacional de Turismo, constituído pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 1966). Foi um marco na evolução das políticas públicas de turismo no país, conforme Becker (2006), desenvolvido nos moldes do pensamento militar da época: controle rígido da atividade turística, centralizado pelas grandes companhias, situadas particularmente no município do Rio de Janeiro.

No período de 1991 a 1999, o Decreto nº 55/1966 é revogado pela Lei nº 8.181, de março de 28 de 1991, que reestrutura a EMBRATUR e apresenta os objetivos e as diretrizes para a formulação de uma Política Nacional de Turismo (PNT), publicada de fato em 1996 (BRASIL, 2010). A principal mudança no cenário político do turismo nesse terceiro período “[...] estaria expressa na substituição da ênfase no desenvolvimento, para a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e para a valorização do homem” (BECKER, 2006, p. 26).

O documento descrito previa o incremento do turismo por intermédio de diversos programas a serem implantados, entre eles: Ecoturismo - Diretrizes para uma Política Nacional, Manual Indígena de Ecoturismo, Manual Operacional do Turismo Rural e Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (BRASIL, 2010). O PNMT foi um dos programas que recebeu destaque devido a seu caráter descentralizador e potencializador dos patrimônios locais; porém, teve grande dificuldade para ser

implantado e operacionalizado. Seu objetivo era “[...] transformar os municípios de potencial em polos capacitados para a gestão compartilhada com as demais esferas de governo e a iniciativa privada” (MAGALHÃES, 2017, p. 16).

A crítica principal sobre o PNMT recai, conforme Silveira (2012), no caráter mecânico e aleatório da descentralização, pois não considerava a heterogeneidade social, cultural e econômica do território nacional, dificultando o estabelecimento de critérios para a descentralização de recursos e de poder, e a efetivação das políticas territoriais. Em muitos casos, o município tornava-se “mera extensão do governo central, através da delegação de atribuições à prefeitura local, sem a contrapartida institucional, de autonomia e poder, e mesmo de recursos financeiros” (SILVEIRA, 2012, p. 93).

Em janeiro de 2003 foi criado o Ministério do Turismo (MTur), dando início a uma nova etapa na evolução das políticas públicas do turismo no Brasil, por meio da reestruturação das funções da EMBRATUR – órgão agora destinado à promoção e apoio à comercialização turística internacional; e o MTur responsável pela execução da Política por meio dos Planos Nacionais de Turismo (CRUZ, 2012). No mesmo ano, foi lançado em abril o primeiro Plano Nacional do Turismo (PNT), e o segundo, em 2007. Esses documentos, elaborados de forma coletiva, sob consulta de diversos setores representativos do turismo brasileiro, “[...] procuram traduzir uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística” (BRASIL, 2010, p. 7).

O PNT tem como uma das propostas consolidar o Ministério como articulador do processo de integração dos mais diversos segmentos do setor turístico e ser o elo entre os vários níveis de governo, as ONGs, a iniciativa privada e a sociedade. Ele propõe um sistema de gestão descentralizada do turismo que seja composto pelo Ministério, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Ibidem).

Com esse núcleo estratégico, o governo federal objetiva estabelecer canais de interlocução com os estados da Federação, municípios e regiões turísticas. Ainda como parte da política de descentralização, o PNT propõe que os municípios criem conselhos municipais de turismo e organizem-se em consórcios para formar Roteiros Integrados, ofertando um conjunto de produtos turísticos, contemplando, assim, o sistema de gestão do turismo brasileiro (BRASIL, 2010).

A análise crítica sobre o Plano Nacional do Turismo (2003 - 2007) aponta para seu enfoque econômico, com seus objetivos de desenvolver o produto turístico brasileiro e estimular a facilitação de seu consumo, privilegiando a abordagem do turismo como negócio. Segundo os autores, o território é tratado como uma questão secundária, ofuscada por uma abordagem predominantemente econômica e economicista do fenômeno (BRASIL, 2003).

Considerações finais

A crescente preocupação mundial com os problemas ambientais e o desejo de fugir do meio urbano, onde vive a maioria das pessoas atualmente, aumentou a procura por experiências de contato com a natureza e o aprendizado de diferentes culturas. Nos últimos anos, a divulgação na mídia dos roteiros turísticos baseados em atrativos naturais, a melhoria do conforto, rapidez e oferta dos meios de transporte e a da infraestrutura turística em várias partes do mundo, fizeram com que houvesse o desenvolvimento acelerado do turismo em ambientes naturais.

Quanto à inadequada elaboração e aplicação de políticas públicas de turismo em nível nacional, local e estadual, nossa análise fundamenta-se no entendimento de que essas resultam da visão imediatista dos governos, refletida na imprecisão de objetivos e metas de médio e longo prazo que, de certa forma, estão vinculadas à descontinuidade nas administrações municipais e/ou estaduais com as sucessivas mudanças de governo, uma vez que essas políticas deveriam ser de estado e não de governo.

Em meio à falta de políticas públicas para o setor, cabe à sociedade reivindicar o efetivo cumprimento da política ambiental. Dessa maneira, as limitações políticas e de infraestrutura para a implantação do turismo poderão ser vencidas se houver a participação de todos os atores envolvidos na atividade em um planejamento constante, e com etapas

progressivas, voltado para a conservação da qualidade do ambiente e para a satisfação do turista, aliadas com as condições do serviço e as experiências vivenciadas, e o alcance pelas comunidades locais dos benefícios socioeconômicos e ambientais.

Por fim, destaca-se que persistem diferentes desafios para o desenvolvimento do (eco) turismo no Brasil, sobretudo na implementação e consolidação das políticas públicas, na consciência ambiental, na melhoria dos produtos e serviços turísticos pautados na qualificação de equipe para elaboração e execução de bons projetos. Para mais, carecem além de investimentos financeiros em infraestrutura de equipamentos turísticos e no fortalecimento de parcerias público-privadas. Ademais, carecem estudos que divulguem boas práticas e ações que possam ocorrer nas áreas naturais protegidas, ou naquelas que encontram-se amplamente antropizadas.

Referências

ALMADA, J. A. B. O turismo no período da mundialização cosmopolita. *GeoTemas*, Pau dos Ferros, Brasil, v. 8, n. 2, p. 79-99, jul./set. 2018.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: Y., E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 12. ed. São Paulo: SENAC, 2008.

BENI, M. C. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. São Paulo: Aleph, 2011.

BRASIL. 1938. Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938.

Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>

Acesso em: 14 jun. 2013

BRASIL. Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.

Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.181, de março de 28 de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8181.htm

BRASIL. *Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas. 2003-2007*. Brasília: MTur, 2003.

BRASIL. *Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 2014.

CAVALCANTE, M. B. As faces do (eco)turismo e o planejamento ambiental nas Unidades de Conservação do Brasil. In: PORTUGUEZ, A. P.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. A. (orgs.). *Inquietações geográficas: natureza, sociedade e turismo no Brasil contemporâneo*. Ituiutaba: Barlavento, 2018. p. 368-387.

CAVALCANTE, M. B.; VIANA, E. R. V. As Unidades de Conservação no Brasil nos 20 anos do SNUC: da gênese do

ideal aos desafios do real. *In*: PORTUGUEZ, A. P.; PEDROSO, L. B.; COSTA, R. A. (orgs). *Paisagens, natureza e dinâmicas socioambientais*. Ituiutaba: Barlavento, 2021. p. 195-217.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O Ecoturismo como um fenômeno mundial. *In*: LINDBERG; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora Senac, 1995. p. 23-29.

CHINAGLIA, C. R. Desenvolvimento Sustentável, Participação e Ecoturismo. *In*: CASTELLANO, E. G.; FIGUEIREDO, R. A.; CARVALHO, C. L. (orgs.). *(Eco) Turismo e Educação Ambiental: diálogo e prática interdisciplinar*. São Paulo: RiMa, 2017.

COSTA, N. M. C. Ecoturismo: Abordagens e Perspectivas Geográficas. *In*: COSTA, N. M. C.; ZYSMAN, N.; COSTA, V. C. (orgs.). *Pelas Trilhas do Ecoturismo*. 2. ed. São Paulo: RiMa, 2018.

CRUZ, R. C. A. *Políticas de turismo e território*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2008.

FRATUCCI, A. C. *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 2008. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. *In*: VIANA, G.; SILVA, M.

(orgs.). *O desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

HINTZE, H. Considerações Críticas sobre Cultura de Consumo, Ecoturismo e Educação Ambiental. In: VI Encontro Nacional da Anppas, 2012, Belém. *Anais* [...]. Belém: ANPPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2012. p. 1-20.

MAGALHÃES, C. F. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2017.

MOLINA, S. *Turismo e ecologia*. Bauru: EDUSC, 2011.

_____. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru, SP. EDUSC, 2001.

OMT - Organização Mundial do Turismo. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2020.

PIRES, P. S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC, 2012.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 2011.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. D. P. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, 2010.

SACAREAU, I.; TAUNAY, B.; PEYVEL, E. *La mondialisation du tourisme: les nouvelles frontières d'une pratique*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2015. p. 11-24.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, T. C. O turismo como um sistema complexo: sociabilidades, comunicações e desafios metodológicos. *Caderno Virtual de Turismo*, Dossiê Temático: II Seminário Nacional de Turismo e Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 53-65, abr. 2018.

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. 2. ed. São Paulo: Editora Manole, 2014.

TELES, M. A. *Turismo, ordenamento territorial e desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba*. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

VIEIRA, A. R. M. *Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA*. Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.

GEOGRAFIA DO TURISMO: DO NEOPOSITIVISMO À RESTRUTURAÇÃO CONTEMPORÂNEA

*Helier Gomes Muniz Fernandes
Anderson Pereira Portuguez*

Introdução

Por existir diferentes entendimentos da Geografia e variadas abordagens geográficas, percebe-se que o recorte do objeto estudado passa por uma variação temporal. Com novas geotecnologias, inova-se a forma de estudar o meio natural, com o desenvolvimento de novas atividades sociais, em que são identificados novos objetos para o estudo do meio social (GALVÃO FILHO, 2005).

A Geografia do Turismo utiliza de objetos na espacialização de fluxos e fixos. O fluxo expressa o conjunto de transações entre indivíduos e alterações desse movimento, estas transações podem ser comerciais, governamentais, turísticas, de serviços, entre outros, as quais implicam viagens, negócios, mobilizam os meios de transportes, entre outros, enquanto os fixos se dão pelos elementos fixados, como hotéis e pousadas ou monumentos históricos, que atraem fluxos de pessoas, os quais modificam o entorno, propiciando a instalação de outros serviços. Santos (2010) afirma que fluxos e fixos se configuram como objetos e ações espacializadas geograficamente, tornando-se assim objetos fundamentais.

Temos o cenário propício, a partir desses movimentos, para que o turismo seja produzido, uma vez que o fluxo fornece a condição de existência a essa atividade. Consolida-se o processo de concretização do turismo subjugado a condição do turista extrair os condicionantes da cultura dos lugares, interagindo-se de maneira a absorver/influenciar parâmetros para inserção desses lugares e culturas no processo da economia-mundo, ou seja, na integração do local com o global e vice-versa.

Considera-se o turismo como um dos aspectos mais influentes da sociedade moderna. Seus deslocamentos respondem a milhares de pessoas pelo globo, facilitado por meios de transporte espacializados por uma rede que se conecta quase sem restrições a maior parte do mundo. A partir de tal condição é que se permite observar a transformação do turismo em fenômeno socioespacial, o qual é necessário estudos, teorias, explicações e pesquisadores aptos a fazê-los (AZEVEDO, *et al.*, 2013; MARANHÃO e AZEVEDO, 2018).

Para Souza Júnior e Ito (2005), conceitos como paisagem, região, espaço e território, tradicionalmente discutidos pela Geografia, fornecem importantes subsídios para a interpretação espacial e configuração territorial produzida pelo turismo. O fenômeno em si não é considerado uma ciência, uma vez que este não se desenvolveu em meio a ideias conexas, resultantes de uma explicação sobre uma dada realidade. Este vem se apropriando por pensamentos desenvolvidos por outros ramos do conhecimento científico, como a própria geografia. Este fenômeno deve ser enquadrado no campo de estudo de outras ciências que tenham como ponto convergente o fornecimento de hipóteses que expliquem os fatos que levam ao desenvolvimento do turismo ou suas influências na organização espacial. Nesse contexto, a Geografia é uma importante via de acesso tendo em

vista os seus objetivos de estudo, especificamente, a Geografia do Turismo.

Para Portuguesez (2017), a Geografia assume um papel fundamental, enquanto uma das muitas ciências que pesquisa o turismo dedicando-se aos estudos dos processos de (re)produção do espaço turístico, sua organização e o aproveitamento de suas potencialidades em benefício, tanto daqueles que os ocupam, quanto que nele buscam os recursos recreacionais que necessitam.

Na atualidade, o turismo é uma atividade composta por um amplo sistema de prestação de serviços com inúmeros fatores positivos e negativos para as localidades onde se processa (PORTUGUEZ, 2010). São considerados dentre os fatores positivos: geração de emprego e de renda, desenvolvimento econômico local, dinamização da cultura regional, incentivo à comercialização de produtos locais, possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infraestruturas de apoio (estradas, segurança, saneamento), investimentos voltados à proteção do meio ambiente e à cultura, melhoria do nível sociocultural da população residente, intercâmbio de ideias, costumes, estilos de vida, entre outros.

Quanto aos impactos considerados negativos, pode-se citar: aumento da degradação ambiental, exploração do trabalho de classes sociais subalternas, elevação da pressão social sobre o espaço público, incentivo à prostituição (sobretudo a infantil e de adolescentes), tráfico de drogas, dentre outros.

O turismo deve ser estudado por um complexo teórico-técnico decorrente da contribuição de um significativo número de ciências, cujas bases teóricas metodológicas já estão mais estruturadas (PORTUGUEZ, 2017), que se beneficia da ciência geográfica pela capacidade de análise espacial que a Geografia

imprime em seus estudos. Portanto, temos aqui a ênfase na importância de estudos na área também pela Geografia.

Para Coriolano, Mello e Silva (2005, p.21) “a Geografia é a ciência do espaço e o Turismo concretiza-se nos espaços geográficos”. Por meio dela, é possível compreender as singularidades dos lugares onde se habita e onde se faz turismo, saber o que o diferencia e aproxima os seres humanos, entender as formas de relações socioespaciais, ou como diferentes sociedades interagem com a natureza nessa construção. Para estes autores “a incumbência da Geografia do Turismo é ler o mundo, explicar e interpretá-lo, para entender a mobilidade dos fluxos turísticos” (CORIOLANO E MELLO E SILVA, 2005, p.22).

Rodrigues (2001, p. 95) destaca que “a Geografia do Turismo serve para alimentar e irrigar a reflexão na Geografia”, sendo também necessário aprofundar-se na reflexão geográfica para entender o fenômeno no turismo, contemplando sua natureza complexa e multifacetada, percorrendo os campos ecológico, sociológico, antropológico, psicológico, cultural, político, jurídico, ideológico com significativas incidências espaciais.

As abordagens neopositivistas da Geografia do Turismo (1900-1980)

Para uma argumentação quanto ao turismo no contexto geográfico, é necessária a sistematização e exposição de alguns fatores no decorrer da história. Este exercício é importante para compreensão desta relação que, com estudos de diversos autores e diferentes colocações, proporcionaram certa sapiência do panorama entre atividade turística e produção do espaço.

Temos em Almada (2020) a referência a um artigo publicado em 2004 por Butler sobre Geografia do Turismo (*Geographical research on tourism, recreation and leisure: origins, eras and directions*). Na publicação em questão, temos acesso às principais obras sobre as temáticas de lazer, recreação e turismo na perspectiva geográfica, periodizando-as como: A Era Descritiva (até 1950), o Desenvolvimento dos Temas (1950 a 1980) e a Era da Diversidade, (última década do século XX ao começo do século XXI).

Na Era Descritiva (quanto ao artigo de Butler), o estudo do turismo não era comum dentre as pesquisas da geografia e, portanto, por um longo período não sendo priorizada. O que se explica, provavelmente, pelo fato de que nesse período o turismo era observado somente como uma atividade econômica.

Este fato é reafirmado por Almada (2020, p. 6) quando afirma que “no primeiro período o turismo era considerado uma temática menor na ciência geográfica, tendo alguns trabalhos sobre esse tema e nenhum geógrafo dedicado unicamente ao estudo do turismo”. Portanto, reafirmando que não era uma atividade de destaque nas pesquisas geográficas.

A autora retrata que essa falta de interesse do estudo do turismo na Geografia faz parte da própria evolução do fenômeno. E, por consequência, só vindo a ter destaque seus estudos após a Segunda Guerra Mundial. Observa-se que nesse período os estudos centravam a atenção para outras finalidades, como a expansão territorial dos países.

No século XIX na Alemanha havia predominância da corrente denominada como Determinismo Geográfico, a partir de seu expoente, o autor Friedrich Ratzel. O Estado alemão recém-unificado estava em processo de expansão, necessitando da

Geografia para cumprir essa demanda, na busca de novas colônias, mercado consumidor, matéria-prima entre outros.

Nos anos 1870 e 1871, especificamente, temos França e Alemanha guerreando no que historicamente é denominado Guerra Franco-Prussiana. Neste momento a Alemanha conquistou os territórios de Alsácia e Lorena e se expandiu territorialmente. Para o estado alemão, o território era o ente fundamental para sociedade – o espaço vital. Observa-se contribuições da Geografia para essa expansão.

No mesmo período, a França também estava focada no processo expansionista, a partir da corrente geográfica Possibilismo, no qual conceitos de regiões e paisagens eram fundamentais. Nessa corrente fundada por Paul Vidal de La Blache, gêneros de vida poderiam influenciar ou contribuir sob outro gênero de vida.

As práticas da Alemanha e França, mesmo que diferentes, continham mesmo objetivo, como a colonização e expansão de terras, e a Geografia tinha por objetivo contribuir nessa demanda, de forma que eram para isso as atenções de geógrafos da época.

Na primeira metade do século XIX a função da geografia essencialmente, era elaboração de material para fins de navegação e/ou colonização. Sua narrativa precisou de um novo saber sistematizado, para que pudesse ter proposições, numa linguagem lógica. Desse modo, era necessário um pensamento científico, para que o saber pudesse ser julgado por uma conduta lógica, mantendo uma posição objetiva e racionalista, chegando no próximo século, uma nova corrente geográfica.

No século XX, entre 1950 e 1980, localiza-se na Geografia do Turismo a era do Desenvolvimento dos Temas, período em que ocorreu o seu precedente (ALMEIDA, 2020).

Nesse momento, as publicações usavam abordagens positivistas, característica que não ficou restrito a Geografia do Turismo, mas a toda ciência geográfica que vivenciava essa fase de predomínio de estudos quantitativistas. A investigação de fenômenos espaciais se deu predominantemente através de modelos matemáticos, sendo a principal característica desse período, conhecido com *New Geography*.

Para Santos (1988), a quantificação ocorreu em razão da procura de uma linguagem matemática para dar cientificismo à Geografia, para ser considerado científico o conhecimento deve ser mensurável por técnicas matemáticas. O uso da filosofia Neopositivista, teve como objetivo dotar a geografia de cientificismo.

Denomina-se Geografia “Teórica e Quantitativa” ou Geografia “Neopositivista” a corrente que começou a se formar logo após a Segunda Guerra Mundial e que terminou por trazer profundas modificações teóricas e metodológicas (...) se caracterizou pelo emprego maciço das técnicas matemático-estatísticas na geografia, provocando uma verdadeira “revolução” no seio dessa ciência [...] (CAMARGO e REIS JÚNIOR, 2004, p. 356).

Os estudos passaram a se preocupar mais com os modelos matemáticos e com a estatística para alçar a clareza e objetividade colocada como questão fundamental por tais vertentes. Em segundo plano ficam, então, estudos que buscam compreender as relações sociais e espaciais presentes no espaço.

É legítimo o tratamento quantitativo nas pesquisas científicas, mas tornou-se perceptível que as Ciências Humanas em geral e, não somente a Geografia, tiveram seus estudos prejudicados por uma leitura de que técnicas qualitativas não

oportunizavam a objetividade científica. Hoje, sendo superada essa leitura e, até mesmo, torna-se enriquecedor o uso de técnicas diferentes em um mesmo trabalho. O que podemos observar como um ganho para as Humanidades.

Feita a ressalva voltaremos ao texto, demonstrando que no período que segue em análise, após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, conceitos como o de região, assim como o de território para delimitação de áreas, passaram a ser utilizados na análise das organizações espaciais (OLIVEIRA, 2001), ficando ainda mais acentuado com a criação de empreendimentos e roteiros destinados exclusivamente para a atividade turística.

Contudo, mesmo com o enriquecimento da Geografia através do uso de modelos matemáticos-estatísticos, a inserção dos computadores na análise e a busca de aprimoramento metodológico, não era ainda possível obter respostas a todas as questões e inquietações impostas às ciências humanas e sociais.

No que concerne a Geografia Neopositivista, temos uma limitação por meio da realização de descrições quanto a localização, características, mapeamento, mas sem abordagens críticas ou questionamentos, em defesa de uma neutralidade científica. É originário do positivismo do século XIX, que não rompeu com o descritivismo clássico.

Surgem os estudos por categorização, que para Portuguez (2017), se dava por um agrupamento de elementos a partir de categorias de classificação de atrativos, que procurava ressaltar aspectos socioculturais e ambientais, independentemente de suas localizações e acessibilidade, “uma cachoeira era analisada separadamente sem, contudo, valorizar a propriedade onde estava situada” (PORTUGUEZ, p. 118, 2017), categorizando de acordo com a paisagem.

Conforme Almada (2020, p. 12) reafirma “o fenômeno turístico durante as primeiras décadas da ciência geográfica ocupou um papel secundário na academia (...) consolidando-se a partir da década de 1990”.

Mas tivemos um movimento de renovação da Geografia em que se promoveu uma ruptura com a perspectiva tradicional trabalhada nesta etapa do texto. Buscaremos, a partir de agora, demonstrar o momento em que temos uma nova leitura acerca do turismo. Todo o exercício reflexivo feito até o momento é fundamental para que o leitor possa ter acesso ao desenvolvimento do turismo como um fenômeno relevante para a Geografia. Esse é um dos esforços da pesquisa em questão.

A primeira renovação discursiva da Geografia do Turismo (1980-2010)

Temos, entre os anos 1980 e 2010, uma mudança no campo de estudos geográficos por meio de um movimento de “Renovação Discursiva da Geografia do Turismo”. Conforme foi possível investigar, o movimento de renovação da Geografia, foi importante por termos o rompimento de parte dos geógrafos com a perspectiva tradicional. Foi a partir daí que se estabeleceram diálogos acerca da linguagem de metodologia de pesquisa, dando relevância ao espaço urbano nos estudos, bem como o uso do sensoriamento remoto e geotecnologias.

Uma importante característica consiste no fato do movimento se pautar pela diversidade de métodos e de posicionamentos dos seus componentes em busca “do novo” empreendida por vários caminhos. Em função dos propósitos, como é possível verificar, essa renovação pode ser dividida em

dois conjuntos, quais sejam: a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica (COSTA, 2011).

Nas leituras realizadas observa-se uma crítica dos teóricos à Geografia Pragmática. Na primeira parte buscaremos diferenciá-la a partir destas análises. Partimos, então, de Moraes (1987). Foi possível verificar que a crítica consiste em uma mudança superficial do que era determinado pela classe dominante, por sua condição socioeconômica e também ideológica. Portanto, a Geografia Pragmática, esteve a serviço daqueles que a utilizavam como um instrumento de dominação, ou seja a serviço do Estado burguês.

O objetivo era a tentativa de contemporizar este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe, com propostas que visavam uma redefinição das formas de veicular os interesses do capital, daí sua crítica superficial à Geografia Tradicional.

Conforme apontam as leituras, temos nesta vertente uma mudança de forma, sem alteração do conteúdo social, como atualização técnica e linguística. Transpôs de um conhecimento que levanta informações e legitima a expansão das relações capitalistas, para um saber que orienta esta expansão, fornecendo-lhe opções e orientando as estratégias de alocação do capital no espaço terrestre.

Observa-se que entre o pensamento geográfico pragmático e o tradicional há uma continuidade dada por seu conteúdo de classe – instrumentos práticos e ideológicos da burguesia. Porém, durante essa transição e com críticas à Geografia Pragmática, despertou-se uma nova vertente, gerando a própria Geografia Crítica (MORAES, 1987).

Antes de adentrarmos à Geografia Crítica, é importante mencionar que comumente diversos estudos não buscam romper com os interesses socioeconômicos dominantes e a pesquisa científica, a seu modo, acaba sendo utilizada como uma ferramenta também do campo ideológico. Nossa forma de observar diversos fenômenos sociais nem sempre está atenta às complexidades das relações e aos interesses que estão presentes.

A Geografia Crítica, em 1980, demonstrou que os modelos matemáticos e estatísticos não conseguiriam explicar todos os fenômenos que ocorriam. Para tanto, esteve calcada no materialismo histórico e dialético que advém de uma leitura marxista.

Para tal perspectiva, questões quanto ao aumento de problemas sociais, ampliação da concentração de renda, aumento das migrações para as cidades, falta de infraestrutura capaz de atender a esta demanda, espaços degradados em construção em continentes como América Latina, África e Ásia poderiam ser estudados, entendidos e com conclusões que poderiam contribuir para melhoria.

O ser humano passa a ser compreendido como ser social e suas relações políticas e econômicas são introduzidas no debate com o objetivo de compreender as profundas desigualdades espaciais existentes. Na corrente da Geografia Crítica, as conectividades e causalidades devem ser pautadas. Sua fundamentação, conforme mencionado anteriormente, está nos pressupostos filosóficos do marxismo, fenomenologia, do materialismo histórico e dialético. Uma leitura de tal ordem, conforme veremos, exige um “olhar” mais atento do pesquisador.

O pesquisador não apenas observa a realidade, mas busca a sua mudança para uma transformação em que o fator predominante não seja a continuidade de exploração de uma classe sob outra que contará o trabalho em sua precariedade. Nesta perspectiva, podemos ainda pensar na exploração das riquezas naturais por si só, em que em o fator predominante é a questão econômica.

Nesse período registra-se a emergência da Geografia Humanística, a qual se embasa na fenomenologia, que traz consigo a valorização da experiência do indivíduo ou grupo para compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares, respeitando a visão de mundo de cada, nascendo conceitos chaves desta Geografia: o espaço e lugar. Se consagra nesse período, a Era da Diversidade na Geografia do Turismo.

Marcada pela expansão e especialização nas pesquisas sobre o fenômeno do turismo, ocorre desde final do século XX e o começo do século XXI, de acordo com o artigo de Butler (ALMADA, 2020), marcado pelo aumento do estudo da geografia do turismo também ligado diretamente ao crescimento do próprio turismo nesse século:

No Brasil, em 1985, com a tese da professora Adyr Rodrigues “Águas de São Pedro – Estância Paulista – Uma contribuição a Geografia da Recreação”⁵, houve uma ruptura significativa com a Geografia Neopositivista. Tese elaborada a partir dos pressupostos filosóficos neomarxistas, o qual o turismo passa a ser questionado, lançado a preocupação com seus

⁵ Enfoque no impacto causado a população local da cidade de Águas de São Pedro, estância artificial que explora águas minerais, um espaço produzido para exploração do turismo termal (RODRIGUES, 2001).

impactos sociais, territoriais e ambientais no Brasil, bem como os perigos do turismo predatório e o turismo de massa (RODRIGUES, 2001a).

A partir de então se estabelece no Brasil bases para linha de pesquisa na Geografia do Turismo, numa perspectiva crítica, dando origem a pesquisadores dessa área, dando continuidade à reflexão da pesquisadora defendida em seu doutorado. De um lado estavam geógrafos adeptos ao materialismo histórico e dialético, que tem na relação socioespacial o seu principal viés de análise, e por outro lado a contribuição dos geógrafos fenomenologistas mais preocupados em analisar a reprodução dos espaços a partir da interferência da cultura da sociedade e do seu grau de subjetividade (SOUZA JÚNIOR e ITO, 2005).

A primeira perspectiva é valorizada pelos geógrafos marxistas que se preocupam em analisar os impactos produzidos pela atividade turística na (re) organização espacial, de forma que objetos e as ações ganharam uma relevância na abordagem; os atores sociais se tornaram objetos de investigação uma vez que suas ações passaram a ser determinantes do processo de organização espacial pela atividade turística e pelos embates por ela produzidos.

Já a segunda perspectiva, a dos fenomenologistas, buscavam analisar as produções dos espaços turísticos segundo as representações dos indivíduos que reproduzem, com apoio do imaginário, ambientes de aproveitamento turístico onde a paisagem era entendida como concreto e característico produto da complexa interação entre uma determinada comunidade humana com suas preferências e potenciais culturais, e um quadro de circunstâncias naturais.

Neste caso, a relevância maior não está direcionada a observância dos conflitos, mas a importância da influência dos atores sociais, a partir de suas representações, criação e recriação de espaços estrategicamente delimitados para o desenvolvimento do turismo (SOUZA JÚNIOR e ITO, 2005).

Sposito (2001) sugere que a Geografia Crítica valorizou os estudos empíricos, mas abandonou a cartografia. Segundo ele, mesmo sendo distintos, cada fase trouxe sua contribuição. Sendo assim, é necessário perceber que a história da produção geográfica sobre o turismo no Brasil foi (e continua sendo) também uma parte da história da Geografia através das delimitações de seu objeto de estudo e a procura de metodologias (GALVÃO FILHO, 2005).

A década de 1990, trouxe o auge para a Geografia do Turismo. Nesse período, houve um crescimento dos cursos de turismo no Brasil, formando turismólogos, devido à expansão da própria atividade turística e os estudos que se davam ao setor. Ao mesmo tempo, no âmbito da Geografia do turismo, cursos de mestrado e doutorado estavam com “suas salas cheias”. Foi um período de êxito para o turismo, Geografia do turismo e seus adjacentes.

Um marco da pesquisa de Geografia e Turismo no Brasil, segundo Albach (2010), foi o Seminário Internacional “Sol e Território” em 1995, o qual reuniu pesquisadores latino-americanos e europeus, gerando três livros publicados pela Editora Hucitec: “Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais” (organizado por Adyr A Balastrieri Rodrigues), “Turismo: impactos socioambientais” (organizado por Amália Inês G. de Lemos) e “Turismo: espaço, paisagem e cultura” (organizado por Eduardo Abdo Yásigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz). O seminário

deu origem ao I Encontro Nacional de Turismo com Base Local, em 1997.

Nos anos 1990 a 2000 a emergência da categoria “lugar” e categoria “território” e a “escala local” serviam para análise e planejamento do turismo. Então surge no Brasil uma preocupação com o turismo de “base comunitária”. Tal modificação tende a permanecer pelos próximos anos, e é importante salientar que Rodrigues, em 1991, já citava sobre a necessidade de compreender os impactos do turismo com as bases comunitárias:

Seria de grande interesse, e já aparecem trabalhos neste sentido, investigar o impacto do turismo sobre as comunidades locais, ou seja, a relação que se estabelece entre a população fixa e a flutuante. Também relevante é avaliar o custo social das obras e da manutenção dos serviços públicos nos núcleos turísticos, o que vem onerar sobremaneira a população local (RODRIGUES, p. 7, 1997).

Hoje as comunidades que têm desenvolvido o Turismo de Base Comunitária se articulam entre si e estão incluídas em redes virtuais, divulgando seus projetos, atuando no mercado e trocando informações. Entre os corredores da produção acadêmica haviam colisões acontecendo. Mesmo com a Geografia Crítica tomando protagonismo, a Geografia Neopositivista ainda era forte, portanto, haviam embates entre geógrafos que não superaram o neopositivismo. Os próprios autores manifestam um sentimento de insatisfação frente às pesquisas empreendidas, queixando-se da falta de uma base teórica mais profunda e contextualizada no âmbito das Ciências Sociais, em particular na Psicologia e na Antropologia Social (RODRIGUES, 1992).

Ao mesmo tempo, geógrafos da linha da Geografia do Turismo e o setor do turismo debatiam narrativas: A Geografia criticava o setor turístico apontando os impactos e degradação que se causava, demonstrando a necessidade de controlar esse turismo desordenado, enquanto o setor turístico, representando também pelos inúmeros profissionais que as universidades estavam formando, buscava sua valorização no mercado, e apontava as faltas de propostas e planejamentos da Geografia, que apenas ficavam por parte de julgamentos.

No setor turístico, na década de 1980, o Sistur (Sistema de Turismo) é criado a partir de trabalhos do professor Mário Beni, que de acordo com os limites acadêmicos do turismo, compreende esse fenômeno como uma concepção sistêmica. Nos subsistemas inerentes ao modelo do pesquisador, são definidas e cruzadas realidades de ordem cultural, social, econômico e ecológico.

Porém, a abordagem de sistemas em relação ao turismo não pode se restringir apenas a descrição do processo ou modelo proposto. A Geografia não aplica o Sistur devido seu caráter estruturalista, porém não inviabiliza trabalhos que o adotem

Nos anos 2000, na Geografia ainda havia características descritivistas no âmbito da pesquisa, com pouca importância nas relações sociais, sem metodologia própria para Geografia do Turismo.

Apesar de transcorridas já três décadas da realização de pesquisas, publicação de trabalhos e organização de eventos científicos dentre os quais destacam-se aqueles promovidos pela UGI (UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL), a chamada Geografia do Turismo carece de bases Teórico-metodológicas. Tendências

científicas recentes que enfatizam o tratamento holístico dos fenômenos, procurando eliminar as fronteiras rígidas entre os ramos do conhecimento, tornam cada vez mais delicada a tarefa do geógrafo, quando preocupado com a delimitação do campo abrigado por um determinado fenômeno, tendo em vista a sistematização do conhecimento científico. Neste sentido, a tentativa de definir o objeto e o campo específicos da chamada Geografia do Turismo parece inoportuna, correndo-se o risco de retroceder e caminhar em sentido contrário ao avanço epistemológico da Geografia, que ainda hoje não logrou liberta-se do ranço positivista (RODRIGUES, 1992, p. 1).

A Geografia Crítica gerou um desgaste na imagem que ela propunha, os trabalhos desse período eram pouco propositivistas, sem propostas para uso e ocupação do espaço. Ao final dos anos 2000, mesmo diante de toda discussão percorrida, houveram resultados positivos para ambos os lados, de forma que o turismo absorveu as críticas geográficas e a Geografia, por sua vez, perceberam que poderia absorver parte do pragmatismo vindo do setor do turismo, começando a se preocupar com planejamentos e propostas (não estar apenas na perspectiva crítica).

Ao estudar a produção do espaço pelo turismo, os trabalhos geográficos levaram em consideração a dinâmica espacial do turismo, a relação entre o lugar emissor, o espaço de deslocamento e o lugar receptor (ALMADA, 2020). Ressalta-se, portanto, que a Geografia do Turismo se situa na ciência geográfica, que busca compreender o fenômeno do turismo de acordo com uma ou outra linha epistêmica da Geografia.

Na próxima parte do texto o enfoque será na Geografia do Turismo na atualidade. Para tanto, mostraremos quais os caminhos tomam esta área de estudos e a importância de todo esse percurso para a pesquisa e outras que possam surgir.

A crise da Geografia do Turismo e sua reestruturação na atualidade – o despertar do criticismo.

Sinais de uma sociedade em crise se avolumam por toda parte e a sua sensação se vai generalizando. Boechat (2019), fala sobre uma “convergência de crises” nesse período gerando narrativas diversas: crise ambiental, crise do trabalho, crise financeira, crise políticas etc. Ele ainda relata que:

A lenta recuperação da economia mundial, após a crise financeira iniciada com a derrocada da bolha imobiliária norte-americana, já dá sinais de esgotamento e analistas sugerem a aproximação de uma nova grande quebra. Ondas de refugiados tentam escapar de guerras civis, mas se deparam com muros por toda a parte. O militarismo ressurgue como tentativa desesperada de controle populacional e canalização de anseios por parcelas da população temendo ser elas mesmas jogadas às fileiras dos descartáveis. As catástrofes ambientais recorrentes já não encontram mais saídas confiáveis em discursos jurídicos ou científicos que prometam qualquer solução duradoura. Mesmo a suposta normalidade do cotidiano respira aflita diante dos desafios crescentes para manter pilares frágeis de uma questionável sociedade baseada na família, na educação e no trabalho (BOECHAT, *et al.*, p. 3, 2019).

Estes são aspectos importantes trazidos por (BOECHAT *et al.*, 2019), uma vez que temos uma série de conflitos geopolíticos e sociais que não podem ser desconsiderados. E as catástrofes ambientais tem se tornado um fator de ordem mundial para o qual os interesses econômicos não demonstram muita importância.

Temos exemplos por toda parte, mas em Minas Gerais poderíamos considerar o desastre ambiental ocorrido em Brumadinho em janeiro de 2019⁶. Sobre questões dessa ordem, Trigo (2020) complementa que muitas crises são causadas pela exploração predatória e egoísta dos recursos naturais e humanos:

Podemos também considerar outra situação mineira, a região de Capitólio em que houve o desabamento de um bloco rochoso nos cânions que estão no entorno do Lago de Furnas, local turístico. Houve manifestações à época de que era algo que não se poderia prever, mas também temos leituras que discordam ao afirmarem que este é um fenômeno natural, mas não imprevisível⁷.

⁶ O fenômeno é considerado um dos maiores desastres ambientais ocorridos, por meio do rompimento da Barragem da mina Córrego do Feijão, deixando 270 mortos e outras tantas vítimas que ainda clamam por justiça. Mais informações podem ser fornecidas por: (1) JORNAL DO COMÉRCIO. “Maior tragédia ambiental do Brasil”. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/galeria-de-imagens/2023/01/882775-maior-desastre-ambiental-do-brasil-tragedia-de-brumadinho-completa-quatro-anos.html>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023. (2) DW Made for minds. “A luta por Justiça após quatro anos da tragédia de Brumadinho”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-luta-por-justi%C3%A7a-quatro-anos-ap%C3%B3s-a-trag%C3%A9dia-de-brumadinho/a-64506954>. Acesso: 30 de janeiro de 2023.

⁷ Sobre o ocorrido em Capitólio no ano de 2022, temos condições de obter mais informações através de: (1) CNN BRASIL. “Tragédia de Capitólio lança alerta

É possível, nesta perspectiva, monitorar como uma forma de prevenir a presença humana em algo que constitui um fenômeno natural. É necessário pensar desse modo para que o turismo seja uma atividade sem fins predatórios, conservando os recursos naturais.

Várias crises já assolaram o mundo, não são exclusivas da contemporaneidade, elas são intermitentes e estão relacionadas a perda de controle ou falta de planejamento (REGOS, BARROS e LANZARINI, 2021), são ondas cíclicas que acompanham o próprio processo evolutivo do mundo caracterizado pela emergência constante das mais distintas adversidades, provocando assim disrupturas que, mesmo em meio a um caos instaurado, promovem o avanço da sociedade. Friedman (2017) legitima a premissa por considerar não haver mudanças sem crise, uma vez que, o resultado provoca e possibilita o encontro de novos caminhos.

O fenômeno turístico apresenta características que o deixa sensível a várias mudanças, sendo altamente vulnerável a crises e desastres: oscilações do sistema econômico e na taxa de câmbio, flutuações sazonais da demanda, riscos geológicos e meteorológicos, crises operacionais dos modais de transportes, controle do tráfego aéreo, pane nos sistemas informatizados de reserva, convulsões sociais, instabilidade política, terrorismo, riscos epidêmicos e pandêmicos (BENI, 2001).

sobre cuidados com áreas de recursos naturais”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/podcast-e-tem-mais-tragedia-em-capitolio-lanca-alerta-sobre-cuidados-com-areas-de-recursos-naturais/>. Acesso: 30 de janeiro de 2023. (2) JORNAL DA UNESP. “Geólogos explicam desabamento em cânion de Capitólio e veem Brasil atrasado em avaliações de segurança de áreas turísticas”. Disponível em: [https://jornal.unesp.br/2022/\(...\)/](https://jornal.unesp.br/2022/(...)/) Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

Ameaças como terrorismo, guerras, instabilidade política e econômica, crises sanitárias e crime são os principais riscos para paralização do turismo, afetando sua geografia. A globalização permite que o turismo se desenvolva com enorme velocidade e rápida expansão (LOHMANN, 2004), mas essa integração também permite que vários tipos de ameaças e riscos sejam gerados.

No atentado as Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 e ao Pentágono nos Estados Unidos, várias medidas de segurança foram obrigadas a serem implantadas, com isso, os custos aumentaram e diversos turistas deixaram de estar no país, substituindo por rotas ou destinos que não integrassem o país norte americano.

Por outro lado, os países considerados “seguros” e com menor rigor da imigração, passaram a receber um número maior de turistas, como por exemplo a Nova Zelândia (LOHMANN, 2004). No período dos atentados, segundo o autor, o turismo de todo o mundo se retraiu, devido a insegurança do momento. Fatores semelhantes a insegurança quanto a saúde e durante a Guerra do Iraque também impactaram o setor.

No Brasil, devido à instabilidade política e econômica nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (1990-2002), foi interrompido a rápida ascensão do país como potência regional. Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) assumiu a política de crescimento econômico, combateu a escalada do imperialismo norte-americano na América do Sul, rejeitando o NAFTA e fortalecendo o Mercosul (MAMIGONIAN, 2016).

Segundo o autor, nesse período o governo Lula fez avanços na construção naval, refinarias e progrediu com as

descobertas de petróleo no pré-sal. Programas como bolsa família, as cisternas e a luz para todos realizaram importante distribuição de renda no Nordeste e em outras regiões e com o dólar valorizado de 2003 a 2006 as exportações industriais foram alavancadas.

Observa-se que nesse momento a população brasileira estava se colocando num patamar de contínuo desenvolvimento, sendo possível viver melhor se comparado a décadas atrás, comer bem e ter no lazer um momento de conforto, aumentando e desenvolvendo o turismo interno (com maiores chances para se realizar turismo internacional). Porém isso seria modificado posteriormente.

No mundo, com a crise financeira estourada nos anos de 2007 e 2008, bolsas de valores mundiais sofreram uma baixa significativa, apesar de o Brasil não ter sofrido de imediato nessa conjuntura, observando que este período foi durante o governo Lula. Crocetti (2019) retrata que a crise mundial estaria longe de acabar:

Uma das razões pelas quais a crise do capitalismo não acabou foi que as novas tecnologias continuam proporcionalmente atrasadas. Atrasadas porque a financeirização foi prioridade para ter uma lucratividade imediata. O capitalismo está atrasado do ponto de vista de revolução tecnológica. E só essa revolução tecnológica é que vai permitir à economia mundial toda se recuperar. A atual crise da primeira década dos 2000, essa crise vai acelerar a corrida tecnológica porque está demonstrado que aqueles que ficarem esperando excessivamente vão ficar para trás. A questão da revolução tecnológica é uma questão da qual não se escapa. Isso não é uma coisa que se possa controlar ou deixar de controlar. São leis do capitalismo. O capitalismo quando entra num período

depressivo é obrigado a procurar novas fórmulas de lucratividade. E uma delas são tecnologias novas. Nesse sentido, dá para dizer que o fordismo já acabou, foi substituído pelo toyotismo. Dá para dizer que a segunda revolução industrial já acabou ela está sendo substituída pela terceira. Então, é um fenômeno inexorável — não é coisa que dá para ser a favor ou contra (CROCETTI, 2019, p. 495).

No Oriente Médio, o turismo enfrentou crises severas, como na Primavera Árabe⁸ em 2011 (marcada por atos pró democracia com retaliações violentas). Países como a Tunísia tiveram consequências desastrosas durante o período, pois a maior parte da mão-de-obra é empregada para o turismo. Territórios próximos as nações de conflitos no Oriente Médio e Norte da África também tiveram um impacto, com queda do número de turistas, como ocorreu na Turquia.

Para Silva (2012), um lugar com forte presença da prática turística pode perder sua atratividade em determinado momento se o país onde se localiza, sofre uma significativa crise que interfira demasiadamente no seu processo de reprodução espacial, podendo se intensificar se as empresas que articulam o turismo aí são estrangeiras e passam a sentir um clima de instabilidade que venha a interferir em seus lucros, fazendo com que estas se retirem do lugar, deixando-o, levando consigo toda a imagem de beleza, simplicidade, exclusividade ou naturalidade dali.

⁸ Manifestações e protestos populares que se assumiu por vários países do Oriente Médio e do Norte da África no ano de 2011, responsável pela queda de vários governos ditadores e autoritaristas, introduzindo o modelo democrático. Como consequência ainda se observa em alguns países forte crise humanitária e violência.

A queda deste lugar se dará por meio da dispensa de trabalhadores em massa, queda do nível de rendimentos, desestruturação social e econômica, retirando-o do circuito turístico regional, nacional ou mundial.

Nos anos de 2015 e 2016 no Brasil, já no final do governo de Dilma Vana Rousseff, pela falta de uma política cambial competente, houve uma contínua desvalorização do dólar, chegando a situações desastrosas com a desindustrialização e queda do crescimento econômico. A crise chegava no país.

Porém, é importante destacar que em alguns casos, mesmo em estado de crise, a partir de análises, investimentos e políticas públicas viabilizadas, pode se reverter este abandono, tornando possível o reestabelecimento turístico.

Em termos mundiais e nacionais, conforme mencionado por Trigo (2020) é importante salientar as mudanças políticas que levaram vários governos para a direita do espectro político (Estados Unidos, Hungria, Itália, Brasil, Reino Unido, Turquia) no final da década de 2010. Trigo cita ainda:

(...) à disrupção e fragmentação de ideias, projetos e cenários; à forte ascensão econômica e política da China; às denúncias de poluição e ações predatórias causadas pelo *overtourism*⁹; e às preocupações geradas pela competitividade destrutiva e concentradora de riquezas de um neoliberalismo exacerbado, surgiu um fator patogênico mutante que paralisou a economia global em geral, em 2020, e afetou diretamente o setor de viagens e turismo: a Covid-19 (TRIGO, 2020, p. 7).

⁹ Termo utilizado para se referir ao congestionamento de visitantes e aos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes do crescimento descontrolado da atividade.

Com toda crise econômica e política, a pandemia da Covid-19 veio como uma “bomba” para acentuar o contexto, de forma que houve suspensão de viagens, fechamento de fronteiras, paralização no setor nacional e internacional, não havendo possibilidade para que pessoas se deslocassem para outros lugares para não se contaminarem, fato que culminou no fechamento de atrativos turísticos pelos governos na tentativa de evitar o avanço da pandemia.

Já em 2022, quando o mundo se reconstituía da pandemia, houve a invasão pela Rússia a Ucrânia, culminando a Guerra Russo-ucraniana, motivada por questões geopolíticas, remontado de um passado histórico, levando a uma onda de refugiados ucranianos, mortos, feridos e sanções econômicas.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) afirma que este cenário dificulta a recuperação do turismo trazendo novos desafios, colocando em risco o retorno da confiança nas viagens globais, a partir de fechamento de espaços aéreos ucraniano e russo, com as proibições de transportadoras russas por diversos países europeus, os desvios em voos de longa distância entre a Europa e o Leste Asiático, o que aumenta o tempo e os custos dos voos. A Rússia e a Ucrânia responderam por um total combinado de 3% dos gastos globais em turismo internacional em 2020 e pelo menos US\$ 14 bilhões em receitas globais de turismo podem ser perdidos com a continuidade da guerra.

Para compreender a reorganização do espaço após graves crises, utiliza-se o conceito de “reestruturação” por sua abrangência e precisão conceitual, entendida como uma ruptura/freada das tendências hegemônicas em curso, cisão que provoca uma mudança em direção a uma nova ordem,

promovendo uma configuração diferente da vida social, política e econômica.

Ocorre uma recombinação e reconstrução provenientes de deficiências e perturbações outrora ocorridos. Ainda assim não é possível obter estudos quanto a volta da pós-paralização da pandemia, até mesmo porque esse processo está em andamento, porém o mundo ainda está se reerguendo.

A pensar na reconstrução da Geografia do Turismo, é importante perceber a importância do turismo de base local, representado pelo Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), um evento científico que desde 1997 retrata o turismo do Brasil e da América Latina, o qual buscou: a) debater experiências criativas no turismo com base local e a promoção da inclusão social em todas as suas esferas; b) discutir a conservação do patrimônio natural e cultural de comunidades receptoras e o desenvolvimento sustentável; c) promover o intercâmbio entre núcleos de pesquisas, comunidades receptoras e o trade turístico, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da produção científica e das práticas turísticas; d) e criar ambiente propício para a exposição, análise e debate de temas de interesse para o desenvolvimento do turismo com base local no Brasil e na América Latina, promovendo a troca de experiências e parcerias entre Instituições, Poder Público, setor privado.

O último encontro ocorreu maio de 2022, com intuito de dialogar sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento de base local no setor turístico frente às crises políticas, econômicas, sociais, ambientais e sanitárias que o Brasil e toda a América Latina têm enfrentado na última década.

Este caminho segue a luz do pensamento decolonial, um novo paradigma na Geografia Contemporânea. A herança

colonial no âmbito acadêmico adveio inicialmente pelos europeus, reflexos da colonização e é nesse sentido que o pensamento decolonial irá contestar o eurocentrismo¹⁰ (SILVA, 2020). A Geografia parte a entender as viagens como um fenômeno de todas as sociedades e não somente na visão europeia, observar o turismo a partir de etnias receptoras e não de quem faz o turismo da sociedade que lucram com isso.

A colonialidade do poder, de acordo com Silva (2020), do saber, do ser e da natureza, não se tornou apenas formas de dominação exclusivamente por meios coercitivos para o exercício do poder, não se trata apenas de reprimir os dominados, mas de uma dominação que inclui todas as formas possíveis do conhecer e viver dos subjugados.

O turismo e decolonialidade visa valorizar as tradições, territórios, cosmogonia ancestral dos povos. A decolonialidade representa uma proposta mais contundente de intervenção nas estruturas de poder, relações políticas, econômicas, sociais, dentre outras, de tal modo que nos permita enxergar outras formas e práticas de agir, ser, pensar e viver no mundo.

¹⁰ A Europa é percebida como elemento fundamental na constituição da sociedade moderna, enquanto outros continentes são compreendidos como inferiores e incapazes de produzir conhecimento.

Portanto, é pelo horizonte decolonial que as comunidades ribeirinhas do Arapiuns devem efetuar rupturas com as colonialidades do poder, do saber e do ser que subjagam sua cultura e a transformam em mero fator de atratividade para o turismo. É pelo horizonte decolonial que os “povos da floresta” devem oferecer novas experiências turísticas que permitam ao visitante “curioso” enxergar a “humanidade e a dignidade” de pessoas, tradições e saberes desqualificados e invisibilizados por práticas e condutas opressoras, tão características de um mundo dito “moderno”. É também pelo viés decolonial que as populações tradicionais que se propõem a desenvolver atividades turísticas em seus territórios devem estabelecer relações entre visitantes e “nativos”, pautadas no respeito e interesse pelo outro e pela sua alteridade (ASSIS, 2022, p. 16763).

A Geografia do Turismo tende a se manter no viés da decolonialidade, porém ainda busca sua identidade, pois continua a oscilar entre a Geografia Crítica e Neopositivista, e a pandemia contribuiu para isso. Como tendência da Geografia do Turismo na contemporaneidade, é pensar o mundo pós-pandêmico, refletir e entender a ação da Covid-19, bem como reestruturar por completo os espaços impactados que foram criados pela ausência do fluxo, a fim de obter atrativos sem degradação da sociedade, do ambiente e da cultura.

A Geografia do Turismo aspira manter seu espírito crítico, seu olhar severo sobre as transformações espaciais, se humanizando mais, olhando o turismo como fenômeno social complexo, com pesquisas de e qualidade e alto impacto social.

Referências

ALMADA, José Alexandre Berto de. Abordagens geográficas sobre o turismo. *Pensar Geografia*, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 2-14, 2020. Revista Pensar Geografia.
<http://dx.doi.org/10.26704/rpgeo>.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. *Planejamento Ambiental*. Rio de Janeiro: Thex Editora; Biblioteca Estácio de Sá, 1993.

ASSIS, Giselle Castro de. A cultura ribeirinha como fator de atratividade para o turismo no Arapiuns/PA – uma análise sobre a colonialidade do saber amazônico / The riverside culture as an attraction factor for tourism in the Arapiuns/PA - an analysis of the coloniality of Amazonian knowledge. *Brazilian Journal Of Development*, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 16749-16764, 8 mar. 2022. South Florida Publishing LLC.
<http://dx.doi.org/10.34117/bjdv8n3-081>.

BENI, Mario Carlos. *Fundamentos da teoria de sistemas aplicados ao turismo*. São Paulo: Aleph, 2001.

BENI, Mario Carlos. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2011.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Erick Gabriel Jones; GIAVAROTTI, Daniel Manzione; SILVA, Allan Rodrigo de Campos; TOLEDO, Carlos de Almeida. Por uma geografia da crise? *Geografares*, [S.L.], n. 28, p. 3-14, 25 abr. 2019. Universidade Federal do Espírito Santo.
<http://dx.doi.org/10.7147/geo28.24380>.

CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. Considerações a respeito da Geografia Neopositivista no Brasil. *Geografia*, Rio Claro, v. 29, n. 3, p. 355-382, 2004.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006. 238 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. *Turismo e Geografia: abordagens críticas*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005. 174 p.

COSTA, Francisca Pinheiro da Silveira. Geografia, pequena história crítica. *Acta Científica*, [Si], v. 20, n. 2, p. 135-138, 2011.

CROCKETTI, Zeno Soares. A Geografia da crise financeira e o uso do território. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 23, n. 2, p. 482-497, 2019.

FRIEDMAN, Thomaz L. O mundo é plano - Uma breve história do século XXI. *Políticas Públicas em Turismo de Eventos: instrumentos normativos de apoio ao desenvolvimento do setor*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 11-22, 2017.

GALVÃO FILHO, Carlos Eduardo Pontes. *A Geografia estudando o turismo: Uma análise dos trabalhos apresentados em dois eventos geográficos nacionais*. 2005. 143 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

LOHMANN, Guilherme. Globalização e os Impactos dos Ataques Terroristas de 11 de setembro de 2001: Implicações para o Sistema de Turismo. *Boletim de Estudos em Hotelaria e Turismo*, [s. l], v. 2, n. 1, p. 11-20, 2004.

- MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. *Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 7-44, 2019.
- MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo*, Natal, v. 5, n. 2, p. 38-59, 2017.
- MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. O estudo do turismo no Brasil à luz dos principais conceitos-chaves da Geografia. *Turydes: Revista Turismo Y Desarrollo Local*, Málaga, v. 25, n. 11, p. 1-18, 2018.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- OLIVEIRA, Antônio Pereira de. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. São Paulo: Atlas, 2001.
- PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Educação e pesquisa em turismo no Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, [s. l.], n. 26, p. 9-16, 2016.
- PELISSON, Guilherme Valagna; PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Demanda turística e usos do espaço em Cachoeira Dourada de Minas (MG). In: SEABRA, Giovanni (org.). *Comunidades, natureza e cultura: qualidade do produto e serviços turísticos*. João Pessoa: Ufpb - Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 436-447.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Agroturismo e desenvolvimento regional*. 3. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017. 199 p.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Turismo e aquecimento global: perspectivas de sustentabilidade*. 3. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2010. 42 p.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Elementos para uma abordagem crítica do turismo no Ensino de Primeiro e Segundos Graus. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). *Turismo desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 179-187.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; OLIVEIRA, Letícia Parreira. A Política Nacional de Regionalização do Turismo e o ordenamento territorial do setor no Estado de Minas Gerais. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; MOURA, Gersa Gonçalves; COSTA, Rildo Aparecido (org.). *Geografia do Brasil Central: enfoques teóricos e particularidades regionais*. Uberlândia: Assis, 2011. p. 235-263.

RÊGO, Gildygleide Cruz de Brito; BARROS, Aline Gizele A. L.; ÇANZARINI, Ricardo. Turismo de eventos e Covid-19: aportes dos protocolos de segurança e estratégias para a retomada do setor. *Ateliê do Turismo*, [s. l], v. 5, n. 1, p. 89-118, 2021.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Geografia e Turismo - Notas introdutórias. *Geography Department, University Of Sao Paulo*, [S.L.], p. 71-82, 1992. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP.
<http://dx.doi.org/10.7154/rdg.1992.0006.0006>.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Turismo e Desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Espaços de turismo e de lazer urbanos - uma leitura geográfica. *Aportes y Transferencias*, Mar del Plata, v. 10, n. 1, p. 22-34, 2006.

SANTOS, Marivan Tavares dos. *Fundamentos de turismo e hospitalidade*. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. ISBN: 978-85-63576-17-0.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988. Coleção Espaços.

SERPA, Esmeralda Macedo; CARDIAS, Renata Castro. O impacto da pandemia nas agências de viagens de pequeno porte: do choque à busca pela sobrevivência. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Orgs.). *Turismo e saúde global: Pandemia, pandemônio e novos rumos para o setor no Brasil e no mundo*. Ituiutaba: Barlavento, 2021. p. 47.

SILVA, Tatiane Regina da. *Geografia e pensamento decolonial: um diálogo necessário*. 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana; ITO, Claudemira de Azevedo. Turismo e espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de(re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa-PB. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 9, n. 194, p. 1-12, 2005.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Viagens e turismo: dos cenários imaginados às realidades disruptivas. *Revista Brasileira de Turismo. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 3, n. 14, p. 1-13, out. 2020.

OLHARES LOCAIS AMBIVALENTES: GESTORES PÚBLICOS E PRIVADOS ACERCA DA DESTINAÇÃO MACEIÓ-ALAGOAS

Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos

Marcela Ferreira Marinho

Silvana Pirillo Ramos

Introdução

O avanço da compreensão acadêmica acerca do Turismo tem sinalizado que esse fenômeno socioespacial não deve ser observado estritamente em sua faceta mercadológica, na qual os componentes atrativos do destino são produtos, pois além de ser uma atividade que gera movimentação de capital no espaço geográfico, também é parte de um sistema social que o antecede e o circunda, assim, sendo um fenômeno diretamente vivenciado pelo ser humano, e fonte inesgotável de experiências (KORSTANJE, 2011).

Na região Nordeste do Brasil, o turismo tem cada vez mais sido apontado como um dos motivadores de crescimento e desenvolvimento recebendo, inclusive, importantes aportes econômicos nas últimas décadas (PEGAS et. al., 2015). Neste contexto, por conta de suas características físicas e culturais, com destaque para seu privilegiado litoral, essa região tornou-se um importante receptor de movimentos turísticos de cunho nacional e internacional, com foco principal no segmento de sol e praia, a exemplo do destino representado e analisado nesse estudo.

Com uma população local que supera 1 milhão de habitantes, Maceió é a capital do Estado brasileiro de Alagoas. Possui clima tropical litorâneo, no qual geralmente os meses mais quentes são dezembro e janeiro, quando a temperatura alcança máximas de 36° C, sendo os meses menos quentes julho e agosto, com temperaturas mínimas em torno de 21° C (IBGE, 2022). Também detém um litoral convidativo, com elementos naturais que configuram um lugar propício para o turismo de sol e praia durante grande parte do ano. Mesmo sendo a cidade de maior importância econômica de Alagoas, essa capital não possui atividade industrial relevante, sendo o turismo e a cadeia produtiva ligada a comércio e serviços, suas principais atividades econômicas.

Vale ressaltar que Maceió, enquanto destinação turística, tem uma história recente, em comparação com os destinos pioneiros no mundo, a exemplo daqueles considerados de primeira e segunda geração, na Europa (respectivamente na Inglaterra e costa espanhola do Mediterrâneo), estudados por Knowles e Curtis (1999). Com um desenvolvimento turístico iniciado de forma efetiva em fins da década de 1970 e começo de 1980, atualmente a capital alagoana é o principal receptor de turistas nesse estado, encontrando-se em uma fase de retomada de crescimento na sua atividade turística, fato que justifica a relevância de análises que se referem à percepção e à representação que os gestores públicos e privados locais têm sobre o turismo, nessa destinação.

Este trabalho objetiva identificar e analisar o que representantes locais dos setores público e privado do turismo de

Maceió compreendem como destinação turística, e como tais agentes representariam esse destino para um potencial visitante. Metodologicamente, recorreremos a entrevistas semiestruturadas com quinze indivíduos representantes desse segmento. Suas respostas foram analisadas a partir de pressupostos e técnicas hermenêutico-fenomenológicos, para que se pudesse chegar às considerações aqui explicitadas.

O turismo como experiência humana

Pesquisadores da área do turismo vêm caminhando sentido de refletir sobre a sua natureza, a partir de compreensões interpretativas e reflexões críticas das realidades com as quais o fenômeno se relaciona e se (re)constrói (NECHAR; PANOSSO, 2015). Com esse direcionamento, a busca da transposição do mundo dos conhecimentos do turismo, para além da sua dimensão econômico-administrativa, possibilita-nos tessituras que geram reflexões e ações centradas não apenas no produto turístico, mas também nas relações humanas, e na totalidade de sua natureza socioespacial.

Duas concepções de turismo parecem dialogar para corroborar com essas ponderações, são as proposições de Moesch (2002); Panosso Netto (2011) e Perazzolo; Santos; Pereira (2013). Essas autoras se aproximam em suas concepções de turismo, ao sinalizarem a ideia de experiência turística. Para Moesch (2002, p. 09) turismo é:

[...] uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.

Essa autora (Ibidem) também esclarece: a soma dessa dinâmica sociocultural sintetiza um fenômeno de cunho de objetivo/subjetivo, já consumido por milhões de pessoas ao redor do mundo. Para ela, o turismo nasceu a partir do desenvolvimento do capitalismo, fruto da necessidade das pessoas dedicarem momentos para atividades de lazer; e seu estudo é marcado pela concepção materialista, chegando à realidade social através da dialética histórico-estrutural. A autora ressalta que, na realidade, o turismo tem como seu epicentro a condição humana, pois quem se desloca e consome é o ser humano.

Panosso Netto (2011) elucida que o turismo é experiência, vivência de algo, transformação. Para ele, o turista é um ser histórico, que se constrói constantemente durante a viagem. O autor ainda ressalta que as experiências turísticas não estão restritas a quem viaja, atingindo também para quem reside em destinos turísticos, ou quem trabalha para o setor do turismo. Perazzolo; Santos; Pereira (2013) ressaltam que o fenômeno turístico, ao mesmo tempo que é uma confluência de fatores que geram avanços significativos e aceleram o volume de negócios e de recursos, faz emergir, essencialmente, o aprofundamento de discussões e o aumento das tessituras conceituais que envolvem as histórias, as experiências, as motivações das pessoas.

Portanto, o fenômeno turístico incorpora na sua constituição, como percebido pelos diversos sujeitos com ele envolvido, diversas dimensões dos lugares visitados (natureza, artefatos humanos, atrativos, etc.), as infraestruturas que permitem o trânsito de turistas e a permanência deles nas destinações, assim como as inter-relações entre eles.

Nesse sentido, podemos considerar a experiência turística como o conjunto de aspectos físicos, sensoriais, emocionais, intelectuais e espirituais, vivenciados pelos turistas, (RIVERA apud CASTAÑEDA, 2015) que também são clientes, e cada vez mais buscam otimizar suas experiências a fim de melhor vivenciarem os destinos.

A mercantilização da experiência e a sua transformação em objeto de consumo, é algo inevitável no mundo capitalista, e em ascensão no mercado turístico. Para Beni (2003), aqueles que buscam se destacar no mercado contemporâneo do turismo, devem estar atentos para o planejamento e a organização das experiências a serem vendidas, visto que esse é o viés crescente de diferenciação entre os produtos turísticos. Para esse autor, as formas tradicionais de turismo vêm se alterando por conta dos novos gostos e tendências de demandas turísticas que procuram novas vivências em suas viagens.

Produção do espaço e agentes de turistificação dos destinos

Em sua obra “A produção do espaço”, Lefebvre (1992) trabalha o conceito de espaço social, o qual é proposto como um produto de relações sociais de produção e reprodução. Conforme esse autor, o espaço é um produto social, não podendo ser resumido às suas características físicas (natureza), sendo estas transformadas pelo incessante agir social mediado pelo trabalho humano. Esse teórico também propõe três elementos básicos constituintes da produção espacial, quais sejam: a prática social; as representações do espaço (concebidas por pesquisadores, engenheiros, planejadores, etc.); e o espaço representacional, aquele diretamente vivido pelo ser humano¹¹. Conforme tal concepção, podemos compreender que o espaço social não é um mero determinante ou produto da ação humana, ou seja, não é simplesmente algo dado, mas um ente que é construído e reconstruído historicamente pelos agentes sociais.

Harvey (2002) analisa a relação entre o espaço e o tempo da vida humana, buscando identificar fatores multidimensionais intervenientes (econômicos, políticos, culturais, etc.), afirmando que o espaço é relacional. Ele também explora teoricamente o modo como representamos o espaço e o tempo, argumentando que os fluxos espaciais (a exemplo daqueles gerados pelo turismo) estão contidos no espaço produzido, enfatizando, com esse argumento, uma visão simbólica e identitária dessa

11 Cruz (s.d., p. 94) reforça, afirmando que “[...] para Lefebvre a própria (re)produção da vida, ou seja, viver é, em síntese, produzir espaço”.

concepção espacial. Para esse autor (Ibidem), o espaço está contido em objetos, já os objetos existem apenas na medida em que representam e contêm, em si, relações com outros objetos. Ao estudar essas práxis, analisando a experiência do espaço e do tempo, ele também se inspira naquelas dimensões espaciais teorizadas por Lefebvre (1992), quais sejam: o espaço vivido, o percebido, e o imaginado.

Santos (1996) considera a dimensão espacial como um resultado da intencionalidade das ações humanas, as quais dizem respeito à forma dos sujeitos se comunicarem com o seu exterior, com envolvimento de nuances afetivas, cognitivas, dentre outras, que nos remetem à noção de lugar. Assim, pode-se tratar, por exemplo, de um lugar turístico associando-o, espacialmente ao destino turístico, pois é nele onde ocorre (mais comumente) a vivência mais intensa da experiência do fenômeno turístico, seja ela realizada pelos turistas, seja pelos que estruturam a destinação (promotores da atividade: *trade*; agentes públicos; trabalhadores; autóctones, etc.), o que ao nosso ver, remete ao conceito de território turístico, ou turistificado. Conforme Knafou (2001) são as três maiores fontes de turistificação dos territórios: “[...] os turistas que estão na origem do turismo”; “o mercado [...]”; e os “planejadores e promotores ‘territoriais’”.

O resultado da turistificação, ou estruturação do lugar¹² para a realização do turismo é que a espacialização da atividade culmina no acúmulo de papéis que, no conjunto, demonstram uma

12 Cruz (s.d.) ainda ressalta que o Estado e o mercado ainda são os entes hegemônicos na produção do Espaço, citando Santos (1996), quando esse autor afirma que, nesse sentido, formam um par dialético. Assim, concluímos que para qualquer análise espacial, é primordial compreender a atuação dos agentes do Estado e do mercado.

ênfase nos elementos geográficos como recursos (cidades, praias, paisagens em geral, etc.) para o produto turístico, assim como elementos infraestruturais (equipamentos de apoio, alojamentos, etc.), os quais são comercializados no mercado global das destinações¹³. Considerando-se geograficamente, a destinação é um foco – de cunho empírico e teórico – para se analisar a estruturação da oferta, juntamente com todos os fatores materiais e imateriais intervenientes; a movimentação turística; e seus impactos e significados. É lá, no âmbito das destinações, onde se encontram, juntos, os aspectos mais centrais do turismo, quais sejam: a demanda turística; transportes; suprimentos e o mercado; enfim, a destinação, e suas imagens geradas, atraem os turistas, movimentando o sistema de turismo (S.A. HAUGLAND; et Al., 2011).

Referencial Teórico-Metodológico

Este estudo, de natureza qualitativa, está fundamentado em elementos metodológicos ligados a tradições teóricas compreensivas e interpretativas, como a fenomenologia, a hermenêutica e a Teoria das Representações Sociais. Pode-se considerar que tais abordagens focam na intencionalidade e na seletividade da consciência humana na apreensão do mundo e do

13 Na síntese conceitual desses autores os destinos de turismo podem ser considerados como redes complexas que envolvem grande número de agentes, sendo estes co-produtores, capazes de oferecer uma variedade de produtos e serviços. Nesse sentido, enquanto os visitantes podem perceber o destino como uma unidade capaz de ofertar uma experiência integrada, ou um produto, esta experiência (ou produto) ainda continua sendo produzida e composta por esses atores (S.A. Haugland; et al., 2011).

espaço, objetivando descrever, interpretar, analisar e compreender os fenômenos, levando-se em consideração os fatos que acontecem, propondo a impossibilidade de segregação entre sujeito e objeto.

A fenomenologia é derivada das palavras gregas: *phainomenon*, ou *phenomenun* (aquilo que se mostra a partir de si mesmo) e *logos* (ciência ou estudo), ou seja, etimologicamente, fenomenologia é o estudo ou a ciência do que se revela ou se mostra por si mesmo (o fenômeno). Enquanto movimento filosófico do século XX, deu suporte a uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, que também se constitui em uma visão de mundo (PANOSSO NETO, 2011).

Merleau Ponty (2006) considera que a fenomenologia, além de uma ambição filosófica e científica, também é um relato do espaço, do tempo e do mundo vivido. O homem que vive é o homem que está no mundo, e esse mundo é o campo de todos os pensamentos e percepções do ser-humano. Nesse sentido, a percepção é o ato fundante sobre o qual todos os atos humanos se baseiam, e a base do conhecimento está em nossa intrínseca capacidade de perceber o mundo que nos cerca, conferindo-lhe significações, realizando conexões entre os objetos percebidos pelos sentidos. Para esse autor (Ibid.) toda a fenomenologia está fundamentada no mundo vivido, percebido e experienciado. Nesse sentido, uma aproximação do fenômeno abordado exige do pesquisador abertura para a compreensão e a interpretação deste fenômeno, o que fundamenta a importância da aproximação entre fenomenologia e hermenêutica.

Considerado como ciência e arte da interpretação, o método hermenêutico, A etimologia da palavra hermenêutica vem do grego *hermeneuein*, que significa interpretar ou compreender, permite interpretar e compreender diversos tipos de textos (CASTAÑEDA, 2015). Ressalte-se que esse princípio pode ser ampliado para a interpretação das diversas formas de linguagem, e não apenas a escrita.

Para Heidegger (1995), a hermenêutica pode ser concebida como a interpretação do mundo, que através da experiência, determina o nosso conhecimento do espaço e da humanidade. Esse filósofo defende que interpretar não é tomar conhecimento do mundo já compreendido, mas desenvolver as possibilidades projetadas na sua compreensão. Nesse sentido, Esposito (1994, p. 83) considera que o ato interpretativo permite-nos compreender e tornar visível "[...] a estrutura do ser-no mundo".

Corpus, processo e procedimento de análise

Foram desenvolvidas entrevistas, semiestruturadas, com 15 sujeitos representantes do setor turístico no âmbito público e/ou privado do destino Maceió, esses dotados minimamente de considerável experiência profissional ligado ao campo do turismo, nessa destinação. Para a respectiva análise, procedeu-se a apreciação de dois tópicos norteadores:

O primeiro diz respeito à definição de destinação turística apresentada pelos entrevistados do setor turístico da cidade de Maceió/AL, que objetivou sondar o grau de conhecimento técnico dos entrevistados sobre o fenômeno aqui estudado;

O segundo se relaciona à resposta desses entrevistados sobre como apresentariam o destino turístico “Maceió/AL”, para um potencial turista da cidade de São Paulo/SP, capital do Estado que é o principal mercado emissor de turistas para Maceió, no intuito de compreender como aqueles percebem a cidade de Maceió, enquanto destinação turística.

As respostas foram agrupadas em duas tabelas representativas, como exemplificado, na sequência, com um trecho delas:

Continuando, tem-se presente metodologicamente a fórmula da definição trazida por Garcia (1985), conforme o qual a definição expressa-se por meio de uma proposição denominada “predicativa”, a qual é formada por quatro elementos: termo, cópula (verbo “ser” ou equivalentes), gênero e diferenças caracterizadoras. O termo versa sobre aquilo que vai ser definido.

A cópula corresponde ao verbo “ser” ou verbos análogos, passíveis de serem empregados em estruturas menos rígidas (“consistir em”, “significar”). O gênero equivale à classe (ou ordem) de coisas a que faz parte o gênero. As diferenças abarcam tudo aquilo que diferencia o objeto estudado/representado pelo termo de outros objetos compreendidas na mesma classe. Desse modo, tem-se a seguinte fórmula da definição: $T = G + d1 + d2 + \dots + dn$.

Quadro 1: Exemplo da organização do discurso de sujeitos respondentes do setor turístico da cidade de Maceió/AL sobre destinação turística.

Sujeitos	Respostas à questão 1
1	Bom, destinação para mim, no meu ponto de vista é uma localidade, pode ser um município, um povoado, que identifiquem, como potencial algo que pode ser trabalhado [...] pra poder se manter, sustentavelmente [...] e ao mesmo tempo se torna atrativo que as pessoas possam visitar.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2: Exemplo da organização do discurso de sujeitos respondentes do setor turístico da cidade de Maceió/AL sobre como apresentariam o destino turístico Maceió/AL, para um turista da cidade de São Paulo/SP.

Sujeitos	Respostas à questão 2
1	É uma cidade belíssima, com as mais belas praias do Brasil, com as melhores orlas, com calor humano imensurável, com pessoas que gostam de atender, que gostam de receber. A cidade de braços abertos, com o melhor para oferecer para o turista, mesmo sabendo que há limitações no que diz respeito a infraestrutura. Maceió ainda é um dos grandes destinos no Brasil, com o sol e mar.

Fonte: elaboração própria.

Deste modo, outras duas tabelas foram formadas, no sentido de dar prosseguimento ao processo de busca pela identificação de elementos caracterizadores de destinação turística para os gestores, encontram-se, nas respostas formuladas, categorias definitórias do objeto em estudo e desdobramentos caracterizadores dessas categorias. Esse processo analítico é explicitado nos quadros 1 e 2, respectivamente.

Quadro 3: Categorias definitórias de destinação turística construídas a partir das asserções articuladas a partir do discurso dos entrevistados.

Categoria definitória	Diferenças caracterizadoras	N. asserções	
Localidade/ Local	Potencial turístico	1	
	Desenvolvimento para o turismo	1	
	Atrativo turístico	1	
	Atrativo	Natural	1
		Histórico	1
		Cultural	1
	Explora a atividade turística	1	
	Férias	1	
	Lazer	1	
	Hospedagem	1	

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4: Categorias definitórias de destinação turística construídas a partir das asserções articuladas a partir do discurso dos entrevistados, sobre como apresentariam o destino turístico “Maceió/AL”, para um turista da cidade de São Paulo/SP.

Categoria definitória e número total de asserções correspondentes	Diferenças caracterizadoras	Número de asserções
Cidade	Terreno plano	2
	Capacidade de hospedar em resorts urbanos e não urbanos	1
	Folclore rico e interessante	1
	Esportes náuticos	1
	Jangadas, catamarãs, piscinas naturais	1
	Riquezas/atrativos enormes	2
	Diversidade de produtos	1
	Diversidade de experiências	1
	Aventura/ecoturismo	1
	Linda/beleza natural	5

Fonte: elaboração própria.

Descrição analítica do primeiro quadro

Intuindo a identificação de enunciados que explicitamente compreendem inferências construídas a partir das diferenças caracterizadoras de destinação turística, encerrando também crenças explícitas de diferentes agentes sociais presentes nessas asserções articuladas dos discursos, iniciaremos as análises.

De forma geral quando nossos interlocutores foram solicitados a definir “o que é destinação turística”, algumas categorias surgiram, são elas: Localidade/Local; Aquele; Espaço geográfico; Experiência; Cidade; Ponto turístico; Cidade turística; Território; Turismo; Atração turística; Atração histórica, Atração natural; Conjunto de atrativos; Conjunto de organização.

De acordo com dados presentes no quadro 2, três das categorias definitórias se destacam: Localidade/Local, Espaço geográfico e Cidade. Juntas, elas representam mais da metade (50,81%) do conjunto das categorias que identificamos sobre essa questão.

No que se refere à categoria Localidade/Local, emergiram como diferenças caracterizadoras, ou sub-categorias: Potencial turístico; Desenvolvimento para o turismo; Atrativo turístico; Atrativo Natural/Histórico/Cultural; Explora a atividade turística; Férias; Lazer; Hospedagem (esses caracterizadores ocorreram apenas uma vez cada). Aqui, aparenta-se surgir uma tentativa dos respondentes efetuarem aproximações entre o que se entende por localidade/local e por turismo. Atribuímos tal fato às influências

do conhecimento técnico e da experiência profissional que tais atores possuem sobre o campo do turismo.

O Espaço geográfico marca a presença de elementos igualmente próximos ao turismo, mas agora o enfoque recai também sobre o foco da gestão do destino, com desdobramento em elementos Componentes do espaço, como: Infraestrutura urbana; Infraestrutura de apoio; Infraestrutura básica; Atrações turísticas; Atrativos; Qualificação; Mão-de-obra especializada; Produto Especializado; Produtos turísticos; Promoção do destino; Divulgação do destino. Cada um desses elementos apareceu uma vez nos discursos, exceto Composto de infraestrutura turística, que se destacou aparecendo 3 vezes.

Já “Cidade”, como categoria definitiva, sinaliza a compreensão do urbano como algo que Atrai pessoas: “para conhecer”; “para vivenciar a cidade”; “para vivenciar a região”; “para vivenciar os pontos turísticos” (cada uma com uma ocorrência). Aqui, explicita-se um enfoque não somente na gestão da cidade turística, mas na experiência que se pode proporcionar de conhecê-la, Apenas quando aparece a sub-categoria “Atrai fluxo turístico” (3 ocorrências), talvez sinalize-se a busca pela intensificação de turistas na região como o foco no consumo mercadológico.

Quanto à categoria “experiência” ocorre, uma vez cada, a menção dos sinalizadores: “Interação com a população local”; “Interação com a paisagem natural”; “Interação com a hospitalidade”; “Interação com a gastronomia”. Mesmo experiência no destino seja ressaltada, de forma tímida, ela indiretamente e implicitamente se apresenta em todas as

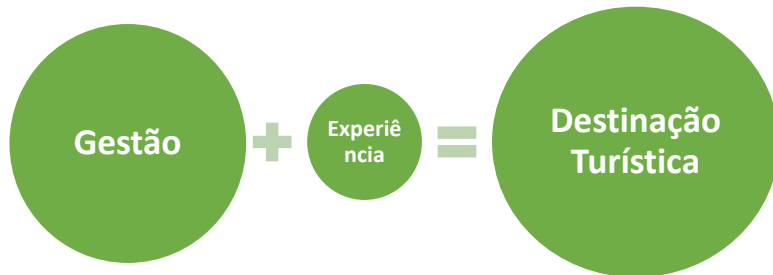
categorias, possibilitando a compreensão de que mesmo que as percepções partam inicialmente do enfoque da gestão, a experiência se faz presente, marcando a dimensão humana no processo de compreensão sobre a destinação turística.

As demais categorias seguem a mesma estrutura, o enfoque da gestão e da experiência no destino. “Aquele”: como oferta de atrativo natural, equipamento, limpeza, qualidade, motivos para os visitantes estarem. “Ponto turístico”: para atrair pessoas para conhecer, para vivenciar a cidade, para vivenciar a cidade, para vivenciar os pontos turísticos. “Cidade turística”: é ressaltada como boa para comunidade local, como causa de bem-estar social, como causa da percepção de visitantes sobre o bem-estar social. A categoria “Turismo” é sublinhada como de importância econômica para o Estado de Alagoas, como composto por paisagem natural, como motivo de desenvolvimento do turismo, como causa de crescimento da quantidade de leitos para acomodar os turistas. No que diz respeito as categorias sobre “Atração” (turística, histórica e natural), todas são sinalizadas a partir da atração de fluxo turístico. Nessa mesma perspectiva é ressaltado como categoria o “Conjunto de atrativos” e “Conjunto de organização” os quais apresentam, ambos, potencial para quem vive no local, atratividade para o turista que pense em morar na cidade como diferenças caracterizadoras.

Por fim, a categoria definitiva “Território” marcadamente apresentada como aquela que possui vocação turística, atrativo natural e cultural e produtos organizados, o que remete ao significado de elementos componentes do território turístico.

Em síntese, a partir da análise dos enunciados, compreendemos que a concepção de destinação turística recai tanto sobre o foco da gestão quanto sobre o da experiência. Aparece marcada pela compreensão de “turismo” por meio do prisma convencional/mercadológico, mas também, mesmo que timidamente, a experiência é trazida como categoria definitiva. Representativamente, entre as diferenças caracterizadoras, 86,88% delas recaíram sobre a gestão, enquanto 13,12% sobre o foco da experiência. A partir dessa síntese, podemos conceber a seguinte figura representativa:

Figura 1: Categorias definitórias de destinação turística construídas a partir das diferenças caracterizadoras presentes no discurso dos entrevistados a partir do quadro 1.



Fonte: elaboração própria.

Descrição analítica do segundo quadro

De forma geral quando os entrevistados foram questionados sobre como apresentariam a destinação “Maceió/AL”, algumas categorias definitórias surgiram, são elas: Belíssima; Diferente; Cidade; Capital brasileira/nordeste; Destino.

De acordo com dados presentes no quadro 2, três das categorias definitórias se destacam: Cidade, Capital brasileira/nordeste e Destino. Elas representam a maior parte (78,90%) do conjunto das categorias identificadas.

Aqui, no que se refere à categoria “Cidade”, apareceram como diferenças caracterizadoras dessas: Terreno plano; Capacidade de hospedar em resorts urbanos e não urbanos; Folclore rico e interessante; Esportes náuticos; Jangadas, Catamarãs, Piscinas naturais; Riquezas/atrativos enormes; Diversidade de produtos; Diversidade de experiências; Aventura/ecoturismo; Linda/beleza natural; Tranquila/calma; Clima agradável; Orla urbana agradável; Mar e arrecifes de coral; Aprazível; Familiar; Romântica.

Dessas, a categoria conjugada “Linda/Beleza natural”, foi a mais citada entre os entrevistados (ocorreu 5 vezes), acompanhada de “Riquezas/atrativos enormes” (2 vezes) e “Terreno plano” (2 vezes) que, em conjunto, representam a atratividade da parte litorânea, ou plana de Maceió. A caracterização “Tranquila/Calma,” juntamente com “Familiar”, com duas ocorrências cada) representam a imagem que o destino tem de tranquilidade para o turista que viaja em família, em busca de sossego e descanso.

A categoria “Capital brasileira/nordeste” acena para a presença das seguintes diferenças caracterizadoras: Tem areias de balneário/praias urbanas; Mar multicolorido devido aos corais e a intensidade do sol/sol ano inteiro; Mar calmo/morno; Povo de comportamento calmo/cidade calma; Povo ordeiro/povo/história do povo; Gastronomia/culinária; Artesanato colorido; Deslocamento fácil/transito fácil; Rede hoteleira nova e de qualidade; Centros de informação turística; Facilidade de chegada pela via aérea; Voos diretos; Clima de cidade pequena; Segurança. Aqui, a diferenciação maior foi no quesito “Tem Gastronomia/Culinária”, que apareceu em 8 discursos.

Outras diferenciações se aproximam daquelas anteriormente destacadas na categoria “Cidade”, a exemplo das sinalizações de que Maceió: “Tem mar multicolorido devido aos corais e a intensidade do sol/sol ano inteiro” (3 vezes); ou que “Tem areias de balneário/praias urbanas” (2 vezes); ou ainda que “Tem mar calmo/morno” (2 vezes), as quais, mais uma vez, sinalizam para as atrações de sol e praia.

Outras atrações e facilidades do destino também foram mencionadas, como o “artesanato colorido” e a “rede hoteleira nova e de qualidade” (2 vezes mencionadas cada) e a possibilidade de “deslocamento fácil/transito fácil” (4 vezes mencionadas). A hospitalidade do povo também se destaca, nas menções de que o destino: “Tem povo de comportamento calmo/cidade calma”, ou que “Tem povo ordeiro/povo/história do povo”, cada uma dessas aparecendo em dois discursos.

Já na categoria “Destino”, são destacados os seguintes elementos caracterizadores: Tem pessoas verdadeiramente hospitaleiras/acolhedoras; Pessoas satisfeitas em receber; Orla como uma sala de visita/atrativo; Ambiente que apresenta vários

motivos para se apaixonar; Orla com serviço bem prestado/qualidade; Orla com equipamento bem apresentado; experiência gastronômica inigualável; Turista/públicos satisfeitos; Serviços com todos os preços, gostos, perfis/preço justo; Turista satisfeito com os serviços; Áreas a avançar/gestão da qualidade; Rio/lagoa; Restaurantes/comida; Hotéis de luxo e econômico; Passeio; Compras; Saudável; Atividade ao ar livre, museus, Centro de convenções, bares, casas de shows; Pontos de alegria, festa e diversão.

Aqui, mais uma vez, os sinalizadores do discurso se aproximam de categorias anteriormente citadas, enfatizando-se que no destino se: “Tem pessoas verdadeiramente hospitaleiras/acolhedoras” (5 menções); “Tem orla com serviço bem prestado/qualidade” (5, também); “Tem serviços com todos os preços, gostos, perfis/preço justo” (aqui, 4); “Tem restaurantes/comida (também, 4); Tem rio/lagoa (3 menções); além de “orla como uma sala de visita/atrativo”, “orla com equipamento bem apresentado”; “experiência gastronômica inigualável”; “turista/públicos satisfeitos”; e de que “Tem passeio”, cada uma dessas mencionadas duas vezes.

Ainda emergiram duas categorias adjetivadoras: “Belíssima” e “Diferente”, ligadas à descrição da destinação. No que se refere à beleza do destino, aparecem os seguintes sinalizadores: Praias do Brasil/sol e praia; Melhor orla; Calor humano imensurável; Pessoas que gostam de atender; Pessoas que gostam de receber; Pessoas que recebem de braços abertos; Pessoas que oferecem o melhor de si; Limitações de infraestrutura; Grande destino do Brasil; Sol e mar/praias. Dentre eles, destacam-se: “Praias do Brasil/sol e praia” (com 6 ocorrências); “Sol e mar/praias” (com 3); “Melhor orla” (2) e “Pessoas que gostam de receber” (2). Analisando-as, percebe-se

que o apelo estético das atratividades ligadas ao “sol e praia” da destinação é muito superior, no discurso dos interlocutores, do que qualquer outro aspecto, seguido da hospitalidade local, e dos outros aspectos que foram menos sinalizados (somente 1 ocorrência).

Sobre os diferenciais sinalizados do destino, apontou-se que nele se: Tem um bem me quer; Tem pessoas que tratam você como se fosse de casa; Tem locais para visitar próximos; Tem mar espetacular de água quente; Tem maré que modifica a paisagem. Todos com uma ocorrência, exceto “Tem locais para visitar próximos”, que ocorreu três vezes, diferencial que se refere à proximidade dos atrativos e serviços turísticos no território físico do destino.

Representativamente, entre as diferenças caracterizadoras, 46,73% recaíram sobre o foco da gestão, enquanto 53,27% sobre experiência. Desse modo, figura representativa emerge, mas dessa vez o foco da experiência aparece com maior ênfase.

Figura 2: Categorias definitórias de destinação turística construídas a partir das diferenças caracterizadoras presentes nos discursos entrevistados a partir do quadro 2.



*Fonte: elaboração própria.
Síntese interpretativa*

Considerando as análises discursivas de cunho geral, efetuadas a partir das entrevistas de gestores públicos e privados do turismo da cidade de Maceió/AL, em que se buscaram representações sociais sobre o conceito de “destinação turística”, e como tais agentes sociais apresentariam a destinação Maceió-Alagoas para um potencial visitante, um texto parece emergir do conjunto das Categorias definitórias e das diferenças caracterizadoras presentes nos relatos, expressando assim, grosso modo, a voz dos referidos gestores.

Destinação turística é uma localidade/Local, um espaço geográfico, uma cidade, um território, que se caracteriza como ponto turístico, como cidade turística, como atração turística, histórica e natural, como conjunto de atrativos. Por aproximação o binômio “destinação” e “turismo” produz representações, que têm função constitutiva da realidade, e que elas reproduzem objetos socialmente valorizados, sobretudo através de sua função simbólica. Desse modo, ainda sobre o campo simbólico, diferenças caracterizadoras auxiliam a perceber a adjetivação que surge por meio da união das palavras “destinação” e “turismo”, produzindo sentidos.

Como visto no tópico 4, as respostas dadas à primeira pergunta, feita aos entrevistados, indicam-nos que o foco analítico da representação do destino como um elemento de gestão para o turismo foi mais expressivo, o que poderia ser esperado, visto que tal pergunta objetivou captar, de cada entrevistado, sua capacidade técnica de definir uma destinação turística. Tal constatação nos remete ao conceito Lefebvrino de representações do espaço, as quais podem ser concebidas por planejadores, etc., que para o caso do fenômeno aqui investigado, remetem a um círculo social de profissionais com uma ampla atuação relacionada ao destino turístico Maceió-AL. O contexto parece marcar que o conhecimento técnico predominante no público entrevistado é fator diferencial, como ilustrado nos trechos das falas a seguir:

Bom, destinação para mim, no meu ponto de vista é uma localidade, pode ser um município, um povoado, que identifiquem, como potencial algo que pode ser trabalhado no é pra poder se manter, sustentavelmente no é a mesma tempo se torna atrativo que as pessoas possa visitar (entrevistado 1)

Uma destinação turística para mim é uma localidade que reúne [...] não só o conjunto de atrativos, e na verdade atrativos naturais, históricos, culturais, mais do que isso, é um local [...] pode ser um município [...] Então para mim destino turístico é onde na verdade você tem, desde os atrativos em si, que que seria os insumos principais, mais uma confluência de preocupação com a infraestrutura turística e infraestrutura básica. Com aspectos ligados à qualificação e formação da mão de obra, a estruturação de produtos, e um indiscutivelmente um viés muito grande para a comercialização desse destino, pois se não for dessa forma ele não acontece (entrevistado 5).

No que se refere à apreensão sobre as representações sociais de gestores públicos e privados do turismo sobre como tais agentes sociais apresentariam a destinação Maceió-Alagoas para um potencial visitante, podemos sintetizar que: Maceió é uma cidade, capital brasileira/nordeste. É belíssima. É um destino, que se caracteriza como essencialmente pelo sol e praia, pela melhor orla, pelo calor humano, pela abertura das pessoas em gostar de receber, pelo clima agradável, pelo romantismo, pela segurança. Igualmente, no campo simbólico, diferenças caracterizadoras produzem sentidos sobre Maceió/AL referido a compreensão de Maceió como destino, há uma possível aproximação dele ao turismo quando, por meio de características definitórias surgem elementos de gestão e de experiência. Ora como oposição e contraditório, ora como potencializadores um do outro, como uma aparente relação de ambivalência¹⁴.

Nas respostas dadas para essa segunda questão, descritas e analisadas no tópico 5, percebemos, nos sinalizadores, diretamente ligados à experiência, que o visitante poderia usufruir no destino divulgado, ou seja, um convite da transposição do potencial turista de um espaço meramente representado pelo promotor do turismo, para aquele espaço que Lefebvre chamaria de espaço representacional, ou seja, aquele possivelmente vivido pelo potencial visitante. Assim, a experiência, enquanto marca do discurso do sujeito pesquisado, possibilita-nos uma reflexão no sentido de que, apesar do predomínio da concepção de destino

14 Recorrendo à etimologia da palavra “Ambivalência”: o prefixo *Ambi* do grego *ambé* passou para o latim como *ambo* e para o português *ambos*, tem semântica relacionada a existência de dois elementos, às vezes opostos ou contraditórios entre si; porém, ambos se processam sistematicamente e, às vezes, simultaneamente; *valência* vem do latim *valens*, significando valor, força.

como produto, intui-se a questão da qualidade da experiência no destino como algo marcante para se chamar atenção do turista, o que pode ser ilustrado pelos seguintes trechos:

Olha a descrição que diria para com essa pessoa que tivesse desejado conhecer a cidade de Maceió, que é uma cidade belíssima né... onde se encontram as mais belas praias do Brasil, uma das melhores orlas, de Maceió que tem um calor humano imensurável, que gosta de atender, que gosta de receber, e dizer pra ele que nossa cidade [...] estaria, de braços abertos, com o melhor pra oferecer pra ele mesmo sabendo de algumas das limitações que existe na infraestrutura, mas Maceió ainda é um dos grandes destinos no Brasil pra se visitar, principalmente, com o sol e mar. (entrevistado 1)

Maceió... Você só vai saber o que é Maceió se estiver lá, porque Maceió tem um cheiro diferente, ele tem um bem me quer, as pessoas lhe tratam como se você fosse de casa, você consegue ir passear tudo muito próximo, tem essa facilidade, essa aproximação, tem um mar espetacular de águas quentes, bom pra família porque não é um mar onde fica parte dos hotéis e é plano, então com a maré tem uma modificação de paisagem, é um destino pra família, principalmente, e eu que tenho filho, e pra namorar também, e você ali na beira da orla, comendo uma tapioca, na beira da jangada, sentado na jangada. (entrevistado 2)

Não obstante as descrições feitas da Destinação Maceió, pelos respondentes, a um potencial visitante, apontarem para grande quantidade de sinalizadores discursivos diretamente ligados aos atrativos do turismo de “sol e praia”, aparecem, também, sinalizadores que evidenciam diferenciais relacionados

às experiências, o que também pode ser percebido nos trechos de discurso acima mencionados.

Considerações finais

Ao fim das análises aqui efetuadas, percebemos que, o que há de comum nas respostas dadas às duas questões propostas é, justamente, uma ambivalência entre o viés da gestão mercadológica de um destino e o da experiência que esse pode proporcionar ao seu visitante, ou seja, a partir dos discursos emergem sinalizadores de um cenário que apresentam a existência de dois elementos explicitamente opostos (gestão x experiência) e simultaneamente complementares.

Nesse estudo, compreendemos que a síntese discursiva captada a partir das respostas de nossos entrevistados ilustra uma ambivalente tendência geral dos gestores do turismo contemporâneo, ou seja, a necessidade de se formatar novos produtos/destinos para a manutenção de nichos mercadológicos já consolidados, como o turismo de sol e praia, sem, contudo, menosprezar a necessidade humana do turista, cada vez mais presente, de acumular-se autênticas experiências nos deslocamentos turísticos. Entretanto, o turismo é experiência, é gestão e muitos outros aspectos que o discurso da segmentação de mercado impossibilita perceber que o fenômeno não é fragmentado, mas integrado.

Conforme Heidegger (1995), experienciar é atentar para o significado interno, questionar o caráter existencial de se vivenciar algo. O turista, para além de adquirir conhecimento em

suas viagens, cada vez mais busca ressaltar o ganho interno que cada uma das viagens pode proporcionar, em busca de realizar a sua satisfação humana, que cada vez mais se apresenta para além de uma relação meramente mercadológica oferecida no destino.

Essas percepções e constatações nos possibilitam questionar: será que o discurso da ambivalência está presente para além dos discursos dos gestores? Será que está presente em documentos oficiais norteadores do ministério do turismo e dos gestores estaduais e municipais? Será que há, implícita ou explicitamente, marcado no discurso, sinalizadores que marquem oposição e contradição ou complementação? Essas são questões para outros estudos.

Referências

BENI, M. C. *Globalização do turismo: megatendências do setor e realidade brasileira*. São Paulo: Aleph, 2003.

CASTAÑEDA, A. La experiencia existencial como modo de interpretación del turismo. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. XII, n. 2, p. 586 - 599, dez. 2015. e-ISSN 2179-9164, 2015.

CRUZ, R.C.A. *Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual – para pensar a realidade brasileira*. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs). *Turismo de Base Comunitária – diversidade de olhares e experiência brasileira*. Letra e Imagem. s.d.

ESPOSITO, V.H.C. *Pesquisa Qualitativa: Modalidade Fenomenológico-Hermenêutica*. Relato de uma Pesquisa. In:

BICUDO, M.A.V.; ESPOSITO, V.H.C. (org.) A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.

GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar. 12. ed. [rev. e atual.]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo* (parte I). Petrópolis: Vozes, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em:
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=270430>. Acesso em 16 de fevereiro de 2022.

KORSTANJE, M. “Turismo.Ciencia de la hospitalidad” Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local 4(11): s.p., 2011.

KNAFOU, R. *Turismo e Território*: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A.A.B. (Org). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec. p. 62-74. 2001.

KNOWLES, T.; Curtis, S. The Market Viability of European Mass Tourist Destinations: A Post-Stagnation Life-Cycle Analysis. *International Journal of Tourism Research*1:87–96. 1999.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell. 2. ed., 1992.

MERLEU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

MOESCH, M. M. *A produção do saber turístico*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

NETTO, A. P., & NECHAR, M. C. *Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica*. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 8(1), 120-144, 2014.

PANOSSO NETO, A. *Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia*. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2011.

PERAZZOLO; SANTOS; PEREIRA. Dimension relacional de la acogida. *Estudios y perspectivas em turismo*. V.22, p.138-153, 2013.

PEGAS, F.V.; DAVID WEAVER, D; CASTLEY, G. Domestic tourism and sustainability in an emerging economy: Brazil's littoral pleasure periphery. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 23, No. 5, pp. 748-769, 2015.

S.A. HAUGLAND; et al. Development of Tourism Destinations. An Integrated Multilevel Perspective. *Annals of Tourism Research*, Vol. 38, No. 1, pp. 268–290, 2011, Elsevier Ltd., 2011.



Sobre os organizadores e autores

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Pereira Portuguez

Doutor em Geografia Humana pela Universidad Complutense de Madrid. Professor do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – Instituto de Ciências Humanas da Uniuersidade Federal de Uberlândia.

E-mail: *portuguez.andersonpereira@gmail.com*

Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa

Doutorando em Geografia pelo Programa De Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente.

E-mail: *hurbiorodrigues@gmail.com*

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adilson Tadeu Basquerote

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: *abasquerote@yahho.com.br*

Carlos Póvoa

Doutorado em Geografia Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP e Pós Doutor em Geografia Humana pelas Universidades de: Universidade São Paulo - USP e Ben Gurion University of the Negev - BGU/ Israel. Professor Associado no Departamento de Geografia - Curso de Licenciatura em Geografia - UFTM. Colaborador do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE / UFTM.
E-mail: *carlpovoa@gmail.com*

Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos

Doutorado em Cidades e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas, Brasil.
Docente Efetivo da Universidade Federal de Alagoas, Brasil.
E-mail: *daniel_tur@hotmail.com*

Diego Correia Machado

Mestre em Educação e Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: *diegoc18.dcm@gmail.com*

Elen Karine Forte Pessoa

Mestra em Geografia. Prefeitura Municipal de Fortaleza
E-mail: *karinepessoa.7@gmail.com*

Eustógio W. C. Dantas

Doutor em Geografia e Planejamento pela Université de Paris IV (Paris-Sorbonne). Professor titular do curso de Geografia Universidade Federal do Ceará – UFC e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFC).
E-mail: ewcdantas@gmail.com

Flávio Rodrigues do Nascimento

Doutor em Geografia, Ordenamento Territorial Ambiental, pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Dept de Geografia da UFC e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFC e da UFF.
E-Mail: flaviogeo@ufc.br

Francisco Gilney Silva Bezerra

Pós-graduado em *Data Science e Analytics* pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Ciência do Sistema Terrestre pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Consultor da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), alocado na Divisão de Impactos, Adaptação e Vulnerabilidades - DIIAV/INPE.
E-mail: franciscogilney@gmail.com

Frederico do Nascimento Rodrigues

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do curso Geografia (Licenciatura/Bacharelado) da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Centro de Ciências e Tecnologia (CCT).
E-mail: fredericonettur@gmail.com

Helier Gomes Muiniz Fernandes

Graduada em Ciências Biológicas pela UFU, Campus Pontal e
Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em
Geografia do Pontal.

E-mail: *helier.gmuniz@gmail.com*

José Antonio Cardoso

Doutorando em Estudos Linguagem pela Universidade Federal
de Catalão. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
do Instituto Federal Goiano (IF Goiano).

E-mail: *jose.cardoso@ifgoiano.edu.br*

Jozimar Luciovanio Bernardo

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de
Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Câmpus de Araraquara (Unesp/FCLAr).

E-mail: *jozimarbernardo@yahoo.com.br*

Karine Rocha Aguiar Bezerra

Doutora em Ciência do Sistema Terrestre pelo Instituto
Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Consultora da Rede
Nacional de Pesquisa (RNP), alocada na Divisão de Impactos,
Adaptação e Vulnerabilidades - DIIAV/INPE.

E-mail: *karinerbezerra@gmail.com*

Marcela Ferreira Marinho
Doutora em Turismo e Hospitalidade pela
Universidade de Caxias do Sul.
E-mail: *marcela.turismo@gmail.com*

Márcio Balbino Cavalcante
Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande
do Norte. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Ambientais do Centro Universitário de Patos, Paraíba, Brasil.
E-mail: *marcio.balbino@academico.ufpb.br*

Maria Helena de Paula
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/FCLAr).
Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação
em Estudos da Linguagem do Instituto de Estudos da
Linguagem – Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Goiás,
Brasil. E-mail: *mhp.ufgcatalao@gmail.com*

Rosalva de Jesus dos Reis
Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do
Maranhão (2019). Atualmente é professor adjunto I da
Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área
de Geografia, com ênfase em Geografia da População, Gestão e
Planejamento Ambiental, atuando principalmente nos seguintes
temas: geografia, estudos populacionais, unidades de
conservação (APA e RESEX), gestão ambiental e educação
ambiental. E-mail: *rosalvadosreis@gmail.com*

Silvana Pirillo Ramos

Doutora em Sociologia e Mestre em Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Docente Efetiva da graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas.
E-mail: *silvanapirillo@uol.com.br*

Vanessa Manfio

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com intercâmbio na Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro em Portugal. Pós-Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora da Rede Municipal de Educação de Nova Palma-RS. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Mikripoli: Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (UEM), Grupo de Estudos Geografia, Trabalho e ambiente (GEGTA-UFSM) e do Laboratório de Ensino e Pesquisas em Geografia e Humanidades (LEPGHU-UFSM). E-mail: *vamanfio@hotmail.com*

Vinício Luís Pierozan

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGea/UFRGS). Professor de Geografia da Rede Municipal de Ensino de Canoas/RS.
E-mail: *vpierozan@hotmail.com*

